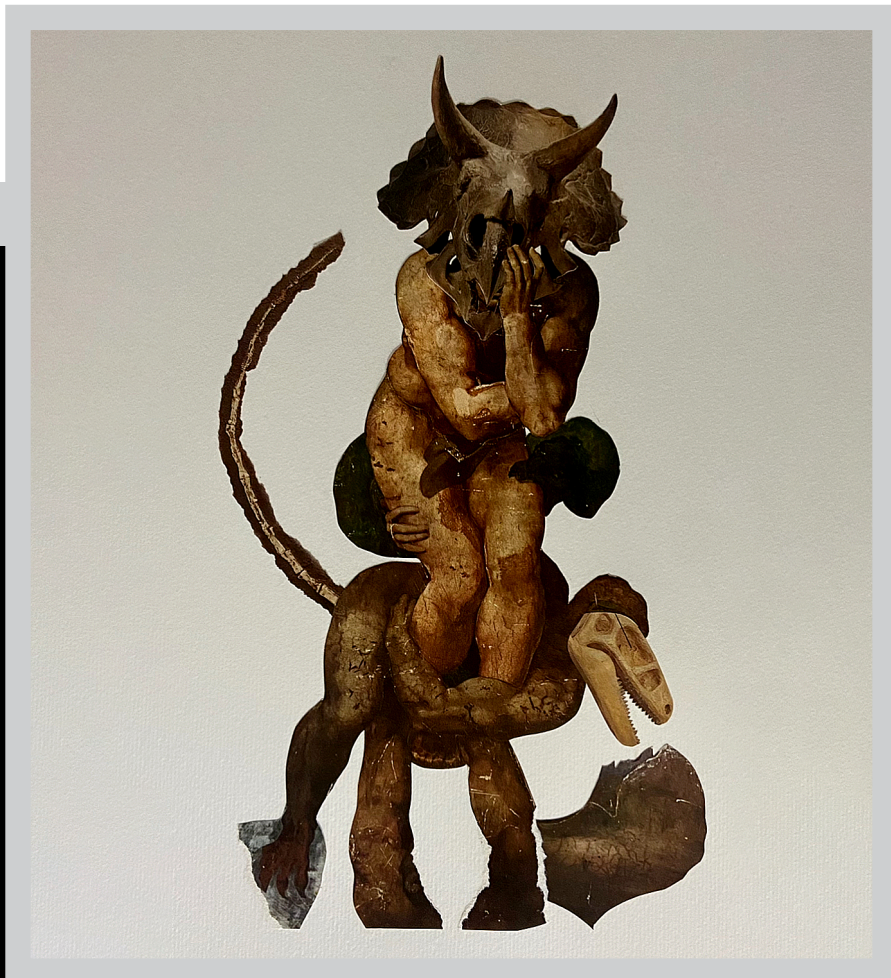


ISSN: 2178-8987

SER Social

Brasília (DF), v. 26, nº 55, de julho a dezembro de 2024

TRABALHO, LUTAS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL



Revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social
Departamento de Serviço Social
Universidade de Brasília (UnB)

SER Social

Brasília (DF), v. 26, nº 55, de julho a dezembro de 2024

© Copyright by *SER Social (versão eletrônica)*

Todos os direitos editoriais são reservados para a Revista SER Social. Nenhuma parte da revista pode ser reproduzida, armazenada ou transmitida por quaisquer meios ou formas existentes ou ser criada sem a prévia permissão por escrito da Comissão Editorial ou sem constarem os créditos de referência, de acordo com as leis de direitos autorais vigentes no Brasil. As opiniões e os conceitos emitidos nos trabalhos, bem como a exatidão, a adequação e a procedência das citações e referências, são de exclusiva responsabilidade das(os) autoras(es), não refletindo necessariamente a posição da Comissão Editorial. SER Social – Periódico Semestral do Programa de Pós-Graduação em Política Social, Departamento de Serviço Social, Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília (UnB).

Editora-Chefe

Hayeska Costa Barroso, Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília. Brasil

Comissão Editorial

Camila Potyara Pereira, Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília, Brasil
Janaína Lopes do N. Duarte, Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília, Brasil
Kênia Augusta Figueiredo, Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília, Brasil
Michelly Ferreira M. Elias, Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília, Brasil
Thaís Kristosch Imperatori, Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília, Brasil
Hayeska Costa Barroso, Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília, Brasil

Conselho Editorial

Ana Elizabete Mota (UFPe/Recife-Brasil)
Denise Bomtempo Birche de Carvalho (Professora Emérita da UnB/Brasília-Brasil)
Domenico Carrieri (Università degli Studi di Roma “La Sapienza”/Roma-Itália)
Elaine Rosseti Behring (UERJ/Rio de Janeiro-Brasil)
Fernanda Rodrigues (Universidade do Porto/Porto-Portugal)
Graciela di Marco (Universidad Nacional San Martín/Buenos Aires-Argentina)
Ivanete Boschetti (UFRJ/Rio de Janeiro-Brasil)
Ivete Simionato (UFSC/Santa Catarina-Brasil)
Jorge Luis Acanda (Universidad de La Habana/Habana-Cuba)
José Geraldo de Sousa Júnior (UnB/Brasília-Brasil)
Luis Moreno (Instituto de Políticas y Bienes Públicos/Madrid-Espanha)
Maria Carmelita Yazbeck (PUC/São Paulo-Brasil)
Peter Abrahamson (University of Copenhagen/Copenhague-Dinamarca)
Vicente Faleiros (Professor Emérito da UnB/Brasília-Brasil;UCB/Brasília-Brasil)
Yolanda Guerra (UFRJ/Rio de Janeiro-Brasil)

Equipe de apoio: Nayara Ribeiro de Moraes Vilas Boas (Estagiária)

Revisão gramatical: Paulo Castro (Books Maze Publishers)

Diagramação e programação visual: Books Maze Publishers

Imagem da capa: Título: “Colagem 287 (21-3-23): Dinossauro”

Dimensões: 42 x 29,7 cm

Técnica: colagem analógica em papel Canson (300 mg)

Artista: Daniel Ardisson-Araújo

SER Social

Revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social
Departamento de Serviço Social
Universidade de Brasília (UnB)

Brasília (DF), v. 26, nº 55, de julho a dezembro de 2024

**TRABALHO, LUTAS SOCIAIS
E SERVIÇO SOCIAL**

SER Social

Nº 55 | jul.-dez. 2024

TRABALHO, LUTAS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL |

WORK, SOCIAL STRUGGLES AND SOCIAL SERVICE |

TRABAJO, LUCHAS SOCIALES Y SERVICIO SOCIAL

EDITORIAL

TRABALHO, LUTAS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL / SWORK, SOCIAL STRUGGLES AND SOCIAL SERVICE / TRABAJO, LUCHAS SOCIALES Y SERVICIO SOCIAL

Hayeska Costa Barroso

Camila Potyara Pereira

Janaína Lopes do Nascimento Duarte

Kênia Augusta Figueiredo

Michelly Ferreira Monteiro Elias

Thaís Kristosch Imperatori

264

ARTIGOS TEMÁTICOS | THEMATIC ARTICLES | ARTÍCULOS TEMÁTICOS

Serviço Social e lutas sociais: relato de uma experiência na Prefeitura de São Paulo (1979-1982) / Social Work and social struggles: an account of an experience in São Paulo City Hall (1979-1982) / Trabajo Social y luchas sociales: relato de una experiencia en el Ayuntamiento de São Paulo (1979-1982)

Maria Beatriz Costa Abramides

Maria Lúcia Duriguetto

270

Campi interiorizados da UFPE e o desafio da sua consolidação: uma análise a partir dos indicadores acadêmicos e profissionais da instituição / UFPE's internalized campuses and the challenge of their consolidation: an analysis based on the institution's academic and professional indicators / Los campus internalizados de la UFPE y el reto de su consolidación: un análisis a partir de los indicadores académicos y profesionales de la institución

Tatianne Amanda Bezerra da Silva

302

Trabalhadoras domésticas, mobilizações e redes sociais durante a pandemia de Covid-19 / Domestic workers, mobilizations and social media during the Covid-19 pandemic / Trabajadoras del hogar, movilizaciones y redes sociales durante la pandemia de Covid-19

Alexandre Barbosa Fraga

Marco Aurélio Santana

Maria Lúcia Duriguetto

323

Teletrabalho: a desigualdade de gênero em evidência / Teleworking: gender inequality in evidence / Teletrabajo: la desigualdad de género en evidencia

Alzira Mitz Bernardes Guarany

Janaína Amaral de Moura

349

Redes insurgentes: como o movimento *Black Lives Matter* ajudou a reorganizar o sindicalismo estadunidense? / Insurgent networks: how did the Black Lives Matter movement help to reorganize American trade unionism? / Redes insurgentes: ¿cómo ayudó el movimiento Black Lives Matter a reorganizar el sindicalismo estadounidense?

Ruy Gomes Braga Neto

368

As condições de reprodução da força de trabalho no Brasil e as estratégias extraeconômicas de subsistência entre 2021 e 2022 / The conditions for reproduction of the workforce in Brazil and extraeconomic subsistence strategies between 2021 and 2022 / Las condiciones de reproducción de la fuerza laboral en Brasil y las estrategias de subsistencia extraeconómicas entre 2021 y 2022

Mizzaely Lacerda

391

ENTREVISTAS TEMÁTICAS | THEMATIC INTERVIEWS | ENTREVISTAS TEMÁTICAS

Trabajo, luchas sociales e imperialismo en América Latina / Work, social struggles and imperialism in Latin America / Trabalho, lutas sociais e imperialismo na América Latina

Entrevistado: Adrián Sotelo Valencia

Entrevistadores: Reginaldo Ghiraldelli

Guilherme da Hora Pereira

414

Trabajo, sindicalismo y seguridad social en Cuba / Work, unionism and social security in Cuba / Trabalho, sindicalismo e segurança social em Cuba

Entrevistado: Guillermo Ferriol Molina

Entrevistadores: Reginaldo Ghiraldelli

Guilherme da Hora Pereira

423

ARTIGOS DE TEMAS LIVRES | FREE THEME ARTICLES | ARTÍCULOS DE TEMAS LIBRES

Aspectos psicossociais da pobreza e dos programas de transferência de renda: existem pontes? / Psychosocial aspects of poverty and cash transfer programs: are there bridges? / Aspectos psicossociales de la pobreza y de los programas de transferencias monetarias: hay puentes?

Carla Bronzo

Eduarda da Silva Moreira

433

Contribuição à crítica radical da ecologia: metabolismo social e “falha metabólica” / Contribution to the radical criticism of ecology: social metabolism and “metabolic failure” / Contribución a la crítica radical de la ecología: metabolismo social y “fallo metabólico”

Everton Melo da Silva

455

Consórcio público como alternativa às políticas sociais das populações tradicionais do Norte de Minas Gerais / Public consortium as an alternative to the social policies of the traditional populations from North of Minas Gerais / Consorcio público como alternativa a las políticas sociales de las poblaciones tradicionales del Norte de Minas Gerais

Máximo Alessandro Mendes Ottoni

Soraya Cavalcante Nunes Ottoni

Enilson Francisco dos Santos

474

Limites do conceito de “exclusão social” e seu ocultamento dos fundamentos da “questão social”: implicações e desafios ao Serviço Social / Limits of the concept of “social exclusion” and its concealment of the foundations of the “social issue”: implications and challenges for Social Work / Límites del concepto de “exclusión social” y su ocultamiento de los fundamentos de la “cuestión social”: implicaciones y desafíos para el Trabajo Social

Paulo Roberto Felix dos Santos

493

Sistema colonial e trabalho escravo na acumulação primitiva do capital: a resistência negra no Quilombo dos Palmares / Colonial system and slave labor in the primitive accumulation of capital: the black resistance in the Quilombo of Palmares / Sistema colonial y trabajo esclavo en la acumulación primitiva de capital: la resistencia negra en el Quilombo de los Palmares

Monique Maria Rodrigues da Silva

512

Subjetividade e hipervulnerabilidade no consumo de pessoas idosas /
Subjectivity and hypervulnerability in consumption by elderly / Subjetividad y
hipervulnerabilidad en el consumo de los ancianos

Leonardo Valesi Valente

Márcia Regina de Assis

Frederico Augusto Tavares Junior

Mônica Machado Cardoso

Claudia Reinoso Araújo de Carvalho

531

RESENHAS | REVIEWS | RESEÑAS

História de um tempo sem memória: resistência das mulheres do Serviço Social na
ditadura de 1964-1985 / History of a time without memory: resistance of women
in Social Work during the dictatorship of 1964-1985 / Historia de una época sin
memoria: resistencias de las mujeres en el Trabajo Social durante la dictadura de
1964-1985

Júlia Hofmann Mota Campos

561

Resenha de “Lutas de classes e o significado político do novo sindicalismo” /
Review of “Class struggles and the political meaning of the new unionism” /
Reseña de “Las luchas de clases y el significado político del nuevo sindicalismo”

Wanderson de Andrade Fagundes

568

RESUMOS DE DISSERTAÇÕES E TESES | ABSTRACTS OF DISSERTATIONS AND THESES | RESÚMENES DE DISERTACIONES Y TESIS | RESÚMENES DE DISERTACIONES Y TESIS

573

CONSULTORES(AS) AD HOC DA REVISTA SER SOCIAL | AD HOC CONSULTANTS OF SER SOCIAL MAGAZINE | CONSULTORES AD HOC DE LA REVISTA SER SOCIAL

596

SER Social

TRABALHO, LUTAS SOCIAIS
E SERVIÇO SOCIAL

Brasília (DF), v. 26, nº 55, de julho a dezembro de 2024

EDITORIAL

Trabalho, lutas sociais e Serviço Social

A agudização da crise capitalista nas primeiras décadas deste século, especialmente para os países com histórico de colonização na sua formação social e localizados na periferia do capitalismo, como é o caso do Brasil, redesenha e reconfigura a dinâmica do mundo laboral, que se apresenta cada vez mais multifacetado e precarizado, uma vez que considera as diversas dimensões de exploração, dominação e opressão que o atravessam, como as questões de classe, gênero, sexo, raça, etnia, geração e território.

No mesmo contexto, também marcado por contrarreformas neoliberais e medidas de austeridade que alteram a relação entre o Estado e a sociedade, muitos desafios se impõem para as classes trabalhadoras e os demais segmentos dominados no que se refere às suas lutas sociais ampliadas, que se dão nos múltiplos espaços da vida social, como as lutas urbanas, sindicais, camponesas, indígenas etc. A partir dessa realidade, em que nos deparamos com muitas ações e medidas circunscritas ao plano de manutenção da ordem social capitalista, emoldurada pela cidadania e pela democracia burguesa, é necessário questionar e problematizar a respeito de qual é o horizonte que se coloca para as lutas sociais desses segmentos no sentido da construção de uma sociedade emancipada que esteja para além do capital.

Nesse caso, quais são as perspectivas, os limites e as possibilidades para o enfrentamento dessa sociabilidade, que se limita a reproduzir interesses capitalistas, que servem para a manutenção e a reprodução das explorações, dominações, opressões e desigualdades sociais? As organizações e lutas coletivas das classes trabalhadoras e dos demais segmentos dominados vislumbram a superação dessa realidade e a construção de uma sociedade pautada na liberdade, na justiça social e na igualdade substantiva? Quais são os desafios postos na atualidade para o enfrentamento dessa realidade?

Trata-se de transformações societárias e problematizações que incidem também no Serviço Social, quando se pensa na imbricada relação entre a formação, o trabalho profissional e a organização coletiva da categoria, como é o caso, por exemplo, da expansão dos cursos privados e à distância na área e da intensificação de formas precárias de contratação de assistentes sociais, que se deparam com modalidades contratuais caracterizadas pela flexibilização, pela terceirização, por contratos por projetos e pela “pejotização”, dentre outras modalidades. Além disso, constata-se também a luta de assistentes sociais pela efetivação da jornada de 30 horas semanais sem a redução do salário e com os demais direitos sociais e trabalhistas. Tais exemplificações são parte das múltiplas manifestações das contradições colocadas na relação capital-trabalho.

Cabe destacar que, nas últimas décadas, o Serviço Social no Brasil passou por um processo de renovação, que o aproximou de aportes críticos, referenciados na tradição marxista, que se expressam nas pesquisas e no conhecimento produzido, na formação como um todo e no exercício profissional mediado pelos espaços sócio-ocupacionais. Contudo, diante da complexa realidade e dinâmica societária contemporânea, inúmeros têm sido os desafios no processo de fortalecimento do projeto profissional construído desde então.

Diante deste preâmbulo, a Revista SER Social, do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília (UnB), em parceria com o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho, Sociabilidade e Serviço Social (TRASSO), torna público, no seu volume 26, o número 55 do referido periódico, que apresenta o tema: “Trabalho, lutas sociais e Serviço Social”.

Nos textos direcionados para a temática desta edição, temos o artigo: “*Serviço Social e lutas sociais: relato de uma experiência na Prefeitura de São Paulo (1979-1982)*”, de Maria Beatriz Costa Abramides e Maria Lúcia Duriguetto, cujo título e cuja autoria já revelam a densidade e relevância do seu conteúdo. No referido relato, as autoras trazem à tona a experiência de trabalho de assistentes sociais aguerridas, em conjunto com outros profissionais, na Prefeitura de São Paulo, diante da dinâmica de relações, articulações, desafios e criminalização dos movimentos sociais e do trabalho profissional no âmbito da garantia do direito à moradia no contexto turbulento de 1979 a 1982, o que se mescla também com o período de ascensão do movimento operário e sindical. O artigo expõe o contexto embrionário de construção coletiva de uma nova direção social para o Serviço Social, especialmente no interior de um espaço sócio-ocupacional em relação direta com movimentos e mobilizações sociais diante do direito à cidade de São Paulo.

Outro importante debate é oferecido no artigo: “*Campi interiorizados da UFPE e o desafio da sua consolidação: uma análise a partir dos indicadores acadêmicos e profissionais da instituição*”, de autoria de Tatianne Amanda Bezerra da Silva. Nele, a autora analisa, a partir de relevante pesquisa documental na UFPE, a expansão interiorizada da Universidade Federal de Pernambuco e as suas repercussões para as atividades acadêmicas (pesquisa e extensão, em particular), a partir de dois polos de descentralização: o Centro Acadêmico do Agreste e o Centro Acadêmico de Vitória. O artigo revela uma análise crítica e apurada sobre as condições diferenciadas de desenvolvimento do trabalho acadêmico entre os *campi*, em conformidade com a luta pela expansão da educação superior pública, sobretudo com qualidade e condições objetivas para a sua garantia.

As mudanças no mundo do trabalho advindas com a pandemia de Covid-19 e no período pós-pandemia são abordadas nos artigos: “*Trabalhadoras domésticas, mobilizações e redes sociais durante a pandemia de Covid-19*”, de Alexandre Barbosa Fraga e Marco Aurélio Santana, e “*Teletrabalho: a desigualdade de gênero em evidência*”, de Alzira Mitz Bernardes Guarany e Janaína Amaral de Moura. O primeiro trata da precariedade das condições de trabalho de empregadas domésticas (que estiveram mais expostas aos riscos de contaminação) e das estratégias de mobilização pelas redes sociais realizadas pela Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas, juntamente com

movimentos sociais classistas, feministas e negros. O segundo aborda os efeitos do teletrabalho nos processos profissionais de servidoras do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Por meio de entrevistas, as autoras identificaram o aumento da demanda do trabalho reprodutivo e produtivo no cotidiano das servidoras e os impactos em sua saúde mental, destacando a desigualdade na divisão do trabalho doméstico, o que sobrecarrega as mulheres.

O debate sobre a organização sindical é destacado no artigo: “*Redes insurgentes: como o movimento Black Lives Matter ajudou a reorganizar o sindicalismo estadunidense?*”, de Ruy Gomes Braga Neto, que tem como ponto de partida o movimento Black Lives Matter, nos Estados Unidos, em 2020, motivado pelo assassinato de George Floyd pela polícia de Minneapolis. A análise destaca a conexão entre a luta pela justiça racial e a luta pela justiça econômica no caso específico da Amazon Labor Union, o primeiro sindicato da empresa Amazon nos EUA.

O artigo: “*As condições de reprodução da força de trabalho no Brasil e as estratégias extraeconômicas de subsistência entre 2021 e 2022*”, de Mizzaely Lacerda, por sua vez, constata que os baixos valores da força de trabalho e dos benefícios sociais são insuficientes para as despesas básicas das famílias, o que tem acarretado a adoção de estratégias extraeconômicas, como o consumo energético de lenha, a agricultura familiar e a autoconstrução de moradia. O debate parte da compreensão de determinações estruturais do capitalismo dependente e do caráter autocrático do Estado brasileiro.

Na seção de temas livres, a presente edição conta com seis artigos diversos em suas temáticas. São eles: “*Aspectos psicossociais da pobreza e dos programas de transferência de renda: existem pontes?*”, das autoras Carla Bronzo e Eduarda da Silva Moreira; “*Contribuição à crítica radical da ecologia: metabolismo social e ‘falha metabólica’*”, de Everton Melo da Silva; “*Consórcio público como alternativa às políticas sociais das populações tradicionais do Norte de Minas Gerais*”, dos autores Máximo Alessandro Mendes Ottoni, Soraya Cavalcante Nunes Ottoni e Enilson Francisco dos Santos; “*Limites do conceito de ‘exclusão social’ e seu ocultamento dos fundamentos da ‘questão social’: implicações e desafios ao Serviço Social*”, de Paulo Roberto Felix dos Santos; “*Sistema colonial e trabalho escravo na acumulação primitiva do capital: a resistência negra no Quilombo dos Palmares*”, de Monique

Maria Rodrigues da Silva; e “*Subjetividade e hipervulnerabilidade no consumo de pessoas idosas*”, de autoria de Leonardo Valesi Valente, Márcia Regina de Assis, Frederico Augusto Tavares Junior, Mônica Machado Cardoso e Claudia Reinoso Araújo de Carvalho.

Constam também nesta edição duas resenhas, uma escrita por Wanderson de Andrade Fagundes, a partir do livro: “*Lutas de classes e o significado político do novo sindicalismo*”, publicação que é resultante da exitosa pesquisa de doutorado em Serviço Social (PPGSS-UFRJ) da professora Michelly Ferreira Monteiro Elias. Já a resenha de autoria de Júlia Hofmann Mota Campos tem como referência o livro: “*História de um tempo sem memória: resistência das mulheres do Serviço Social na ditadura de 1964-1985*”, obra escrita por Maria Elaene Rodrigues Alves, no âmbito de sua tese de doutorado em Serviço Social no Programa de Pós-Graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Finalizando a presente edição, temos o privilégio de contar com duas excepcionais entrevistas, ambas realizadas pelo professor Reginaldo Ghiraldelli e pelo doutorando Guilherme da Hora Pereira, do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho, Sociabilidade e Serviço Social (TRASSO). A primeira tem como entrevistado Guillermo Ferriol Molina, intitulada: “*Trabajo, sindicalismo y seguridad social en Cuba*”. Professor Molina é presidente da Sociedade Cubana de Direito do Trabalho e de Seguridade Social, docente do ensino superior em Cuba e no exterior. Ele desenvolve estudos e pesquisas sobre o direito do trabalho, a seguridade social e as normas internacionais do trabalho em diversos países, como México, Estados Unidos, Brasil, Bolívia, República Dominicana e Guatemala. “*Trabajo, luchas sociales e imperialismo en América Latina*” é o título da segunda entrevista, realizada com Adrián Sotelo Valencia, sociólogo e pesquisador do Centro de Estudios Latinoamericanos (CELA) da Facultad de Ciencias Políticas y Sociales da Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM).

Esperamos que este número da Revista SER Social subsidie estudos e pesquisas cuja centralidade orbite em torno das categorias do trabalho e das lutas sociais e que se multiplique como eixo de discussão teórica e política nos processos de formação profissional e acadêmica no Serviço Social e nas demais áreas no campo das ciências humanas e sociais.

Comissão Editorial

Profa. Dra. Hayeska Costa Barroso (editora-chefe)
<https://orcid.org/0000-0002-8280-7187>

Profa. Dra. Camila Potyara Pereira
<https://orcid.org/0000-0003-1117-2468>

Profa. Dra. Janaína Lopes do Nascimento Duarte
<https://orcid.org/0000-0003-4847-4048>

Profa. Dra. Kenia Augusta Figueiredo
<https://orcid.org/0000-0002-1401-8215>

Profa. Dra. Michelly Ferreira Monteiro Elias
<https://orcid.org/0000-0002-9163-445X>

Profa. Dra. Thaís Kristosch Imperatori
<https://orcid.org/0000-0003-4536-5698>

TRASSO

Prof. Dr. Reginaldo Ghiraldelli
<https://orcid.org/0000-0002-9229-7686>

Profa. Dra. Maria Elaene Rodrigues Alves
<https://orcid.org/0000-0001-8233-9558>

Profa. Dra. Michelly Ferreira Monteiro Elias
<https://orcid.org/0000-0002-9163-445X>

Estagiárias

Nayara Ribeiro de Moraes Vilas Boas

Preparação de originais e revisão gramatical

Paulo Castro (Books Maze Publishers)

Diagramação

Books Maze Publishers

SER Social

TRABALHO, LUTAS SOCIAIS
E SERVIÇO SOCIAL

Brasília (DF), v. 26, nº 55, de julho a dezembro de 2024

Serviço Social e lutas sociais: relato de uma experiência na Prefeitura de São Paulo (1979-1982)

*Social Work and social struggles: an account of an experience in São
Paulo City Hall (1979-1982)*

*Trabajo Social y luchas sociales: relato de una experiencia en el
Ayuntamiento de São Paulo (1979-1982)*

Maria Beatriz Costa Abramides¹

<https://orcid.org/0000-0001-6347-8624>

Maria Lúcia Duriguetto²

<https://orcid.org/0000-0001-5800-7289>

Recebido em: 11/05/2024

Aprovado em: 20/05/2024

1 Pós-doutorado em História Contemporânea pela Universidade Nova de Lisboa (Portugal). Doutorado, mestrado e graduação em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP). Professora assistente doutora no Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUCSP. Bolsista de Produtividade em Pesquisa (PQ) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/2931326982352100>>. E-mails: <biabramides@gmail.com> e <mabramides@pucsp.br>.

2 Pós-doutorado pela Universidade da Calábria (Itália). Doutorado e mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Professora titular da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Bolsista de Produtividade em Pesquisa, nível 2 (PQ2), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/0944692796969354>>. E-mail: <maluduriguetto@gmail.com>.

Resumo: O artigo trata do relato do trabalho de assistentes sociais e de demais profissionais vinculados a um órgão da Prefeitura Municipal de São Paulo junto a um movimento de moradia no período de 1979 a 1982. Esta experiência profissional é explicitada em suas relações e articulações com o processo de reativação da organização sindical da categoria em uma conjuntura política de forte ascensão do movimento operário e sindical e de proliferação de diversos movimentos sociais. São tais processos sociopolíticos que possibilitam a formulação de uma nova proposta de trabalho profissional no interior de um espaço sócio-ocupacional que tem como diretiva o estabelecimento de uma relação direta com os processos de mobilização e organização popular. Explicitamos aqui a implementação da referida diretiva e o processo de tensionamento, de repressão e de criminalização imposto pelo órgão institucional aos profissionais que estavam envolvidos na sua implementação e na sua defesa.

Palavras-chave: lutas sociais; trabalho profissional; criminalização.

Summary: The article reports on the work of social workers and other professionals linked to an agency of the São Paulo municipal government in a housing movement between 1979 and 1982. This professional experience is explained in terms of its relations and links with the process of reactivating the category's trade union organization in a political context of a strong rise in the workers' and trade union movement and the proliferation of various social movements. It is these socio-political processes that make it possible to formulate a new proposal for professional work within a socio-occupational space whose directive is to establish a direct relationship with the processes of popular mobilization and organization. Here we explain the implementation of this directive and the process of tension, repression and criminalization imposed by the institutional body on the professionals who were involved in its implementation and defence.

Keywords: social struggles; professional work; criminalization.

Resumen: Este artículo relata el trabajo de asistentes sociales y otros profesionales vinculados a un órgano del ayuntamiento de São Paulo en un movimiento de vivienda entre 1979 y 1982. Esta experiencia profesional se explica en términos de sus relaciones y vínculos con el proceso de reactivación de la organización sindical de la categoría en un

contexto político de fuerte ascenso del movimiento obrero y sindical y de proliferación de diversos movimientos sociales. Fueron estos procesos sociopolíticos los que permitieron formular una nueva propuesta de trabajo profesional dentro de un espacio sociolaboral cuya directriz era establecer una relación directa con los procesos de movilización y organización popular. Explicamos aquí la implementación de esta directriz y el proceso de tensión, represión y criminalización impuesto por el cuerpo institucional a los profesionales que participaron en su implementación y defensa.

Palabras clave: luchas sociales; trabajo profesional; criminalización.

Introdução

É na conjuntura situada a partir da segunda metade da década de 1970 que se assiste, na região e na cidade de São Paulo, a uma dinâmica de mobilização, organização e resistência da classe trabalhadora que se expressa no movimento operário e sindical, nos movimentos sociais de saúde, de moradia, de reivindicação de mais creches, de questionamento do custo de vida, nos movimentos estudantis, de mulheres, negros, das organizações partidárias de esquerda e progressistas, dentre outros. Em meio ao dado contexto, segmentos profissionais do Serviço Social tiveram uma participação destacada no apoio e no encaminhamento das lutas e das reivindicações dos referidos movimentos e organizações, o que ocasionou, nos espaços sócio-ocupacionais, a construção de ações profissionais sintonizadas com suas necessidades e seus interesses, para o fortalecimento de seus processos de mobilização e organização nos espaços extrainstitucionais. A construção de tais ações foi movida pela reativação das referidas lutas naquela conjuntura, que também reativaram a organização sindical profissional em 1978, o que constituiu o móvel central para o embate contra o conservadorismo na formação profissional e nas organizações da categoria posto no Congresso da Virada, de 1979.

Não obstante as clivagens político-ideológicas do conjunto dos movimentos, das organizações e das lutas sociais, uma de suas principais demandas estava nas reivindicações por políticas e serviços públicos de qualidade para o atendimento de suas necessidades sociais, o que possibilitou a constituição de uma relação orgânica de segmentos profissionais do Serviço Social com “os de baixo”, incorporando – no cotidiano de suas ações institucionais – o fomento às suas dinâmicas organizativas

pela contribuição na formação de consciência sobre seus direitos e estimulando-os a lutar por eles. A particularidade dessa relação, da qual tratamos aqui, está na exposição, de forma inédita,³ de uma experiência de trabalho que se desenvolveu no âmbito da então Secretaria da Família e Bem-Estar Social (FABES), aparato institucional responsável pela criação e execução de políticas sociais do município de São Paulo.⁴ A experiência, inserida no citado aparato institucional, se destacou por estar “colada” ao processo de mobilização, organização e luta dos setores populares pela questão de moradia na Zona Leste da cidade de São Paulo (região de Itaquera-Guaianases) e que culminou, em 1982, com a repressão e a criminalização de segmentos profissionais. Antes de iniciarmos o relato, teceremos considerações sobre a reativação da organização sindical da categoria nos anos de gestão e desenvolvimento desta experiência. Reativação, aliás, que foi a expressão mais forte e notável da articulação entre segmentos profissionais do Serviço Social e as lutas sociais desenvolvidas na cidade de São Paulo no período em questão.

1. Os movimentos sociais e a organização política do Serviço Social: articulação orgânica no cenário sociopolítico da cidade de São Paulo no período de 1977 a 1982

Na segunda metade dos anos de 1970, mais precisamente a partir de 1977, vivencia-se a crise da ditadura militar-empresarial no Brasil, instaurada pelo golpe militar de 1964, em que se inaugura uma “página infeliz de nossa história”: um período obscurantista, repressivo, com

3 Segundo a assistente social Anna Maria Azevedo, as pessoas que faziam parte do movimento e suas lideranças diziam a ela que queriam escrever esta história. Dedicamos este artigo à memória de Wilson Hermes Alves Fiúza, uma dessas lideranças.

4 Houve sempre modificações no aparato institucional responsável pela criação e execução de políticas sociais do município de São Paulo. A Secretaria Municipal do Bem-Estar Social (Sebes) foi criada em 1966, na gestão de Faria Lima. Em 1977, a gestão seguinte (de Olavo Setúbal) transformou a Sebes em Coordenadoria do Bem-Estar Social (Cobes) e a vinculou à Secretaria da Administração Regional (SAR). Em 1979, o prefeito Reynaldo de Barros desvinculou a Cobes da SAR e a subordinou diretamente ao seu gabinete. Entre 1982 e 1985, Salim Curiati, que substituiu Reynaldo de Barros, que deixou o cargo para se candidatar a governador, criou a Secretaria da Família e Bem-Estar Social (FABES), dando sua condução a José Ávila da Rocha, um coronel do Exército. A FABES era a instituição encarregada de executar as políticas sociais do município de São Paulo nos anos de 1982 a 1985. Ela prestava serviços assistenciais, educacionais e habitacionais à população de baixa renda (que recebia entre 0 a 5 salários mínimos) e aos desempregados. Os programas sociais eram executados pelas Supervisões Regionais de Serviço Social (SURS), que estavam distribuídas em 17 regiões administrativas, segundo a delimitação geográfica das Administrações Regionais (AR). Os técnicos dessas unidades eram alocados em equipes a partir de programas específicos: habitação popular, creches, assistência pública, educação de adultos, trabalho e informações técnicas. Diferentes categorias profissionais integravam os referidos programas: sociólogos, psicólogos, pedagogos, arquitetos, enfermeiros etc. As assistentes sociais constituíam a maioria.

perseguições, assassinatos, exílios de militantes, ativistas, operários, estudantes e sindicalistas da cidade e do campo que lutavam contra aquele estado de exceção ditatorial e por suas reivindicações imediatas e históricas como trabalhadoras e trabalhadores.

O ano de 1968 foi marcado por uma efervescência nas lutas estudantis e sindicais. O movimento estudantil realizou duas grandes passeatas nos centros urbanos do Rio de Janeiro e de São Paulo, após a morte do estudante Edson Luís de Lima Souto, na Guanabara. Em outubro de 1968, realizou-se em Ibiúna (SP) o XXX Congresso da União Nacional dos Estudantes, que foi duramente reprimido: todos os participantes foram presos e enquadrados na Lei de Segurança Nacional. No âmbito das lutas sindicais, a partir da crise do desemprego e com a depressão econômica, acrescida da grande oposição ao regime ditatorial, foram deflagradas duas greves operárias: uma em Contagem (MG) e outra em Osasco (SP). O governo interveio e a polícia militar ocupou a cidade industrial. Desde 1965, o governo ditatorial já havia decretado atos institucionais coercitivos, repressivos e cerceadores das liberdades democráticas, cujo autoritarismo culminou, em 13 de dezembro de 1968, com o Ato Institucional nº 5, que suspendeu todas as garantias constitucionais. A partir daí, os movimentos sociais, populares e estudantis foram desmantelados, os sindicatos sofreram intervenção e a ditadura inaugurou os chamados “anos de chumbo”, de 1968 a 1973, sob o governo do ditador Emílio Garrastazu Médici. As organizações clandestinas de esquerda que radicalizaram suas ações entre os anos de 1969 e 1971, para enfrentar o regime, foram massacradas pela repressão, eliminadas na prisão ou mortas em confrontos diretos. Tais grupos, que passaram a enfrentar o regime de exceção, não tinham base de sustentação popular, mas entendiam que a luta armada era “a única via possível para o combate à ditadura militar e de construção do processo revolucionário” (ABRAMIDES & CABRAL, 1995, p. 64).

Em 1974, o Governo Federal foi derrotado nas eleições estaduais e iniciaram-se, embora ainda de forma localizada, com especial destaque para o estado e a cidade de São Paulo, as citadas ações das oposições sindicais operárias contra os pelegos incrustados nos sindicatos, dentre elas o Movimento de Oposição Sindical Metalúrgica (MOMSP) na cidade de São Paulo, epicentro da industrialização, que se intensificou a partir de 1975.

No período de 1974 a 1975, foram retomadas as mobilizações estudantis, operárias e populares, em cujo âmbito emergiu o Clube de

Mães, em encontros que se tornaram a base do Movimento do Custo de Vida nas periferias da cidade de São Paulo, que contou com o apoio de trabalhadoras(es) de diversos ramos de atividade e categorias profissionais, como intelectuais, artistas, estudantes e setores da igreja progressista, que irromperam em meio às mobilizações sociais, em uma demonstração inequívoca de oposição à ditadura. Naquele processo de crise da autocracia burguesa no País, o Estado ditatorial foi empurrado e, em 1974, foi forçado a promover o processo de “distensão” do governo de Ernesto Geisel. A seguir, de 1979 a 1985, iniciou-se a “abertura democrática”, que foi um período constitutivo do processo de transição “controlada, lenta, gradual e pelo alto”, iniciada pelo então presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo.

Em 1977, os índices do custo de vida foram falseados pelo então ministro da Fazenda (Antônio Delfim Neto) e publicados pelo Banco Mundial, o que impulsionou uma luta massiva dos operários metalúrgicos pela reposição salarial de 34%, devida aos trabalhadores. Em setembro do mesmo ano, ocorreu uma assembleia massiva dos metalúrgicos do ABC Paulista na luta pela conquista da reposição salarial. Foi um fato demarcado pela emergência do que se denominou de “novo sindicalismo”, cujas características passaram a se delinear por um sindicalismo de lutas, classista, independente dos governos e do patronato, com grandes mobilizações, greves parciais e gerais, em oposição ao sindicalismo pelego, apoiado pelos ditadores.

Em 1978, os sindicalistas operários das indústrias e montadoras do ABC Paulista prepararam as grandes greves, o que configurou o caráter massivo das mobilizações e greves e a articulação mais geral com trabalhadores e trabalhadoras de muitas categorias profissionais, que passaram a ter uma solidariedade ativa em relação aos movimentos grevistas. Outras categorias de trabalhadores iniciaram suas organizações para concorrer às eleições sindicais, em um verdadeiro campo de combate e de lutas; dentre elas, as categorias dos bancários, gráficos, têxteis, químicos e trabalhadores do serviço público.

Nessa ambiência de mobilizações e lutas, outros trabalhadores também retomaram as atividades de suas associações e de seus sindicatos, que foram fechados ou estavam desativados ou, ainda, sofreram alguma intervenção a partir do golpe militar de 1964, a exemplo das categorias profissionais dos assistentes sociais, engenheiros, médicos, enfermeiros e arquitetos. Desde então, um contingente significativo de profissionais

dessas categorias se inseriu no serviço público nas diferentes esferas (municipal, estadual e federal). Profissionais do serviço público eram proibidos de registrar seus sindicatos, por causa da estrutura sindical vigente desde os anos de 1930, do período ditatorial de Vargas, baseada na *Carta del Lavoro*, de Mussolini, que forneceu as bases para o controle governamental sobre os sindicatos, de modo a também gerir a sua organização, para dividir a classe trabalhadora por categorias e não por ramos de atividade: “a colaboração de classes e o corporativismo são pilares da ideologia fascista impressa na estrutura sindical” (ABRAMIDES & CABRAL, 1995, p. 104). Naquele processo de mobilização e lutas insurgentes, os/as profissionais de diversas categorias entendiam ser fundamental a reorganização das associações pré-sindicais e dos sindicatos de categorias existentes (o que vigorava como estrutura sindical) e, juntamente com a classe trabalhadora, se colocaram em movimento para lutar por uma nova estrutura sindical por ramo de atividade econômica, classista, autônoma e independente do Estado e do patronato.

Em 1978, as assistentes sociais rearticulam a Associação de Assistentes Sociais do Estado de São Paulo (APASSP) e, juntamente com o Sindicato de Assistentes Sociais de Minas Gerais e a Associação Profissional de Assistentes Sociais de Goiás (que também se reativaram de imediato), iniciaram um movimento de articulação para apoiar a reorganização sindical de assistentes sociais em todo o País. Naquele processo, o ponto de partida foi a realização de uma pesquisa sobre as condições de trabalho, salário e carga horária, a ser debatida em todo o País, como um instrumento mobilizador, a partir das condições concretas de trabalho das assistentes sociais. Para a pesquisa, contaram com o apoio do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e o suporte político-financeiro do Centro Latinoamericano de Trabajo Social (CELATS), organismo acadêmico da Asociación Latinoamericana de Enseñanza y Investigación en Trabajo Social (ALAEITS).

Ainda em 1978, existiam apenas duas associações pré-sindicais e um sindicato de assistentes sociais no País. Já em outubro de 1979, às vésperas do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, o emblemático Congresso da Virada, eram 22 entidades sindicais, pré-sindicais e oposições sindicais de assistentes sociais em todo o País, sob a direção da Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais (CENEAS), que de forma organizada atuou no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, com assembleias massivas de assistentes sociais, que imprimiram uma

nova direção sociopolítica à profissão, de ruptura com o conservadorismo, articulada às lutas sociais, voltada aos interesses da maioria da população, explorada e oprimida pelo capital. Foi no mesmo congresso que as assistentes sociais se reconheceram como trabalhadoras inscritas na divisão sociotécnica do trabalho, partícipes do trabalho coletivo, em sua condição de assalariamento, posteriormente reconhecendo e incorporando a questão da divisão racial e sexual do trabalho.

Naquela efervescência de mobilizações, os movimentos sociais iniciaram também seu processo de organização e lutas, tais como as relativas à questão da habitação, da saúde, do movimento negro unificado, das mulheres trabalhadoras (inseridas ou não no mundo formal do trabalho), da educação, dos trabalhadores do campo e do serviço público. Em 1978, os movimentos sociais, sindicais e populares se organizaram na Articulação Nacional de Movimentos Populares e Sindicais (ANAMPOS), que aglutinou o campo combativo de lutas, em uma concepção e práxis sindical e popular construída pela base dos trabalhadores, com democracia interna, comissões de trabalho e proporcionalidade política na composição das diretorias das associações, dos sindicatos e dos movimentos.

Até a Constituição de 1988, os trabalhadores do serviço público eram proibidos de se organizar sindicalmente. Naquele período, as associações profissionais e os sindicatos das categorias profissionais cumpriram um papel organizativo decisivo perante os trabalhadores do serviço público. Em 1981, as entidades sindicais da categoria, inseridas – em sua quase totalidade – no sindicalismo combativo, estiveram presentes na I Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (I CON-CLAT). Em 1983, elas construíram e se filiaram à Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Na mesma direção, a APASSP (de 1978 a 1983) e o Sindicato de Assistentes Sociais (de 1983 a 1992) tiveram uma vinculação direta com as assistentes sociais trabalhadoras, que, em sua maioria, atuavam no serviço público nas diferentes esferas (federal, estadual e municipal). Portanto, as lutas salariais, as negociações e os acordos coletivos de trabalho com o Governo Federal eram compostos, dentre outros sindicatos de categorias, com a APASSP e o Sindicato de Assistentes Sociais. De outro lado, a organização sindical estava presente no apoio direto às lutas populares.

No caso da Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP), os sindicalistas, os assistentes sociais e os segmentos profissionais estavam dedicados às lutas pelas creches diretas a serem assumidas pela PMSP, pela Reforma Sanitária, pelo Sistema Único de Saúde (SUS), pelo direito à moradia, pela urbanização das favelas, pela concessão do direito real de uso e posse da terra, pela redução da taxa mínima de água e luz nas favelas, pelo usucapião urbano, pela Reforma Urbana e pela Reforma Agrária. A ação sindical, portanto, estava voltada para as condições de trabalho e salário das trabalhadoras do serviço público, bem como para a articulação e o apoio às assistentes sociais em seu trabalho profissional desenvolvido nas várias secretarias municipais em que se operavam as políticas sociais, em articulação com as lutas sociais travadas pelos setores populares.

Uma vez expostos os condicionantes sociopolíticos da articulação da organização política profissional com os movimentos operários, sindicais e populares, iremos nos ater ao relato das ações profissionais em um espaço sócio-ocupacional da Prefeitura Municipal de São Paulo (no período de 1970 a 1982). No citado aparato institucional, a articulação ativa com as organizações populares se fazia em processo com as ações de assistentes sociais que já trabalhavam na PMSP na década de 1970 e nos primeiros anos da década de 1980.⁵

Em meio às referidas experiências profissionais, destaca-se o trabalho das assistentes sociais no apoio à luta dos moradores de favelas por água encanada e luz em seus barracos e de resistência contra os despejos das áreas que há muito tempo ocupavam. Dentre elas, evidencia-se a presença da grande liderança exercida por Luiza Erundina de Sousa, assistente social da FABES e presidente da APASSP, que auxiliou a organização das(os) assistentes sociais para que não concordassem em acompanhar policiais nos processos de remoções.⁶ Como

5 Tais ações foram enfatizadas nas entrevistas realizadas com assistentes sociais que trabalharam nas várias Secretarias da Prefeitura do Município de São Paulo e que tiveram experiências de trabalho profissional junto aos processos de mobilização e organização popular na luta por direitos sociais no período de 1970 a 1995. As entrevistas realizadas compõem a pesquisa de pós-doutorado realizada por Maria Lúcia Duriguetto na PUC-SP no ano de 2023, sob a orientação da professora Maria Beatriz Abramides.

6 “Uma das lutas importantes que, na época, mobilizou a categoria foi a que se opôs ao Decreto Municipal nº 15.086, de 6 de junho de 1978, do então prefeito biônico Olavo Setúbal [...], que transferia para as Administrações Regionais a responsabilidade pela guarda e fiscalização das áreas livres da PMSP, determinava o uso de força policial e a intervenção dos assistentes sociais da Supervisão Regional de Serviço Social para impedir a ocupação das áreas vazias. A APASSP desencadeou, então, um movimento contra o decreto, denunciando seu caráter injusto e repressivo e manifestando apoio aos profissionais que se recusavam a cumprir o que ele determinava. Participaram dessa luta, além dos assistentes sociais, profissionais de outras categorias e os próprios moradores das favelas ameaçados de despejo ao se cumprir o referido decreto” (ERUNDINA, 2009, p. 3).

afirma a assistente social Márcia Accorsi, “ela era assistente social, mas estava junto dos movimentos, trazendo isso para alterar o Serviço Social, a política. E, de uma certa forma, nós nos espelhávamos nela” (informação verbal). Accorsi cita também os aprendizados com uma outra profissional: a assistente social Maria Inês Bertão.

Eu lembro que a Maria Inês Bertão sempre falava: “eu chego a qualquer lugar e pergunto onde estão os movimentos, se tem movimento aqui, [...] vamos conhecer os recursos da comunidade, as entidades, isso depois eu aprendo [...], vamos ver se tem movimento, [porque] a nossa referência aqui é procurar movimento; [por isso,] vamos ver o que tem de organizativo”. Então, era sempre junto com os movimentos, sempre. A gente não falava por eles [...]. A gente, muito pelo contrário, preparava: “vamos ter uma reunião com o secretário tal, vamos preparar o que nós vamos falar, quem vai falar”, era tudo assim: “quem vai falar isso, como abordar”, fazia dramatização. Às vezes, falávamos: “sou a secretária e estou falando não para você; então, como vocês vão agir, qual a resposta?” (informação verbal).

As reuniões eram realizadas nas instalações da PMSP (escolas, creches etc.) e também em assembleias das quais os movimentos participavam. A assistente social Maria Beatriz Abramides também evidencia tal compreensão: “Já tínhamos essa ideia de pensar o território não como espaço somente socioterritorial, mas como espaço de lutas, um espaço de sujeitos históricos, de sujeitos de classe”. Ela ainda afirmou que

nós começamos também um trabalho muito direto como assistentes sociais com a organização [chamada] Movimento Unificado de Favelas [MUF], em que a gente socializava as informações, lutava junto com eles pela urbanização das favelas, assumia uma postura contrária à remoção de favelas, em que a gente estava junto no processo de resistência desses moradores e, assim, conseguimos algumas conquistas (informação verbal).

A assistente social Rosângela Paz também enfatiza a relação dos profissionais com o movimento de creches e de moradia: “era muito forte a reivindicação de mulheres por creches. O movimento nos

conhecia e sabia quem éramos [...], que a gente era de esquerda, que elas podiam confiar na gente e tal” (informação verbal). O trabalho em favelas foi assim explicitado.

A gente fazia trabalho em favelas [...]. A gente tinha quase que um *roteirinho* básico. Se ia para a comunidade, você localizava quem eram as lideranças, quem eram as mulheres, [...] se tinha associação, se não tinha associação... Você fazia uma primeira aproximação [...]. Aí, marcava uma primeira reunião. Todo mundo fazia igual: primeiro, reunia todo mundo, juntava os moradores para explicar o que ia acontecer: [...] “queria ver com vocês o que vocês acham” [...]. E, depois, fazia uma comissão de mulheres, de jovens [...]. A gente foi criando isso [...] (informação verbal).

Especialmente a partir de 1978, no espaço institucional da Coordenadoria do Bem-Estar Social (COBES), um grupo de assistentes sociais conduzia, pelo debate coletivo com outras categorias profissionais, um tensionamento das suas condições e relações de trabalho,⁷ das políticas e dos serviços prestados (especialmente, a prestação de serviços por entidades assistenciais privadas e descompromissadas com a gestão democrática dos recursos públicos)⁸ e, em seguida, abordava as respostas institucionais exigidas aos profissionais em suas ações de atendimento às reivindicações coletivas postas pelos movimentos sociais (circunscritas ao âmbito da tutela, da atenuação dos conflitos e do controle social). Foi com tais vetores socioprofissionais e políticos que, em 1979, se criou um grupo de trabalho (GT).⁹

O confronto que se estabelecia no órgão municipal com os seus antigos dirigentes era frontalmente político, de desnudamento do seu

7 A ascensão do movimento sindical e das greves no cenário nacional, como exposto, impulsionou a deflagração de uma greve geral com alto grau de mobilização pelos funcionários da COBES, de modo que foram criadas as condições para que uma parcela considerável dos funcionários se organizasse “internamente no sentido de reverter a correlação de forças institucionais, colocando no centro da discussão a questão da legitimidade da prestação dos serviços dirigidos à população” (RAICHELIS, 1988, p. 101). Além disso, tratou-se de uma discussão cuja condução foi feita pelos assistentes sociais: “É o assistente social que sempre discutiu essas coisas com outros técnicos, quem conduzia, quem tinha realmente as divergências mais ou menos bem formuladas, quem tinha os grupos era o assistente social” (depoimento de uma assistente social entrevistada por Raichelis, 1988, p. 102).

8 Com a exceção dos programas habitacionais, que se desenvolviam diretamente com a população moradora das favelas.

9 Cabe ressaltar que a construção do GT se iniciou no retorno ao trabalho após a importante greve de servidores municipais em 1979, quando duas assistentes sociais da FABES (Luiza Erundina de Sousa e Assunção Hernandes) tiveram um papel preponderante. A proposta do GT, cujo processo foi analisado por Raichelis (1988), “pode ser resumida nos seguintes pontos fundamentais: reconhecimento do direito das

caráter arbitrário, autoritário e antipopular, em que sua conduta política imprimia um rumo ao trabalho dos técnicos com a população, cujos núcleos mais organizados respondiam prontamente às proposições de mobilização e resistência no confronto com o poder. O processo de ruptura com os dirigentes institucionais se aprofundou ainda mais com a política de exacerbação da demanda apoiada pela presença ativa e organizada dos movimentos populares, aos quais os próprios funcionários se juntam em frequentes manifestações diante do gabinete do prefeito ou do secretário do órgão, respaldadas pela imprensa oposicionista e por distintos setores de oposição ao regime. Assim foi o contexto que desencadeou as propostas do GT (RAICHELIS, 1988, p. 139).

As diretrizes e os princípios formulados pelo GT, que propunham um redimensionamento totalizante das políticas, dos serviços institucionais e das respostas profissionais, apontaram (conforme particularizamos aqui na nossa abordagem) que o espaço sócio-ocupacional adotasse como *política institucional o trabalho profissional nos processos de mobilização e organização popular*, ou seja, que transformasse em uma política institucional o que já estava sendo construído por parcelas de assistentes sociais.¹⁰ No item a seguir, nosso foco será expor a construção da nossa relação com o movimento de moradia no âmbito da Secretaria

camadas populares de se apropriar de bens e serviços públicos e de interferir nas diferentes instâncias do poder; atuação em nível de escola, de modo a abranger parcelas cada vez maiores da força de trabalho com o objetivo de propiciar-lhe condições concretas de reproduzir-se; ação descentralizada, respeitando a dinâmica sócio-política de cada região, garantindo autonomia para a discussão e o encaminhamento das soluções para as questões regionais; atuação enquanto prestação de serviço à população, visando ao atendimento das necessidades sociais, entendidas como direitos sociais e não como doação ou ajuda; priorização da atuação direta junto à população e indireta através de convênios com aqueles organismos empenhados no atendimento aos direitos sociais da população; eliminação do caráter assistencial das atividades desenvolvidas, reforçando as ações que colaborem efetivamente para a solução estrutural dos problemas sociais; reconhecimento e estímulo ao direito de participação da população, na perspectiva da educação popular, norteadora de todas as ações desenvolvidas; democratização das informações; ênfase na identificação e encaminhamentos coletivos da problemática social” (RAICHELIS, 1988, p. 103-104).

10 “Então, a ideia era a seguinte: já que a necessidade social é muito grande e a força que nós temos, orçamentária, política e de espaço, é zero, tinha que ser um negócio de trabalhar junto, organizar, aumentar o nível de reivindicação [...]. Então, não tem verba, vamos brigar juntos, ao invés de a gente atender e dizer: ‘o senhor volta no dia 10, porque a verba deste mês acabou’ [...]. É aquela história de você estar ao lado da população. Não de receber a população para reclamar, mas de ir junto reclamar, porque a gente concordava que a população tinha razão e não tinha por que ficar no guichê para receber, para brigar, [porque] aí frustra, ele te xinga para dizer que você é incompetente, e tudo isso. Então, a mudança é estar ao lado da população, e não estar no guichê, tanto que a palavra de ordem era ‘vamos sair das nossas escrivaninhas’”. “[...] E, em resposta ao movimento social que já existia e do qual nós também fazíamos parte, foi se criando o tipo de resposta que a COBES poderia dar para deixar claro que ela não iria resolver o problema social, porque a pobreza não é um problema individual, pessoal [...]. Então, se nós não resolvemos os problemas sociais, também não iríamos abrandá-los e acobertá-los, que era o que se esperava da gente” (depoimentos de assistentes sociais entrevistadas por Raichelis, 1988, p. 98, 99 e 100).

da Família e Bem-Estar Social (FABES) e os desdobramentos repressivos e coercitivos ao movimento social e aos profissionais.¹¹

2. Assistentes sociais na linha de frente: movimentos de moradia, trabalho profissional e repressão

Me disseram que a Anna foi embora/E quem mandou foi um tal de coronel/Dali a pouco eu vi a nossa turma falando alto e te mandando pro quartel/Meu Deus do Céu, nunca vi tanta bobagem/Tinha que vir somente de um militar/Agora mesmo nós queremos ver a Anna/E a Izabel voltando pro seu lugar/Coronel, você é mesmo um palhaço/O seu plano é um fracasso/Anna Maria vai voltar/Coronel, tá chegando a sua hora/Se mexer com a Izabel/Desta vez vai cair fora/Me disseram que a Anna foi embora/E com isso eu não vou me conformar/Ou a Anna ficará sempre conosco/Ou a cabeça do coronel vai rolar (música de autoria de Messias, uma liderança da ocupação, baseada na melodia da música “Fusão Preto”, de autoria de Almir Rogério).

O crescimento populacional urbano no período autocrático-burguês deveu-se ao acelerado desenvolvimento industrial no contexto de um capitalismo dependente, tardio e concentrador de riqueza. No município de São Paulo, o crescimento foi, sobretudo, pujante nas periferias e nos subúrbios, locais caracterizados pela ausência de infraestrutura (saneamento, creches, escolas, postos de saúde e outros equipamentos públicos).¹² As condições precárias de vida nas periferias e nos subúrbios levaram à intensificação das organizações e reivindicações dos

11 A descrição da citada experiência foi baseada nos documentos: “Relato dos acontecimentos que envolveram os moradores do Jardim São Paulo e corpo técnico da FABES/Itaquera, Guaianases” (redigido pela assistente social Anna Maria Azevedo) e “Defesa com relação aos fatos relatados no Edital publicado no Diário Oficial em 2 de novembro de 1982” (de autoria de Pedro B. de Abreu Dallari, em 08/11/1982). Além disso, foi também baseada nos depoimentos que foram prestados à Comissão de Inquérito sobre a FABES, no dia 18/02/1983, transcritos da gravação da sessão e contidos no Relatório da Comissão da Memória e Verdade da Prefeitura de São Paulo (2016), bem como nas entrevistas realizadas por Maria Lúcia Duriguetto com Rosângela Paz, Anna Maria Azevedo e Isabel Leopoldina da Luz. As entrevistas com Maria Beatriz Abramides, Raquel Raichelis e Márcia Accorsi foram realizadas por Maria Lúcia Duriguetto e Rosângela Batistoni.

12 Em 1980, 45% da população de São Paulo vivia nas favelas e nos cortiços, sendo que 11,66% das famílias tinham renda familiar de até dois salários mínimos e 46,6% tinham rendimentos que chegavam a cinco salários mínimos (RELATÓRIO DA COMISSÃO DA MEMÓRIA E VERDADE DA PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2016, p. 216).

movimentos de moradia, que foram sistematicamente perseguidos, reprimidos e criminalizados pelos órgãos de repressão.

O Relatório da Comissão da Memória e Verdade da Prefeitura de São Paulo (2016, p. 49) afirma que a cidade foi um dos principais centros de repressão política e de prática institucionalizada de diversas violações aos direitos humanos durante o regime autocrático-burguês.¹³ As greves geradas pelos movimentos sindicais e operários, o movimento por creches, o movimento contra a carestia, o movimento de moradia, o movimento por equipamentos de saúde, os movimentos estudantis e outras mobilizações coletivas foram violentamente reprimidos e considerados alvos principais dos órgãos de vigilância e repressão conduzidos por prefeitos biônicos aliados dos militares (à frente do Executivo Federal), com participação ativa de agentes da Prefeitura Municipal (*idem, ibidem*, p. 191). Particularmente sobre o que tratamos neste artigo, as ações de vigilância e repressão foram desenvolvidas nas áreas ligadas à assistência social e à moradia, que foram perseguidas “com especial virulência no início dos anos 1980, durante a gestão do coronel do Exército José Ávila da Rocha, à frente da Secretaria da Família e Bem-Estar Social (FABES)” (*idem, ibidem*, p. 205).

A experiência de trabalho profissional junto aos movimentos sociais e a ação de repressão e criminalização que aqui explicitamos aconteceram na região composta pelos bairros de Itaquera, Guaianases e São Mateus, que compõem a Zona Leste da cidade de São Paulo.¹⁴ Eram bairros que se caracterizavam por muitas favelas e processos fortes

13 A Comissão da Memória e Verdade considerou como violações aos direitos humanos “as diferentes práticas de perseguição, coerção, humilhação ou assédio a funcionários, com motivação política ou com o objetivo de coibir práticas associativas, sindicais ou contestatórias nas diferentes categorias profissionais de servidores e colaboradores da administração municipal” (RELATÓRIO DA COMISSÃO DA MEMÓRIA E VERDADE DA PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2016, p. 117).

14 Composta pelos bairros de Itaquera, Guaianazes, São Mateus, Cidade Tiradentes, Penha, São Miguel Paulista e Itaim Paulista, a Zona Leste se configura como uma das regiões periféricas da cidade com maior densidade populacional, com precarização das condições de vida e trabalho, com habitações precárias em favelas, com populações residentes em áreas de risco, em beira de córregos e nas encostas de morros. Por conta disso, a cada ano, devido às enchentes, os moradores têm de ser acolhidos temporariamente em escolas e centros esportivos. São mortes anunciadas, das quais o poder público tem conhecimento desde sempre, mas que somente nos momentos de chuvas torrenciais atende emergencialmente. Na realidade, em governos mais democráticos e populares, as ações referentes às alternativas habitacionais foram criadas; porém, ainda estavam muito aquém das necessidades reais da população. Os equipamentos de saúde, o transporte, o sistema educacional e as creches são deficitários até os dias de hoje, embora suas melhorias e a redução da precariedade possam ser consideradas resultados das lutas populares. Uma dessas lutas é referente a creches diretas, protagonizada por mulheres e que ainda continua até os dias atuais, em uma articulação do movimento de mulheres de toda a cidade nas regiões periféricas. A luta pelo SUS na Zona Leste foi realizada com assembleias populares extremamente representativas. Uma outra luta social bastante forte e que tem sua continuidade até o presente (2024) é a que se relaciona à luta desenvolvida pelos movimentos populares de moradia.

de organização da população, com a presença da Igreja Católica – com trabalhos sociais nos moldes daqueles realizados pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) – e dos movimentos de saúde e de luta por creches, moradia, saneamento, água, luz e urbanização. Foi graças à realização dessas grandes mobilizações e organizações populares, aliada à inspiração dos pressupostos estabelecidos nas propostas do GT, que a equipe de assistentes sociais que fazia parte da FABES (regional de Itaquera-Guaianases)¹⁵ desenvolveu um trabalho na região, oferecendo apoio, articulação e fortalecimento dos movimentos sociais.

É importante ressaltar que o trabalho desenvolvido era fruto de discussões e deliberações coletivas entre os diferentes profissionais que compunham as áreas em que estavam inseridos nas várias regiões da cidade.¹⁶ Por outro lado, o trato coletivo às ações que eram implementadas também se realizava nas áreas específicas em que atuavam, o que imprimia um envolvimento de todos os profissionais (e técnicos administrativos) nos processos de apreensão, discussão, troca de experiências e aprendizados coletivos sobre as questões nas quais estavam intervindo, como as de moradia, saúde, creches etc.

Na mesma direção, ao debaterem com moradoras das favelas, as assistentes sociais também abordavam todas as outras dimensões das lutas e, conseqüentemente, acompanhavam as assembleias populares de reivindicações sociais, rompendo com as setorizações fragmentadas e burocratizadas impostas pelas organizações públicas. Um dos pontos centrais desse trabalho coletivo foi o estabelecimento de uma relação cotidiana com os vários movimentos, organizações e lutas sociais que existiam nas áreas da cidade e nas áreas específicas em que os profissionais estavam alocados. Em relação a tal aspecto, Isabel Luz explicita que a equipe de profissionais era “preparada para conhecer

15 A equipe era integrada por assistentes sociais da Penha e de São Miguel Paulista, composta por Isabel Leopoldina da Luz (chefe da equipe de habitação), Rosângela Paz e Anna Maria Azevedo (supervisora), dentre outros profissionais (como sociólogos, sanitaristas, arquitetos, engenheiros, psicólogos e os técnicos administrativos). Aqui, nós queremos também nos lembrar da aguerrida socióloga Solange Mazzeo, que já não está mais entre nós.

16 A nova proposta de trabalho contida nas diretivas do GT indicava a implantação do trabalho por regiões e não mais por programas, buscando, com isso, a consideração da especificidade das regiões na formulação e implementação das ações. Foi implantado um mecanismo de assessorias por macrorregiões, as chamadas equipes zonais, para acompanhar e articular todos os programas nas áreas regionais, buscando garantir a especificidade das regiões e propiciar uma compreensão mais totalizante das refrações da questão social nas realidades em questão. A aproximação dos profissionais com as necessidades sociais das(os) trabalhadoras(es) possibilitava aglutinar as demandas de uma mesma microrregião, estimulando a crítica a partir de questões concretas, o que contribuía para o avanço do nível de consciência e organização para exigir direitos nas diferentes esferas de governo (VINER, 2000, p. 133-134).

as lideranças e discutir com elas [...], escutar suas reivindicações e, a partir disso, como poderíamos contribuir para que fossem atendidas” (informação verbal).

A realidade que eu encontrei era um trabalho muito forte da igreja junto à população, com as CEBs. Por outro lado, também os médicos sanitaristas trabalhavam com a população no movimento de saúde, na reivindicação de postos de saúde, de hospitais [...]. Havia também um grande movimento por creches das mulheres da periferia, movimentos de moradia e de urbanização de favelas, com as lutas por luz e água. Esses eram os movimentos mais fortes da época. E nós, como profissionais, temos que trabalhar escutando a população e as lideranças dos movimentos, trabalhar com a igreja, com o movimento de saúde, com o movimento de reivindicação por creches, com os movimentos de urbanização e de moradia. Não só os assistentes sociais [...], mas também os engenheiros, os arquitetos, os administrativos tinham que escutar a população. O trabalho passou a ser sempre escutando a comunidade, trabalhando com ela (informação verbal).¹⁷

Rosângela Paz corrobora tal apreensão e reforça que os profissionais tinham muita liberdade para fazer um trabalho em Itaquera e Guaianases, pois o “grupo que estava lá era de esquerda e trabalhava muito na habitação com os movimentos. Eram ocupações muito organizadas. E a gente entrava em todas para apoiar” (informação verbal). Ela ainda afirma que

havia um trabalho cotidiano, porque a gente tinha um trabalho de política de moradia muito forte, que era de atendimento e melhoria habitacional. Havia muitas obras em áreas porque a gente fazia muito esse trabalho em campo. Eram equipes multidisciplinares. Então, havia um trabalho efetivo nas áreas, mas a gente tinha um trabalho especialmente político com lideranças de ocupação. Isso era muito legal e encantador (informação verbal).

Na mesma direção, a assistente social Anna Maria Azevedo, que era a supervisora da área, relata o acontecimento da ocupação de 150 famílias no Jardim São Paulo, bairro de Guaianases, no extremo leste da capital paulista.

Nós já estávamos com um trabalho muito bom na área. Isabel [assistente social], com sua equipe, trabalhava com a habitação [...] e fazia reuniões com os moradores para ouvir e levar propostas para a secretaria, que nem sempre eram aceitas, mas eram sempre defendidas. [...] De repente, houve aquela invasão, eu não sabia, mas era na área da minha gestão. Chegaram os líderes do movimento. Fui chamada e parti para a área. Fui ver. Eram casinhas de alvenaria. Muita gente já com suas barracas. Aí, chegaram as lideranças, que vieram nos conhecer. Firmamos o nosso compromisso com eles: “vamos lutar por vocês”. Isabel estava à frente e reafirmou: “vamos lutar” (informação verbal).

Um acontecimento importante foi o posicionamento das assistentes sociais para que a FABES acolhesse, em seus programas e serviços, as necessidades sociais postas pelas famílias da ocupação. Raquel Raichelis elucida o fato.

O povo invadiu [...] [uma área]. Na secretaria, uma área invadida não podia ser atendida, porque isso seria corroborar [a situação]. As assistentes sociais fizeram toda uma articulação para mostrar para a secretaria que a questão era uma necessidade social. A questão da invasão era secundária, diante dessas necessidades. Uma secretaria de bem-estar social tem que atender a demanda social! Levaram a secretaria a implantar programas em áreas invadidas, porque a demanda social era uma demanda daquela secretaria (informação verbal).

Rosângela Paz relata como era o trabalho das assistentes sociais com o movimento.

Então, era um trabalho que não aparecia, porque o que acontecia era o seguinte: o movimento ocupava grandes glebas, porque essa era uma área da cidade em expansão de território. Então, eram áreas particulares,

onde ocorriam conflitos, seja de despejo ou de polícia em cima. Então, eles sabiam [...]. A gente ia para a área sem o carro da prefeitura. Naquele dia, eu tinha que fazer uma relação com o movimento. Eu ia sempre com meu fusquinha até Itaquera... Só ia para a área com meu carro, não ia com o carro da prefeitura. Eles sabiam que era a Rosângela que estava lá. Anna Azevedo, que era minha supervisora, estava lá. Então, a gente tinha uma equipe muito coesa, inclusive, com uma chefia que respaldava o que a gente fazia. Basicamente, a gente ajudava eles a pensarem em estratégias [...]. A gente tinha uma relação de aliança com os movimentos, porque a gente não podia entrar oficialmente, mas quando a gente entrava, eles sabiam que podiam contar com a gente. Então, a gente fazia as reuniões clandestinas com eles e ficava depois do expediente esperando eles chegarem, para passar a informação. A gente era um canal deles, para passar muita informação. Então, era uma relação de aliança política com o movimento (informação verbal).

No dia 28 de setembro de 1982, a indústria têxtil do Grupo Tsuzuki obteve, por liminar de um juiz, a reintegração de posse de um terreno da companhia. A população foi despejada com reforço policial. Assim relata o acontecimento a assistente social Anna Azevedo.

Fui lá conversar com o coronel. “Vamos adiar um pouco”, falei. Fui conversar com eles e organizar. A gente queria era ganhar tempo, para ver se ele concordava em receber proposta deles. Eles queriam comprar o terreno [...]. Outra proposta era para que a prefeitura desapropriasse o terreno e deixasse eles lá, para aos poucos urbanizar. Levei essa proposta. “Amanhã, estará um pelotão para tirar eles de lá e vão todos para a CETREM [Central de Triagem e Encaminhamento]”, disse o coronel. Falei: “Não! Não dá! É muita gente! Vamos ficar ali”. Não adiantou. Voltei com essa informação. “Amanhã cedo, eles vão chegar. Nós não temos o que fazer. Nós vamos para lá”. Nós fomos. A equipe foi, para evitar que fizessem qualquer maldade [...] (informação verbal).

As famílias foram alojadas na Escola Municipal Saturnino Pereira (EMSP). O secretário não acatou a solicitação feita pelas assistentes

sociais, que era para que as famílias ficassem em um abrigo na Escola Municipal Madre Joana Angélica, que estava situada mais perto do Jardim São Paulo. No alojamento da EMSP, onde as famílias ficaram por três meses, a responsabilidade pelo provimento do essencial (alimentação, colchões, cobertores, material de limpeza, organização e manutenção do alojamento) foi assumida pelas assistentes sociais da SURS de Itaquera.¹⁸ Rosângela Paz elucida: “[...] a gerência do abrigo era nossa [...], até para evitar os conflitos, todas essas coisas. Em todas as assembleias e discussões políticas, a gente participava com eles, estando efetivamente em todos os debates” (informação verbal). Também nessa direção, afirma Anna Azevedo: “a gente fazia reuniões todas as tardes com a comissão e as lideranças, para a gente estar organizando os passos de negociação [...]” (informação verbal).

Com o apoio das profissionais, em uma audiência com o secretário e assessores, foi criada uma comissão, que foi recebida no dia seguinte ao do despejo. No encontro, a comissão solicitou que a prefeitura atuasse como intermediária junto ao Grupo Tsuzuki, para que a indústria vendesse o terreno. No caso de negativa da empresa, a comissão propunha que a prefeitura fizesse a desapropriação do terreno e, posteriormente, providenciasse que os lotes fossem vendidos à população. No entanto, uma semana depois do despejo, todos os barracos foram derrubados diante da presença do secretário (04/10/1982). Durante aquele período de tentativas de negociação, a postura do secretário foi de total desconsideração em relação às necessidades reais da população e de descrédito perante as informações levantadas pelos técnicos da unidade da FABES de Itaquera-Guaianases, sobretudo diante dos dados apurados pelas assistentes sociais. Naquela ocasião, ele fez encaminhamentos paralelos de investigações com seus assessores e realizou orientações às famílias.

Não havia discussões técnicas e orientações mediadas com os profissionais da regional em questão, como seria de se esperar em uma secretaria e na FABES Central. Ele insistiu em encaminhar propostas diretamente à população, que não foram aceitas justamente porque não levavam em conta os interesses das famílias. Além dessa atuação, os assessores do gabinete usaram medidas de pressão e intimidação da

18 “Duas lideranças conversaram com as pessoas para irem para a escola, porque a luta seria lá e com nós juntos. Fomos organizar o abrigo. Criamos uma comissão para separar homem de mulher e para prover a comida. Pediram para cozinhar. Demos um jeito. Foi bem organizado. As equipes de São Miguel e de Penha vieram nos ajudar. A gente não abandonou o abrigo nenhum dia, nenhuma noite [...]. Apareceram por lá Luiza Erundina e Eduardo Jorge. Eles foram aparecendo para ajudar [...]. Nesse meio tempo, a gente ia negociando [...]” (informação verbal de Anna Maria Azevedo).

população e, perante as famílias, fizeram uma tentativa de desacreditar os técnicos que realizavam o trabalho no alojamento (Relatório Técnico de Anna Maria Azevedo, mimeo, s/d).

O secretário passou a acionar sistemas de intimidação, como a presença de indivíduos estranhos nas reuniões, carros não identificados parados em frente ao alojamento e acompanhamento, por veículos estranhos, das viaturas usadas pelas profissionais em seus deslocamentos pela área, além de canais escusos de informação, por meio de escutas telefônicas. A intimidação culminou com o seu comparecimento no alojamento (02/10/1982) com porte de arma.¹⁹ Ele também fez declarações à imprensa, alegando que a população estava sendo manipulada por “abutres ideológicos” em suas reivindicações, para criar a “técnica do impasse”. Quando as soluções dadas pelo secretário não foram aceitas pelas famílias, pois eram soluções autoritárias, que desconsideravam as necessidades básicas da população, ele fazia acusações aos técnicos e ao grupo de apoio no alojamento, chamando as profissionais de “comunistas”.

Após novos contatos entre a população e a administração pública municipal, agentes públicos localizaram a Gleba do Pêssego, no bairro de Itaquera, área pertencente à Coordenadoria de Habitação Popular (COHAB), onde as famílias enfim foram assentadas.²⁰ Os lotes de interesse social da COHAB seriam vendidos às famílias despejadas. Já o material para a construção das moradias seria fornecido pela prefeitura. Os servidores da FABES se ocuparam da organização da população em comissões de trabalho, providenciaram a confecção dos documentos de identidade e iniciaram o procedimento de inscrição para a aquisição dos lotes. A negociação foi encerrada com a definição de 150 lotes, com barracos que seriam construídos com material da prefeitura, em sistema de mutirão, além de mais 250 lotes para os despejados não alojados no abrigo. Uma vez definida a proposta, iniciaram-se os trabalhos de documentação para a inscrição e a compra de lotes, assim como de triagem

19 “O coronel ameaçou por diversas vezes os companheiros do apoio. Numa noite, sacou a arma no salão da escola. Subiu um pouquinho atrás e fez a pregação anticomunista, dizendo: ‘vocês estão cercados de comunistas. No regime comunista, vivem debaixo da arma’. Apontava, então, a arma para todo mundo, e o pessoal todo se afastava dele. Era um espetáculo horrível. Fomos ameaçados várias vezes [...]” (depoimento prestado no dia 18/02/1983 à Comissão de Inquérito sobre a FABES, registrado no Relatório da Comissão da Memória e Verdade da Prefeitura de São Paulo, 2016, p. 206).

20 Maria Beatriz Abramides explicitou que se realizava, naquele momento, uma articulação do trabalho profissional com toda a Zona Leste: “começamos um trabalho integrado com as três regionais: São Miguel Paulista, Penha e Itaquera-Guaianazes, [...] que era a luta da reivindicação popular para a desapropriação de uma área municipal para interesse social, para ser uma destinação da função social da terra, que era para habitação popular” (informação verbal). Anna Maria Azevedo evidenciou o trabalho coletivo das profissionais das áreas e também o apoio dos padres de São Mateus.

para o recebimento de auxílio financeiro para a aquisição de material para a construção dos barracos, que contou com a total colaboração da população. As profissionais da FABES continuaram se ocupando da organização da população em comissões de trabalho para limpeza, segurança, controle das condições de saúde, recreação e acompanhamento das construções. Além disso, mantiveram plantões permanentes nos três turnos no abrigo.

As tentativas de intimidação e desmobilização do trabalho das profissionais com a população se intensificaram. Em visita ao local onde estavam sendo construídos os barracos, o coronel propôs a alguns dos despejados que eles invadissem os primeiros barracos que seriam construídos²¹ e, por contatos individuais, incitou uma indisposição contra a comissão de representantes dos moradores, referindo-se aos membros da comissão como agitadores, subversivos, inimigos dos desabrigados etc.

Em 25 de outubro de 1982, funcionários do Setor de Contabilidade da FABES estiveram no alojamento para que os desalojados assinassem recibos referentes à entrega do material que havia sido fornecido pela prefeitura para a construção dos barracos. As assinaturas foram negadas pelas famílias, porque desconheciam a relação do material que constava nos recibos.²² Um dia depois dessa tensão, o coronel designou Paulo Celso Quadros Ribeiro para assumir a coordenação dos trabalhos. A supervisora da unidade regional de Itaquera-Guaianases, a assistente social Anna Maria Azevedo, responsável até então pelo trabalho que vinha sendo desenvolvido, entendeu que sua unidade havia sofrido uma intervenção e considerou-se demissionária do cargo de supervisora, caso a intervenção efetivamente se consumasse.

No mesmo dia, a assistente social Isabel Leopoldina da Luz, que respondia pela chefia da equipe de habitação que desenvolvia o trabalho com a população (como as providências de documentos e as tratativas dos contratos com a COHAB), tomou conhecimento, por intermédio do Diário Oficial, de sua transferência para a unidade da

21 A proposta do coronel para a invasão dos barracos foi denunciada em assembleia. Os desabrigados decidiram redobrar a guarda dos barracos em construção na Gleba do Pêssego. Em decorrência desse clima de tensão, houve um desentendimento entre os homens que realizavam a guarda, que culminou no assassinato de um deles.

22 Com o impasse, um representante da FABES se dispôs a entregar a relação do material e, no mesmo dia, em uma reunião, ele a apresentou; porém, sem os respectivos valores individuais, uma vez que mostrava apenas o gasto total. O fato foi bastante questionado, pois os moradores entendiam que o valor apresentado era maior do que o realmente gasto. A reunião foi encerrada sem haver concordância, por parte da administração da FABES, em apresentar discriminadamente cada valor gasto.

FABES da Freguesia do Ó. O fato foi relatado pelas profissionais às equipes da Penha e de São Miguel, que se encontravam envolvidas nos trabalhos. Assim, na noite de 26 de outubro de 1982, elas comunicaram a situação à população, que manifestou o desejo de comparecer, junto com as profissionais, à audiência por elas marcada com o secretário para o dia seguinte, com a finalidade de esclarecer as medidas tomadas. Rosângela Paz lembra: “a gente saiu de Itaquera junto com a população num ônibus e nas viaturas, as kombis, que a gente chamada de viaturas, e fomos para a secretaria com uma pauta, que era para a reunião. Nós fomos em massa” (informação verbal).

Às 10h do dia 27 de outubro de 1982, os 17 supervisores das unidades regionais da FABES chegaram à secretaria²³ para uma reunião de rotina. Simultaneamente, compareceram ao gabinete do secretário, para uma audiência marcada no dia anterior, a supervisora da unidade da FABES de Itaquera-Guaianases, funcionários das unidades da FABES da Zona Leste de São Paulo e uma comissão que representava os moradores da mesma região, composta por representantes de favelas de Itaquera e dos desalojados.²⁴ Todos reivindicavam ao secretário a readmissão da assistente social Anna Maria Azevedo e a volta da assistente social Isabel Leopoldina da Luz para a administração regional de Itaquera-Guaianases.²⁵ Os demais servidores presentes na secretaria solidarizaram-se com o grupo da população e dos servidores da Zona Leste, já que entendiam que as medidas tomadas pelo secretário representavam uma quebra da autonomia das unidades regionais da FABES.²⁶

23 A sede da Secretaria Municipal da Família e Bem-Estar Social ficava na rua Pedro de Toledo, na Vila Mariana.

24 Relata Anna Maria Azevedo: “na reunião dos supervisores, havia uma fila fora, no alambrado, para poder entrar. Todos os nossos representantes de favelas da região estavam lá [...]. Os técnicos das equipes de Itaquera, São Miguel, Penha, todos estavam lá, além dos outros técnicos das outras supervi-sões, que, quando ficaram sabendo, foram para lá. Encheu” (informação verbal).

25 “Nós não abrimos mão da negociação com o Curiati e com o coronel. Somos contra o afastamento das meninas, [nós] as queremos conosco. Faremos abaixo-assinados [...]. Queremos Anna e Isabel de volta. Só elas podem resolver o nosso problema [...]. Vamos em frente nessa luta até o fim. Eu derramarei meu sangue por ela, onde estiver. Eu quero que a dona Anna e a dona Isabel voltem para dar apoio para a gente. Se não fossem essas duas senhoras, a gente estava aí, jogado na sarjeta. Esse coronel tem é inveja! Lugar de coronel é dentro do quartel” (depoimento de Elias da Cunha, que estava entre os moradores do bairro de Itaquera e Guaianases que foram à sede da secretaria, para a edição do jornal “O Estado de São Paulo” de 29/10/1982).

26 “[...] Eu me lembro de uma situação em que uma liderança me disse: ‘a senhora não pode ir embora, porque nós temos os braços, temos as pernas, mas só temos meia cabeça’. Isso queria dizer que a outra metade era composta pelas informações que trazíamos da prefeitura [...] e levávamos a eles, dizendo quais eram as possibilidades, quer fossem pelo governo do estado, quer fossem do município. Então, a gente preparava a população para questões sobre o orçamento, os programas, como eles poderiam apresentar o projeto habitacional deles, como chegar até o prefeito, onde ele estaria naquele fim de semana. Acho que o que construiu essa confiança foi esse trabalho que fizemos, de preparar a população para as

O secretário não se dispôs a receber as pessoas presentes, exceto por seus assessores diretos.

No final da manhã, o secretário entrou na sala de reuniões, onde se encontravam os que haviam solicitado uma audiência. Logo ao chegar, ele comunicou que havia solicitado a presença de policiais e disse que todos poderiam se considerar presos, inclusive as crianças. A seguir, determinou o fechamento dos portões da secretaria, com a ordem de impedir a entrada ou a saída de qualquer pessoa. Naquele momento, aproximadamente 20 viaturas policiais cercaram a sede. Os portões da FABES permaneceram fechados até as 14h, sem a permissão da entrada dos funcionários da secretaria, que estavam em horário de trabalho. No interior da secretaria, o clima era de extrema tensão, em virtude da presença ostensiva de policiais, que chegaram ao cúmulo de acompanhar as pessoas que iam beber água ou que se dirigiam ao banheiro. As pessoas estavam sem comida e sem água, confinadas em salas guardadas por policiais.²⁷ Por telefone, algumas pessoas que estavam no interior da secretaria entraram em contato com parlamentares, entidades e funcionários da FABES.²⁸ Por volta das 14h, em decorrência de gestões realizadas por membros da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo e por deputados, foram abertos os portões da FABES. Naquele momento, assistiu-se a um grande afluxo de servidores da FABES à sede para mostrar solidariedade aos colegas, além de profissionais da imprensa.

Foi formada uma comissão, integrada por 10 servidores e 10 representantes dos moradores, além de advogados que se encontravam presentes e que manteriam contato com o secretário. A comissão, no entanto, não conseguiu se reunir com o secretário, razão pela qual foram

reivindicações dela durante a ocupação na escola, além de fortalecer as lideranças existentes e apontar para elas os caminhos que tinham que seguir. [...] Eles tinham uma meta, que era conseguir uma proposta do secretário, e sabiam que eu e Anna éramos elementos-chave nessa negociação. [...] Eles confiavam porque tínhamos muito contato com as lideranças Wilson e Messias [...] e as lideranças influenciavam a população que estava na escola [...]. Os movimentos das outras favelas sabiam da importância do nosso trabalho junto a eles e isso tinha ressonância entre eles” (informação verbal, a partir de depoimentos de Isabel Leopoldina da Luz). “O povo reconhecia a gente como assistente social, porque sabia que a gente estava do lado deles” (informação verbal, a partir de depoimento de Márcia Accorsi).

27 “Ele mandou fechar os portões! Tudo fechado! Para ir ao banheiro, o pessoal tinha que ir acompanhado. Foi um horror! E ele não negociava com a gente. Ele saiu e veio o chefe de gabinete, que disse que ele não tinha condições psicológicas para receber ninguém. E [...] o povo cantando lá fora” (informação verbal, a partir de depoimento de Anna Maria Azevedo).

28 “Ele não ouviu e já mandou prender: ‘ninguém sai, ninguém entra’. E aí a gente ficou organizando internamente os grupos, as mulheres, a questão da alimentação... Conseguimos fazer uma pessoa fugir por uma portinha para entrar em contato com a Comissão de Justiça e Paz [...]. Aí, saiu na imprensa [...]. E as pessoas em pânico lá dentro [...]” (informação verbal, a partir de depoimento de Rosângela Paz).

feitas tratativas com o chefe de gabinete, com parlamentares e com membros da Comissão de Justiça e Paz. O coronel chegou a concordar com a revogação da intervenção na FABES em Itaquera-Guaianases e, após se recusar a revogar a transferência da assistente social Isabel Leopoldina da Luz, concordou com a proposta apresentada pelos parlamentares de autorizar sua designação para a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, a partir de onde a referida assistente social poderia ser autorizada a trabalhar novamente em Itaquera.

A proposta foi recusada pelos moradores e servidores, pois tal encaminhamento dava a entender que o trabalho da servidora era político-partidário, o que não correspondia à verdade, pois sua ação era consonante com o trabalho desenvolvido pela FABES. A não aceitação da proposta criou um impasse, já que a transferência da assistente social, responsável pela chefia da equipe de habitação, acarretaria uma descontinuidade dos trabalhos desenvolvidos pela unidade da FABES da Zona Leste.

Às 21h, os portões da secretaria voltaram a se fechar, estando fora diversos grupos de pessoas solidárias às reivindicações da comissão. O clima tornou-se ainda mais tenso, com ameaças de prisão e violência. Por volta das 2h30min do dia 28 de outubro de 1982 – em meio ao clima de tensão, decorrente das ameaças de invasão do local por tropas de choque da polícia, de prisão e de enquadramento da população e dos funcionários na Lei de Segurança Nacional²⁹ –, os que se encontravam no interior da secretaria (cerca de 200 pessoas) decidiram se retirar da sede, rumo à Igreja de São Francisco, onde se realizou uma assembleia, para a avaliação da situação e o encaminhamento de propostas.³⁰

29 Em reportagem do jornal “O Estado de São Paulo” de 29/10/1982, há um relato da ação, orquestrada pelo coronel Ávila e por agentes do DOPS, no princípio da madrugada, que provocou a imediata retirada dos 200 moradores e do numeroso grupo de assistentes sociais “amotinadas”, segundo a descrição do secretário para os jornalistas. “Em sua sala, o coronel havia recebido a deputada Irma Passoni [que era muito respeitada entre a população da periferia] e relatou a ela que tinha recebido um telex do ministro da Justiça que autorizava a mobilização das tropas de choque para o despejo dos ‘invasores’. Mas esse telex não existia, e sim breves informes do coronel sobre a ocupação ao prefeito Salim Curiati. A deputada dirigiu-se à população e aos servidores solicitando que todos saíssem por ter visto o suposto telex. Quando a deputada transmitia sua opinião, seis viaturas do patrulhamento tático móvel que estavam estacionadas perto do prédio da secretaria haviam saído um pouco antes da fala da deputada. As viaturas voltaram fazendo um barulho de sirenes e pneus cantando, dando a sensação de que as tropas de choque estavam chegando. Diante de todo esse aparato forjado pelo coronel, os moradores – homens, crianças, mulheres grávidas – resolveram sair em fila indiana e mãos dadas em direção à Igreja de São Francisco. Quando a deputada, ao perceber que caíra em um blefe, pediu ao coronel que lhe fosse mostrado o tal telex do ministro, ele lhe foi negado. O coronel relatou o blefe ao Jornal da Tarde” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 29/10/1982).

30 Relato de Maria Beatriz Abramides: “Luiza Erundina, eu, Xana e Lena Arigucci saímos de madrugada com a Irma Passoni para ir para a igreja da Vila Mariana em passeata. E foi uma conquista, porque depois eles foram obrigados a recuar e ter uma alternativa habitacional na Gleba do Pêssego, para

Então, veja como foi muito importante tudo isso: a articulação, a discussão, a insurgência, a resistência e a nossa forma de organização. A gente estava muito junto e envolveu a universidade. Quando ocorreu a discussão sobre a Gleba do Pêssego, a universidade foi até lá e nos apoiou. Quando a gente estava cercado pela polícia, os outros profissionais foram para lá, junto com os movimentos sociais. E digo que ocorreu uma efervescência muito grande de conquista. Então, nós conseguimos que a Gleba do Pêssego fosse, de fato, instaurada (informação verbal).³¹

A situação perdurou até a gente sair de madrugada, até chegar a negociação para a gente sair. Então, a gente saiu de passeata até a Igreja de São Francisco, que estava mais perto, para fazer a assembleia lá. Então, foi de fato, assim, um momento muito importante. Essa ocupação gerou depois um projeto grande, que foi a Gleba do Pêssego, que fez história (informação verbal).³²

Foi emocionante ver aquela gente reconhecer quem estava do lado deles. Foi muito bom. Foi a experiência mais gratificante que eu tive profissionalmente (informação verbal).³³

A intervenção imposta à unidade da FABES de Itaquera-Guaianases foi revogada no dia 29 de outubro de 1982, às 17h. No dia 3 de novembro, o Diário Oficial da Cidade de São Paulo publicou uma listagem com os nomes de 19 servidores que passariam a responder a processos administrativos, por terem participado de atos de insubordinação e de desrespeito à autoridade e à lei, de incitamento da população atendida pela FABES, de tumulto e, também, por terem facilitado a ação de agitadores profissionais junto à população, fatos que tiveram como clímax a ocupação violenta da sede da FABES desde as 10h do dia 27 até as 3h30 do dia 28 de outubro (DALLARI, 1982, p. 15-16).

aqueles movimentos sociais organizados. A gente fazia assembleias populares lá [...]. A assistente social Isabel L. Luz, emocionada entre os beijos e abraços que recebe dos moradores, expressa: “está havendo uma regressão na secretaria, principalmente com a entrada do coronel. Nós sentimos que ele não sabe o que é o diálogo, ele dialoga com armas, enquanto a população vai falar. Os moradores demonstram e demonstraram uma maturidade incrível e eles não querem ver isso. Há uma organização própria deles. Nós, funcionários públicos, vivemos sempre sob tensão, inseguros, com a instabilidade do trabalho” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 29/10/1982).

31 Depoimento de Maria Beatriz Abramides.

32 Depoimento de Rosângela Paz.

33 Depoimento de Anna Maria Azevedo.

O advogado³⁴ recorreu ao documento: “Política de Atuação e Estrutura Organizacional da Coordenadoria do Bem-Estar Social – COBES”, de 1979, produzido pelo GT já citado. A sua tese de defesa considerou o parâmetro de atuação da FABES, que dispõe que a “ação do poder público não deve servir para amenizar as contradições do sistema econômico, mas sim para promover a participação política da população, no sentido de que esta se organize, a fim de reivindicar a melhoria de suas condições de vida e trabalho” (DALLARI, 1982, p. 17-18). Segundo Dallari, é no referido contexto que se insere a atuação profissional dos servidores e dos demais funcionários da FABES. “O intenso envolvimento do acusado com a população se deve à própria natureza das atividades desenvolvidas pela FABES, sendo esta a razão que levou o acusado a permanecer junto à população que se encontrava nas dependências da FABES nos dias 27 e 28 de outubro” (DALLARI, 1982, p. 18).³⁵

No dia 28 de outubro de 1982, representantes de mais de 30 entidades públicas se reuniram na sede da APASSP, onde redigiram uma nota de repúdio, na qual denunciavam a criminalização da organização popular e as tentativas de intimidação dos profissionais. Segundo documentos analisados pela Comissão da Memória e da Verdade, em 1º de novembro, o coronel enviou ao delegado Romeu Tuma (então diretor do Departamento de Ordem Política e Social – Deops/SP) informações sobre a ocupação de 250 “invasores” da sede da secretaria, que, segundo o coronel, chegaram em dois grupos.

A primeira onda, composta por todos os funcionários da SURS-IG, um candidato a vereador pelo PT e membros

34 Pedro B. de Abreu Dallari foi o advogado que defendeu as profissionais do Serviço Social (e outros profissionais) contra o inquérito administrativo criado pela FABES. Participaram da defesa também os advogados Adilson de Abreu Dallari, Sebastião B. de Barros Tojal, Sérgio Rabello T. Renault e Valéria Simões Lira.

35 Pedro Dallari denuncia o caráter absolutamente aleatório que caracterizou a seleção dos indiciados para o processo administrativo. “Toda a ação da população e dos funcionários da FABES foi eminentemente coletiva; mais de 300 funcionários da secretaria estiveram no local; destes, apenas 19 foram acusados, sendo que dois dos indiciados não compareceram à secretaria em momento algum dos acontecimentos” (DALLARI, 1982, p. 26). Com base em tais argumentos, ele solicitou a anulação do processo instaurado, dentre outros motivos, em decorrência da completa ausência de provas das acusações que foram feitas no edital que instaurou o processo administrativo. Nos dias 2 e 13 de dezembro, mais 10 funcionários passaram a responder ao processo administrativo, sendo que 9 eram de Itaquera, totalizando 29 servidores. Entre as assistentes sociais indiciadas estavam Márcia A. Accorsi Pereira, Maria Beatriz C. Abramides, Chana Viner, Ana Lúcia dos Anjos (que, além de serem assistentes sociais da FABES, eram da Diretoria da APASSP e estiveram presentes em todo o processo de organização e luta), Rosângela S. Oliveira da Paz Cury, Viviane Patrícia Delgado, Denise Neri Blanes e Muna Zein. Os 29 indiciados foram absolvidos em 12 de março de 1983.

de uma suposta comissão de dirigentes dos abrigados na Escola Saturnino Pereira. A segunda onda de invasores era composta, basicamente, pelos invasores do Jardim São Paulo, favelados de Vila Flávia, dois religiosos, uma vereadora do PT e alguns funcionários desta Secretaria. [...] Diante da flagrante invasão, não houve alternativa para a Comissão de Justiça e Paz senão tentar a mediação. Algo que seria absolutamente impossível, já que, seguindo as táticas do método dialético marxista do Serviço Social, a assembleia foi entregue a coordenadores que só queriam o impasse. [...] Este secretário deixou passar mais algum tempo e, em seguida, realizou uma operação psicológica mais frontal, lançando temor entre os invasores e, com uma série de ardis comuns da guerra psicológica, conseguiu que os insubordinados saíssem pacificamente (COMISSÃO DA MEMÓRIA E VERDADE DA PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2016, p. 63).³⁶

Novos ataques do coronel às assistentes sociais foram feitos ao jornal Folha de S.Paulo, em que as acusava como “agentes revolucionárias, que estão utilizando a população como massa de manobra para atingir interesses político-ideológicos”.³⁷ Segundo o Relatório da Comissão da Memória e da Verdade (2016, p. 99), em 1982, o secretário distribuiu um documento aos supervisores regionais, em que denunciava a “‘filosofia’ dos trabalhadores da COBES, afirmando que era um pensamento que se propunha a reconceituar o Serviço Social a partir da dialética materialista de Marx e Engels”.

A repressão aos movimentos sociais e aos funcionários municipais, em especial nas áreas ligadas à assistência social e à moradia, na gestão do coronel Ávila à frente da FABES, foi investigada e denunciada por uma Comissão Especial de Inquérito (CEI) instalada na Câmara Municipal de São Paulo.³⁸

36 “O secretário afirmou [...] que o que ele viu e relatou ‘nada mais é do que a instauração de um processo de baderna e anarquia nesta cidade, com vistas à implantação do comunismo no País’. Acrescentou, ainda, a necessidade de obter respaldo do prefeito para agir ‘cirurgicamente na extirpação do câncer marxista que nos assola, instaurando inquérito administrativo contra os funcionários que, através das fotos dos órgãos de segurança, conseguimos identificar’ e que ‘os procedimentos de Direito Administrativo fatalmente nos darão elementos para o enquadramento desses funcionários na Lei de Segurança Nacional [...]’” (RELATÓRIO DA COMISSÃO DA MEMÓRIA E VERDADE DA PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2016, p. 212).

37 FOLHA DE S.PAULO. “Ávila acusa assistentes sociais”. São Paulo, 14/11/1982 *apud* RELATÓRIO DA COMISSÃO DA MEMÓRIA E VERDADE DA PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2016, p. 98.

38 A citada CEI foi criada por requerimento do vereador Walter Feldman, aprovado em fevereiro de 1983, para, entre outros pontos, apurar: “[...] o encaminhamento de solução para os problemas de

Conclusão

A construção deste trabalho profissional junto às famílias desalojadas e com o movimento que organizam pelo direito à moradia e contra a demissão e o remanejamento das profissionais tem seus móveis sociopolíticos centrais na reativação das organizações e lutas sociais daquela conjuntura, com a qual a organização política da categoria se articulou e foi construtora ativa.

A maioria das profissionais que estavam à frente do trabalho na região que aqui relatamos já construía, na década de 1970, o apoio às lutas do movimento sindical, dos movimentos sociais nas suas mais variadas e ricas reivindicações por direitos sociais e na participação da construção das organizações partidárias de esquerda e progressistas (sobretudo, a partir de 1979). E eram sujeitos da mediação dessas lutas no espaço organizativo da categoria, em que a reativação da organização sindical foi o ponto culminante para o fortalecimento da articulação dos segmentos profissionais com as lutas sociais desenvolvidas no período na cidade e no estado de São Paulo.

As determinações sociopolíticas das lutas sociais e sua expressão na organização política da categoria ensejam a criação de tensionamentos no espaço sócio-ocupacional aqui analisado, cuja expressão foi a formação das propostas do GT elaborado no âmbito da COBES em 1979, das quais, dentre as suas perspectivas de trabalho profissional, se destaca o desenvolvimento de uma relação direta com as mobilizações e organizações dos trabalhadores. O conhecimento de suas organizações, reivindicações e lideranças passou a ser uma condição necessária para a construção do trabalho profissional na região, o que, como bem afirma Isabel Luz, “destacava o Serviço Social. As reivindicações davam

moradia da população carente; o processo de criação e funcionamento de creches; a forma de aplicação das verbas da secretaria; a discriminatória seleção e contratação de pessoal; as ameaças e punições de servidores ligados a esta pasta” (2016, p. 205). Nas conclusões e propostas da CEI, foram evidenciadas as ameaças, intimidações e punições aos funcionários de forma arbitrária e injustificada e a adoção de uma política autoritária e centralizadora, que obstruiu o processo, instaurado em 1979, de abertura de espaço para a participação de técnicos e da população no encaminhamento das soluções das demandas e necessidades sociais, a desativação de equipes de trabalho e as intervenções em supervisões regionais (RELATÓRIO DA COMISSÃO DA MEMÓRIA E VERDADE DA PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2016, p. 206). O referido conjunto de denúncias da CEI definiu o afastamento do coronel Ávila, com sua exoneração (RELATÓRIO DA COMISSÃO DA MEMÓRIA E VERDADE DA PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2016, p. 207). O coronel retornaria à Prefeitura do Município de São Paulo no governo de Jânio Quadros, quando continuou a repressão aos movimentos de moradia, naquela oportunidade como secretário de Defesa Social, com o comando da Guarda Civil Metropolitana, que seria criada durante a gestão municipal de Jânio Quadros, com a exata função de reprimir os movimentos sociais.

a direção ao nosso trabalho. Eu tinha que partir deles. Eu tinha que trabalhar com eles” (informação verbal).³⁹

O enfrentamento do poder institucional pela defesa dos interesses e das necessidades das 150 famílias desalojadas gerou o recrudescimento da repressão, das demissões, dos afastamentos e dos indiciamentos de profissionais, muitas delas à frente da condução do processo de implantação da proposta do GT.

A relação e a articulação que as profissionais mantiveram com a organização e as mobilizações desenvolvidas pelos moradores constituíram a base política de sustentação das propostas e das ações que se faziam no âmbito institucional.

Nós tínhamos uma relação muito orgânica com os grupos organizados em algumas regiões. Por exemplo, quando a gente ia para a área, se reunia nos locais, às vezes nas casas deles ou às vezes na associação. Essa corrente de transmissão era muito forte e qualquer coisa que acontecesse na secretaria, de perseguição política e tal, rapidamente trazia essa mobilização. Eles se manifestavam, iam para a porta da secretaria, mandavam carta, manifesto, enfim [...]. Eu lembro que isso era muito presente. Isso acontecia muito, mesmo, porque a gente tinha essa relação orgânica, não era uma coisa eventual (informação verbal).⁴⁰

A experiência relatada expressa com vigor a relação direta das profissionais com as lutas dos movimentos sociais, articuladas com suas reivindicações por moradia. Houve todo um empenho na concepção e no trabalho profissional articulado na COBES e, posteriormente, na FABES, quando as assistentes sociais se pautavam em uma concepção da profissão com direção social definida coletivamente desde 1979, no Congresso da Virada, que era de ruptura com o conservadorismo na profissão.

39 Isabel Luz ressalta que a “presença do trabalho social da Igreja Católica, dos movimentos de creches, de saúde e de habitação no contexto de muitas organizações e lutas foi fundamental para impulsionar o trabalho que foi feito com eles. Não partiu dos profissionais do Serviço Social, mas a área que ele encontrou não poderia ser trabalhada sem contatar a Igreja Católica com o movimento de saúde, não poderia ser trabalhada sem escutar os movimentos sociais e as lideranças existentes. [...] As lideranças estavam formadas em suas reivindicações, e isso foi incorporado por todos os profissionais que trabalhavam na região – arquitetos, sociólogos, psicólogos e os administrativos. [...] Foi um trabalho diferenciado do realizado nas outras regiões [...]” (informação verbal).

40 Depoimento de Rachel Raichelis.

Ressaltamos também a importância do envolvimento de todos os profissionais das diferentes áreas nos processos de discussão e troca de experiências sobre as refrações da questão social com que defrontavam, seja nas diferentes zonas da cidade, seja na zona específica em que atuavam. Assim, reuniões zonais ocorriam por todas as zonas da cidade, em um trabalho coletivamente construído, avaliado e socializado, com uma metodologia de trabalho profissional que partia das múltiplas determinações postas na realidade social, em um momento da luta contra a ditadura, na crise da autocracia burguesa, no eclodir da luta de classes pelos movimentos sindicais e sociais da cidade e do campo e estudantis.

Na mesma direção, buscou-se romper com a fragmentação e a setorialização das políticas, criando possibilidades para uma apreensão integrada das necessidades sociais e o envolvimento coletivo dos profissionais na construção das ações. Foi com tal orientação que a atuação no Jardim São Paulo era discutida na regional de Itaquera, mas socializada em reuniões periódicas de profissionais da Zonal Leste, para traçarem tática e estrategicamente suas ações cotidianas.

Os depoimentos aqui relatados evidenciam um trabalho de compromisso sócio-histórico com os movimentos sociais, em que eram sujeitos vivos, ativos, protagonistas de suas lutas imediatas e históricas. Esta experiência relata, sobretudo, a relação direta e cotidiana entre as profissionais e a população demandatória de seus direitos, historicamente negados pela sociedade do capital, com maior recrudescimento nos períodos ditatoriais.

Aqui, constatamos a ação repressora, punitiva, violenta e policialesca do então coronel Ávila, à frente de uma secretaria basilar para o atendimento das duras e múltiplas necessidades das massas trabalhadoras, notadamente nas regiões mais periféricas e com ausência de serviços públicos, como a Zona Leste da cidade de São Paulo. É nessas regiões mais precarizadas que encontraremos movimentos expressivos por moradia, mas também pelo SUS, por creches diretas, por transporte coletivo, por ensino básico e fundamental. E foi na relação com tais movimentos (em particular, com o que aqui nos detivemos, que foi o movimento de moradia) que as profissionais tiveram a força política para tensionar os encaminhamentos dados pelo secretário, que se antagonizavam com os que elas propunham coletivamente, *com e junto* ao movimento. “Uma coisa de Itaquera – a gente era o poder público e

não era uma coisa muito fácil criar aliança em um poder público que, naquele momento, fazia parte de uma ditadura. [...] Itaquera foi uma escola para lidar um pouco com o conflito, para conhecer como é que a gente estabelecia essas relações de confiança” (informação verbal).⁴¹

Isso posto, é importante ressaltar que, ao debaterem com moradores das favelas, as assistentes sociais também debatiam todas as outras dimensões das lutas e, conseqüentemente, acompanhavam as assembleias populares de reivindicações sociais, rompendo com as setorizações fragmentadas e burocratizadas impostas pelas organizações públicas. Revisitar e revelar a experiência relatada nos possibilita ousar afirmar que, nos marcos da ruptura com o conservadorismo, há muitas experiências profissionais que não foram registradas. E aqui vai um convite para que façamos esse movimento. Que as lições do passado nos auxiliem, neste momento histórico, a projetar perspectivas futuras para o nosso projeto ético-político profissional, no sentido de recuperar avanços, detectar lacunas e reafirmar nosso posicionamento nos marcos de uma nova sociedade, sem a exploração de classe e sem opressões de gênero, raça, etnia, orientação sexual e geracional.

Referências

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa; CABRAL, Maria do Socorro. **O novo sindicalismo e o Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1995.

AZEVEDO, Anna Maria. “Relato dos acontecimentos que envolveram os moradores do Jardim São Paulo e corpo técnico da FABES/Itaquera, Guaianases”. São Paulo, mimeo, s/d.

DALLARI, Pedro B. de Abreu. “Defesa com relação aos fatos relatados no edital publicado no Diário Oficial em 2 de novembro de 1982”. São Paulo, mimeo, 8/11/1982.

ERUNDINA, Luiza. Memória da Associação Profissional dos Assistentes Sociais (APASSP), 2009. Disponível em: <<http://exerciciodapaixaopolitica.blogspot.com/2011/11/memoria-da-associacao-profissional-dos.html>>. Acesso em: 8 jan. 2024.

O ESTADO DE SÃO PAULO (periódico). São Paulo, ano 103, nº 33.019, p. 15, 29 out. 1982.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. **Relatório da Comissão da Memória e Verdade da Prefeitura de São Paulo**, dez./2016. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos_humanos/RelatorioCMV_DVD.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2024.

RAICHELIS, Raquel. **Legitimidade popular e poder público**. São Paulo: Cortez, 1988.

VINER, Chana. “As possibilidades de estratégias coletivas de ação profissional no atendimento a questões de sobrevivência da população: o plantão social”. **Dissertação de Mestrado**. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2000.

SER Social

TRABALHO, LUTAS SOCIAIS
E SERVIÇO SOCIAL

Brasília (DF), v. 26, nº 55, de julho a dezembro de 2024

Campi interiorizados da UFPE e o desafio da sua consolidação: uma análise a partir dos indicadores acadêmicos e profissionais da instituição

UFPE's internalized campuses and the challenge of their consolidation: an analysis based on the institution's academic and professional indicators

Los campus internalizados de la UFPE y el reto de su consolidación: un análisis a partir de los indicadores académicos y profesionales de la institución

Tatianne Amanda Bezerra da Silva¹
<https://orcid.org/0000-0002-4296-1219>

Recebido em: 17/04/2024
Aprovado em: 23/05/2024

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar a dinâmica de expansão interiorizada da Universidade Federal de Pernambuco e as suas repercussões para o desenvolvimento das atividades acadêmicas no Centro Acadêmico do Agreste e no Centro Acadêmico de Vitória.

¹ Doutora em Educação e mestra em Educação Contemporânea pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Bacharel em Serviço Social. Assistente social da UFPE, Campus de Caruaru (PE). Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/3193940723617058>>. E-mail: <tatianne.bezerra@ufpe.br>.

Como marco teórico-epistemológico, utilizamos o materialismo histórico-dialético. Como caminho metodológico, recorreremos à pesquisa documental, valendo-se de documentos da UFPE (2015a; 2015b; 2017; 2019) e de seus indicadores institucionais referentes à distribuição dos grupos de pesquisa, projetos de iniciação científica e projetos de extensão entre os diferentes *campi* da universidade. Como conclusões, verificamos que o *campus* sede da UFPE apresentou, quase sempre, os números mais proporcionais do que os das unidades acadêmicas interiorizadas, o que indica condições diferenciadas de desenvolvimento do trabalho acadêmico entre *campi* da universidade, com destaque para o contexto especialmente crítico da unidade de Caruaru.

Palavras-chave: interiorização universitária federal; trabalho docente; governos de Lula da Silva e Dilma Rousseff; Universidade Federal de Pernambuco.

Abstract: The aim of this article is to analyze the dynamics of the internal expansion of the Federal University of Pernambuco and its repercussions for the development of academic activities at the Agreste Academic Center and the Vitória Academic Center. As a theoretical-epistemological framework, we used historical-dialectical materialism. As a methodological approach, we resorted to documentary research, using UFPE documents (2015a; 2015b; 2017; 2019) and its institutional indicators regarding the distribution of research groups, scientific initiation projects and extension projects between the different campuses of the university. In conclusion, we found that UFPE's headquarters campus almost always had more proportional figures than the academic units in the interior, indicating different conditions for the development of academic work between the university's campuses, with the Caruaru unit's particularly critical context standing out.

Keywords: federal university internalization; teaching work; Lula da Silva and Dilma Rousseff governments; Federal University of Pernambuco.

Resumen: El objetivo de este artículo es analizar la dinámica de la expansión interna de la Universidad Federal de Pernambuco y sus repercusiones en el desarrollo de las actividades académicas del Centro Académico de Agreste y del Centro Académico de Vitória. Como

marco teórico-epistemológico, utilizamos el materialismo histórico-dialéctico. Como abordaje metodológico, utilizamos la investigación documental, a partir de los documentos de la UFPE (2015a; 2015b; 2017; 2019) y sus indicadores institucionales relativos a la distribución de grupos de investigación, proyectos de iniciación científica y proyectos de extensión entre los diferentes campus de la universidad. En conclusión, encontramos que el campus sede de la UFPE casi siempre tuvo cifras más proporcionales que las unidades académicas del interior, indicando condiciones diferentes para el desarrollo del trabajo académico entre los campus de la universidad, destacándose el contexto particularmente crítico de la unidad de Caruaru.

Palabras clave: internalización de la universidad federal; trabajo docente; gobiernos de Lula da Silva y Dilma Rousseff; Universidad Federal de Pernambuco.

Introdução

Este artigo tem o objetivo de analisar a dinâmica de expansão interiorizada da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e as suas repercussões para o desenvolvimento das atividades acadêmicas em seus dois *campi* do interior.² Por conseguinte, como espaço empírico do nosso trabalho, estabelecemos a UFPE e, mais especificamente, as suas duas unidades acadêmicas interiorizadas, sendo elas: o Centro Acadêmico do Agreste (CAA), criado mediante a Resolução nº 03/2005, e o Centro Acadêmico de Vitória (CAV), criado por meio da Resolução nº 01/2006, localizados nos municípios de Caruaru (a 135 km de Recife) e de Vitória de Santo Antão (a 49 km de Recife), respectivamente. Os referidos centros fizeram parte do primeiro ciclo de expansão das universidades federais dos dois primeiros governos de Lula da Silva (2003-2010), que se deram entre 2003 e 2007, com o Programa Expandir.

Como marco teórico-epistemológico, utilizamos o materialismo histórico-dialéctico, segundo o qual as condições concretas estabelecidas pelo ser humano para se produzir e se reproduzir materialmente configuram-se como fundamentos para a análise de toda a vida social. Isso

2 O presente trabalho é fruto de uma pesquisa desenvolvida no curso de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPE, intitulada: “A expansão da educação superior pública nos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff: a interiorização da Universidade Federal de Pernambuco e suas implicações para o trabalho docente”. O estudo contou com o financiamento da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco (Facepe).

porque, conforme Marx e Engels (2009, p. 40), o primeiro pressuposto de toda a existência humana é que “os homens têm de estar em condições de viver para poder ‘fazer história’”.

Segundo os autores (MARX & ENGELS, 2009, p. 40), o primeiro ato histórico humano é a produção dos meios para a satisfação das necessidades mais elementares de reprodução da sua existência, de maneira a garantir aos homens que se mantenham vivos. Em tais condições de reprodução da vida, incluem-se as atividades de comer e beber, a habitação, o vestuário e ainda outras necessidades, que se tornam cada vez mais complexas e diferenciadas. No devir histórico, portanto, as necessidades humanas vão se diversificando, criando objetivações mais complexas e novas relações sociais e políticas, sem perder de vista, porém, que a produção da própria vida material permanece sendo a “condição fundamental de toda a história, que, ainda hoje, tal como há milhares de anos, tem de ser realizada dia a dia, hora a hora, para ao menos manter os homens vivos” (MARX & ENGELS, 2009, p. 41).

De tal modo, entendemos, ainda conforme Marx e Engels (2009), que toda a estrutura social e política decorre constantemente dos processos de vida de determinados indivíduos, ou seja, de como eles se produzem materialmente. Assim, examinar a realidade sócio-histórica em suas múltiplas dimensões pressupõe considerarmos a sua conexão com determinado nível de desenvolvimento das forças produtivas e dos meios utilizados pelos seres humanos para a satisfação das suas necessidades materiais. Logo, podemos compreender que

restos de antigos instrumentos de trabalho têm, para a avaliação de formações econômico-sociais extintas, a mesma importância que a estrutura dos ossos fósseis para o conhecimento de espécies animais desaparecidas. O que distingue as diferentes épocas econômicas não é o que se faz, mas como, com que meios de trabalho se faz. Os meios de trabalho servem para medir o desenvolvimento da força humana de trabalho e, além disso, indicam as condições sociais em que se realiza o trabalho (MARX, 2016, p. 213-214).

No que diz respeito ao caminho metodológico, recorreremos à pesquisa documental. Como fontes de dados, utilizamos os seguintes documentos da UFPE: “Plano de Desenvolvimento Institucional

(2014-2018)”, “Indicadores Institucionais da UFPE 2007-2014”, “Anuário Estatístico UFPE 2017 – Base 2016” e “Anuário Estatístico UFPE 2019 – Base 2018”. Para a escolha destes últimos, foram realizadas leituras aproximativas do material coletado, de modo a identificar quais publicações da instituição nos possibilitariam uma aproximação da realidade profissional e acadêmica de seus *campi* interiorizados.

Além dos documentos mencionados, recorreremos também a indicadores institucionais referentes aos grupos de pesquisa, aos projetos de iniciação científica e aos projetos de extensão relativos ao ano de 2018, considerando a distribuição por *campi* da universidade. Para a obtenção das informações referentes aos grupos de pesquisa e projetos de iniciação científica (Pibic), entramos em contato, por *e-mail*, com setores da então Diretoria de Pesquisa da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (Propesq) da UFPE. Para a obtenção dos dados sobre projetos de extensão da universidade, protocolamos um ofício junto à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROExC) da UFPE. O retorno com os dados nos foi dado também por *e-mail*.

Desafios do processo de expansão interiorizada da educação superior nos governos de Lula da Silva e Dilma Rousseff

Os governos de Lula da Silva (2003-2010) marcaram uma expansão inédita e contraditória das universidades federais brasileiras, com a criação de 14 novas universidades e 126 novos *campi* (BRASIL, 2012). Entre 2011 e 2014, no governo de Dilma Rousseff (2011-2016), foram criadas mais quatro universidades e 47 novos *campi* (BRASIL, 2015).

Tal retomada da expansão da educação superior pública brasileira nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) pode ser resumida em três fases principais, a saber: interiorização, reestruturação universitária e integração regional e internacional. A fase I, também conhecida como “Programa Expandir”, compreendeu o período de 2003 a 2007 e teve como principal meta interiorizar a educação superior pública federal, priorizando o processo de expansão e redução das assimetrias regionais responsáveis pela concentração das universidades federais em metrópoles e regiões com maior poder aquisitivo da população. A fase II, de expansão das universidades, estendeu-se de 2008 a 2012 e foi marcada

tanto pela continuidade do processo de interiorização das universidades federais, quanto pela implementação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), o qual enfocou a reestruturação e expansão dessas instituições. Por fim, a fase III se pautou não somente pela implantação de novas unidades, mas também pela implementação de políticas específicas de integração, fixação e desenvolvimento regional, tais como o Programa de Expansão do Ensino Médico, o Programa Viver Sem Limite e o Procampo (BRASIL, 2015).

Essa ampliação quantitativa das vagas em instituições federais de educação superior (Ifes) é frequentemente utilizada para comprovar a superioridade dos governos do PT em relação às gestões anteriores. Entretanto, apenas o avanço quantitativo não é capaz de mostrar a riqueza de contradições de tais políticas de expansão e interiorização da educação superior no início do século XXI. Como destaca Leher (2010), existe uma tendência em voga, usual sobretudo entre os intelectuais funcionários a serviço de uma gestão, que consiste em estabelecer comparações com o governo imediatamente anterior, apontando os avanços e retrocessos. Neste caso, a comparação entre os governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995-2002) e os governos de Lula da Silva representa um metro atrofiado, haja vista que os governos de FHC se apresentaram frontalmente contra a educação pública e adotaram a opção inequívoca a favor da mercantilização da educação.

Conforme o autor (LEHER, 2010), partindo de uma análise comparativa e considerando um quadro bastante problemático deixado pelo neoliberalismo de FHC no campo da educação pública, um pequeno avanço aqui e outro ali (em especial, se tratando de números sobre a expansão da rede federal de educação superior) representariam a comprovação empírica da superioridade dos governos de Lula da Silva. Todavia, trata-se de um tipo de compreensão que dissimula o fato de que, embora os governos de FHC tenham sido asperamente criticados pelo PT, por terem ampliado as matrículas da educação superior privada durante as suas gestões, as matrículas em instituições mercantis subsidiadas pelo Estado foram ainda maiores nos governos de Lula da Silva. “Por meio de verdadeiras cambalhotas na argumentação, os intelectuais-funcionários [sic] agora reivindicam a ampliação privado-mercantil como um ‘avanço democrático’” (LEHER, 2010, p. 370).

É uma abordagem que não permite realçar também as condições nas quais a expansão da rede federal de educação superior ocorreu nas

últimas décadas, mediante a reestruturação das universidades federais existentes e com a criação de novas instituições públicas em um contexto de restrições orçamentárias impostas pela macroeconomia neoliberal.

O formato dessa expansão universitária ganha um sentido mais claro a partir da análise de Saad Filho e Morais (2018) acerca do sistema de acumulação (SA) adotado pelas gestões do PT. Como argumentam os autores, apesar de um evidente distanciamento dos governos de Lula da Silva e Dilma Rousseff da pura ortodoxia econômica neoliberal, cujo exemplo precedente pode ser encontrado nas gestões de FHC, os governos do PT não abandonaram em essência o neoliberalismo, uma vez que introduziram uma série de iniciativas neodesenvolvimentistas e de ampliação da cidadania paralelamente ao tripé neoliberal, constituindo o que eles classificam como *neoliberalismo desenvolvimentista*. Isso significa afirmar que, embora as gestões do PT tenham recorrido a mecanismos democráticos e de ampliação da cidadania, modificaram apenas na margem e sem alterações significativas a dinâmica das políticas econômicas neoliberais, produzindo um sincretismo entre o neoliberalismo e o intervencionismo, o que explica as particularidades de suas políticas educacionais, assim como as suas limitações.

Portanto, a despeito de ser heterodoxo e conciliado com medidas desenvolvimentistas, tendo o neoliberalismo como pano de fundo, conforme Saad Filho e Morais (2018), o máximo que o PT conseguiu fazer foi executar mudanças marginais, aumentando o investimento em alguns setores, mas sem alterações significativas da totalidade neoliberal. Do ponto de vista da expansão da educação superior pública, a consequência disso foi a sua adequação ao modelo de acumulação em voga, priorizando os interesses do capital em relação ao financiamento para as universidades federais e cortando direitos de seus servidores, enquanto destina volumosas parcelas de recursos às empresas educacionais e à dívida pública.

Sobre o padrão privatista das políticas de educação superior nos governos de Lula da Silva e Dilma Rousseff, tomando como referência o período de 2003 a 2015, Reis e Macário (2020) evidenciam que “os recursos públicos destinados ao setor privado representaram o exponencial crescimento de 1.069%: de R\$ 1,740 bilhão, em 2003, para R\$ 20,336 bilhões” (REIS; MACÁRIO, 2020, p. 37). Em comparação com os recursos destinados para as universidades federais, temos o seguinte panorama: em 2003, os recursos públicos destinados ao setor privado representavam 7,97% do orçamento das universidades federais

(incluindo o orçamento dos hospitais universitários). Já em 2017, os recursos passaram a representar 44,17%, o que, segundo os autores, significa que o governo federal, mais especialmente o governo de Dilma Rousseff, aumentou expressivamente os recursos públicos direcionados ao financiamento da educação superior privada.

Tratou-se, portanto, de um padrão de expansão da educação superior que considerou o braço público (mas, sobretudo, o braço privado) na ampliação das vagas, como atestam os dados do Censo da Educação Superior (BRASIL, 2017), segundo os quais as instituições privadas contavam, em 2016, com uma participação de 75,3% (6.058.623) no total de matrículas de graduação brasileiras, enquanto a rede pública contava com apenas 24,7% (1.990.078). Temos, desse modo, um contexto no qual a ampliação da oferta de vagas de graduação se manteve, sobretudo mediante o favorecimento de setores privatistas.

Por outro lado, ao setor público foi estabelecida uma dinâmica de expansão, alicerçada em um processo de reestruturação das universidades federais existentes e de criação de instituições sem recursos humanos e financeiros necessários, adequando-as ao modelo de restrição orçamentária, com infraestrutura deficitária e com implicações para as condições de trabalho em seu interior.

A ausência de infraestrutura adequada, a falta de acesso a recursos necessários e as condições de trabalho precárias em Ifes têm sido demonstradas e amplamente denunciadas por diversos estudos acadêmicos e entidades da categoria, a exemplo do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN), que, no “Dossiê Nacional Precarização: Precarização das Condições de Trabalho I” (2013a) e no “Dossiê Nacional Precarização: Precarização das Condições de Trabalho II” (2013b), apresentou um conjunto de dados que demonstram as condições difíceis de funcionamento e de trabalho nas novas unidades acadêmicas criadas nas últimas décadas.

Conforme destaca o sindicato, “o que se vê, de Norte a Sul do País, são improvisações, obras inacabadas, equipamentos deteriorados e a mais absoluta falta de condições de lecionar e de fazer pesquisa” (ANDES-SN, 2013b, p. 3). Mas não só isso, porque há desconstrução da carreira docente, perdas salariais, falta de transparência na gestão dos orçamentos e de democracia no meio acadêmico, além de processos avaliativos desligados da contribuição particular de cada percurso

acadêmico ao projeto de desenvolvimento institucional, cujos efeitos se fazem sentir no estímulo ao produtivismo, na individualização e na divisão da categoria (ANDES-SN, 2013b).

Ribeiro, Léda e Silva (2015) destacam, de modo semelhante, as condições precárias de trabalho em um polo do interior da Universidade Federal Fluminense (UFF), onde, mediante um questionário, respondido por mais da metade dos docentes da unidade, além das condições precárias de trabalho, “obteve-se a resposta unânime de que são, no mínimo, adversas as condições de pesquisa (adjetivadas como inexistentes, péssimas ou insuficientes)” (RIBEIRO; LÉDA; SILVA, 2015, p. 165).

As condições especialmente difíceis das unidades interiorizadas da UFF são reafirmadas por Lisboa (2013), que cita o caso do Polo Universitário de Rio das Ostras (RJ), no qual foram verificados problemas, tais como: salas de aula inadequadas para o trabalho didático-pedagógico; insalubridade por falta de ventilação; laboratório pequeno para as atividades de ensino, pesquisa e extensão; perigo das instalações, em virtude de uma situação provisória, que havia se tornado definitiva; dificuldades para a solicitação e o armazenamento de materiais, porque estavam em contêineres; falta de restaurante universitário (RU) etc.

Outro exemplo problemático apontado pela autora foi o da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), mais especificamente da sua Unidade Acadêmica de Serra Talhada (UAST), no sertão pernambucano. Conforme ela destaca, seis anos após o Reuni, a precariedade das instalações e do funcionamento da UAST parecia ter se cristalizado: (I) não havia espaço físico adequado para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão; (II) os docentes se amontoavam em salas, que chegavam a abrigar até 30 pessoas; (III) ausência de laboratórios de ensino e de pesquisa ou com seu funcionamento improvisado; (IV) ausência de espaços para a recepção de materiais e a instalação de equipamentos e maquinários adquiridos; (V) salas de aula insuficientes; (VI) falta de restaurante universitário e de áreas de convivência para os estudantes; (VII) deficiência na rede de computadores; (VIII) carência de equipamentos, como telefones e ramais nas salas dos docentes; e (IX) falta de pessoal técnico-administrativo, dentre outros (LISBOA, 2013).

Costa (2013), por sua vez, apresentou a precariedade do *campus* da Universidade Federal do Pará (UFPA), situado na Rodovia PA-242, no município de Capanema (PA). “Com apenas um pavilhão de salas,

prédios em construção e o mato tomando conta do espaço, o *campus* de Capanema é o retrato da política de expansão da educação superior do governo federal na Amazônia” (COSTA, 2013, p. 41).

Um retrato parecido de condições precárias de funcionamento das novas universidades federais é o caso do *campus* interiorizado da Universidade Federal de Goiás (UFG), situado no município de Catalão (GO). Como destaca Xavier (2013), o *campus* de Catalão, ao aderir ao Reuni, triplicou seu número de cursos (de sete para 21), o que significa que contava com 210 alunos ingressantes por ano e passou para 980. Contudo, o aumento no número de vagas não se fez acompanhar da infraestrutura necessária: (I) o prédio do restaurante universitário da instituição, embora pronto, não funcionava, por terem se “esquecido” de fazer uma rede de esgoto; (II) o acesso às edificações era precário, uma vez que não contava com calçadas; (III) as salas de aula eram apertadas e não tinham ventiladores ou aparelhos de ar-condicionado; (IV) a instituição contava com um número insuficiente de equipamentos de *datashow*; (V) faltavam computadores; e (VI) o acesso à *internet* era precário etc.

Sintomas das condições de trabalho docente nos *campi* interiorizados também foram apontados por Coêlho (2015), ao estudar os anos iniciais de funcionamento do *campus* Pontal, primeira unidade interiorizada da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Como indica a autora, o *campus* Pontal, localizado no município de Ituiutaba (MG), funcionou por cerca de cinco anos em estruturas provisórias, emprestadas ou alugadas pela universidade, sem garantias de condições de trabalho adequadas para os seus docentes. Embora muitos dos problemas vivenciados pelos profissionais tenham sido sanados mediante a transferência para a estrutura própria e definitiva do *campus*, após a mudança das atividades administrativas e acadêmicas para o novo local, 53,8% dos participantes do estudo ainda percebiam como piores as condições de trabalho no *campus* Pontal, em comparação com aquelas ofertadas na sede, o que demonstrava desigualdades entre as diferentes unidades acadêmicas da universidade.

Os exemplos apontados por Lisboa (2013), Costa (2013), Xavier (2013), Coêlho (2015) e Ribeiro, Léda e Silva (2015) não são casos isolados, mas sintomas das condições de ampliação das novas universidades e *campi* nas últimas décadas. Os dados demonstram a frequente ausência de condições adequadas de financiamento, formação e trabalho dessas novas instituições, que foram criadas ou expandidas em um

contexto de *déficit* financeiro acumulado, sem garantias de recursos e sem estrutura física necessária.

É, portanto, no mencionado cenário de interiorização da rede federal de educação superior que inserimos a nossa pesquisa, propondo-nos a examinar a dinâmica de expansão da UFPE e as suas repercussões para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão em seus dois *campi* interiorizados. Para alcançar tal fim, apresentaremos no próximo item alguns dados sobre a distribuição do corpo profissional e das atividades acadêmicas nas diferentes unidades acadêmicas da universidade.

Distribuição do quadro profissional e das atividades acadêmicas nos *campi* interiorizados da UFPE

Um cenário do corpo docente da UFPE pode ser vislumbrado na tabela a seguir, na qual estão expostos os números de profissionais da instituição ao longo dos últimos anos, bem como a distribuição dos professores efetivos da universidade por categoria funcional.

Tabela 1. Corpo docente efetivo da UFPE por classe (2010, 2013, 2016 e 2018)

Classe	Ano de 2010 Quant.	Ano de 2013 Quant.	Ano de 2016 Quant.	Ano de 2018 Quant.
Auxiliar	27	140	54	44
Assistente	407	311	281	206
Adjunto	1.278	1.252	1.303	1.138
Associado	278	450	640	796
Titular	64	109	170	233
Total	2.054	2.262	2.448	2.417

Fonte: Silva (2023).

Nota: como base de dados, foram utilizados os da UFPE (2015a; 2017; 2019).

Conforme destacam os indicadores da UFPE (2015a; 2017; 2019), a distribuição dos docentes efetivos, segundo classes, demonstra uma melhoria entre o período de 2010 e 2018, com crescimento no número de professores em classes mais elevadas da carreira na instituição. Houve uma diminuição na proporção de docentes das classes de auxiliar e

assistente e um aumento nas classes de associado e titular. No que se refere ao número de professores efetivos, entre 2010 e 2018, houve um crescimento de 17,7%.

Quando consideramos o crescimento no número de docentes apresentado pela instituição nos últimos anos, verificamos indicadores proporcionais, que acompanham o número de matrículas dos alunos de graduações presenciais. Em 2010, a UFPE contava com um total geral de 27.764 discentes matriculados em seus cursos de graduação presencial (UFPE, 2015b). Em 2018, o número subiu para 33.161 discentes³ (UFPE, 2019). Ou seja, o crescimento do número de discentes matriculados em graduações presenciais na instituição foi de 19,1% no período, enquanto o do número de docentes efetivos chegou à marca de 17,7%.

Neste sentido, se em 2010 a proporção geral de discentes por docentes na universidade era de 13,5 por 1, em 2018 a cifra representava 13,7 por 1.⁴ Tais dados assinalam que, no contexto pós-Reuni (que estabelecia uma relação média de 18 alunos por professor), a proporção de discentes por docentes nas graduações presenciais da UFPE não apresentou alteração significativa. No entanto, é preciso ressaltar que o referido indicador não considerou o número de estudantes matriculados nos cinco cursos de graduação à distância da universidade⁵ e nos 184 cursos de pós-graduação (especializações, mestrados e doutorados) da instituição no período, que representavam 864 e 11.019 alunos, respectivamente (UFPE, 2019).

Além do quantitativo de discentes e docentes, outro elemento que merece nossa atenção, quando analisamos o trabalho docente na UFPE, é o modo como está constituído o corpo técnico-administrativo. Entre 2010 e 2018, a instituição apontou para uma expansão de 5,3% da quantidade de servidores efetivos do quadro técnico-administrativo, passando de 3.787 para 3.986 técnicos no período analisado (UFPE, 2019).

Constatamos que, diferentemente do caso dos docentes efetivos (17,7%), o aumento nas cifras de técnicos administrativos (5,3%) não acompanhou de forma tão proporcional o crescimento das matrículas

3 As citadas cifras não consideram os alunos ingressantes e os concluintes da instituição, que no ano em questão eram 7.039 e 4.258, respectivamente (UFPE, 2019).

4 Para a definição das medidas proporcionais de discentes por docentes (assim como de discentes por técnicos administrativos, grupos de pesquisa por discente etc.), utilizamos a fórmula simples de divisão do número de estudantes matriculados na instituição no ano em questão pelo número de professores efetivos vinculados à universidade no mesmo período.

5 No período analisado, todos localizados em Recife (PE).

(19,1%), o que pode representar indícios de precarização e de intensificação do eixo de trabalho dos referidos profissionais ao longo dos últimos anos. A proporção geral de alunos de graduações presenciais por técnicos administrativos efetivos na universidade ficou em torno de 8,3 por 1 em 2018. O quadro geral desses técnicos, por sua vez, encontrava-se assim distribuído em 2018: 221 situados em centros acadêmicos fora da sede, 1.175 lotados em centros acadêmicos de Recife (PE), 1.524 em órgãos suplementares e 1.066 na reitoria (UFPE, 2019).

Tratando sobre a realidade específica dos docentes efetivos no Centro Acadêmico do Agreste, temos a seguinte configuração: em 2018, a instituição contava com 292 docentes, sendo que 26 eram auxiliares, 54 eram assistentes, 157 eram adjuntos, 54 eram associados e um era titular, dos quais 216 eram doutores, 59 eram mestres, 15 eram especialistas e dois eram graduados (UFPE, 2019).

Ao considerarmos a proporção de discentes por docentes de graduação presencial no *campus* em 2018, tínhamos 4.808 discentes para 292 docentes (UFPE, 2019), o que significa o indicativo médio de 16,5 alunos por professor. Ou seja, o número proporcional do *campus* se mostrou mais próximo da meta global estabelecida pelo Reuni do que o número da relação geral apresentado pela UFPE, que era de 13,7.

Lembremos que, conforme o previsto no Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, a meta global do Reuni é a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para 90% e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para 18, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano (BRASIL, 2007). A finalidade do programa era, portanto, possibilitar um aumento no número de vagas ofertadas pelas instituições de educação, sem o aumento proporcional de docentes e de recursos, construindo, assim, o que podemos denominar de universidade enxuta ou liofilizada (ANTUNES; PINTO, 2017),⁶ em consonância com o padrão toyotista.

Se, para uma parcela da sociedade, podem não ser impactantes os números do Reuni, que versam sobre a relação entre o número de alunos e docentes, nas palavras de Oliveira (2013, p. 25),

6 Como liofilização, Antunes e Pinto (2017) designam o mecanismo toyotista de redução do número de trabalhadores nas organizações onde a medida é aplicada. Em seus termos, “como a liofilização não é um termo das ciências sociais, cabe aqui uma explicação rápida: na química, liofilizar significa, em um processo de temperatura baixa, secar as substâncias vivas. O leite em pó é um leite liofilizado. Referimo-nos, portanto, aqui, à secagem da substância viva, que, na empresa, é o trabalho vivo, que produz coisas úteis, riqueza material e valor e que, contraditoriamente, se reduz no capitalismo” (*ibidem*, p. 73).

[...] no cotidiano de trabalho dos professores, eles disseminam em todo o País os seus efeitos negativos, tais como carga horária excessiva de trabalho, queda da qualidade do ensino e prejuízos para a saúde dos docentes. Os números do Reuni são proporcionais ao aumento do nível de precarização do trabalho docente. [...] No ensino fundamental e médio, uma relação como a prevista no Reuni, de um docente para cada grupo de dezoito alunos, é considerada reduzida. Mas, no ensino superior, essa relação é elevada e resultou em muitos prejuízos para a universidade pública brasileira, porque promoveu a queda da qualidade de ensino, da pesquisa científica e das atividades de extensão.

Assim, considerando os indicadores do Reuni e suas implicações para a realidade docente, conferimos a necessidade de atenção aos números referentes à relação de discentes por professores no âmbito da UFPE e, mais especificamente, do CAA.

Abordando a realidade do trabalho docente no Centro Acadêmico de Vitória, temos a seguinte conformação: em 2018, a instituição contava com 143 docentes, sendo que 15 eram assistentes, 85 eram adjuntos, 42 eram associados e um era titular, dos quais 122 eram doutores e 21 eram mestres (UFPE, 2019).

Ao analisarmos a proporção de discentes por docentes no CAV em 2018, tínhamos 1.937 discentes de graduações presenciais para 143 docentes (UFPE, 2019), o que representava uma relação média de 13,5 alunos por professor, ou seja, uma relação mais proporcional do que a do CAA. Se considerarmos os indicadores do *campus* de Recife⁷ (13,3) ou do CAV (13,5), o caso do CAA (16,5) segue se mostrando mais elevado.

Recorrendo ao exame da relação de discentes por técnicos administrativos das diferentes unidades acadêmicas da UFPE, verificamos que o CAA novamente demonstrou a maior relação da instituição, com a média de 35,9 discentes por técnico, enquanto o CAV apresentou uma média de 22,3 discentes por técnico e Recife teve a média de 22,5.⁸

Os números sobre o quadro técnico-administrativo são também importantes do ponto de vista das condições do trabalho docente, pois,

7 Com 26.416 alunos matriculados em cursos de graduação presencial, para 1.982 professores efetivos do ensino superior (UFPE, 2019).

8 No cálculo, não foram considerados técnicos presentes em órgãos suplementares e na reitoria. Como apresentado anteriormente, a proporção geral de alunos de graduações presenciais por técnicos administrativos efetivos na instituição ficou, em 2018, em torno de 8,3.

conforme ressaltado por Sguissardi e Silva Júnior (2009), a diminuição no quadro técnico-administrativo traz prejuízos para o pleno exercício das funções docentes e acaba por resultar em uma intensificação do trabalho também dos professores. Uma vez que há uma defasagem de técnicos administrativos, os docentes têm que assumir funções que há tempos eram desempenhadas por profissionais específicos, ampliando assim seu leque de atribuições, o que resulta em uma intensificação do eixo de trabalho. Trata-se de uma questão extremamente importante, especialmente quando se considera o processo de reestruturação produtiva, de substituição tecnológica e de aumento do desemprego. Há uma diminuição significativa no número de funcionários técnicos administrativos nas universidades, que muitas vezes são substituídos por novas tecnologias. Considerando-se que os professores universitários não têm mais profissionais específicos suficientes para realizar as atividades de apoio, eles acabam tendo suas responsabilidades e funções ampliadas.

No que se refere à pesquisa, dados fornecidos pelo setor de Grupos de Pesquisa e Projetos de Pesquisa, presente na Diretoria de Pesquisa da então Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (Propesq) da UFPE, indicaram que, no início de 2019, a universidade contava com 529 grupos de pesquisa certificados pela Plataforma Lattes, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), dos quais 463 estavam concentrados no *campus* de Recife (PE), 44 estavam no *campus* de Caruaru (PE) e 22 estavam no *campus* de Vitória de Santo Antão (PE).⁹

De forma proporcional, a partir do número de discentes matriculados no ano de 2018 em cada *campus*, podemos verificar que, no caso de Recife, tínhamos a média de um grupo de pesquisa para cada 57 alunos de graduação presencial; no CAA, um grupo de pesquisa para 109 discentes; e, no CAV, um grupo de pesquisa para 88 alunos. Mais uma vez, o *campus* de Caruaru contou com os índices mais elevados.

9 Destacamos que, ao fornecer os dados referentes a grupos de pesquisa da UFPE, o setor responsável nos informou que a instituição não contaria com um banco de dados próprio de grupos de pesquisas, uma vez que tal procedimento é realizado na Plataforma Lattes, do CNPq. De todo modo, foi-nos disponibilizada por *e-mail*, no dia 6 de maio de 2019, uma tabela atualizada (no modelo disponibilizado pela Plataforma Lattes) com os grupos da UFPE certificados pelo CNPq no período. No que se refere à divisão por *campi*, como a planilha elaborada pela plataforma não trazia a informação, a autora se propôs a pesquisar individualmente, a partir dos nomes dos pesquisadores e dos currículos cadastrados na Plataforma Lattes, com seus respectivos endereços profissionais e *campi* onde estavam lotados. Portanto, a relação entre docentes e *campi* foi estabelecida por intermédio dos endereços profissionais indicados pelos professores na Plataforma Lattes no momento da consulta realizada pela pesquisadora.

Levando-se em consideração os dados sobre iniciação científica da universidade, disponibilizados pelo Setor de Bolsas de Iniciação Científica, presente também na então Diretoria de Pesquisa da Propesq da UFPE, a realidade não foi muito diferente. No primeiro semestre de 2018, havia 859 projetos de iniciação científica sendo executados em Recife,¹⁰ 53 projetos em Caruaru¹¹ e 43 em Vitória de Santo Antão,¹² o que significou uma média de 31, 91 e 45 alunos de graduações presenciais por projeto, respectivamente.

No segundo semestre do mesmo ano, existiam 839 projetos de iniciação científica sendo executados em Recife,¹³ 65 em Caruaru¹⁴ e 51 em Vitória de Santo Antão,¹⁵ o que representou uma média de 32, 74 e 38 alunos de graduações presenciais por projeto, respectivamente. São dados que demonstram, mais uma vez, a realidade especialmente problemática do *campus* de Caruaru, cujos indicadores são os mais elevados e menos proporcionais da UFPE.

Indicadores institucionais, fornecidos pela Coordenação de Gestão da Extensão da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROExC) da UFPE, sobre projetos de extensão desenvolvidos na universidade, demonstram que não é exceção a disparidade entre unidades acadêmicas da instituição, com destaque para o CAA. Em 2018, foram executados 330 projetos de extensão no *campus* de Recife, 41 projetos no *campus* de Caruaru e 54 projetos no *campus* de Vitória de Santo Antão, o que significou uma média de 80, 117 e 36 alunos de graduações presenciais por projeto, respectivamente. Constatamos, assim, que mais uma vez os indicadores da universidade assinalaram condições diferenciadas de realização das diversas dimensões do trabalho docente universitário entre as unidades acadêmicas da instituição, com destaque para a realidade particularmente crítica do *campus* de Caruaru.

Notas, à guisa de conclusão

A partir da análise dos dados profissionais e acadêmicos da UFPE, constatamos que o *campus* de Recife apresentou quase sempre melhores

10 Sendo que 524 eram do CNPq, 130 eram da Propesq e 205 eram voluntários.

11 Sendo que 18 eram do CNPq, 6 eram da Propesq e 29 eram voluntários.

12 Sendo que 10 eram do CNPq, 9 eram da Propesq e 24 eram voluntários.

13 Sendo que 518 eram do CNPq, 117 eram da Propesq e 204 eram voluntários.

14 Sendo que 17 eram do CNPq, 16 eram da Propesq e 32 eram voluntários.

15 Sendo que 12 eram do CNPq, 15 eram da Propesq e 24 eram voluntários.

indicadores do que os das demais unidades acadêmicas da universidade, ficando atrás da unidade de Vitória de Santo Antão somente no que se refere à relação de aluno por técnico e de aluno por projeto de extensão. Verificamos, de maneira semelhante, que o CAA apresentou com frequência os números menos proporcionais da instituição, com maior relação aluno por professor, média mais alta de estudantes por técnico, menor acesso a grupos de pesquisa e menor número proporcional de projetos de iniciação científica e de projetos de extensão. Portanto, os indicadores da universidade apontaram para condições diferenciadas de trabalho e de desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão nos seus *campi* do interior, com destaque para o contexto especialmente crítico do *campus* de Caruaru.

É evidente que, ao tratarmos sobre tais números, precisamos considerar também que existem questões relacionadas ao fator tempo que não podem ser ignoradas, visto que o *campus* sede conta com maior tempo de existência, pós-graduações consolidadas etc. Tomando como exemplo, vale considerarmos a distribuição dos cursos de pós-graduação da instituição em 2018, apresentados na tabela a seguir.

Tabela 2. Cursos de pós-graduação da UFPE. Distribuição por *campi* (2018). *Campus* de Recife, Caruaru e Vitória de Santo Antão

<i>Campus</i>	Cursos de especialização	Cursos de mestrado profissional	Cursos de mestrado acadêmico	Cursos de doutorado	Total por <i>campus</i>
Recife	40	13	68	52	173
Caruaru	1	1	5	-	7
Vitória de Santo Antão	1	1	2	-	4
Total geral	42	15	75	52	184

Fonte: UFPE (2019).

Como pudemos visualizar, o *campus* de Recife contava, em 2018, com um total 173 cursos de pós-graduação, dos quais 52 eram de doutorado, 13 eram de mestrados profissionais e 68 eram de mestrados acadêmicos. Os *campi* do interior, por outro lado, não contavam com nenhum

curso de doutorado no período analisado. São números que, sem dúvida, influenciam os indicadores institucionais referentes ao desenvolvimento de pesquisas das unidades interiorizadas, já que elas costumam possuir uma vinculação estreita com os programas de pós-graduação.

Há que se considerar, portanto, que existem *campi* consolidados e *campi* em consolidação, sendo que estes últimos são dotados de diversas particularidades. Os impactos de tais especificidades, porém, não só podem como devem ser minimizados com medidas acionadas pelas instituições que se propõem ser *multicampi*, pois, como ressalta Fialho (2005), ser *multicampi* não significa espalhar, no território, muitas unidades e reuni-las sob a designação de universidade *multicampi*. Ao sugerir a diferença entre os termos *multicampi* e *pluricampi*, a autora indica que, para além da pluralidade de unidades dispersamente fixadas no território, a designação *multicampi* supõe uma certa organicidade do modelo universitário. Isso significa que, para ser *multicampi*, a universidade enfrenta o desafio de planejar com responsabilidade o processo de interiorização e expansão em seus diversos territórios, de modo a garantir condições equânimes em todas as unidades acadêmicas.

O Estado e as instituições de educação superior devem olhar com atenção para seus *campi* interiorizados que foram criados em um contexto de enormes restrições orçamentárias, consonantes com a macroeconomia neoliberal, cujas implicações têm se dado do ponto de vista do funcionamento, da formação e das condições de trabalho nas novas unidades acadêmicas. É necessário, portanto, garantir condições adequadas de trabalho aos seus servidores, assim como o desejo de fixação nas unidades interiorizadas, evitando as fugas de profissionais para universidades localizadas nos grandes centros urbanos. Aos seus discentes, por outro lado, deve ser assegurada a qualidade na formação em condições equânimes em relação aos *campi* sede das Ifes.

Referências

ANTUNES, R.; PINTO, G. A. **A fábrica da educação**: da especialização taylorista à flexibilização toyotista. São Paulo: Cortez, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Disponível em: <<http://>

www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm>. Acesso em: 9 jun. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Análise sobre a Expansão das Universidades Federais: 2003 a 2012**. Relatório da Comissão Constituída pela Portaria nº 126/2012. Brasília, DF: MEC, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **A democratização e expansão da educação superior no país: 2003-2014**. Brasília, DF: MEC, 2015.

BRASIL. **Censo da Educação Superior 2016**: notas estatísticas. Brasília, DF: INEP/MEC, 2017. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2016/notas_sobre_o_censo_da_educacao_superior_2016.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2017.

COÊLHO, L. Z. G. F. **Expansão da educação superior**: um estudo sobre trabalho docente no campus Pontal, da Universidade Federal de Uberlândia (2006-2012). Uberlândia: UFU, 2015. 176f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.

COSTA, M. Más condições de trabalho afastam docentes dos *campi* do interior. *In*: SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (ANDES-SN). **Dossiê Nacional Precarização**: Precarização das Condições de Trabalho I. Brasília, DF: ANDES-SN, 2013.

FIALHO, Nadia Hage. **Universidade Multicampi**. Brasília: Autores Associados: Plano Editora, 2005.

LEHER, R. Educação no governo Lula da Silva: a ruptura que não aconteceu. *In*: MAGALHÃES, João Paulo de Almeida. **Os anos Lula**: contribuições para um balanço crítico: 2003-2010. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

LISBOA, C. Reuni expande a precarização nas universidades. *In*: SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (ANDES-SN). **Dossiê Nacional Precarização**: Precarização das Condições de Trabalho II. Brasília, DF: ANDES-SN, 2013.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, K. **O Capital**. 34ª ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2016. Livro I, v. 1.

OLIVEIRA, F. Problemas extrapolam a infraestrutura e avançam sobre os direitos trabalhistas. *In*: SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (ANDES-SN). **Dossiê Nacional**. ANDES/SN. Brasília, DF, nº 3, p. 22-34, abril. 2013.

REIS, L. F.; MACÁRIO, E. “Dívida pública e financiamento das universidades federais e da ciência e tecnologia no Brasil (2003-2020)”. *Revista Práxis Educacional, Vitória da Conquista – Bahia – Brasil*, v. 16, nº 41, p. 20-46, edição especial, 2020.

RIBEIRO, C. V. dos S.; LÉDA, D. B.; SILVA, E. P. e. “A expansão da educação superior pública e suas implicações no trabalho docente”. *Revista Educação em Questão, Natal*, v. 51, nº 37, p. 147-174, jan./abr. 2015.

SAAD FILHO, A.; MORAIS, L. **Brasil**: neoliberalismo versus democracia. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

SGUISSARDI, V.; SILVA JÚNIOR, J. dos R. **Trabalho intensificado nas federais**: pós-graduação e produtivismo acadêmico. São Paulo: Xamã, 2009.

SILVA, Tatianne Amanda Bezerra da. **A expansão da educação superior pública nos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff**: a interiorização da Universidade Federal de Pernambuco e suas implicações para o trabalho docente (2023). 386 f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2023.

SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (ANDES-SN). **Dossiê Nacional Precarização**: Precarização das Condições de Trabalho I. Brasília, DF: ANDES-SN, 2013a.

SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (ANDES-SN). **Dossiê Nacional Precarização**: Precarização das Condições de Trabalho II. Brasília, DF: ANDES-SN, 2013b.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Plano de Desenvolvimento Institucional (2014-2018)**. Recife: UFPE, 2015a.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Indicadores Institucionais da UFPE: 2007-2014**. Recife: UFPE, 2015b.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Anuário Estatístico UFPE 2017 – Base 2016**. Recife: UFPE, 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Anuário Estatístico UFPE 2019 – Base 2018**. Recife: UFPE, 2019.

XAVIER, F. Vagas nas universidades públicas: expansão versus precarização? *In*: SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (ANDES-SN). **Dossiê Nacional Precarização**: Precarização das Condições de Trabalho I. Brasília, DF: ANDES-SN, 2013.

SER Social

TRABALHO, LUTAS SOCIAIS
E SERVIÇO SOCIAL

Brasília (DF), v. 26, nº 55, de julho a dezembro de 2024

Trabalhadoras domésticas, mobilizações e redes sociais durante a pandemia de Covid-19

*Domestic workers, mobilizations and social media during
the Covid-19 pandemic*

*Trabajadoras del hogar, movilizaciones y redes sociales
durante la pandemia de Covid-19*

Alexandre Barbosa Fraga¹

<https://orcid.org/0000-0001-8568-9545>

Marco Aurélio Santana²

<https://orcid.org/0000-0002-3181-6964>

Recebido em: 16/05/2024

Aprovado em: 21/05/2024

Resumo: A pandemia de Covid-19 no Brasil e a política de isolamento social que buscou diminuir os efeitos da crise sanitária não foram vivenciadas da mesma forma pelos/as trabalhadores/as. O serviço do-

1 Sociólogo. Doutor em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA/UFRJ). Professor adjunto do Departamento de Sociologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/9268717523689999>>. E-mail: <alexbraga@yahoo.com.br>.

2 Sociólogo. Doutor em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA/UFRJ). Professor titular do Departamento de Sociologia da UFRJ. Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/1729257049926692>>. E-mail: <msantana@ifcs.ufrj.br>.

méstico esteve entre as ocupações mais expostas aos riscos de contaminação. Neste sentido, o objetivo do artigo é analisar as mobilizações pelas redes sociais realizadas ou apoiadas, no ano de 2020, pela Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas. Isso ocorreu em associação com movimentos sociais classistas, feministas e negros, como a campanha “Cuida de quem te cuida” e o “Manifesto das filhas e dos filhos de empregadas domésticas e diaristas”. Para isso, examinam-se dados sobre os impactos da pandemia para essa categoria profissional e acompanham-se a criação e a efetividade dessas campanhas nas plataformas digitais. Sendo assim, torna-se possível articular análises de ações coletivas, ações digitais, movimentos sociais e movimentos trabalhistas.

Palavras-chave: sindicato; movimento social; trabalhadoras domésticas; redes sociais; pandemia.

Abstract: The Covid-19 pandemic in Brazil, as well as the social isolation policy that sought to reduce the effects of the health crisis, were not experienced in the same way by workers. Domestic service was among the occupations most exposed to contamination risks. In this sense, the objective of the article is to analyze the mobilizations through social media implemented or supported, in the year 2020, by the National Federation of Domestic Workers. This occurred in association with classist, feminist and black social movements, such as the campaign “Take care of those who care for you” and the “Manifesto of the daughters and sons of housemaids and housecleaners”. To this end, the research examines data on the impacts of the pandemic for this professional category and monitors the creation and effectiveness of these campaigns on digital platforms. Therefore, it becomes possible to articulate analyzes of collective actions, digital actions, social movements and labor movements.

Keywords: trade union; social movement; domestic workers; social media; pandemic.

Resumen: La pandemia de Covid-19 en Brasil, así como la política de aislamiento social que buscó reducir los efectos de la crisis sanitaria, no fueron vividas de la misma manera por los trabajadores. El servicio doméstico estuvo entre las ocupaciones más expuestas a riesgos de

contaminación. En este sentido, el objetivo del artículo es analizar las movilizaciones a través de las redes sociales realizadas o apoyadas, en 2020, por la Federación Nacional de Trabajadoras del Hogar. Esto ocurrió en asociación con movimientos sociales clasistas, feministas y negros, como la campaña “Cuida a los que te cuidan” y el “Manifiesto de las hijas e hijos de las trabajadoras del hogar”. Para ello, se examinan datos sobre los impactos de la pandemia para esta categoría profesional y se observa la creación y efectividad de estas campañas en plataformas digitales. Por lo tanto, se hace posible articular análisis de acciones colectivas, acciones digitales, movimientos sociales y movimientos laborales.

Palabras clave: sindicato; movimiento social; trabajadoras del hogar; redes sociales; pandemia.

Introdução

Como vinha ocorrendo em outras partes do mundo, em março de 2020 a pandemia de Covid-19 chegou ao Brasil. Ela revelaria e agravaria o que era o verdadeiro resultado de um conjunto de reformas e políticas de austeridade, que sempre pesam sobre a classe trabalhadora e os setores mais vulneráveis de nossa sociedade. O governo de Jair Bolsonaro (2019-2022) deixou claro, desde o início, que trataria o gravíssimo quadro pandêmico com negacionismo e desdém, o que orientou todas as medidas federais sobre a questão. Seus discursos e suas práticas, criando dúvidas e duplicidades de entendimento na população, prejudicaram bastante o enfrentamento da doença no País, o que é demonstrado pelo trágico número de mortes.

Além de negacionista, o governo mostrava-se preocupado apenas com o impacto econômico da pandemia. Sendo assim, a implementação das regras de distanciamento social variou conforme os municípios e estados. Ainda que de maneira descentralizada, a partir de março de 2020, paralisaram-se as atividades nas escolas e universidades e interrompeu-se o trabalho não essencial, atingindo comércios e indústrias. No entanto, o necessário isolamento social não foi vivenciado da mesma forma por todos/as os/as trabalhadores/as, tendo deixado algumas ocupações mais expostas do que outras aos riscos de contaminação, como foi o caso de médicos/as, enfermeiros/as, motoristas e entregadores/as.

No Brasil, outra categoria também ficou, em muitos casos, na linha de frente da pandemia: as trabalhadoras domésticas.³ Isso é perceptível até pelo fato de que a primeira vítima fatal da Covid-19 no País foi a diarista Rosana Urbano, de 57 anos, moradora de São Paulo, no dia 12 de março de 2020. Cinco dias depois, a primeira morte no Estado do Rio de Janeiro, pelo mesmo motivo, foi a empregada doméstica Cleonice Gonçalves, de 63 anos. Moradora de Miguel Pereira, centro-sul fluminense, ela enfrentava mais de 120 quilômetros para chegar ao Leblon, Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, onde trabalhava e morava durante a semana com seus empregadores, que voltaram da Itália infectados pela doença.

No referido contexto, como várias outras categorias e entidades laborais, as organizações dessas trabalhadoras e os movimentos sociais mobilizaram-se nas redes sociais para fazer campanhas em prol do citado grupo profissional. As diferentes ações digitais tiveram como objetivo, primeiramente, denunciar que muitas trabalhadoras domésticas foram obrigadas por seus empregadores a continuar trabalhando mesmo durante a quarentena, determinada pelas autoridades públicas, além de outras terem sido demitidas. Em segundo lugar, tais mobilizações reivindicaram o afastamento remunerado imediato dessas trabalhadoras, com vínculo formal ou não, além da criação de um fundo emergencial para ajudar aquelas que foram demitidas ou que ficaram impossibilitadas de trabalhar devido à crise sanitária.

Este artigo examina algumas dessas mobilizações realizadas e/ou apoiadas pela Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD), em articulação com movimentos sociais – classistas, feministas e negros – no ano de 2020, como a campanha “Cuida de quem te cuida” e o “Manifesto das filhas e dos filhos de empregadas(os) domésticas(os) e diaristas”. Interessa-nos analisar o uso das plataformas digitais e sua importância para a efetividade dessas campanhas, em um momento em que ações coletivas, como manifestações nas ruas, por exemplo, estavam inviabilizadas devido às medidas de distanciamento social. Para isso, metodologicamente, reuniram-se dados sobre a categoria profissional antes e durante a pandemia, de forma a observar seus impactos. Acompanhou-se, ainda, o desenvolvimento dessas campanhas nas redes sociais, quando se procurou a adesão específica dos/as empregadores/as e o apoio da população em geral à causa.

3 Ao longo do texto, a expressão “trabalhadoras domésticas” será utilizada apenas no feminino, já que elas correspondem a mais de 90% da categoria.

O artigo está dividido em seções, que, associadas, traçam o perfil do trabalho doméstico remunerado no Brasil antes e durante a pandemia, indicam como a classe trabalhadora brasileira reorientou suas práticas de organização e mobilização durante a emergência sanitária (principalmente para o uso das plataformas digitais) e apresentam as formas pelas quais a FENATRAD lançou mão das redes sociais no sentido de suas ações ao longo do período pandêmico. Tais iniciativas envolveram articulações entre os sindicatos e os movimentos sociais e buscaram visibilizar e reconhecer a importância social do trabalho reprodutivo (afazeres domésticos e cuidados, por exemplo) e das mulheres que o realizam cotidianamente de forma remunerada nas casas de terceiros.

Nossa perspectiva de fundo aqui é associar tanto as análises dos movimentos sociais às dos movimentos de trabalhadores/as quanto as análises das ações coletivas às das ações digitais. Entendemos que, nos dois casos, a mirada complementar nos garante um alcance maior da complexidade dos processos estudados.

A pandemia e o trabalho doméstico remunerado

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2012), levando-se em conta os critérios para a definição de “trabalho decente” (ROSENFELD; PAULI, 2012), o trabalho doméstico remunerado apresenta enormes déficits em praticamente todas as dimensões desse conceito. Conforme a OIT, a referida ocupação, não apenas no Brasil, mas em muitas partes do mundo, seria caracterizada por invisibilidade, pouca formalidade e reduzida proteção legal, geralmente com menos direitos do que os/as demais trabalhadores/as, além de baixa remuneração e pequena taxa de sindicalização (OIT, 2008).

Refletindo-se sobre esses e outros elementos precários da ocupação no País, cabe mencionar heranças da escravidão. Pesquisas históricas (GRAHAM, 1992; TELLES, 2013; SOUZA, 2019) apontaram, na ocupação, marcas do passado escravista, quando da passagem para o trabalho livre, tais como: (I) excesso de atividades pela não delimitação da carga horária; (II) ambiguidade das relações familiares e trabalhistas, evidenciada na ideia de que a trabalhadora doméstica é “quase um membro da família”; (III) necessidade de proteção e obediência; (IV) residência no local de trabalho; (V) presença do “quartinho de empregada” nos imóveis; e (VI) existência de trabalho infantil. Além desses fatores, são

atividades consideradas “naturalmente” femininas, como se as mulheres já nascessem sabendo desempenhá-las, e não que sejam fruto de uma socialização de gênero. Isso desqualifica a aprendizagem necessária à sua execução e nega o seu caráter de trabalho, tornando-as, mesmo quando realizadas no mercado de serviços domésticos, desvalorizadas.

Há, ainda, o elemento das características socialmente atribuídas ao trabalho reprodutivo, realizado no espaço privado e desempenhado em casa de maneira não paga e com um menor valor social, o que estabelece relações de gênero e familiares. Tal desvalorização consegue afetar mesmo a sua forma desempenhada no mercado sob remuneração, configurando relações de classe. Outra dimensão relevante é o fato de ser uma ocupação exercida majoritariamente por mulheres, negras e de menor poder aquisitivo, reunindo, portanto, simultaneamente, as posições mais impactadas negativamente dos marcadores sociais das desigualdades de gênero, de raça e de classe social. Nas práticas sociais concretas, o trabalho doméstico remunerado corresponde, então, a um lugar de entrecruzamento dessas três relações, ou seja, de interseccionalidade (DAVIS, 2016).

Outrossim, mais um elemento é a exclusão e a diferenciação em termos de proteções legais das trabalhadoras domésticas em relação aos/às demais trabalhadores/as. Isso pode ser observado pelo fato de que a ocupação foi deixada de fora da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de 1943, permanecendo, então, algumas décadas à margem da legislação. Somente em 1972, no regime civil-militar, passou a ter uma lei específica, mas na qual foram garantidos poucos direitos. Nem mesmo a Constituição de 1988 foi capaz de reverter essa situação, pois, embora tenha expandido os direitos desse grupo profissional, manteve a diferenciação com os/as outros/as trabalhadores/as. Com a Emenda Constitucional nº 72/2013 e a sua regulamentação pela Lei Complementar nº 150/2015, houve praticamente a equiparação, mas ainda continua sendo um grande desafio que as novas proteções conquistadas não fiquem restritas à letra da lei, mas ganhem efetividade nas relações vivenciadas.

Por fim, os dados socioeconômicos sempre indicaram uma condição precária. Examinando-se, por exemplo, o ano de 2019, isto é, antes da pandemia, apresentava-se o seguinte cenário, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): existiam, no

Brasil, quase 6,2 milhões de pessoas ocupadas no trabalho doméstico remunerado, sendo que 92% eram mulheres (5,7 milhões) e 61% eram negros/as, o que corresponde a 14,2% das mulheres brasileiras ocupadas desempenhando essas atividades profissionalmente. Além disso, 78% das trabalhadoras domésticas tinham entre 30 e 59 anos de idade, havendo, em comparação com décadas anteriores, um destacado processo de envelhecimento (PINHEIRO et al., 2021).

Os dados mostraram também que apenas 1,2% das trabalhadoras domésticas residiam nos domicílios dos/as contratantes, o que no presente revela-se como um resquício de uma situação que era muito mais comum no passado. Quanto à modalidade de vínculo, a Lei Complementar nº 150/2015 define como diarista a pessoa que trabalha até dois dias na semana em uma mesma residência e como mensalista a que trabalha três ou mais dias. Na PNAD, partindo-se do número de domicílios e da jornada semanal, 42,9% eram diaristas. A informalidade também é persistente, com somente 27,3% dessas trabalhadoras com carteira de trabalho assinada e 38,9% contribuindo para a Previdência Social (com recolhimento pelos/as empregadores/as ou de forma autônoma). Por fim, a renda média delas era de R\$ 920,00, abaixo, portanto, do salário mínimo, que, em 2019, estava em R\$ 998,00 (PINHEIRO et al., 2021).

Com a pandemia de Covid-19 em 2020 e 2021, houve uma intensificação da precarização e uma ampliação da vulnerabilidade, que já marcavam a ocupação. Muitas diaristas e mensalistas foram dispensadas e outras acabaram se vendo forçadas a atravessar a quarentena nas casas dos patrões e longe da família, para não perderem o emprego. Segundo dados da PNAD, se no 4º trimestre de 2019 eram 5,7 milhões de trabalhadoras domésticas, no 3º trimestre de 2020 o número caiu para 4 milhões e no 2º trimestre de 2021 estava em 4,5 milhões (MATIAS; ARAUJO, 2023). Ocorreu também a elevação da pobreza e da extrema pobreza entre elas, com maior intensidade do que entre o total de mulheres ocupadas. Se, em 2019, 33,3% das trabalhadoras domésticas eram extremamente pobres (recebiam até 1/4 de salário mínimo) ou pobres (recebiam mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo), em 2021 tais segmentos passaram para 39,6%. E a renda média mensal delas reduziu 8,4% (DIEESE, 2023).

Comparando-se o 4º trimestre de 2019 ao 4º trimestre de 2021, a proporção de trabalhadoras domésticas com carteira assinada diminuiu de 26,8% para 23,7%. Da mesma forma, no período, a contribuição à

Previdência Social teve queda de 37,2% para 33,7%, sendo que, mesmo em 2022, o percentual ainda não havia voltado ao nível existente no período pré-pandemia, ao contrário da situação do total das mulheres ocupadas. No mesmo intervalo de tempo, a proporção de diaristas cresceu de 43,9% para 46,2% (DIEESE, 2023). Diante desse cenário difícil para os/as trabalhadores/as em geral e para as domésticas em particular, eram muito grandes os desafios para seus sindicatos e para suas demais organizações representativas. Buscando agir no contexto complexo de isolamento social, a FENATRAD utilizou as ferramentas que tinha naquele momento, organizando e apoiando campanhas pela *internet*.

A classe trabalhadora e o uso das redes sociais

Os sindicatos e os movimentos sociais são canais de condução de uma parte dos conflitos existentes na sociedade e de enfrentamento de injustiças de ordem material e cultural. Por tal razão, acreditamos que seja bastante profícua a aproximação das possibilidades analíticas entre o campo dos movimentos sociais e os estudos do trabalho. Como apontam Atzeni e Cini (2023, p. 7), “na intersecção dos estudos do trabalho e da pesquisa sobre movimentos sociais”, as análises sobre estes podem nos ajudar a compreender a dinâmica contemporânea das mobilizações dos/as trabalhadores/as.

Durante o longo tempo em que atuam, os sindicatos e os movimentos sociais constituíram repertórios de luta (McADAM; TARROW; TILLY, 2009), por meio de protestos, paralisações, greves, passeatas, ocupações e toda a sorte de demais mobilizações vivenciadas nas ruas, nas praças, nas fábricas e nos locais onde está representado o poder político institucionalizado. No entanto, de acordo com Castells (2017), uma profunda transformação tecnológica e organizacional estaria fazendo a ação coletiva no século XXI se constituir cada vez mais na forma de redes horizontais de comunicação interativa em ampla escala na *internet*.

O debate sobre os usos das redes sociais pelos movimentos sociais já é de grande monta e se apresenta em variadas linhas (BENNETT; SEGERBERG, 2012; CASTELLS, 2017; TUFEEKCI, 2017; GERBAUDO, 2012; FOMINAYA, 2020; KAVADA, 2018). Apesar de ser um fenômeno crescente, as análises sobre tais usos em termos de movimento dos/as trabalhadores/as ainda necessitam de maior desenvolvimento quando comparadas àquelas sobre os movimentos sociais

(DENCİK; WILKIN, 2018; DREW, 2018; COSTA; CARNEIRO, 2021; GROHMANN et al., 2023).

O uso das redes sociais pelas entidades sindicais e por coletivos de trabalhadores/as se estende por um conjunto variado. Dentre elas, as mais utilizadas são o Facebook, o YouTube, o X (antigo Twitter) e o Instagram. É uma utilização que se dá em uma ambiência digital bastante diversa e plural. Nela se identifica o emprego institucional em termos sindicais, mas também de coletivos autônomos de trabalhadores/as e, em medida relevante, os perfis individuais de trabalhadores e trabalhadoras com maior direcionamento para questões de informações sobre a atividade de trabalho nos mais variados setores profissionais.

Uma das plataformas que se destacam nesses termos, seja por seu uso intenso e extenso na prática dos movimentos, seja pela atenção analítica que vem recebendo (CANT, 2020; WOODCOCK, 2021; NOWAK; SANTANA, 2023), é o WhatsApp. Para o caso brasileiro, dada a sua popularidade na sociedade em geral e entre os setores mais populares principalmente, o “Zap” – como é conhecido – se destaca dentre as ferramentas, com usos que vão desde a utilização cotidiana para a comunicação e a sociabilidade, dentro e fora da esfera do trabalho, até os usos – comunicacionais e organizacionais – em dinâmicas de ação coletiva.

Durante a pandemia de Covid-19, as ações coletivas, em suas formas mais convencionais, para mobilizar pessoas em praças públicas, ruas e nas portas das instituições, foram interrompidas quase que completamente. As medidas de isolamento social e o perigo de aglomeração, sobretudo antes da vacinação da população, mantiveram as pessoas em suas residências. Naquele contexto, houve uma série de painelações por todo Brasil contra o governo Bolsonaro e a sua postura negacionista e minimizadora dos efeitos da pandemia, quando se protestou batendo painelas nas janelas e varandas. Além disso, a *internet* passou a ser praticamente a única possibilidade de manifestação política, engajamento e ativismo. Sendo assim, os sindicatos e os movimentos sociais precisaram se adaptar.

Os locais de trabalho e o deslocamento até eles nas aglomerações, nos péssimos sistemas de transportes coletivos, tornaram-se pontos de contágio importantes. A visão ilusória de que na pandemia estávamos “todos/as no mesmo barco” e de que ela era “democrática” em seus

impactos caiu por terra rapidamente, quando todos os números passaram a mostrar que a sua tragédia, por óbvio, tinha classe, raça, gênero e etnia, sendo os já vulnerabilizados socialmente os mais atingidos (SANTANA, 2021).

Assim, foram de monta os impactos da pandemia sobre a classe trabalhadora, seus sindicatos e suas ações. O necessário isolamento social demandado pela emergência sanitária – que, direta ou indiretamente, obrigou a população a uma retirada das ruas, da circulação e dos encontros – e a migração para as interações por telas tiveram claros efeitos nas sociabilidades em geral, sobretudo naquelas que têm nos encontros coletivos e nas ruas um de seus centros de existência. As consequências para o movimento sindical, nos mais variados setores e categorias, foram bastante sentidas, propondo-lhes desafios e reorientações em múltiplas dimensões (PESSANHA; RODRIGUES, 2020; CAMPOS, 2020a e 2020b; FRAMIL FILHO; MELLO e SILVA, 2020; SANTANA, 2021; TRÓPIA, 2021).

Os sindicatos nem tinham se recuperado da fragilidade produzida pelas políticas regressivas implementadas na conjuntura anterior e já tiveram de lidar com um cenário que dificultava ainda mais suas possíveis ações. Pode-se dizer que as entidades sindicais se desdobraram entre as ações já usuais na sua trajetória e aquelas que precisaram empreender no novo cenário estabelecido. Houve uma clara articulação da permanência de repertórios já consolidados com a introdução de inovações táticas importantes (McADAM; TARROW; TILLY, 2009).

Como habitualmente, os sindicatos tiveram um trabalho importante, como foi possível. Por exemplo, nas negociações trabalhistas, no sentido de impedir perdas de direitos (PESSANHA; RODRIGUES, 2020; CAMPOS, 2020a e 2020b; FRAMIL FILHO; MELLO e SILVA, 2020; TRÓPIA, 2021). Naquele quadro, os sindicatos não apenas continuaram defendendo os interesses de suas bases nas negociações coletivas regulares, mas também precisaram lidar com outras novas questões que se apresentaram. O governo tomou medidas com o objetivo de dificultar a participação coletiva nesses processos, objetivando sempre a sua troca por mecanismos de escolhas e definições individualizadas. Isso ficou explícito na participação dos sindicatos nos processos de negociação acerca da proposta do governo de suspensão parcial ou integral dos contratos de trabalho, garantindo, sempre que a correlação de forças permitiu, que o rolo compressor e a devastação não fossem totais.

Naqueles setores com baixa ou nenhuma representação sindical, esses embates foram ainda mais difíceis.

Com a pandemia, novas complexidades organizativas e mobilizatórias se apresentaram, aumentando os desafios postos aos sindicatos e às suas lideranças, já que, como indica Campos (2020a; 2020b), as recomendações sanitárias impuseram limitações ao funcionamento das entidades sindicais e ao trabalho de base de suas lideranças relacionadas tanto às restrições à circulação de pessoas quanto ao fechamento de locais de trabalho, desafiando sua capacidade de diálogo e representação. Em alguns setores, em que esses locais continuaram operando, foi possível aos sindicatos manter algumas de suas rotinas, ainda que de forma limitada, de visita a esses espaços e de contato direto com suas bases de representação.

Todo o referido contexto exigiu das ações sindicais a incorporação de um conjunto de novas dinâmicas relacionadas ao uso das tecnologias digitais (PESSANHA; RODRIGUES, 2020; CAMPOS, 2020a e 2020b; FRAMIL FILHO; MELLO e SILVA, 2020; TRÓPIA, 2021; CARDOSO, 2022). Assim, defendendo o isolamento social, mas buscando encurtar o distanciamento, tornaram-se correntes, pela via do meio digital, a realização de reuniões e assembleias, a transmissão de *lives* sobre os mais variados temas, a formação de grupos de WhatsApp etc. Por certo, apesar de manter contatos e diminuir distâncias, tal incorporação não se deu sem desafios, como pelo fato de que, em muitos casos, ela se estabeleceu e foi utilizada de forma pouco interativa. De toda forma, são muitas as experiências em que foram observadas até maior aproximação e participação das bases em termos de contatos com as suas entidades.

Outra dimensão importante da ação sindical durante a emergência sanitária foi o incremento de sua procura por articulação com outros setores sociais no sentido de buscar sinergias (CAMPOS, 2020c; FRAMIL FILHO; MELLO e SILVA, 2020). Assim, puderam ser percebidos não apenas os trabalhos conjuntos no âmbito das centrais sindicais, mas também as articulações, sejam com as frentes de mobilização, sejam com outras formas de coalizão. Contudo, devem ser assinaladas também suas limitações no sentido de buscar relações com setores mais precários, fora de suas alçadas tradicionais de representação, bem como de uma maior construção de ações e vínculos diretamente inseridos nos territórios que possibilitassem uma maior intersecção de demandas e de lutas (CAMPOS, 2020c).

As mobilizações da FENATRAD no contexto pandêmico

A reorientação e a adaptação sindical frente ao contexto pandêmico se deram de formas e em tempos variados entre as categorias e as entidades laborais. O caso da FENATRAD seguiu seus próprios passos e ritmos. A entidade tem um *site*, mas uma presença mais tímida nas redes sociais, em termos de número de seguidores, ainda que esteja no Facebook, Instagram, X e YouTube. Com o surgimento de sindicatos de trabalhadoras domésticas em todo o País na década de 1990, graças à Constituição Federal de 1988, que rompeu a barreira legal que até então impedia a fundação deles, houve a criação da FENATRAD, em maio de 1997. No ano seguinte, passou a ser ligada à Central Única dos Trabalhadores (CUT), por meio de sua filiação à Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços (CONTRACS) (BERNARDINO-COSTA, 2015). A federação foi inicialmente presidida por Anna Semião de Lima (SP). A partir de 2001, por Creuza Maria Oliveira (BA); e, desde 2016, por Luiza Batista Pereira (PE).

Como indicado anteriormente, a pandemia teve fortes impactos sobre o trabalho doméstico remunerado, com mortes de empregadas mensalistas e de diaristas, aumento do desemprego e da informalidade e diminuição da renda. Diante do referido cenário, a FENATRAD precisou reinventar seus repertórios de luta e, mais do que nunca, utilizar a *internet* para agir em prol das trabalhadoras domésticas. Entre as ações, colaborou com a distribuição de cestas básicas e organizou a realização de *lives* e rodas de conversa sobre saúde, assédio e trabalho. Além disso, no mesmo período, criou ou apoiou campanhas que sintetizavam as principais preocupações da categoria na época: “Cuida de quem te cuida” e “Manifesto das filhas e dos filhos de empregadas(os) domésticas(os) e diaristas”. Por meio delas, buscou visibilizar os problemas enfrentados e contar com o auxílio dos/as empregadores/as, dos/as representantes dos Poderes Executivo e Legislativo e da população em geral.

Em março de 2020, chegou a conhecimento público que a primeira vítima fatal de Covid-19 no Estado do Rio de Janeiro foi a trabalhadora doméstica mensalista Cleonice Gonçalves, contaminada por seus patrões, que haviam regressado de uma viagem à Itália e, ainda que estivessem aguardando resultado do exame, não a informaram da suspeita da doença. No mesmo mês, como reação ao caso, filhas e filhas de trabalhadoras domésticas escreveram uma carta-manifesto e a

disponibilizaram no *site* de abaixo-assinados Change.org.⁴ O “Manifesto das filhas e dos filhos de empregadas(os) domésticas(os) e diaristas” foi apoiado pela FENATRAD, que buscou impulsioná-lo no WhatsApp, Instagram, Facebook e YouTube, valendo-se das *hashtags* *QuarentenaRemuneradaJa*, *PelaVidadasDomesticas* e *PelaVidadeNossasMães*.

A petição, direcionada ao poder público, a empregadores/as domésticos/as e a toda a sociedade civil, teve como objetivo denunciar que, apesar da quarentena, as domésticas continuavam trabalhando normalmente. Além disso, teve a finalidade de reivindicar que os/as contratantes as dispensassem do serviço e mantivessem a remuneração, seja o salário das mensalistas, seja a diária das diaristas. O texto ressaltou, ainda, que estas últimas estavam em situação mais vulnerável, já que, devido à natureza de seu vínculo e à falta de contrato legal, não poderiam negociar adiantamento das férias, por exemplo. Requisitou também que, caso as empregadas morassem nas casas dos/as empregadores/as e estivessem em grupo de risco, não fossem colocadas em situações de potencial contágio, como ir a supermercados, farmácias e demais espaços públicos. Os/as filhos/as relataram alguns dos incômodos já vivenciados por suas mães, avós, tias e primas, como nas mensagens a seguir.

Minha mãe trabalha desde os 6 anos de idade como doméstica e diarista, e a vi muitas vezes ir trabalhar doente para manter seus compromissos. Mesmo falando sobre os riscos do corona, ela não tem como faltar, com risco de ser demitida. As domésticas estão correndo grandes riscos e também são uma grande possibilidade de contágio, principalmente nos transportes nas metrópoles (Marcelo Rocha, Mauá/SP).

Mãinha é diarista. Todo dia, uma casa diferente. Nesta segunda-feira, quando explodiu o lance do coronavírus, meu irmão me manda um zap, dizendo que a nossa mãe não queria entrar em casa, pois a patroa teria dito a ela que estava com febre e que era para minha mãe ficar atenta. Esse episódio fez mãinha tomar um banho de álcool em gel, não por desinformação, era por desespero de alguém que ela ama dentro de casa pegar o coronavírus (Yane Mendes, Recife/PE).

4 Disponível em: <<https://www.change.org/p/ao-poder-p%C3%ABlico-empregadores-e-empregadoras-de-dom%C3%A9sticas-e-diaristas-e-toda-sociedade-civil-quarentena-re-munerada-imediata-para-domesticas-e-diaristas>>.

Motivada por essa iniciativa, que apoiou, a FENATRAD organizou, a partir de março de 2020, a campanha “Cuida de quem te cuida” e a difundiu no WhatsApp, Instagram, Facebook e YouTube, com a *hashtag CuidaDeQuemTeCuida*. O material divulgado teve a forma de dados, mensagens, vídeos e imagens. Os dados veiculados indicaram o seguinte perfil: “95% do trabalho doméstico é feito por mulheres – em sua maioria pobres, de baixa escolaridade, moradoras de áreas periféricas e usuárias de transporte coletivo”, “63% dessas mulheres são negras” e “50% são as únicas responsáveis pela manutenção das famílias”.⁵ Os vídeos trouxeram depoimentos de trabalhadoras domésticas desempregadas e com dificuldade financeira devido à pandemia, permitindo visualizar os rostos e as histórias e se solidarizar com os casos por trás dos referidos números.⁶ As imagens tiveram cores fortes e chamativas (roxo e amarelo), com fotos das sindicalistas ao fundo.⁷ Entre as mensagens compartilhadas, pode ser citada a seguinte.

Sempre lutamos por valorização, e a sociedade nunca quis reconhecer a importância do serviço doméstico. Aí, neste momento de pandemia, a casa grande, que está em quarentena, não quer se dar ao trabalho de fazer as próprias tarefas domésticas. Colocar o serviço doméstico como essencial de forma generalizada é uma crueldade. As trabalhadoras domésticas também têm famílias. Compartilhe este chamado em mais três grupos de zap, para nossa voz chegar mais longe.⁸

Pela análise desses materiais, é possível observar três objetivos principais. O primeiro foi arrecadar fundos para distribuir alimentos para o maior número possível de trabalhadoras domésticas impossibilitadas de exercer suas atividades. O segundo objetivo foi buscar convencer os/as contratantes a liberar as trabalhadoras de seus serviços, mas mantendo o salário ou a diária enquanto durasse a pandemia. A única exceção seria para os casos de extrema necessidade de continuidade do trabalho, pensando-se especificamente nas cuidadoras de idosos/as e de pessoas com deficiência, para as quais a orientação era para que os/as empregadores/as disponibilizassem transporte por aplicativo para o

5 Disponível em: <<https://www.cuidadequemtecuida.bonde.org/#block-29386>>.

6 Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=oW3dnXbx76g>>.

7 Disponível em: <<https://www.cuidadequemtecuida.bonde.org/#block-29065>>.

8 Disponível em: <<https://tamojuntas.org.br/chamado-de-acao-campanha-cuide-de-quem-te-cuida/>>.

deslocamento de suas residências ao serviço e vice-versa. Conforme a campanha, “mantenha o salário ou a diária da pessoa que trabalha na sua casa. Cuide de quem cuida de você. É uma questão de saúde pública e de solidariedade. Quarentena não pode ser um privilégio”.⁹

Como terceiro objetivo, a campanha tentou impedir que o trabalho doméstico fosse considerado atividade essencial. O debate que estava ocorrendo na época envolvia divergências quanto à definição legal de quais profissões deveriam ser consideradas essenciais durante a emergência sanitária e que, portanto, tais profissionais continuariam trabalhando mesmo durante as políticas de isolamento social. A Lei nº 13.979, de fevereiro de 2020, isto é, bem no início da pandemia, que dispôs sobre as medidas para o enfrentamento do coronavírus, não entrou no mérito de quais atividades seriam mantidas ou não. De forma mais assertiva, a Nota Técnica Conjunta nº 4, de 17 de março de 2020, do Ministério Público do Trabalho (MPT) e da Procuradoria-Geral do Trabalho (PGT), colocou como uma diretriz a dispensa remunerada das trabalhadoras domésticas.

No entanto, ainda assim, nos meses seguintes, governadores de alguns estados, contrariando a lei federal, o MPT e a PGT, publicaram decretos que inseriam o trabalho doméstico no rol de serviços essenciais. Foi o caso, por exemplo, de estados como Pará, Rio Grande do Sul e Maranhão. A mesma medida passou a ser tomada por prefeitos de algumas cidades. A campanha buscou, então, tanto pressionar esses chefes do Poder Executivo para que voltassem atrás na decisão quanto criticar essa concepção para evitar que decretos assim se espalhassem por outras localidades do Brasil. Além disso, a campanha pediu o apoio de parlamentares para a tramitação de projetos de lei que mantivessem a categoria em quarentena. Em 2021, com o início da vacinação contra a Covid-19, o movimento passou a cobrar a presença dessas trabalhadoras nos primeiros grupos. Na visão da FENATRAD, se decretos estaduais as consideraram essenciais para que permanecessem trabalhando e correndo risco, deveria, então, ser atribuída a elas prioridade na imunização.

As organizações de trabalhadoras domésticas constituíram, desde o seu início e ao longo de sua trajetória, parcerias com os movimentos sociais. A primeira associação, fundada por Laudelina de Campos Melo, em 1936, conseguiu se estabelecer também por sua ligação com

o movimento negro. Tal apoio permitiu, ainda, a articulação no eixo Rio-São Paulo na década de 1950. Já a expansão em nível nacional tornou-se possível na década de 1960 devido à relação mantida com a Igreja Católica, sobretudo por meio da Juventude Operária Católica (JOC). A organização de grupos de trabalhadores/as em diversos estados esteve atrelada à difusão de igrejas pelo território brasileiro. No V Congresso Nacional de Empregadas Domésticas do Brasil, sediado em Recife (PE), em 1985, estreitaram-se os laços com o movimento feminista e com o movimento sindical, especialmente a Central Única dos Trabalhadores (CUT) (BERNARDINO-COSTA, 2015).

Esses apoios diversificados e plurais, cada qual enfatizando marcadores específicos das desigualdades ou relacionando-os, expandiram-se com o tempo, o que revela o importante lugar de interseccionalidade entre gênero, classe e raça ocupado pelo trabalho doméstico remunerado brasileiro (HIRATA, 2014; PORFÍRIO, 2021). Nesse sentido, a campanha “Cuida de quem te cuida” foi assinada oficialmente por diferentes organizações e coletivos, além dos muitos outros que a compartilharam e lhe deram visibilidade. Entre eles, entidades de representação dos/as trabalhadores/as, como a FENATRAD e a CUT, e movimentos de organização popular e por justiça social, como o Centro de Assessoria Multiprofissional (CAMP), o Centro de Ação Cultural (CENTRAC), a Central de Movimentos Populares (CMP), o Instituto Soma Brasil e o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas.

Participaram também coletivos e ONGs feministas, como a Articulação de Mulheres Brasileiras; o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA); o SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia; a organização Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação (CEPIA); o Grupo Curumim; a Cunhã – Coletivo Feminista; a Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas (RENFA); o Comité de América Latina y el Caribe para la Defensa de los Derechos de las Mujeres (CLADEM); a organização Themis – Gênero, Justiça e Direitos Humanos; o Tamo Juntas; o Coletivo de Mulheres do Cerrado de Goiás (CALIANDRA); a Casa de Referência Mulheres Mirabal (CRMM); o Coletivo Feminista Helen Keller; o Movimento de Mulheres Olga Benário; o Coletivo de Mulheres do Calafate (BA); e a Rede Feminista de Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos.

Juntaram-se, ainda, movimentos negros, como a Rede de Mulheres Negras de Pernambuco; o Ìrohìn – Centro de Documentação,

Comunicação e Memória Afro-Brasileira; o Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (CEDENPA); a Bamidelê – Organização de Mulheres Negras na Paraíba; a Abayomi – Coletiva de Mulheres Negras na Paraíba; e a Escola de Formação Quilombo dos Palmares (EQUIP). Por fim, juntaram-se movimentos e organizações religiosas, como as Católicas pelo Direito de Decidir, a Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE) e o Ilê Obá Aganjú Okoloyá – Terreiro de Mãe Amara, de Tradição Nagô. Apesar dessa separação entre as categorias de classe, gênero, raça e religião pela pesquisa, muitos desses movimentos articulam algumas dessas dimensões. Assinaram também deputadas e senadoras filiadas a partidos de esquerda.

Pode-se examinar a campanha pelas formas de mobilização, criadas de maneira relacional entre grupos contenciosos, em um jogo de ações e reações com os opositores. Esses repertórios de ação coletiva estão em constante mutação, já que a dinâmica inerente ao conflito pede que eles sejam criticados, repensados, ressignificados, mantidos e/ou atualizados em suas táticas (McADAM; TARROW; TILLY, 2009). Em relação ao primeiro objetivo da campanha “Cuida de quem te cuida”, a estratégia adotada foi levantar fundos por meio de depósitos de qualquer valor na conta bancária da FENATRAD e realizar a procura dos sindicatos da categoria para doar diretamente cestas básicas. Mesmo tendo motivos diferentes, esse repertório representava mais uma continuidade, já que é algo frequente na história do movimento a arrecadação de doações para a manutenção das entidades de representação das trabalhadoras domésticas (que nunca tiveram direito ao imposto sindical) e para auxiliar trabalhadoras necessitadas.

O segundo e o terceiro objetivos da campanha, ainda que mirando atores sociais diferentes, empregadores/as e autoridades públicas, compartilharam repertórios parecidos, no sentido de que, em geral, serviam a ambos. A gravação e a divulgação de vídeos com depoimentos de trabalhadoras domésticas que enfrentavam dificuldades financeiras buscavam conectar pela emoção e persuadir, sobretudo, os/as contratantes a se colocar no lugar daquelas que cuidavam de suas famílias. Além disso, almejando impedir a inclusão do trabalho doméstico como essencial em outros estados, uma das estratégias foi lotar a caixa de *e-mail* do procurador geral do Ministério Público do Trabalho de mensagens com as reivindicações. Tais pleitos foram sintetizados em um abaixo-assinado no *site* Change.org, por meio do qual se buscou apoio social.

Nesse momento de crise, os empregadores e a sociedade toda têm responsabilidades frente à pandemia. Exigimos justiça e proteção para nossa categoria! Pedimos que os empregadores liberem suas trabalhadoras domésticas com salário e, quando for possível, antecipem suas férias e 13º salário. Nos casos onde a presença da trabalhadora é imprescindível (por exemplo, para cuidados de pessoas idosas), pedimos que as devidas precauções sejam tomadas: luvas, máscaras, álcool-gel e pagamento de transportes alternativos para evitar os transportes públicos. Os horários de trabalho devem também ser flexibilizados para evitar horas de pico.¹⁰

De modo a seguir uma via mais institucional, houve também a busca de parcerias com parlamentares para que propusessem projetos de lei (PL) que garantissem o afastamento remunerado e com direitos trabalhistas e previdenciários e, no caso excepcional das que permanecessem trabalhando, a obrigatoriedade de acesso a equipamentos de proteção individual (EPI). Sem contar as iniciativas estaduais em assembleias legislativas nessa direção, no âmbito do Congresso Nacional foram apresentados o PL nº 931/2020, do deputado Valmir Assunção (PT/BA) e da deputada Rosa Neide (PT/MT), e o PL nº 993/2020, de autoria da deputada Benedita da Silva (PT/RJ). A estratégia de chegar à pauta pretendida pela via legislativa pôde ser percebida como uma continuidade das estratégias adotadas ao longo da trajetória das organizações de trabalhadoras domésticas, que sempre mobilizaram parlamentares por mudanças em prol da categoria.

Ao mesmo tempo, a produção de vídeos, a tentativa de lotar a caixa de *e-mails* do MPT e o abaixo-assinado *on-line* enquadraram-se como inovações táticas, tendo sido um esforço de trazer novas ações frente a um contexto pandêmico desafiador, para o qual não havia experiência acumulada. Em geral, as movimentações, conforme se apresentavam no histórico do conflito, ficavam restritas aos dois polos em disputa (trabalhadoras domésticas e empregadores/as), tendo, ainda, a figura do Estado presente, sob a forma de seus três poderes, criando oportunidades ou constrangimentos políticos e sofrendo pressão desses grupos opositores. Nas campanhas analisadas, isso foi modificado, no sentido de ter como novidade o grande engajamento da população. As

10 Disponível em: <<https://www.change.org/p/minist%C3%A9rio-da-economia-cuida-de-quem-te-cuida-roteja-sua-trabalhadora-dom%C3%A9stica#decision-makers-heading>>.

redes sociais e o espaço disponível para interação nos abaixo-assinados e nos vídeos não desempenharam apenas o papel de caixas de ressonância das decisões já previamente tomadas, mas propuseram caminhos para o movimento seguir, como, por exemplo, outras *hashtags*, ideias para levantar fundos e passos a serem dados.

O resultado das campanhas foi a arrecadação de alguns milhares de reais e cestas básicas, o que permitiu aos sindicatos da categoria a distribuição de alimentação a trabalhadoras afetadas pela emergência sanitária. Além disso, o “Manifesto das filhas e dos filhos de empregadas domésticas e diaristas” e o abaixo-assinado “Cuida de quem te cuida” tiveram grande repercussão pública e midiática, mobilizaram as redes sociais, receberam o apoio de várias organizações classistas, feministas, negras e populares e tiveram, respectivamente, 130 mil e 5 mil adesões. É difícil avaliar a adesão dos/as empregadores/as à proposta de dispensa das trabalhadoras no sentido de manter o salário ou a diária delas enquanto durasse a pandemia e saber exatamente o seu volume. No entanto, é possível afirmar que houve adesões tanto em relação a contratantes de mensalistas quanto de diaristas, conforme foi relatado nas redes sociais, mas muito provavelmente foram minoritárias.

Em relação à controvérsia de que o trabalho doméstico é considerado uma atividade essencial, houve ganhos também. Após o início das campanhas, ainda que alguns a tenham mantido, outros estados recuaram da decisão e revogaram de seus decretos o artigo que incluía as trabalhadoras domésticas ou o modificaram para especificar em quais situações. Foi o caso do Pará, com a publicação, pelo governador, do Decreto nº 800, de maio de 2020, que revogou o anterior e passou a definir como atividade essencial apenas o trabalho das cuidadoras e desde que prestado “a empregador que atue em atividade/serviço essencial, na forma do decreto, desde que destinado ao cuidado de criança, idoso, pessoa enferma ou incapaz ou quando o empregador for idoso, pessoa enferma ou incapaz”, conforme defendido pela FENATRAD e recomendado pela Nota Técnica Conjunta nº 4, do MPT e da PGT.

Devido à campanha, um procedimento de gestão administrativa foi encaminhado para o Grupo de Trabalho de Covid-19, do MPT. A instituição reiterou que deveriam continuar ativos apenas os serviços absolutamente indispensáveis, como os de cuidadoras de idosos/as, mas não conseguiu impedir os decretos estaduais que afirmavam o contrário, como era a expectativa da FENATRAD. Em âmbito federal,

a mobilização também teve seus efeitos e com sentido semelhante. Em julho de 2020, a Lei nº 14.023 listou os/as profissionais considerados/as essenciais ao controle de doenças e à manutenção da ordem pública. No conjunto, que incluiu, entre outros/as, médicos/as, enfermeiros/as, policiais e trabalhadores/as da cadeia de produção de alimentos e bebidas, as domésticas não estão, mas apenas “cuidadores e atendentes de pessoas com deficiência, de pessoas idosas ou de pessoas com doenças raras”. Foram alcançados, então, ainda que alguns parcialmente, todos os objetivos inicialmente propostos.

Torna-se evidente, portanto, que as campanhas organizadas ou apoiadas pela FENATRAD durante a pandemia enquadraram-se na perspectiva da complementaridade entre a ação coletiva e a ação conectiva. Mais do que a superioridade de uma sobre a outra, o uso tático complementar das duas tem sido identificado em várias experiências (GERBAUDO, 2012; KAVADA, 2018; KHALIL; STORIE, 2020; NOWAK; SANTANA, 2023). Isso porque foram vertebradas por uma organização formal classista, que, em um cenário, continuou mais verticalizada, com decisões tomadas por um núcleo mais central das sindicalistas integrantes da federação, com o apoio de movimentos sociais negros e feministas com os quais já mantinha parcerias. Paralelamente, em outro cenário, buscou a adesão de públicos mais amplos pelas redes sociais, situação na qual havia margem para maior horizontalidade e até para que os/as participantes influenciassem a dinâmica da ação. As campanhas também podem ser percebidas como o espaço de autonomia de Castells (2017), já que se deu um hibridismo entre ações virtuais nas redes sociais e ações reais no sindicato e no espaço urbano.

Conclusão

O trabalho doméstico remunerado no Brasil, executado majoritariamente por mulheres e negras, sempre esteve marcado por elementos de precarização. Entre eles, há um longo caminho percorrido para ser reconhecido com o mesmo conjunto de proteções válido aos/às demais trabalhadores/as, que ainda hoje carece de efetividade para não figurar apenas na letra da lei. Além disso, a condição precária está presente na baixa remuneração, no infrequente estabelecimento de vínculo formal, na pequena proporção de contribuição à Previdência Social e na dificuldade de acesso a direitos. A pandemia de Covid-19

tornou o referido cenário ainda mais complicado e intensificou as vulnerabilidades. Houve um aumento da informalidade, assim como a perda de muitos postos de trabalho e uma queda da renda média, o que colocou as trabalhadoras domésticas e suas famílias em risco, seja de se contaminarem e adoecerem pelo vírus, seja de não terem o mínimo para a sobrevivência financeira.

No dado contexto, a necessidade de isolamento social, o fechamento de escolas e o trabalho remoto fomentaram o debate público sobre a divisão sexual do trabalho. Primeiramente, chamaram a atenção as desigualdades entre homens e mulheres na realização dos afazeres domésticos e do cuidado. Nesse sentido, o funcionamento da esfera reprodutiva continuava dependendo predominantemente do trabalho feminino não remunerado. Em segundo lugar, evidenciaram-se as desigualdades envolvidas na delegação dessas atividades às trabalhadoras domésticas. Ao ter sido interrompido, tal caminho significou uma sobrecarga às mulheres das classes médias e altas e ressaltou a importância da contratação de serviço doméstico como possibilidade de conciliação entre o trabalho e a família no Brasil. De um lado, levou a reflexões sobre a falta de políticas estatais de articulação entre as duas esferas e, de outro, a críticas à demora por políticas de repasse de renda para as pessoas afetadas pela pandemia.

A ação digital que se desenvolveu nas redes sociais, por meio das campanhas “Cuida de quem te cuida” e “Manifesto das filhas e dos filhos de empregadas(os) domésticas(os) e diaristas”, foi bem-sucedida em vários sentidos. Deu visibilidade às trabalhadoras domésticas, evidenciando que não foram apenas os/as médicos/as, enfermeiros/as, motoristas e entregadores/as que estiveram na linha de frente da pandemia. Isso levou a um debate sobre o afastamento remunerado e a proteção econômica e de saúde dessas profissionais e de suas famílias. Permitiu, então, uma reflexão dos/as empregadores/as a respeito da forma como estavam lidando, naquele momento difícil, com a pessoa que cuida de sua casa e suas crianças. Demonstrou também as parcerias construídas junto a vários movimentos sociais ao longo da trajetória de luta das organizações de trabalhadoras domésticas. Sindicatos de outras categorias, movimentos feministas, negros e populares, dentre tantos outros, apoiaram a causa, participaram e divulgaram as iniciativas.

As campanhas foram bem-sucedidas, ainda, por ressaltarem as diferenças nos níveis de precariedade, levando em consideração

as modalidades de trabalho doméstico remunerado. As empregadas mensalistas com carteira assinada (que, segundo a legislação, são aquelas que trabalham três ou mais dias da semana para um mesmo empregador) passaram por dificuldades durante a pandemia, como, frequentemente, a demissão. Contudo, nesse caso, contavam com as proteções previstas em lei, como seguro-desemprego, ainda que por período limitado. As diaristas, por sua vez, que prestam serviço até dois dias em uma mesma residência, ficaram de repente sem diárias ou qualquer possibilidade de renda. As citadas mobilizações serviram também para criticar a decisão de alguns estados de considerar o trabalho doméstico um serviço essencial e conseguiram evitar que tal entendimento fizesse parte da lei federal sobre a adoção de medidas durante a emergência de saúde pública.

De um modo geral, a dinâmica das relações de trabalho está cada vez mais impactada pela plataformização digital, pelo gerenciamento algorítmico, pela subordinação a aplicativos por demanda e pelo uso das redes sociais. Sendo assim, a tecnologia e as plataformas digitais têm servido como instrumentos de exploração, controle e avaliação dos/as trabalhadores/as. Por outro lado, há um movimento cada vez mais forte das organizações da classe trabalhadora, a fim de ressignificarem tal sentido e utilizarem os mesmos recursos para fortalecer a luta.

Como se viu nas experiências concretas de diversas categorias e entidades sindicais que tiveram lugar em nosso país no período da pandemia, as redes sociais permitem a aproximação das bases, o planejamento de greves e outras mobilizações, a disseminação de ideias e a ampliação do público aderente à causa. Seus usos para a organização e a mobilização da classe trabalhadora vêm abrindo um conjunto de possibilidades, que podem potencializar os movimentos laborais, mas também vêm trazendo desafios que precisam ser enfrentados por tais movimentos. As campanhas das trabalhadoras domésticas seguiram o segundo caminho, valendo-se das redes como possibilidade de ação sindical, solidariedade e contestação política. Tal aprendizado, acelerado pelo contexto pandêmico, incorporou-se ao repertório de luta da categoria, sendo mobilizado desde então nos novos desafios enfrentados.

Referências

ATZENI, M.; CINI, L. “New theories and politics for working class

organizing in the gig and precarious world of work”. **Economic and Industrial Democracy**, pp. 1-22, 2023.

BENNETT, W. L.; SEGERBERG, A. “The logic of connective action: digital media and the personalization of contentious politics”. **Information, communication & society**, v. 15, nº 5, pp. 739-768, 2012.

BERNARDINO-COSTA, J. “Decolonialidade e interseccionalidade emancipadora: a organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil”. **Sociedade e Estado**, v. 30, nº 1, p. 147-163, jan./abr. 2015.

CAMPOS, A. “Sindicalismo no contexto de pandemia no Brasil: primeiras impressões”. CESIT – IE/Unicamp. 2020a. Disponível em: <<https://www.cesit.net.br/sindicalismo-no-contexto-de-pandemia-no-brasil-primeiras-impressoes/>>.

CAMPOS, A. “Trabalho de base em tempos de confinamento físico”. Fundação Perseu Abramo, 2020b. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/2020/03/23/trabalho-de-base-em-tempos-de--confinamento-fisico/>>.

CAMPOS, A. Sindicalismo na pandemia: em busca de legitimidade e protagonismo. *In*: OLIVEIRA, D. A.; POCHMANN, M. **A devastação do trabalho**: a classe do labor na crise da pandemia. Brasília: Gráfica e Editora Positiva: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente, p. 55-82, 2020c.

CANT, C. **Riding for Deliveroo**: resistance in the New Economy. Cambridge: Polity, 2020.

CARDOSO, A. M. A negociação coletiva em meio a uma pandemia. *In*: LOPES, A. F. M; GIORGI, F. C.; CASTRO, M. S. P. de; MELLEIRO, W. P. (orgs.). **Sindicato**: entre a permanência e a mudança. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert/Instituto Lavoro, 2022.

CASTELLS, M. A transformação do mundo na sociedade em rede. *In*: **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2017, p. 189-206.

COSTA, H.; CARNEIRO, B. “Digital communication as a global challenge for trade unions: Lessons from Brazil and Portugal”. **Tempo Social**, v. 33, nº 2, p. 183-208, 2021.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

DENCIK, L.; WILKIN, P. Digital activism and the future of worker resistance. *In*: MEIKLE, G. (ed.). **The Routledge companion to media and activism**. New York: Routledge, 2018, pp. 125-133.

DIEESE. O trabalho doméstico 10 anos após a PEC das Domésticas. **Estudos e Pesquisas**, nº 106, p. 1-25, abr. 2023. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/estudosepesquisas/2023/estPesq106trabDomestico.pdf>>.

DREW, J. The communicative core of working class organization. *In*: MEIKLE, G. (ed.). **The Routledge companion to media and activism**. New York: Routledge, 2018, pp. 117-124.

FOMINAYA, C. F. **Democracy reloaded**: inside Spain's political laboratory from 15-M to Podemos. Oxford Studies in Culture and Politics. New York, NY, Oxford University Press, 2020.

FRAMIL FILHO, R.; MELLO e SILVA, L. "Trabalho, sindicatos e proteção social na pandemia de 2020: notas sobre o caso brasileiro". **Ciências Sociais**, v. 56, nº 2, p. 177-188, 2020.

GERBAUDO, P. **Tweets and the Streets**: Social Media and Contemporary Activism. London: Pluto Press, 2012.

GRAHAM, S. L. **Proteção e obediência**: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

GROHMANN, R.; MENDONÇA, M.; WOODCOCK, J. "Communication and Work from Below: The Role of Communication in Organizing Delivery Platform Workers". **International Journal of Communication**, 17, pp. 3919-3937, 2023.

HIRATA, H. "Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais". **Tempo Social**, v. 26, nº 1, p. 61-73, jun. 2014.

KAVADA, A. Connective or collective? The intersection between online crowds and social movements in contemporary activism. *In*: MEIKLE, G. (ed.). **The Routledge companion to media and activism**. New York: Routledge, 2018, pp. 108-116.

KHALIL, A.; STORIE, L. K. "Social media and connective action: the case of the Saudi women's movement for the right to drive". **New Media & Society**, 23(10), pp. 3038-3061, 2020.

MATIAS, K. A.; ARAUJO, A. B. Configurações do trabalho doméstico

remunerado na pandemia e no pós-pandemia no Brasil: desigualdades e vulnerabilidades no cuidado domiciliar. *In*: CAMARANO, A.; PINHEIRO, L. (orgs.). **Cuidar, verbo transitivo: caminhos para a provisão de cuidados no Brasil**. Rio de Janeiro: Ipea, 2023, p. 289-314.

McADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. “Para mapear o confronto político”. **Lua Nova**, São Paulo, nº 76, p. 11-48, 2009.

NOWAK, J.; SANTANA, M. “Social media and collective action in Brazil: the experience of truck drivers and delivery workers”. **Socialism and Democracy**, Taylor Francis On Line, 2023, pp. 1-21.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Mais trabalho decente para trabalhadoras e trabalhadores domésticos no Brasil**. Brasília, DF: Escritório no Brasil, 2008. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/discrimination/doc/trabalho_domestico_40.pdf>.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Perfil do trabalho decente no Brasil: um olhar sobre as Unidades da Federação durante a segunda metade da década de 2000**. Brasília, DF: Escritório da OIT no Brasil, 2012. Disponível em: <https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilia/documents/publication/wcms_234424.pdf>.

PESSANHA, E.; RODRIGUES, M. C. “No olho do furacão: a ação sindical possível em tempos de Covid-19 – o caso Sinttel Rio”. **Revista Dilemas**. Rio de Janeiro: IFCS-UFRJ, v. 1, p. 1-6, 2020.

PINHEIRO, L. et al. Os desafios do passado no trabalho doméstico do século XXI: reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da PNAD Contínua. *In*: PINHEIRO, L.; TOKARSKI, C.; POSTHUMA, A. (orgs.). **Entre relações de cuidado e vivências de vulnerabilidade: dilemas e desafios para o trabalho doméstico e de cuidados remunerado no Brasil**. Brasília: IPEA; OIT, 2021, p. 67-104.

PORFÍRIO, T. **A cor das empregadas: a invisibilidade racial no debate do trabalho doméstico remunerado**. Belo Horizonte: Letramento, 2021.

ROSENFELD, C.; PAULI, J. “Para além da dicotomia entre trabalho decente e trabalho digno: reconhecimento e direitos humanos”. **Caderno CRH**, Salvador, v. 25, nº 65, p. 319-329, maio/ago. 2012.

SANTANA, M. A. “Classe trabalhadora, precarização e revolta no Brasil

da pandemia”. **Revista Em Pauta – Teoria social e contemporaneidade**, nº 48, v. 19, p. 70-91, 2021.

SOUZA, F. **Criados, escravos e empregados: o serviço doméstico e seus trabalhadores na cidade do Rio de Janeiro (1850-1920)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2019.

TELLES, L. **Libertas entre sobrados: mulheres negras e trabalho doméstico em São Paulo (1880-1920)**. São Paulo: Alameda, 2013.

TRÓPIA, P. “Nem deuses nem heróis: a ação sindical dos trabalhadores da saúde durante a pandemia de Covid-19”. **Política & Sociedade**. Dossiê Trabalhos Essenciais na Pandemia, UFSC, v. 20, nº 48, p. 41-77, 2021.

TUFEKCI, Z. **Twitter and Tear Gas**. The power and fragility of networked protest. New Haven: Yale University Press, 2017.

WOODCOCK, J. **The fight against platform capitalism: An inquiry into the global struggles of the gig economy**. London: University of Westminster Press, 2021.

SER Social

TRABALHO, LUTAS SOCIAIS
E SERVIÇO SOCIAL

Brasília (DF), v. 26, nº 55, de julho a dezembro de 2024

Teletrabalho: a desigualdade de gênero em evidência

Teleworking: gender inequality in evidence
Teletrabajo: la desigualdad de género en evidencia

Alzira Mitz Bernardes Guarany¹

<https://orcid.org/0000-0001-7717-7216>

Janaína Amaral de Moura²

<https://orcid.org/0009-0008-2546-9274>

Recebido em: 12/04/2024

Aprovado em: 16/05/2024

Resumo: Este artigo problematiza alguns dos efeitos do teletrabalho, adotado a partir da pandemia de Covid-19, na vida de servidoras do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ). Trata-se de uma pesquisa exploratória e qualitativa, com realização de entrevis-

1 Assistente social. Possui pós-doutorado em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, da Fundação Oswaldo Cruz (ENSP/FIOCRUZ). É doutora e mestre em Serviço Social pela Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ESS/UFRJ). Atua como professora adjunta na ESS/UFRJ. Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/1079444945009617>>. E-mail: <aguarany@gmail.com>.

2 Assistente social. Possui mestrado pela Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ESS/UFRJ). É especialista em Gênero e Sexualidade pelo Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IMS/UERJ). Atua como analista judiciária na Equipe Técnica Interdisciplinar Cível de Serviço Social do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ), na especialidade de assistente social. Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/1168870176311411>>. E-mail: <nainapbi@hotmail.com>.

tas de roteiro aberto. A investigação e a sistematização das respostas levaram em conta a análise de conteúdo. O material sistematizado foi examinado à luz da teoria social crítica do materialismo histórico-dialético. Os relatos apontaram para o aumento da demanda do trabalho reprodutivo e produtivo no cotidiano das servidoras, com custos físicos, emocionais e até financeiros adicionais na execução do teletrabalho. A condição imposta pela desigual divisão sexual do trabalho doméstico provocou ainda situações de conflito familiar. As respostas sugeriram que ocorreu o agravamento de sua condição de saúde, de forma que se pôde inferir que a experiência do teletrabalho exacerbou a desigualdade de gênero no grupo pesquisado.

Palavras-chave: teletrabalho; gênero; trabalho reprodutivo; saúde do trabalhador.

Abstract: This article problematizes some of the effects of teleworking, adopted since the Covid-19 pandemic, on the lives of female employees at the Court of Justice of the State of Rio de Janeiro (TJRJ). This is an exploratory and qualitative study, with open-ended interviews. The responses were analyzed and systematized by content analysis. The systematized material was examined in light of the critical social theory of historical-dialectical materialism. The reports pointed to an increase in the demand for reproductive and productive work in the daily lives of civil servants, with additional physical, emotional and even financial costs in teleworking performance. The condition imposed by the unequal sexual division of domestic work also led to situations of family conflict. The responses suggested that their health condition had worsened, so that it was possible to infer that the experience of teleworking increased gender inequality in the researched group.

Keywords: teleworking; gender; reproductive work; worker's health.

Resumen: Este artículo evidencia algunos de los efectos del teletrabajo, adoptado a partir de la pandemia de Covid-19, en trabajo de las empleadas del Tribunal de Justicia del Estado del Rio de Janeiro (TJRJ). Se trata de una investigación exploratoria y cualitativa, cuyos datos se han recogido en entrevistas abiertas. La investigación y sistematización de las respuestas tuvo en cuenta el análisis de contenido. El material sistematizado ha sido investigado a la luz de la teoría crítica del materialismo histórico-dialéctico. Las respuestas indican el aumento

de la demanda de trabajo reproductivo y productivo en la vida cotidiana de las empleadas, con costos físicos, emocionales y financieros adicionales a partir del teletrabajo. La condición impuesta por la desigual división sexual del trabajo doméstico también generó situaciones de conflicto familiar. Las respuestas sugirieron que su estado de salud había empeorado, por lo que fue posible inferir que la experiencia del teletrabajo aumentó la desigualdad de género en el grupo investigado.

Palabras claves: teletrabajo; género; trabajo reproductivo; salud del trabajador.

Introdução

A adoção do teletrabalho no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ) já vinha sendo implementada pelos gestores do Judiciário antes do ano de 2020, tendo sido regulamentada pela Resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) nº 227/2016, sendo que um de seus propósitos institucionais consiste em melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores, mas foi a partir da decretação de estado de emergência de saúde pública de importância internacional, pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em março de 2020, devido à pandemia de Covid-19, que a referida modalidade de trabalho foi impulsionada no TJRJ. Primeiro, de forma compulsória, para que o trabalho não fosse interrompido; depois, como possibilidade de escolha para todos os servidores, mediante o teletrabalho facultativo. Todavia, o teletrabalho deve apresentar um acréscimo de produtividade em relação àqueles trabalhadores que permaneceram no regime presencial.

O domicílio, local onde comumente é realizado o teletrabalho, historicamente abriga em seu interior uma desigual divisão do trabalho doméstico, uma vez que cabe às mulheres dedicar mais horas semanais para o desenvolvimento desta atividade (CEPAL, 2021). O contexto pandêmico e o pós-pandêmico, que aliaram a exigência de acréscimo do trabalho remunerado à desigual divisão sexual do trabalho doméstico, instigaram a realização de uma investigação para melhor compreender, no universo de servidoras mulheres, o modo como o sistema capitalista capturou o trabalho feminino e potencializou as desigualdades historicamente impostas em suas vidas, especialmente em um momento em que inúmeros trabalhadores foram obrigados a continuar produzindo, mesmo diante das medidas sanitárias de isolamento social.

Federici (2019) sinaliza que o trabalho doméstico exponencia o lucro do capital, uma vez que não considera os custos da força de trabalho reprodutivo. Desse modo, o capital absorve o trabalho reprodutivo necessário para a manutenção do trabalhador e o apresenta como algo a ser incorporado socialmente como um atributo natural da mulher. Compreendemos que, no referido contexto, o teletrabalho é mais uma estratégia para a maximização da extração da mais-valia, a partir da dupla captação do trabalho feminino, que desonera os custos do trabalho produtivo e exponencia os efeitos danosos sobre a saúde da mulher trabalhadora, mesmo em instituições que não buscam o lucro, mas que hoje têm sua administração baseada no gerencialismo.

Advém daí nosso interesse em realizar uma investigação, mediante uma pesquisa social de caráter exploratório e qualitativo, junto às servidoras do TJRJ,³ com o objetivo de analisar como se articularam as demandas da esfera reprodutiva e da esfera produtiva para as funcionárias públicas do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro durante a pandemia de Covid-19, a partir da vivência do teletrabalho na perspectiva das funcionárias públicas inseridas no TJRJ.

A pesquisa teve como base uma região do Estado do Rio de Janeiro composta por seis comarcas, onde foram entrevistadas profissionais mulheres que atuam como técnicas e analistas judiciárias. A seleção dos sujeitos foi baseada na inclusão progressiva, que se baseia no critério de saturação, ou seja, a seleção era interrompida quando “[...] as concepções, explicações e sentidos atribuídos pelos sujeitos comecem a ter uma regularidade de apresentação [...]” (DESLANDES, 2016, p. 55).

A pandemia de Covid-19 acelerou processos de reestruturação e reorganização do trabalho em curso no TJRJ, dentre os quais o teletrabalho. Embora atualmente seja uma modalidade facultativa, durante os primeiros meses da pandemia o teletrabalho foi compulsório, de forma que a instituição pôde experimentar naquele período a maneira como a referida modalidade de trabalho impactaria na dinâmica organizacional. Portanto, entendemos que o período da pandemia se caracterizou, ainda que involuntariamente, como um experimento

3 O projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CEP-CFCH) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), obtendo o Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) nº 60319422.9.0000.5582 e Parecer nº 5.538.078. Os preceitos éticos da pesquisa foram seguidos conforme a orientação das Resoluções nº 466/2012 e nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), de modo que todas as entrevistadas assinaram o Registro de Consentimento Livre e Esclarecido (RCLE).

social para a implementação do teletrabalho nos tribunais de justiça do País, incluindo o TJRJ.

A metodologia e o perfil do grupo entrevistado

Nossa pesquisa social teve um caráter exploratório e uma natureza qualitativa, pois buscou analisar a experiência de mulheres servidoras no teletrabalho durante a pandemia de Covid-19, a partir de suas perspectivas e de seus depoimentos. Em seguida, nós os analisamos à luz da teoria social crítica do materialismo histórico-dialético, já que entendemos a realidade social como complexa e como um fenômeno, sobre o qual nos debruçamos, cujo resultado está inscrito em uma totalidade histórica e social, para averiguarmos como se deu a articulação das demandas da esfera reprodutiva e da esfera produtiva para as servidoras e como isso impactou suas vidas.

A região escolhida para a aplicação da pesquisa foi uma área do Estado do Rio de Janeiro compreendida por seis comarcas. Os critérios de inclusão levaram em conta um perfil bem específico: as entrevistadas deveriam se tratar de mulheres, técnicas judiciárias e analistas judiciárias efetivas do TJRJ, com ou sem especialidade, além de servidoras das comarcas do Núcleo Regional (NUR), eleito para a pesquisa. O referido território é também onde a pesquisadora exercia as suas atividades como assistente social, o que contribuiu para o acesso aos sujeitos e conferiu a confiança que este tipo de abordagem requer.

A opção pelos dois grupos de servidoras, técnicas e analistas, foi também em função da sobrecarga de trabalho durante a pandemia para as assistentes sociais do Núcleo Regional, conforme os relatos de tais grupos. Além do atendimento aos jurisdicionados, a equipe analisava os requerimentos dos servidores que solicitavam a migração para o teletrabalho, de acordo com a Resolução CM nº 5/2021. Somava-se ainda às tarefas a gama de responsabilidades pelas demandas referentes à redução da carga horária, garantida pelo Decreto nº 2.479, de 08/03/1979, do Estatuto dos Funcionários Públicos do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, que concede o referido direito àqueles que tenham e comprovem a necessidade de cuidados de terceiros, readaptação e licenças para o acompanhamento de familiar.

Para manter o sigilo e a confidencialidade das informações prestadas pelas participantes, optamos por excluir da pesquisa as mulheres magistradas.

O reduzido número de magistradas poderia contribuir para que as referidas profissionais pudessem ser identificadas, a partir da sua caracterização. Também foram excluídas as funcionárias na condição extraquadro, em função do fato de que elas não eram amparadas pelo Estatuto dos Funcionários Públicos do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro.

Dado o vivenciado contexto de pandemia de Covid-19, as entrevistadas puderam eleger a entrevista de modo presencial ou intermediada por ferramentas tecnológicas. As entrevistas foram realizadas entre os meses de agosto e novembro de 2022, quando foram expedidos 16 convites para a participação, dos quais 12 foram aceitos.

Em relação à pesquisa, os depoimentos foram colhidos em entrevistas com roteiro aberto, organizado a partir de três blocos, quais sejam: (1) identificação; (2) divisão sexual do trabalho doméstico; e (3) condições de trabalho e suas repercussões. As entrevistadas puderam falar livremente. As entrevistas foram gravadas com a sua anuência e, em seguida, transcritas.

Na estruturação das respostas colhidas, após a transcrição das entrevistas, sistematizamos o material e usamos a análise de conteúdo na modalidade temática (GOMES, 2016), por intermédio da qual procuramos compor os núcleos de sentido, a partir dos elementos que eram homogêneos nas falas das participantes, categorizando os seus conteúdos e tomando como referência a fundamentação teórica adotada. Segundo Gomes (2016), é importante submeter o material coletado a critérios idênticos de análise, pois, além do princípio da homogeneidade, é importante que as categorias sejam exaustivas, exclusivas, concretas e adequadas.

Do grupo composto por mulheres, 17% se declararam divorciadas e 83% em união estável ou casadas. Na autodeclaração sobre o quesito de cor/raça, apenas 25% se disseram negras, percentual que está bem distante da composição racial brasileira, uma vez que, segundo o Censo de 2022 (IBGE, 2023), o referido grupo representa 55,5%. Tal fato nos remete à dificuldade histórica que a população negra enfrenta para acessar cargos de trabalho que exigem maior formação, especialmente aqueles para os quais há necessidade de se submeter a concursos públicos, seja pela evasão escolar, imposta pela necessidade de ajudar no sustento de suas famílias, seja pela baixa qualidade da educação básica pública no Brasil, na qual representam a maioria dos estudantes, em torno de 77,5% (IBGE, 2022).

A evasão escolar como consequência da necessidade de contribuir para o sustento familiar pode ter origem na história da escravização, quando coube às mulheres negras a responsabilidade pela manutenção material de suas famílias. Segundo Davis (2016), elas tiveram “[...] um lugar central na comunidade escrava. Ela era, assim, essencial à sobrevivência da comunidade” (DAVIS, 2016). Hoje, trata-se de um elemento que se coloca como consequência do racismo estrutural, que perpetua as desigualdades de raça e gênero. As famílias negras ainda hoje têm na mulher a figura provedora central. Segundo o IBGE (2022), 62% das famílias negras são chefiadas por mulheres, o que as leva a abandonar os estudos.

O Brasil avançou no referido debate e os movimentos sociais conquistaram as políticas reparadoras graças à destinação de cotas para o ingresso nas universidades (BRASIL, 2012) e nos concursos públicos (BRASIL, 2014). Todavia, há dois aspectos importantes que devem ser destacados: primeiro, tais políticas ainda são relativamente recentes, para terem o efeito de propiciar uma composição democrática e representativa na configuração racial dos cargos mais qualificados do mercado de trabalho e das instituições públicas. Em segundo lugar, porque há o racismo estrutural na sociedade brasileira, que age em diferentes dimensões para impedir o citado acesso.

Em relação à divisão doméstica do cuidado, 92% das entrevistadas declararam que tinham sob a sua responsabilidade, em seus domicílios ou fora deles, pessoas que delas dependiam, fosse financeiramente ou para cuidados, de modo que a atividade foi categorizada como afazer doméstico, seguindo-se a definição do IBGE (2020), para o qual a tarefa é definida como uma atividade que pode ser desenvolvida no próprio domicílio ou em domicílio de outrem para o cuidado de pessoas dependentes ou de familiares não moradores (IBGE, 2020). Trata-se de um dado que nos aponta uma questão de gênero histórica e estrutural da sociedade moderna, que será explorada adiante de maneira mais detalhada.

O teletrabalho nas vidas das servidoras: a desigualdade de gênero em evidência, segundo a pesquisa

No final de dezembro de 2019, a OMS foi alertada sobre um surto de pneumonia na cidade de Wuhan, na província de Hubei, na República

Popular da China. Tratava-se de um novo coronavírus (Sars-CoV-2). Em março de 2020, quando a infecção já havia sido disseminada por diversos países de todos os continentes, a OMS declarou o estado de emergência de saúde pública de importância internacional em decorrência da pandemia do novo coronavírus.

No Rio de Janeiro, a situação de emergência de saúde pública foi estabelecida pelo Decreto nº 46.973, de 16 de março de 2020, quando também foi sinalizada a possibilidade de manutenção dos serviços públicos pelo teletrabalho. Em março de 2020, então, foi implementado o Regime de Teletrabalho Externo no TJRJ, pelo Ato Normativo Conjunto nº 4/2020, formalizado entre o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ) e a Corregedoria Geral de Justiça (CGJ), quando o teletrabalho foi estabelecido de forma compulsória para todos os servidores do Tribunal de Justiça. O contexto instigou a necessidade de compreensão sobre o modo como o sistema capitalista captura o trabalho feminino e potencializa as desigualdades impostas.

Davis (2016) indica historicamente quando ocorreu a destinação exclusiva das mulheres às tarefas domésticas. Segundo a autora, o marco se localiza na assunção do capitalismo, quando o domicílio deixou de ocupar lugar central na economia e quando saíram de casa e migraram para as fábricas nascentes as atividades que antes eram feitas por elas e lhes davam prestígio social, como manufaturas, produzindo roupas, sabão, velas e outros produtos necessários para suas famílias. Mesmo com o advento do capitalismo tendo representado a liberação delas de tarefas pesadas, elas ainda sofreram uma campanha ideológica que as desqualificava e as inferiorizava e destinava a elas somente as atividades domésticas.

Federici (2019) sinaliza que o trabalho doméstico exponencia o lucro do capital, uma vez que não considera os custos da força de trabalho reprodutivo necessário para a manutenção do trabalhador e o apresenta como algo a ser incorporado socialmente como um atributo natural da mulher. Compreendemos que o teletrabalho no referido contexto é mais uma estratégia para a maximização da extração da mais-valia, a partir da dupla captação do trabalho feminino, que também desonera os custos na execução do trabalho produtivo, na medida em que coube aos servidores arcar com os custos da adaptação estrutural de suas casas para atender ao trabalho.

Em consequência, é exponenciada a lógica produtivista que marca o neoliberalismo, dinamizada no setor público a partir da adoção do gerencialismo (GURGEL & SOUZA, 2016) durante a pandemia de Covid-19, em um contexto de emergência em saúde. O trabalho remunerado invadiu o espaço doméstico. Com isso, as desigualdades de gênero, anteriormente existentes, acentuaram-se ainda mais quando ficaram ainda mais sobrecarregadas as mulheres responsáveis pelo gerenciamento e pela execução das demandas do lar, pois o cenário pandêmico e as orientações sanitárias ampliaram as tarefas domésticas, especialmente a dedicação à higienização dos alimentos e da casa, os cuidados com os dependentes da família, a supervisão e o monitoramento das atividades acadêmicas de crianças e adolescentes. Tal dinâmica acirrou a desigualdade de gênero, quando as mulheres – que já despendiam mais tempo do que os homens para a realização do trabalho doméstico (CEPAL, 2021) – tiveram que arcar, majoritariamente, com mais essas responsabilidades.

No quesito de raça/cor para a possibilidade de divisão das tarefas, dentre as respondentes que se autodeclararam negras, 66% disseram não possuir parceiros ou parceiras amorosas; logo, inferimos que não tinham com quem contar durante a pandemia para a divisão das tarefas domésticas, o que ratifica a sobrecarga emocional que a solidão das mulheres negras imputa a elas mesmas, somando-se à material. Segundo Carneiro (2021), o discurso de sexo frágil atribuído ao feminino, que precisa de companhia e proteção, não inclui as mulheres negras. Inseridas em uma sociedade na qual o padrão estético de beleza é o da mulher branca, comumente, as mulheres negras só são vistas como um objeto sexualizado, o que pode se refletir na sua solidão.

No caso das respondentes negras, além da responsabilidade de arcar sozinhas com as despesas do lar, elas também eram as responsáveis pela manutenção de pessoas não residentes de suas casas, reafirmando o que Davis declarou (2016), quando demonstrou a importância delas na dinâmica familiar. Mesmo que haja a formação de redes de apoio familiares, isso não deve ser visto a partir de uma expectativa de que vá funcionar na provisão de cuidados, razão pela qual deve haver uma oferta de serviços públicos, preferencialmente, que possam prover tal suporte.

Ainda em relação ao quesito de raça/cor, podemos observar que a ausência de suporte para o compartilhamento dos cuidados de pessoas

dependentes não residentes no domicílio se sobressai quando consideramos os arranjos familiares a partir dessa variável. No entanto, a inclusão de filhos maiores, de par amoroso ou de irmãos na dinâmica familiar das mulheres brancas não significou que havia uma divisão igualitária dos cuidados, ainda que pudesse contribuir para a redistribuição de tarefas. A pesquisa demonstrou que as mulheres que conseguiram demarcar uma divisão mais igualitária das tarefas domésticas entre os integrantes de suas famílias, no momento anterior à pandemia, conseguiram manter a mesma organização na redistribuição dos cuidados dos filhos, em dinâmica posterior ao momento pandêmico.

Nesse tocante, percebemos o quanto a naturalização dos alegados atributos femininos para o desempenho das atividades no lar (FEDERICI, 2019) está estruturalmente vinculada à sobrecarga projetada sobre as mulheres. Podemos observar o quanto é difícil para as mulheres se desvencilhar das atribuições que socialmente foram imputadas ao feminino, como o cuidado com a casa, com as pessoas dependentes da família, dentre outras tarefas. A partir das narrativas das entrevistadas, podemos constatar que, mesmo nas famílias em que houve uma maior participação masculina no que se refere às tarefas domésticas, ainda permaneceu a dificuldade de reconhecimento, por parte das próprias mulheres, de que a realização de tais tarefas não era um favor ofertado por seus parceiros, conforme é possível perceber no relato a seguir.

[...] Eu vou às consultas médicas com eles [os genitores]. Eu organizo a compra da casa. Eu faço as compras. É, eu vejo a compra de itens de higiene e de manutenção da minha mãe, que é quase acamada, não é? É, vejo, nós vemos [...]. Meu marido me ajuda. Ele é quem vê a relação dos remédios, né? [...] (E.5: branca, faixa etária de 50 a 59 anos).

As próprias mulheres naturalizam suas responsabilidades e não indicam a distribuição de tarefas como algo a ser realizado por todos os moradores do domicílio e com aqueles sob a responsabilidade da família. Portanto, quando elas compreendem que as tarefas seriam femininas, suas narrativas destacam o quanto os demais integrantes do grupo familiar têm-nas ajudado na atribuição, o que se reflete em outro dado levantado a partir dos depoimentos: nas famílias em que os homens participavam ativamente das atividades domésticas, tal participação era muito reduzida.

Sobre os conflitos familiares, ficou nítido pelos relatos das entrevistadas o quanto a sobreposição de tarefas nos primeiros meses da pandemia trouxe desgastes e conflitos no interior das famílias.

[...] Ele [o marido] falou assim: “[nome da entrevistada], vamos preparar o lanche, alguma coisa [...]. Eu fiquei tão aborrecida, tão estressada com aquela situação, que eu me senti, assim, como eu estava sendo uma empregada. Aí, mas eu soltei um palavrão imenso, entendeu? [Risos] [...] (E.8: não respondeu sobre o quesito de raça/cor, faixa etária de 50 a 59).

A “simbiose” entre o trabalho produtivo e o reprodutivo, sem um marcador específico entre o início e o fim das atividades, contribuiu para a sobrecarga das mulheres. Tal questão também se configurou como um elemento de tensão no interior das dinâmicas familiares.

Os aspectos relacionados à sobrecarga oriunda da sobreposição das tarefas domésticas em relação ao trabalho remunerado, o não reconhecimento das demandas domésticas como atribuição de todos os integrantes da família e os conflitos familiares decorrentes da referida dinâmica foram elementos que, aliados à precariedade das condições materiais para a realização do teletrabalho, contribuíram para o esgotamento mental e físico dessas trabalhadoras, conforme seus depoimentos. Muitas buscaram formas de lidar com isso, de se defender e de se fortalecer. Um dos mecanismos de defesa individual adotados foi o bloqueio do consumo de notícias que indicavam questões relacionadas à pandemia, pois, no período de maior restrição, dadas as medidas de isolamento social, não era possível lançar mão de outras estratégias de defesa que pudessem proporcionar a manutenção da saúde mental, como uma rotina de interatividade entre amigos e a família, de maneira que pudesse configurar uma fonte de satisfação pessoal.

Diante do referido quadro, quando os sinais de sofrimento psíquico se tornaram cada vez mais presentes, algumas entrevistadas relataram ter retomado ou iniciado um atendimento psicoterapêutico e até psiquiátrico.

Em 2020, eu precisei, sim [...]. [Estou] fazendo terapia, psicoterapia. Precisei ser encaminhada para a psiquiatra, [para] ser medicada. Com toda [trecho incompreensível] e

estresse com trabalho. Trabalho era, assim, a minha questão principal (E. 12: branca, faixa etária de 40 a 49 anos).

Ainda que 85% das entrevistadas tenham relatado o agravamento de sua situação de saúde física e mental, em suas falas, elas não vincularam essa condição com a sobrecarga de trabalho. Embora a maioria tenha declarado um agravo de saúde, apenas 25% relataram que se afastaram do trabalho para o próprio tratamento de saúde. Talvez porque avaliem como natural a sobrecarga, já que, como mostramos anteriormente, elas naturalizam a divisão dos trabalhos domésticos, uma vez que cabem às mulheres as tarefas do cuidado e do lar, a ponto de avaliarem como ajuda quando um homem faz alguma das tarefas. Com base no referido quadro, inclusive, tivemos 34% delas que nos relataram ter usufruído de licença para o acompanhamento de familiar, já que o trabalho de cuidado de outrem também é considerado uma tarefa doméstica e é naturalizado como sendo um “atributo feminino”. É interessante destacar que esse tipo de licença superou o número de licenças para tratamento da própria saúde.

O sistema do patriarcado é anterior ao capitalismo, mas com ele se combinou, assim como foi com o racismo para dominarem (KERGOAT, 1978) e ampliarem a exploração e a extração da mais-valia. A naturalização dos atributos femininos foi uma das ações de cariz ideológico do capitalismo para imputar à mulher as tarefas do cuidado, utilizando-se de argumentos que desqualificavam sua capacidade de exercer outro trabalho, assim como para lhes tirar o prestígio social que gozavam no antigo regime, tendo em vista que desenvolviam tarefas produtivas para a sobrevivência de seu grupo familiar (DAVIS, 2016).

A mulher negra na sociedade capitalista, além das opressões de gênero e de classe, é atravessada pelas intersecções e experiências provocadas por outras opressões, como as de raça (AKOTIRENE, 2022), que a colocam em lugar de menor prestígio social e a “desqualificam” para determinadas funções. Elas trazem em seus corpos e em suas histórias marcas dessa combinação e são vitimadas⁴ por elas, não sem resistência e luta, de modo que são incluídas todas as mulheres, pois, como diz Davis (2016), quando uma mulher negra avança e conquista, toda a estrutura social se move com ela, pois são elas a parcela mais

4 Para bell hooks (2000), feminista e militante negra, morta em 2022, há uma diferença política entre nomear alguém como vítima e como vitimada. Esta última mostra que a pessoa foi afetada, mas não necessariamente ficou impassível diante do que lhe ataca, como passa a ideia de ser vítima.

oprimida e vulnerável da população, a maioria que compõe a base da pirâmide. A divisão sexual do trabalho está no âmago do poder que os homens exercem sobre as mulheres (HIRATA & KERGOAT, 2007, p. 114), que se alia à divisão racial.

Além dos custos monetários provocados pela migração compulsória do trabalho para casa (dentre eles, podemos citar a necessidade de obtenção e a manutenção de equipamentos de informática), diversas medidas – como as de ter que arcar com a alteração do plano de *internet* para manter-se conectada, de adquirir móveis e de precisar adequar a estrutura e a infraestrutura de alguns domicílios – se aliaram à necessidade de improvisação do espaço doméstico para a realização do trabalho, que carecia de concentração na maior parte do tempo.

[...] Na verdade, eu trabalhava no terraço da casa. [...] Ah, porque é a única forma de eu conseguir que meu filho deixasse eu trabalhar. Ele [o filho] toda hora ficava em volta de mim. Ah, aí eu não teria concentração para trabalhar, entendeu? Ah, então, meu lugar de trabalhar era no terraço (E.2: branca, na faixa etária de 40 a 49).

As narrativas dessas trabalhadoras confirmaram as previsões de Antunes (2020), quando apontou as desvantagens oriundas do teletrabalho para a classe trabalhadora, na medida em que maximiza a exploração e a extração de mais-valia, além de, na maioria dos casos, pressionar para que o trabalhador arque com os custos do trabalho feito em casa, como a conta de luz e o pagamento da *internet* e dos equipamentos. Antunes (2020) previu, ainda, a duplicação e a justaposição entre o trabalho produtivo e o reprodutivo pela intensificação do trabalho feminino. A organização da logística, a execução e o planejamento de suas atividades produtivas não geraram somente uma sobrecarga material e financeira, mas também subjetiva, psíquica e emocional para as referidas mulheres.

Todavia, o conjunto de elementos expostos, somado à instabilidade dos sistemas que comportam os processos judiciais eletrônicos e à exigência do aumento da produtividade no teletrabalho, acabou por romper com a idealização acerca do trabalho realizado em domicílio e contribuiu para que as entrevistadas não requeressem o teletrabalho quando ele passou a ser facultativo.

Em *home office*. Era o meu sonho. Eu falava assim: “poder trabalhar de casa”. Agora, hoje em dia, aí pela experiência que eu tive, eu acho que não. A não ser assim, tipo: ficar dois dias, uma coisa assim. Mas eu preciso, eu tenho, eu sinto essa necessidade de estar aqui, ficar. Eu acho bem, assim, estressante [o teletrabalho]. [...] Por conta da instabilidade do sistema e essa questão também de você ter que ter uma produtividade maior do que aqui, né? Porque eles, eles exigem, acho que 25%⁵ a mais, e aí eu acho que causa estresse [...] (E. 6: branca, na faixa etária de 40 a 49).

A superposição geográfica e temporal das atividades produtivas com as reprodutivas, a falta de subsídios e infraestrutura, o aumento da jornada de trabalho e a exigência de maior produtividade promoveram um desmonte da idealização que se tinha em relação ao teletrabalho. O contexto do teletrabalho compulsório trouxe para as mulheres o reconhecimento dos prejuízos que essa modalidade de trabalho poderia trazer para suas vidas, suas famílias e sua saúde mental. As expectativas relacionadas ao teletrabalho foram derruídas e deram lugar a uma tomada de consciência a respeito dessa modalidade de trabalho e de sua capacidade de exponenciar a superexploração a que são submetidas.

Considerações finais

Foi constatado pela pesquisa que a experiência do teletrabalho não foi vivenciada de forma homogênea por todas as mulheres. As mulheres negras, em sua maioria, não tiveram o suporte de familiares para os cuidados das pessoas vulneráveis de seu entorno, ao contrário: eram a referência para o suporte desses indivíduos, reproduzindo a história dos arranjos familiares dos negros desde os tempos de sua escravização (DAVIS, 2016).

Ainda que algumas das entrevistadas tenham afirmado que conseguiram distribuir as tarefas domésticas entre os demais familiares, o planejamento, a organização e a redistribuição das ações ficaram a cargo das mulheres, o que trouxe um desgaste físico para elas, contribuindo para o agravamento de sua situação de saúde no período.

5 Atualmente, o valor a ser acrescido na produtividade a partir da adoção da modalidade de teletrabalho é de 20%, com exceção dos servidores atendidos pela Resolução CM nº 05/2021.

As entrevistadas se depararam com a necessidade de responder, concomitantemente, às demandas da esfera reprodutiva, assim como também às demandas da esfera produtiva, sem que houvesse para estas últimas quaisquer preparos prévios: treinamento e suporte material. Essa configuração de extensão das atividades de trabalho as colocava em lugar de vulnerabilidade no interior das relações familiares, que, em alguns casos, gerou conflitos.

Em relação à saúde das trabalhadoras entrevistadas, a análise dos dados apontou para questões associadas à inadequação dos equipamentos utilizados nos domicílios para seu uso na realização do trabalho por horas seguidas. Também foram relatadas questões condizentes à saúde mental, como a piora de sintomas sugestivos de ansiedade e depressão. Ainda segundo o relato das entrevistadas, o referido quadro estava relacionado à necessidade do monitoramento constante de familiares naquele período e ao receio da nova configuração social que o contexto da pandemia impôs.

Como forma de se defenderem e de salvaguardarem sua saúde no dado contexto, as funcionárias relataram que lançaram mão de seus próprios mecanismos de defesa individual (SELIGMANN-SILVA, 2011) para resistir ao desgaste advindo de um período no qual houve um exacerbamento das demandas produtivas e reprodutivas. Dentre os citados mecanismos de defesa individual, foi mencionado o início ou o retorno do acompanhamento psicológico e/ou psiquiátrico.

A Resolução CNJ nº 277/2016, que norteia o teletrabalho nos Tribunais de Justiça, apresenta como um dos seus objetivos a promoção do aumento da qualidade de vida aos servidores. Podemos inferir, a partir do texto da referida normativa, que tal promoção seria alcançada a partir da possibilidade de extinção dos deslocamentos para o trabalho e da realização das tarefas laborais em horário que melhor se adequasse à rotina individual do trabalhador, bem como à extensão do convívio familiar. Todavia, dois aspectos se interpuseram no alcance do citado objetivo. O primeiro aspecto foi a obrigatoriedade de apresentar uma produtividade superior ao desempenho laboral dos demais trabalhadores que executavam suas atividades de modo presencial, o que funciona como mais um tensionamento ao trabalho. O segundo aspecto diz respeito ao teletrabalho realizado pelas mulheres servidoras, que se depararam com a sobrecarga de trabalho em seus domicílios.

As mulheres entrevistadas afirmaram que, além de serem responsáveis pelos cuidados de pessoas vulneráveis de suas famílias, também eram responsáveis pelo gerenciamento e pela execução das demais tarefas domésticas, ainda que elas sejam consideradas como atividades invisibilizadas. Com a inserção do teletrabalho no contexto da pandemia, as famílias permaneceram em suas residências por uma quantidade maior de horas. Tal contexto contribuiu também para o aumento da demanda do trabalho doméstico e das atividades do cuidado, com o acréscimo da necessidade de respostas às demandas do trabalho remunerado no TJRJ.

Ademais, quando o trabalho deixou de ser compulsório e passou a ser facultativo, parte das entrevistadas não escolheu permanecer no teletrabalho. Os motivos alegados indicam a exigência do acréscimo de resultados e as instabilidades apresentadas pelos sistemas que comportam os processos judiciais eletrônicos. A obrigatoriedade de apresentação de resultados superiores por parte das teletrabalhadoras em relação aos que executavam suas atividades de forma presencial determinou um tratamento desigual entre as categorias que exercem as mesmas tarefas e com a mesma jornada de trabalho.

O acréscimo da produtividade às teletrabalhadoras acirra a desigualdade de gênero, uma vez que foi identificado que as mulheres também dedicam mais horas semanais para a realização das tarefas domésticas (CEPAL, 2021). Desse modo, as trabalhadoras executam as suas atividades de forma extensiva em todas as esferas de sua sociabilidade, seja familiar ou laboral.

Este estudo não encontrou indicativos que possam apontar para a elucidação dos fatores que poderiam justificar que as teletrabalhadoras tenham uma condição mais favorável para apresentar uma produtividade superior em relação aos demais que assumem a modalidade presencial. Portanto, a exclusão do critério de produtividade superior, exigido aos teletrabalhadores, parece-nos ser pauta para reflexão, subsidiada por pesquisas empíricas. Tal exclusão reduziria a desigualdade de gênero e o desequilíbrio na distribuição de trabalho no interior da mesma categoria profissional.

A compreensão dos rebatimentos da sobrecarga oriunda do acúmulo do trabalho reprodutivo e do produtivo realizados no mesmo espaço é de grande relevância para o trabalho das assistentes sociais

que prestam serviço junto à Saúde do Trabalhador. É importante que a análise presente nos documentos produzidos pelas assistentes sociais aponte os determinantes sociais que podem impactar o processo de saúde-doença das trabalhadoras. O apontamento deve considerar as trabalhadoras em sua integralidade, a partir do reconhecimento de seu ambiente laboral e dos impactos que tal realidade impõe ao seu cotidiano. No caso do teletrabalho facultativo, o ambiente laboral está envolto nas relações familiares.

Contudo, de maneira a aliar a defesa da ampliação de estudos que considerem o referido tema, reconhecemos os avanços oriundos da revolução tecnológica para os trabalhadores e jurisdicionados; no entanto, compreendemos que tais avanços não devem acirrar ainda mais a desigualdade de gênero entre os trabalhadores.

Referências

ANTUNES, R. **Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado** (Pandemia Capital). São Paulo: Boitempo Editorial, 2020.

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2022.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2012.

_____. Lei nº 12.990, de 9 de julho de 2014. Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. Brasília, DF: Diário Oficial, 2014.

_____. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Resolução CNJ nº 227, de 15 de junho de 2016. Regulamenta o teletrabalho no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <<https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2295>> Acesso em: 29 jan. 2024.

CARNEIRO, S. **Enegrecer o feminismo: A situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. Universidade

Católica de Pernambuco. Recife: Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas – NEABI/UNICAP, 2021.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). Observatório de Igualdade de Gênero da América Latina e do Caribe. Proporción del tiempo dedicado al trabajo doméstico y de cuidado no remunerado, desglosado por sexo (indicador ODS 5.4.1) 2021. Disponível em: <<https://oig.cepal.org/pt/indicadores/proporcion-tiempo-dedicado-al-trabajo-domestico-cuidado-no-remunerado-desglosado-sexo>>. Acesso em: 30 jan. 2022.

DESLANDES, S.F. O projeto de pesquisa como exercício científico e artesanato intelectual. *In*: MINAYO, M. C. de L. (org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 27ª ed. Petrópolis: Vozes, 2016.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo Editora, 2016.

FEDERICI, S. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. Trad. do Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

GOMES, R. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. *In*: MINAYO, M. C. de L. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 27ª ed. Petrópolis: Vozes, 2016.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. CONSELHO DA MAGISTRATURA. Resolução nº 5, de 26 de agosto de 2021. Institui condições especiais de trabalho para magistrados e servidores com deficiência, necessidades especiais ou doença grave ou que sejam pais ou responsáveis por dependentes nessa mesma condição no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências. Rio de Janeiro: Poder Judiciário, 2022. Disponível em: <http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=285649&integra=1>. Acesso em: 2 fev. 2024.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Decreto nº 2.479, de 8 de março de 1979. Dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/90539/decreto-2479-79-rio-de-janeiro-rj#art0>>. Acesso em: 15 set. 2023.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Decreto nº 46.973, de 16 de março de 2020. Reconhece a emergência na saúde pública do Estado do Rio de Janeiro em razão do contágio e adota medidas

enfrentamento da propagação decorrente do novo coronavírus (Covid-19) e dá outras providências. Revogado pelo Decreto nº 47.006, de 27/03/2020. Disponível em: <<https://pge.rj.gov.br/comum/code/MostrarArquivo.php?C=MTAyMjI>>. Acesso em: 15 dez. 2023.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO/CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Ato Normativo Conjunto nº 4, de 12 de março de 2020. Regime de teletrabalho externo no TJRJ. Rio de Janeiro: Poder Judiciário, 2020. Disponível em: <http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=277708&integra=1>. Acesso em: 18 jun. 2022.

GURGEL, C.; SOUZA FILHO, R. de. **Gestão democrática e Serviço Social**: princípios e propostas para a intervenção crítica. São Paulo: Ed. Cortez, 2016.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *In: Cadernos de Pesquisa*, v. 37, nº 132, set./dez. 2007, p. 595-609.

HOOKS, B. **Feminism is for everybody**. Cambridge: South End Press, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Outras formas de trabalho. Informativo. IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101722_informativo.pdf>. Acesso em: 27 set. 2022.

_____ Censo Demográfico 2022. Brasília: Ed. IBGE, 2023.

KERGOAT, Danièle. Ouvriers – ouvrièrs? Propositions pour une articulation théorique de deux variables: sexe et classe sociale. Critiques de l'Économie Politique, Lyon: 1978.

SILVA-SELIGMANN, E. **Trabalho e desgaste mental**: o direito de ser dono de si mesmo. São Paulo: Cortez, 2011.

SER Social

TRABALHO, LUTAS SOCIAIS
E SERVIÇO SOCIAL

Brasília (DF), v. 26, nº 55, de julho a dezembro de 2024

Redes insurgentes: como o movimento *Black Lives Matter* ajudou a reorganizar o sindicalismo estadunidense?

*Insurgent networks: how did the Black Lives Matter movement
help to reorganize American trade unionism?*

*Redes insurgentes: ¿cómo ayudó el movimiento Black Lives Matter
a reorganizar el sindicalismo estadounidense?*

Ruy Gomes Braga Neto¹

<https://orcid.org/0000-0002-8512-4306>

Recebido em: 03/04/2024

Aprovado em: 20/05/2024

Resumo: A atual onda de agitação trabalhista nos Estados Unidos, evidenciada tanto pela criação de novos sindicatos em setores tradicionalmente desorganizados, quanto pelo aumento do apetite grevista dos trabalhadores sindicalizados, foi seguida por um súbito aumento dos protestos em defesa das vidas negras, em escala global, em decorrência do assassinato, no dia 25 de maio de 2020, de George Floyd pela política de Minneapolis. Embora a literatura que tem analisado a glo-

1 Professor titular (2019) em Sociologia da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). Livre docente da USP (2012). Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) (2002). Mestre em Sociologia (1996). Graduado em Ciências Sociais (1993). Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/6933348358102726>>. E-mail: <ruy.braga@usp.br>.

balização do movimento *Black Lives Matter* tenha negligenciado a relação entre a luta antirracista e a revitalização dos sindicatos, existem muitos indícios capazes de revelar a referida intersecção. Neste artigo, pretendemos analisar um caso específico que aponta para uma íntima conexão entre a luta pela justiça racial e a luta pela justiça econômica: a criação do *Amazon Labor Union* (ALU), o primeiro sindicato da empresa Amazon do país.

Palavras-chave: precarização, racismo, redes sociais, sindicalismo, *Black Lives Matter*.

Abstract: The current wave of labor unrest in the United States, evidenced both by the creation of new unions in traditionally unorganized sectors and by the increase in the strike appetite of unionized workers, was followed by a sudden increase in protests in defense of black lives on a global scale as a result of the murder in May 25, 2020 of George Floyd for Minneapolis politics. Although the literature that has analyzed the globalization of the Black Lives Matter movement neglects the relationship between the anti-racist struggle and the revitalization of unions, there is much evidence capable of revealing this intersection. In this article, we intend to analyze a specific case that points to an intimate connection between the fight for racial justice and the fight for economic justice: the creation of the Amazon Labor Union (ALU), the first Amazon union in the country.

Keywords: precariousness, racism, social networks, trade unionism, Black Lives Matter.

Resumen: La actual ola de malestar laboral en Estados Unidos, evidenciada tanto por la creación de nuevos sindicatos en sectores tradicionalmente no organizados como por el aumento del apetito huelguista de los trabajadores sindicalizados, fue seguida por un repentino aumento de las protestas en defensa de las vidas de los negros en un escala global a raíz del asesinato el 25 de mayo de 2020 de George Floyd por la política de Minneapolis. Aunque la literatura que ha analizado la globalización del movimiento Black Lives Matter descuida la relación entre la lucha antirracista y la revitalización de los sindicatos, hay mucha evidencia capaz de revelar esta intersección. En este artículo pretendemos analizar un caso específico que apunta a una íntima

conexión entre la lucha por la justicia racial y la lucha por la justicia económica: la creación del Amazon Labor Union (ALU), el primer sindicato de la Amazon del país.

Palabras clave: precariedad, racismo, redes sociales, sindicalismo, Black Lives Matter.

Apresentação

Aqueles que passarem os olhos pela volumosa bibliografia a respeito da trajetória e do destino histórico do sindicalismo estadunidense produzida nos últimos 30 anos forçosamente chegará à conclusão segundo a qual os grupos sociais racializados de trabalhadores conformam a principal força motriz da revitalização do movimento trabalhista desde a fundação do Congresso das Organizações Industriais (CIO) em 1935. Trata-se de uma interpretação bastante consolidada quando consideramos a correlação existente entre a sindicalização dos trabalhadores negros nos anos de 1930 e 1940 e o fortalecimento do pacto fordista no pós-Segunda Guerra. Força social igualitária, os trabalhadores negros estiveram ligados aos principais ciclos grevistas entre os anos de 1950 e 1970, além de participarem ativamente do movimento pelos direitos civis que colocou um fim nas leis de segregação racial no sul do país.

Em contrapartida, o colapso do modelo de desenvolvimento fordista a partir dos anos de 1980, com o subsequente enfraquecimento do sindicalismo industrial, manietou as comunidades onde vivem os trabalhadores racializados, inaugurando uma era de precarização do trabalho, cujo corolário foi a queda da agitação trabalhista, seguida pelo aumento das desigualdades raciais na América. Ao longo dos anos de 1990 e 2000, a capacidade dos movimentos sociais protagonizados por grupos racializados declinou, juntamente com o poder de negociação dos sindicatos. À ruína dos sindicatos seguiu-se a debacle das condições de subsistência dos bairros onde vivem os trabalhadores racializados (WILSON, 1997).

Há 10 anos, quando comecei a estudar comparativamente a mobilização de trabalhadores precários na África do Sul, no Brasil e em Portugal, percebi que a crise da globalização neoliberal iniciada em 2008 parecia sobrepor características dos dois principais padrões de agitação trabalhista identificados por Beverly J. Silver: as agitações

“marxianas”, ou seja, aquelas definidas pela formação de novas classes trabalhadoras a partir de conflitos nos locais de trabalho, estavam se entrelaçando às agitações “polanyianas”, isto é, aquelas impulsionadas pelo desmanche de velhas classes trabalhadoras que reivindicavam a proteção social dos governos (SILVER, 2005).

A partir daí, aventei a hipótese de que um terceiro padrão poderia estar emergindo dos deslocamentos instigados pela crise da globalização neoliberal. Chamei o referido padrão de “thompsoniano”, a fim de não destacar nem o “fazer-se” marxiano, nem o “desfazer-se” polanyiano, mas sim o “refazer-se” das identidades coletivas dos grupos sociais subalternos no decorrer de uma grande transformação social (BRAGA, 2023).

Todavia, meus achados de campo limitavam-se exclusivamente a países semiperiféricos. A ideia de analisar as metamorfoses do padrão de agitação trabalhista nos Estados Unidos nasceu do desejo de testar a plausibilidade da hipótese “thompsoniana” em uma escala mais ampla. Neste artigo, recolhemos alguns indícios da recente sobreposição de características dos padrões “marxiano” e “polanyiano”, a fim de realçar a plausibilidade da hipótese “thompsoniana”, a partir de um caso localizado no norte global. Para tanto, iremos explorar a relação de afinidade eletiva existente entre a plataforma Black Lives Matter (BLM) e a exitosa criação do primeiro sindicato da empresa Amazon em Staten Island, Nova Iorque.

Ao identificarmos a afinidade entre o movimento BLM e algumas das principais campanhas de criação de novos sindicatos independentes, ressaltando importância do surgimento de uma geração de jovens ativistas sindicais cujas disposições políticas interseccionam identidades raciais e de gênero em torno da luta por justiça social nos locais de trabalho, argumentaremos que o atual refazer-se classista, impelido pela automobilização dos trabalhadores precários, floresceu “de baixo para cima”, contando com o flagrante apoio das redes sociais, em um contexto político e econômico marcado pela crise da globalização capitalista.

Twitter, Facebook e a nacionalização da luta antirracista nos Estados Unidos

Como é amplamente reconhecido pela literatura dos novíssimos movimentos sociais, as redes sociais (em especial, o antigo Twitter

e o Facebook) são um fator-chave para compreendermos o ciclo de protestos populares que se seguiu à eclosão da crise financeira nos Estados Unidos em 2008 (CASTELLS, 2013). Em 2012, por exemplo, o assassinato de Trayvon Martin desencadeou uma série de protestos na Flórida, inspirando a formação de diferentes organizações pelo país, que desempenharam um papel decisivo na formação da plataforma BLM.

O movimento *Black Lives Matter* começou como uma *hashtag* nas redes sociais em 2013 em resposta à violência do Estado e de vigilantes contra os negros. A história da origem da *hashtag* do Twitter *#BlackLivesMatter* foi bem documentada. Após a absolvição de George Zimmerman pelo assassinato do adolescente negro desarmado Trayvon Martin na Flórida em 2012, a ativista de Oakland, Alicia Garza, como milhões de outras pessoas, ficou com o coração partido, frustrada e irritada quando escreveu o que chamou de uma carta de amor para pessoas negras, terminando com uma versão da frase '*Black Lives Matter*'. Ela então juntou forças com duas outras ativistas, Opal Tometi e Patrisse Cullors (agora Patrisse Khan-Cullors), para criar uma *hashtag* e uma plataforma de mídia social. Em agosto de 2014, o termo decolou no Twitter e no Facebook com o surgimento da ação coletiva em Ferguson, Missouri (RANSBY, 2018, p. 5).

O levante de Ferguson que se seguiu ao assassinato de Michael Brown, um jovem de 18 anos, por um policial branco é usualmente identificado como o evento impulsionador da onda de protestos sociais que se espalhou pelo país. Na base da nacionalização do protesto, encontramos um sistema de solidariedades práticas, alimentado por um forte desejo de autodeterminação em favor da proteção das comunidades. Amiúde, procura-se conquistar a igualdade de tratamento em relação aos bairros brancos. E, apesar da brutalidade da repressão policial, é importante destacar que Ferguson não foi um movimento impulsionado pelo ódio à polícia: "Mesmo descrevendo a brutalidade policial como 'execuções públicas pagas com impostos', os manifestantes não diziam odiar a polícia. Em vez disso, eles queriam a mesma proteção assegurada aos brancos" (BOYLES, 2019, p. 157).

Trata-se de uma questão realmente crucial: Ferguson foi um

levante por justiça social que denunciou o rebaixamento das condições de reprodução do conjunto das famílias trabalhadoras pobres. Comunidades insurgentes que contavam com a participação de manifestantes brancos e latinos, inspiradas pela coalizão do Movimento pelas Vidas Negras, multiplicaram-se pelo país. Após 2014, a mesma dinâmica política pôde ser observada em cidades tão diferentes como Anaheim, Baltimore, Baton Rouge, Charlotte, Chicago, Milwaukee, Nova Iorque, Oakland e St. Paul. Até que, em 2020, o assassinato de George Floyd detonou uma onda inédita, atingindo 2 mil cidades em cerca de 60 países (PUTNAN, PRESSMA & CHENOWETH, 2020).

De fato, no verão de 2020, especialistas estimam que entre 15 e 26 milhões de pessoas participaram das manifestações em defesa das vidas negras nos Estados Unidos, transformando a indignação contra o assassinato de George Floyd na maior onda de protesto social da história americana (BUCHANAN, BUI & PATEL, 2020). Logicamente, a defesa das vidas negras contra a violência da polícia estadunidense era a motivação essencial. No entanto, uma reação internacional nessa escala só pode ser compreendida a partir de um marco mais amplo: a luta por justiça, cujo eixo estruturador é a denúncia da opressão racial.

Afinal, além do abuso da força, a expropriação política dos grupos racializados opera por outros meios: o déficit de moradias decentes, a dificuldade de acesso à comida fresca, o endividamento das famílias, as escolas de baixa qualidade e a falta de cuidados com a saúde, além do subinvestimento permanente em serviços urbanos essenciais, como o da limpeza urbana. Diante dessa variada gama de efeitos da opressão racial, percebe-se que a exigência da reforma das forças policiais era o ponto de partida; porém, não era o ponto de chegada do protesto negro.

A sobreposição de exploração econômica e expropriação política é a força motriz por trás da violência contra, sobretudo, os trabalhadores jovens. A concentração de empregos precários nos bairros brancos afasta ainda mais os jovens negros do trabalho formal. Além disso, a sedução do ilícito transforma a juventude em alvo preferencial da polícia. Ao fim e ao cabo, a precarização do trabalho coloca muitos jovens em rota de colisão com a violência policial. Na verdade, as comunidades negras são sempre as primeiras a experimentar a convergência devastadora entre assédio policial, condições subnormais de reprodução, criminalidade e encarceramento em massa (BOYLES, 2019).

Além de enfrentarem os policiais nas ruas, os manifestantes em Ferguson protestaram em frente à prefeitura, organizaram marchas que demandavam mais e melhores serviços urbanos, participaram de fóruns e debates dedicados a impulsionar os investimentos em suas comunidades e mobilizaram igrejas e organizações comunitárias em favor da distribuição de alimentos e roupas. Iniciativas assim, voltadas para proteger a subsistência da comunidade em meio à escalada da violência policial, foram amplamente impulsionadas pelo princípio da igualdade racial.

Em Ferguson, a crise política – decorrente do atrito entre lideranças negras, militantes dos sindicatos, associações de moradores, policiais e representantes da prefeitura – produziu um acúmulo reflexivo, que posteriormente foi usado em outros conflitos pelo país. Lutar para que as comunidades consigam superar a crise socio-reprodutiva que as ameaça implica assegurar a reprodução normal das famílias trabalhadoras, por meio da abertura de supermercados, do incremento da limpeza pública, dos investimentos do poder público na melhoria das escolas e da revitalização das residências (BOYLES, 2019).

O levante de Ferguson significou um momento excepcional da luta cotidiana por justiça social contra o desemprego, a falta de oportunidades, a repressão militarizada ao consumo de drogas, a segregação territorial e o subemprego nas comunidades negras americanas. Tal experiência, comum aos trabalhadores pobres da América, levou à formação de novas coalizões por justiça racial em um contexto político permeável à ação direta dos manifestantes. Politizando os territórios, a ação coletiva dos jovens precariados negros balizou a luta popular no país, trazendo para o centro da cena política o debate público a respeito da resiliência da opressão racial, mesmo sob uma administração federal gerida por um presidente negro.

A segregação territorial que oprime os bairros negros nos Estados Unidos sugere o entrelaçamento entre interesses econômicos e políticos. Afinal, as decisões de política urbana são definidas levando-se em consideração os interesses de bancos, empresas terceirizadas contratadas pelos municípios, incorporadoras imobiliárias e seguradoras. Assim, a expropriação urbana, reforçada pela prática dos bancos de negar sistematicamente empréstimos imobiliários aos trabalhadores negros, fortalece a opressão de suas comunidades, obrigando-os a permanecer em áreas decadentes e sistematicamente reprimidas pela polícia.

Como resultado, os bairros negros se transformam em territórios que repelem os investimentos imobiliários e desestimulam a abertura de novos negócios, recursos logicamente necessários para que os bairros superem sua condição degradada. O círculo vicioso se fecha e a reprodução subnormal das condições de produção da força de trabalho racializada aprisiona os trabalhadores em territórios segregados, forçando-os na direção dos subempregos ou das ocupações marginais.

Neste sentido, a precariedade das vidas negras é politicamente fabricada pelo conluio entre governos e empresas. Além dos lucros auferidos pelo complexo industrial-prisional e pelo setor financeiro, que depende do endividamento das famílias trabalhadoras, o regime racializado de acumulação se beneficia dos baixos custos de reprodução da força de trabalho empregada em setores como comércio, cuidados médicos e pessoais, manutenção predial e serviços de limpeza. Assim, a violência policial, que mantém segregadas as comunidades de trabalhadores, desempenha um papel indiretamente econômico.

Quando identificaram a afinidade eletiva entre a economia e a política (ou seria a polícia?) do capitalismo racial, os ativistas e os intelectuais ligados à plataforma BLM começaram a defender a diminuição do financiamento das forças policiais como maneira de limitar o crescimento desmedido do complexo prisional-militar (ALEXANDER, 2018). Os recursos poupados com a repressão seriam investidos nas comunidades racializadas. Paralelamente, floresceram temas como a ampliação dos direitos dos imigrantes, o aumento do salário mínimo, a criação de novos sindicatos e a eliminação das dívidas estudantis, como forma de revigorar a economia moral das comunidades racializadas.

Empurrada por levantes como o de Ferguson, a evolução política da plataforma BLM logrou articular, às práticas ativistas ligadas à proteção das vidas ameaçadas pela polícia, o trabalho afetivo daqueles que se dedicam a cuidar diariamente das comunidades. A combinação dessas duas formas de resistência à expropriação política (uma mais interna e cotidiana, outra mais externa e episódica) é o elemento crucial para compreendermos por que mais de 150 cidades no país registraram manifestações e protestos multirraciais liderados por negros no ano seguinte ao do assassinato de Michael Brown Jr. (RANSBY, 2018).

Na condição de um movimento social emergente em escala nacional, a plataforma BLM começou a colher sucessivos apoios oriundos

dos setores mais progressistas do sindicalismo estadunidense. Ao marchar ao lado dos ativistas de Ferguson em agosto de 2014, a presidenta do Service Employees International Union (SEIU), Mary Kay Henry, declarou: “Estamos com nossos irmãos e irmãs em Ferguson. E vamos com eles até a vitória” (HENRY, 2014). Além disso, o SEIU financiou manifestações em tribunais em todo o país, a fim de exigir a condenação do policial que assassinou Michael Brown Jr.

Formando novas coalizões

A nacionalização dos protestos impulsionados pela plataforma BLM contou ainda com a marcante participação de uma rede formada por organizações militantes em Chicago, Los Angeles, Minneapolis, Oakland e San Francisco. No verão de 2015, em Cleveland, milhares de manifestantes marcharam pelas ruas e avenidas da cidade atrás de uma imensa faixa do movimento BLM. O protesto foi seguido pela criação de uma nova coalizão, formada pelos coletivos Blackbird, BLMGN, BYP100, Dream Defenders e Million Hoodies (RANSBY, 2018).

De fato, o levante de Ferguson inspirou não apenas a mobilização política das comunidades negras. As comunidades latinas, engajadas no movimento pela ampliação dos direitos de cidadania dos jovens indocumentados nascidos nos Estados Unidos, também foram atraídas pelo levante negro. Como consequência, a “unidade preto-marrom” passou a ser debatida entre diferentes ativistas em cidades onde as duas comunidades praticamente não se comunicavam (RANSBY, 2018).

Trata-se de uma aproximação lógica, considerando-se que o assédio policial atinge as duas comunidades de forma semelhante. Vale lembrar que a Agência de Fiscalização de Imigração (ICE) é uma das principais instituições de investigação criminal dos Estados Unidos, com um longo histórico de detenções, que serve para alimentar o complexo industrial-prisional do país (MILKMAN, 2020). As experiências de formação de novas alianças evoluíram na direção de uma conferência, que reuniu milhares de ativistas negros de diferentes gerações no campus da Universidade Estadual de Cleveland, entre 24 e 26 de julho de 2015 (RANSBY, 2018).

A agitação estudantil, impulsionada pela formação de novas coalizões, alcançou visibilidade nacional, com os protestos de 2015, ocorridos no campus da Universidade do Missouri, em Columbia. Além

disso, protestos menores floresceram em aproximadamente 80 *campi* universitários localizados em diferentes cidades espalhadas pelo país, como os de Berkeley, Chicago, Nova Iorque, Oakland e San Francisco.²

Surgiu naquele momento o Coletivo de Libertação Negra (Black Liberation Collective – BLC), uma rede nacional de ativistas estudantis negros, com marcante atuação entre estudantes do ensino médio, que se aproximou também de sindicatos progressistas e internacionalizou suas iniciativas, rumo ao Canadá. Após a desilusão de parte considerável dos ativistas do movimento negro com os governos de Barack Obama, a formação de novas coalizões revelou uma reaproximação da luta antirracista em relação à resistência anticapitalista.

Um indício importante da reaproximação entre os grupos antirracistas e anticapitalistas ocorreu em Baltimore, durante os protestos em reação à morte do jovem Freddie Gray, em decorrência de um brutal espancamento, executado por seis policiais (três deles negros), no dia 19 de abril de 2015. Considerando-se tal circunstância, seria compreensível alguma hesitação por parte dos manifestantes. No entanto, após os assassinatos de Eric Garner, John Crawford, Tamir Rice e Walter Johnson, efetuados pela polícia, os manifestantes de Baltimore não hesitaram. Assim, tomou conta de diversos bairros da cidade uma onda de protestos, que denunciou o assédio policial e a pobreza, que vitimam as comunidades negras (STEINER & WAISBORD, 2017).

A exemplo de Ferguson, o levante de Baltimore estimulou a formação de novas coalizões, como a Baltimore Unida pela Mudança (Baltimore United for Change – BUC), focadas na defesa das condições de subsistência das famílias dos trabalhadores pobres. No dia 14 de outubro de 2015, as novas coalizões iniciaram uma ocupação do prédio da prefeitura da cidade, que durou várias semanas.

O fluxo de insurgências plebeias desaguou em conquistas eleitorais. Em 2017, Chokwe Antar Lumumba, advogado ligado ao movimento de libertação dos negros, foi eleito prefeito de Jackson City, capital e maior cidade do Mississippi, com uma impressionante aprovação de 93% dos votos. Em seu primeiro discurso como prefeito, Lumumba declarou que pretendia transformar Jackson City na “cidade mais radical do planeta” (LUMUMBA *apud* GOODMAN, 2017).

2 Entre os anos de 2015 e 2016, quando eu morava em Berkeley, acompanhei *in loco* a onda de protestos de estudantes negros, apoiada por uma coalizão multirracial, formada após o levante de Ferguson.

O fluxo de formação de novas coalizões foi do sul ao norte. Em Chicago, no verão de 2016, o Coletivo Deixe-Nos Respirar (Let Us Breathe Collective – LUBC), formado por jovens ativistas, montou um acampamento em frente à infame Praça Homan. Trata-se do local onde a polícia de Chicago costuma torturar cidadãos negros, a fim de extrair confissões falsas. Durante 41 dias, o acampamento, batizado como Praça da Liberdade (Freedom Square), tornou-se um espaço para a prática de deliberações coletivas, resolução de disputas, construção de uma economia compartilhada e incorporação da arte aos protestos na cidade (SHIELD, PARIS, PARIS & SAN PEDRO, 2020).

A disposição militante dos jovens inspirou ativistas experientes do movimento negro, como Jamala Rogers, fundadora da Organização pela Luta Negra (Organization for Black Struggle – OBS); Linda Burnham, coordenadora da Aliança Nacional das Trabalhadoras Domésticas (National Domestic Workers Alliance – NDWA); e Makani Themba, diretora do Projeto Práxis (Praxis Project), que se tornaram conselheiras da plataforma BLM.

O fio que ligou as diferentes gerações de ativistas foi, sem dúvidas, a tradição interseccional do feminismo negro dos anos de 1970, legada à nova geração, por meio de biografias, imagens, livros e poemas, além do contato com escritoras e ativistas como, por exemplo, Angela Davis, Barbara Smith, bell hooks, Beth Richie, Beverly Guy-Sheftall, Cathy Cohen e Paula Giddings (NUMMI, JENNINGS & FEAGIN, 2019).

Foram feministas como elas as principais responsáveis por legar aos mais jovens as referências políticas, como, por exemplo, Assata Shakur, líder do Exército de Libertação Negra (Black Liberation Army – BLA) nos anos de 1970; e Audrey Geraldine Lorde, escritora feminista e ativista dos direitos dos negros e dos grupos LGBTQIA+ nos anos de 1980. A formação de novas identidades políticas foi balizada pelo resgate de mulheres radicais quase totalmente banidas da memória do ativismo político nos Estados Unidos. “Assata me ensinou”, por exemplo, tornou-se um lema popular nas redes sociais de movimentos e ativistas ligados à plataforma BLM, além de estampar as camisetas usadas pelos organizadores do movimento (MURCH, 2022).

Como resultado de esforços assim, é possível perceber o fortalecimento das relações entre diferentes grupos (incluindo a aproximação entre comunidades negras e latinas), ilustrado pela aliança entre o Mijente (um

agrupamento nacional politicamente orientado à esquerda) e o BYP100. Em 2017, a nova coalizão incorporou a campanha nacional organizada por coletivos LGBTQIA+ para acabar com a fiança em dinheiro. Trata-se de uma reivindicação que fortalece a igualdade racial perante a lei, na medida em que a maioria dos negros e dos latinos não consegue pagar a fiança e aguardar o julgamento em liberdade. Ao focarem nos grupos encarcerados e nas comunidades pobres, os ativistas enfrentam os efeitos da combinação entre a exploração econômica e a expropriação política.

Como observou Cedric Johnson, o novo momento da luta pela libertação dos trabalhadores negros estadunidenses deverá ser capaz de reconhecer que a oposição ao capitalismo racial nos Estados Unidos impelirá necessariamente o movimento para a luta contra a globalização neoliberal (JOHNSON, 2022). Na mesma direção, o manifesto da rede Movimento pelas Vidas Negras (Movement for Black Lives – M4BL), intitulado: “Visão para as Vidas Negras” (“Vision for Black Lives”), além de reconhecer a centralidade política e axiológica da experiência dos grupos subalternos racializados, afirma que,

embora esta rede esteja focada em políticas domésticas, sabemos que o cis-heteropatriarcado, o capitalismo racial explorador, o imperialismo, o militarismo, a supremacia branca e o etnonacionalismo são estruturas globais. Nós somos solidários com nossa família internacional na luta contra os estragos causados pelo capitalismo racial global, pelo racismo antinegro, pela mudança climática produzida pelo homem, pela islamofobia, pelas guerras e pela exploração econômica. Nós nos unimos aos descendentes de africanos em todo o mundo num amplo apelo à luta contínua por reparações pelos danos históricos causados pelo colonialismo e pela escravidão, incluindo as estruturais e sistêmicas violências sexuais e de gênero, e reconhecemos e honramos os direitos de nossa família indígena global por reparações, terra, soberania e autodeterminação (M4BL, 2022).

Vale observar que muitos ativistas do M4BL apoiam e atuam em organizações políticas socialistas e democráticas, como, por exemplo, os Socialistas Democráticos dos Estados Unidos (Democratic Socialists of America – DSA), a Organização Socialista Internacional (International Socialist Organization – ISO) e o movimento Nossa Revolução

(Our Revolution), liderado por Bernie Sanders. Recentemente, além da defesa dos trabalhadores negros e latinos contra a criminalização impulsionada por governos e departamentos de polícia, o movimento BLM tem investido na formação de lideranças comunitárias capazes de fortalecer tanto a integração quanto a articulação entre diferentes grupos vítimas da opressão racial.

Os esforços de formação política do movimento capacitaram milhares de ativistas em todo o país, por meio do desenvolvimento de lideranças comunitárias. Apesar da diversidade existente entre as novas coalizões integrantes do ecossistema BLM, organizar as comunidades negras a fim de lutar por igualdade racial foi a forma encontrada pelo movimento para resistir à expropriação política que rebaixa as condições de reprodução das famílias trabalhadoras.

De fato, erguido em um momento histórico, no qual as identidades coletivas dos trabalhadores estão sendo abertamente redefinidas, o movimento BLM apoia-se na experiência coletiva de resistência cotidiana à expropriação política das comunidades subalternas racializadas nos Estados Unidos. Daí a insistência de suas lideranças na articulação entre diferentes lutas por justiça racial e por justiça econômica. Não poderia ser diferente. Afinal, defender as vidas negras da violência política supõe, entre outras coisas, integrar os trabalhadores ao sistema de troca de equivalentes, afastando-os do trabalho precário.

O assassinato de Eric Garner em julho de 2014, após uma abordagem policial motivada pela venda de cigarros avulsos, revela a interconexão entre injustiça racial e injustiça econômica. Comércio típico de países periféricos – em Johannesburgo, por exemplo, lembro-me de ter assistido a disputas violentas entre trabalhadores nacionais e estrangeiros por pontos de venda de cigarros avulsos –, esse comércio informal corresponde àquele último recurso para aproveitar ao máximo a fragmentação de uma determinada mercadoria. Ou seja, não há melhor exemplo de trabalho precário.

Ainda assim, essa prática laboral, tipicamente associada a trabalhadores racializados, é violentamente reprimida pelo Estado, a ponto de assassinar um antigo funcionário do departamento de conservação de parques da cidade de Nova Iorque, pai de seis filhos, sem antecedentes criminais, descrito por amigos e vizinhos como uma pessoa generosa e gentil (GOLDSTEIN & SCHWEBER, 2014).

A política do precariado negro na pandemia

Ao longo da década de 2010, os esforços de mobilização das comunidades negras estadunidenses, por meio da formação de novas coalizões impulsionadas por redes sociais militantes, serviram para aproximar as lutas por igualdade racial das lutas por igualdade econômica. Ao chocar-se contra o complexo industrial-prisional, a plataforma BLM transformou várias cidades em territórios politicamente instáveis. Em Ferguson, por exemplo, no dia 18 de agosto de 2014, Jay Nixon, então governador do Missouri, convocou a guarda nacional para reprimir os protestos. Logicamente, a magnitude dessa crise não se limita ao âmbito local. Se usualmente os assassinatos de jovens negros desarmados servem como estopim, a crise socio-reprodutiva das comunidades negras em todo o país é o verdadeiro motor da nacionalização do movimento. Ainda assim, enganam-se aqueles que pensam que uma ampliação assim tenha ocorrido sem a mobilização de ativistas locais que já atuavam junto ao movimento sindical.

Rasheed Aldridge, um jovem pequeno e magro que manca um pouco, cresceu em St. Louis e trabalhava em uma locadora de carros no aeroporto de St. Louis quando ocorreu o assassinato de Brown. Ele conheceu sua amiga Janina, que ele considera como uma irmã, na campanha pelo aumento do salário mínimo, 'Lute por 15'. Janina trabalhava num McDonald's em Ferguson e foi uma das primeiras pessoas para quem ele ligou quando a notícia do assassinato de Brown explodiu no Twitter. Ele ligou no dia 2 para ela dizendo: '– Precisamos pegar as habilidades que aprendemos na campanha 'Lute por 15' e ajudar'. Ele relatou ainda que 'a situação era muito volátil para os modos mais tradicionais de organização'. Ainda assim, eles se juntaram aos protestos, sendo recompensados pelo reconhecimento de uma comunidade política ampliada. [...]. Rasheed Aldridge acabou deixando seu emprego para se tornar um organizador em tempo integral. Ele foi o membro mais jovem da *Comissão Ferguson*, órgão criado pelo governador do Missouri para avaliar as queixas que deram origem aos protestos, e integrou a delegação que visitou a Casa Branca em dezembro de 2014 para se reunir com o presidente Obama e sua equipe e discutir as implicações de Ferguson para a nação (RANSBY, 2019: 55-56).

No início dos anos de 2010, uma campanha batizada “Lute por 15” foi organizada pelo movimento sindical, a fim de advogar pelo aumento do piso nacional do salário mínimo. Tratou-se de um movimento especialmente alinhado à defesa das comunidades onde vivem os trabalhadores mais pobres, que são, usualmente, racializados e recebem pelo piso do salário mínimo nacional, isto é, US\$ 7,25 por hora (ASSOCIATED PRESS, 2022). Além de revelar a importância do sindicalismo para a formação de quadros do protesto negro, a história de Rasheed Aldridge também aponta para o protagonismo do jovem precariado na condução da atual onda do protesto negro (SHIELDS²⁰¹³).

Em dezembro de 2019, quando a pandemia de Covid-19 começou a vitimar centenas de milhares de pessoas mundo afora, um novo desafio surgiu para o movimento de luta pela igualdade racial e econômica: como proteger os trabalhadores considerados “essenciais”, que são, em sua maioria, racializados? Diante da negligência empresarial relativa à contenção do vírus nos locais de trabalho, sobraram poucas alternativas para que isso não passasse pela organização política “desde baixo”. Trata-se de um fator-chave para entendermos o novo ciclo de agitação trabalhista que acompanhou o início dos anos de 2020 nos Estados Unidos.

A instabilidade social causada pela pandemia de coronavírus nos permite compreender o poder de atração da mobilização sindical nos locais de trabalho. O caso da empresa Amazon é emblemático: tendo-se em vista a explosão das vendas *on-line*, foi notável a intensificação do ritmo do trabalho durante os primeiros meses da pandemia nos armazéns da empresa. Além disso, considerando-se as dificuldades de encontrar força de trabalho disponível, a empresa demorou para contratar novos trabalhadores (MILKMAN, 2020).

Quando os primeiros casos de Covid-19 começaram a aparecer no armazém da empresa em Staten Island, a insatisfação com as condições de trabalho já havia despertado nos trabalhadores o desejo de aderir às primeiras paralisações da história da Amazon. E muitos deles ajudaram a formar o comitê interno de filiação ao sindicato.

No início, o foco na segurança dos trabalhadores durante a pandemia serviu para atrair os primeiros apoios ao sindicato. [...]. Formamos um comitê interno forte com esses trabalhadores [participantes da primeira paralisação]

e, conforme a campanha foi se desenvolvendo, a solidariedade aumentou.³

Parte do apoio dos trabalhadores ao comitê de filiação deveu-se à agressividade com a qual os consultores antissindicais da Amazon tratavam as lideranças operárias. Brad Moss, o líder da campanha antissindical, por exemplo, frequentemente se gabava do que havia feito em Bessemer, quando chamou os ativistas sindicais, quase todos negros, de “bandidos”, “maconheiros” e “manifestantes do *Black Lives Matter*”. O fato precipitou a atitude dos ativistas de enfatizar a retórica contra a opressão racial, destacando a negligência da empresa em relação à proteção das vidas dos trabalhadores negros. A intersecção entre opressão racial e exploração econômica estimulou a solidariedade de outros sindicatos e movimentos sociais.

Algumas organizações e sindicatos apareceram no nosso acampamento, como os Teamsters Local 804 e o DSA, por exemplo. Além disso, fomos visitados por Bernie Sanders e [pela deputada federal Alexandria] Ocasio-Cortez algumas vezes. Bernie e Ocasio-Cortez, inclusive, participaram do último comício da campanha de filiação, manifestando sua solidariedade. [...]. Mark Dimondstein [presidente do Sindicato dos Trabalhadores dos Correios Americanos – APWU] e Randi Weingarten [presidente da Federação Americana dos Professores – AFT] também participaram de nossa campanha. [...]. Os ativistas do *Black Lives Matter of Greater New York* estiveram conosco em vários momentos e foram muito importantes para impulsionar nossa campanha de financiamento coletivo *on-line*. A Kshama Sawant [vereadora da Câmara Municipal de Seattle], por exemplo, esteve conosco no acampamento e doou 20 mil dólares para o sindicato.⁴

Durante a campanha de filiação sindical, o despotismo gerencial e a opressão racial no interior da Amazon foram revelados, por meio de uma detalhada reportagem publicada pelo jornal *The New York Times*. Resultado de um trabalho de jornalismo investigativo de cerca de um ano, a matéria denunciava não apenas o regime fabril despótico da empresa,

3 Chris Smalls, presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Amazon (ALU), entrevistado em 2 de novembro de 2022. In: BRAGA, Ruy. *A angústia do precariado* [recurso eletrônico]: trabalho e solidariedade no capitalismo racial. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2023.

4 *Ibidem*.

como também revelava a discriminação racial no cotidiano do armazém onde Smalls trabalhava (KANTOR, WEISE & ASHFORD, 2021).

A existência de uma força de trabalho majoritariamente negra, mestiça e sub-remunerada, gerenciada exclusivamente por pessoas brancas, não passou despercebida pela matéria. A opressão racial na Amazon moldava não apenas as experiências cotidianas dos trabalhadores, como alimentava o sentimento de indignação que eclodiu durante o bem-sucedido movimento de filiação ao sindicato.

Com a vitória da campanha, Smalls se transformou imediatamente em uma celebridade nacional. O jornal *The New York Times* publicou artigos sobre suas escolhas de roupas – Smalls é um *ex-rapper* e costuma se vestir de acordo –, a revista *Time* elegeu-o uma das 100 personalidades mais influentes do ano de 2022, a revista *New York* dedicou-lhe uma matéria de capa e o presidente Joe Biden o convidou para uma reunião na Casa Branca. A repercussão pública foi proporcional ao tamanho da façanha. Um grupo de ativistas sem apoio de nenhum sindicato nacional ou internacional havia derrotado o segundo maior empregador privado do país.

Contando apenas com um financiamento coletivo *on-line* (de cerca de US\$ 120 mil) e com um ativo grupo de apoiadores (que usou de forma intensa as redes sociais), o *Amazon Labor Union* (ALU) tinha recursos minúsculos, se comparados com os mais de US\$ 4 milhões gastos pela Amazon com consultores ao longo da campanha antissindical em Staten Island. Além do aconselhamento gratuito de alguns advogados trabalhistas, a partir do início de 2022, o novo sindicato passou a contar com um espaço oferecido pelo Unite Here!, que acabou se transformando no ponto de encontro de um grupo de ativistas veteranos que se aproximou do novo sindicato a fim de apoiar a mobilização no final da campanha.

Em contrapartida, a empresa cobriu o armazém com placas de “vote não” e bombardeou os trabalhadores com argumentos contra o sindicato, realizando reuniões das quais os funcionários eram obrigados a participar. A gerência ridicularizou abertamente Smalls, espalhando toda sorte de mentiras a seu respeito e dizendo que ele não seria “inteligente ou suficientemente articulado” para liderar uma campanha bem-sucedida de filiação sindical contra a empresa (PRESS, 2012).

Além da experiência dos organizadores sindicais, o despotismo gerencial praticado pela Amazon ajudou a impulsionar a campanha: alta

taxa de rotatividade, baixos salários, demissões por algoritmo sem a oportunidade de discutir as razões com um supervisor humano, eliminação de folgas, intensificação do ritmo de trabalho sem ganho salarial, punição em caso de descumprimento das metas e vigilância eletrônica para monitorar a produtividade são alguns dos procedimentos mais conhecidos do regime fabril da empresa (ALIMAHOMED-WILSON & REESE, 2020).

Assim, além da indignação dos trabalhadores, motivada pela indiferença da Amazon em relação à proteção da saúde dos trabalhadores durante a pandemia, não surpreende que o lema “não somos robôs!” tenha sido muito empregado pelos ativistas nas redes sociais durante a campanha de filiação.

De fato, durante toda a campanha, os ativistas do ALU fizeram um uso amplo das redes sociais, especialmente do Tik Tok e do Telegram, além de distribuir comida e maconha gratuitamente aos trabalhadores como forma de aproximar a base dos ativistas. Assim, ou seja, por meio das redes sociais e do contato direto com os trabalhadores, os sindicalistas souberam explorar referências culturais comuns a um grupo formado majoritariamente por moradores de comunidades negras e latinas territorialmente segregadas e assediadas pela polícia.

O uso criativo das redes sociais, associado a uma prática política vertebrada pela intersecção entre exploração classista e opressão étnico-racial, provavelmente foi estimulado pelo fato de que os ativistas sindicais eram jovens que começaram a trabalhar depois da crise de 2008. Trata-se de uma geração de trabalhadores que se aproximou tanto do movimento *Occupy Wall Street* quanto do movimento BLM, o que parece ter favorecido sua disposição de participar de formas de ação coletiva.

Nunca antes na minha vida eu tinha participado de um movimento social. E nem tinha intenção de participar. Você sabe: é trabalho, 12, 13 horas por dia. Quando você chega à sua casa está exausto. Não quer pensar em mais nada, só descansar. [...]. Não. Ninguém [da minha família] participava de nenhum tipo de organização política. [...]. Mas, como cidadão negro, eu sempre vi as injustiças contra nossas irmãs e nossos irmãos de cor. [...]. Sim, acompanhei com interesse os acontecimentos em Ferguson e em Baltimore. É claro que o movimento

BLM é parte da minha história. Afinal, como qualquer cidadão negro neste país, eu sei o que é ser visado pela polícia. [...]. Eu conversei com ele [Smalls] rapidamente na sessão e decidi ajudar na primeira paralisação no armazém. [...]. Nossa paralisação começou por volta de meio-dia e cerca de duzentos trabalhadores saíram do armazém. Comecei a conversar com todo mundo que eu conhecia. E conversei com o [jornal] *New York Post*, o que fez que mais pessoas viessem e aceitassem falar comigo. [...]. Quando ele [Smalls] foi demitido, senti que o sindicato era a única coisa que eu realmente podia fazer para tentar mudar essa injustiça. Era uma maneira de proteger as vidas negras de outro jeito. Não da violência da polícia, mas da violência da empresa.⁵

Se levarmos em consideração a série de vitórias de campanhas de filiação sindical entre jovens trabalhadores (em especial, de professores universitários submetidos a contratos precários e instrutores de pós-graduação, mas também atendentes das lojas da Apple e da Rei, por exemplo), perceberemos indícios de uma importante mudança de atitude em relação aos sindicatos nos Estados Unidos. Trata-se de uma verdadeira guinada no ânimo dos trabalhadores, confirmada por uma pesquisa de opinião recente: a aprovação de 71% dos americanos aos sindicatos é simplesmente a maior dos últimos 57 anos (MCCARTHY²⁰²²).

Sem dúvidas, é um fato que nos ajuda a contextualizar a vitória do ALU em Staten Island. Alguns analistas chegaram a comparar a campanha contra a Amazon com a vitória, em 1937, do Sindicato dos Trabalhadores das Montadoras de Automóveis (United Auto Workers – UAW) sobre a General Motors (GM), que, após uma longa greve, acabou reconhecendo o sindicato (MILKMAN, 2020). No entanto, ao contrário da GM, a Amazon não apenas não reconheceu o resultado da eleição, como acusou o Conselho Nacional de Relações Trabalhistas (National Labor Relations Board – NLRB) de influenciar ilegalmente o voto dos trabalhadores. Após contestar, sem sucesso, o resultado da eleição sindical na justiça, a direção da empresa demitiu um grande número de lideranças sindicais (JOHNSON, 2022).

Para Jeff Bezos, conter a onda de sindicalização é uma questão estratégica. Com mais de um milhão de funcionários, a Amazon não

é apenas o segundo maior empregador dos Estados Unidos, mas uma empresa que conta com operações que envolvem várias indústrias diferentes. No setor de entregas, por exemplo, os trabalhadores ligados à empresa recebem salários significativamente inferiores em comparação com os de seus colegas sindicalizados da United Parcel Service (UPS). Ou seja, o sucesso da Amazon nas entregas ameaça diretamente as condições de reprodução de outros grupos sociais subalternos.

Sean O'Brien, o novo presidente dos Teamsters, sindicato que representa os trabalhadores da UPS, sabe bem disso e, imediatamente após o anúncio da vitória em Staten Island, anunciou que iria se reunir com Chris Smalls em Washington para planejar estratégias coordenadas para a ampliação do número de trabalhadores sindicalizados (GREENHOUSE, 2022). Uma das consequências da união foi a criação de uma unidade especial do sindicato voltada exclusivamente para apoiar a sindicalização dos trabalhadores da Amazon no Canadá e nos Estados Unidos (JONES, 2022).

Logo após a vitoriosa votação que criou o ALU, Smalls anunciou a pauta reivindicativa para o primeiro contrato com a empresa. Além da tradicional preocupação com o salário, as condições de trabalho e os casos da elevação do salário mínimo para US\$ 30,00 por hora, do aumento das folgas e dos dias remunerados de férias, da existência de pausas remuneradas durante o dia e da representação sindical em quaisquer reuniões disciplinares, a pauta do novo sindicato também incorporou preocupações relacionadas ao combate ao racismo e à transparência nos critérios de promoção, além da promoção de cuidados infantis que beneficiam diretamente as trabalhadoras (PRESS, 2022).

Considerações finais

Se a vitoriosa campanha em Staten Island, em um armazém onde trabalham cerca de 8 mil pessoas, significa ou não o início de um novo capítulo da história do sindicalismo nos Estados Unidos, só o tempo dirá. No entanto, não há nenhuma dúvida de que se trata de uma conquista sem paralelos na história da classe trabalhadora estadunidense. Ou seja, trata-se de um indício importante de que algumas placas tectônicas do mundo do trabalho se movimentaram para uma direção imprevista durante a pandemia de coronavírus.

É possível que os deslocamentos atuais entre a defesa das comunidades onde vivem os trabalhadores negros contra a violência policial e a criação de novos sindicatos em setores tradicionalmente desorganizados estejam de alguma forma repetindo aqueles já verificados no pós-Segunda Guerra Mundial, quando a luta pelos direitos civis alimentou uma cultura trabalhista militante, que desafiou tanto as gerências quanto as burocracias sindicais. A exemplo do passado, a atual onda de agitação trabalhista nos Estados Unidos também depende em larga medida da ação insurgente de diferentes movimentos sociais antirracistas organizados em redes sociais solidárias.

Há aproximadamente 70 anos, uma ampla coalizão, que envolveu sindicatos e movimentos sociais antirracistas, derrotou as leis de segregação que ainda vigoram no sul do país, inaugurando um novo capítulo na história da luta de classes na América. Hoje em dia, que alcance teria um ciclo de agitação trabalhista com características semelhantes? Apesar de não termos uma resposta definitiva para tal questão, uma coisa é certa: a história das mobilizações populares nos Estados Unidos iniciou uma nova etapa, marcada pela reconfiguração das identidades coletivas dos trabalhadores do país, cujos protagonistas são grupos sociais racializados.

Referências

ALEXANDER, Michelle. *A nova segregação: racismo e encarceramento*. São Paulo: Boitempo, 2018.

ALIMAHOMED-WILSON, Jake; REESE, Ellen (orgs.). *The cost of free shipping: Amazon in the global economy*. Londres: Pluto Press, 2020.

ALLAN, Stuart; DENCİK, Lina. “‘It’s not a pretty picture’: visualizing the Baltimore crisis on social media”. In: STEINER, Linda; WAISBORD, Silvio (orgs.). *News of Baltimore: race, rage and the city*. Nova Iorque: Routledge, 2017.

ASSOCIATED PRESS. “Fight for \$15, Black Lives Matter groups join forces”. Disponível em: <<https://www.voanews.com/a/fight-for-15-black-lives-matter-groups-join-forces/3780009.html>>. Acesso em: 11 ago. 2022.

BOYLES, Andrea S. *You can’t stop the revolution: community disorder and social ties in post-Ferguson America*. Oakland: University of California Press, 2019.

BRAGA, Ruy. “A ‘thompsonian’ pattern of labour unrest? Social movements and rebellions in the global south”. *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 12, 2020, p. 1-17. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2020.e71404>>. Acesso em: 20 jun. 2023.

BUCHANAN, Larry; BUI, Quoc Trung; PATEL, Jugal K. “*Black Lives Matter may be the largest movement in U.S. history*”. *The New York Times*, 3 jul. 2020.

CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

COBB, Jelani. “*Ferguson october: a movement goes on offense*”. *The New Yorker*, 15 out. 2014.

GOLDSTEIN, Joseph; SCHWEBER, Nate. “*Man’s death after chokehold raises old issue for the police*”. *The New York Times*, 18 jul. 2014.

GOODMAN, Amy. “*Mayor-elect Chokwe Lumumba: ‘I plan to build the “most radical city on the planet”*”. *Democracy Now!* 26 jun. 2017.

GREENHOUSE, Steven. “*Union chief vows to pressure Amazon after historic New York vote*”. *The Guardian*, 2 abr. 2022.

HENRY, Mary Kay. “*The true meaning of labor day*”. *The Nation*, 29 ago. 2014.

JOHNSON, Cedric. *The Panthers can’t save us now: debating left politics and Black Lives Matter*. Nova Iorque: Verso, 2022.

JOHNSON, Jake. “*“Great day for labor’: NLRB rejects Amazon attempt to overturn union win*”. *Common Dreams*, 2 set. 2022.

JONES, Sarah. “*Big labor’s next big fight*”. *New York Magazine*, 10 out. 2022.

KANTOR, Jodi; WEISE, Karen; ASHFORD, Grace. “*Inside Amazon’s employment machine*”. *The New York Times*, 15 jun. 2021.

M4BL. *Vision for Black Lives: policy platform*. Disponível em: <<https://m4bl.org/policy-platforms>>. Acesso em: 12 set. 2022.

MCCARTHY, Justin. “*U.S. approval of labor unions at highest point since 1965*”. *Gallup News*, 30 ago. 2022.

MILKMAN, Ruth. *Immigrant labor and the new precariat*. Cambridge: Polity, 2020.

MURCH, Donna. *Assata taught me: state violence, racial capitalism, and the movement for Black Lives*. Chicago: Haymarket, 2022.

NUMMI, Jozie; JENNINGS, Carly; FEAGIN, Joe. “#BlackLivesMatter: innovative black resistance”. *Sociological Forum*, v. 34, n° S1, dez. 2019.

PRESS, Alex N. “A stunning new chapter begins for Amazon warehouse workers”. *Jacobin*, 1º abr. 2022.

_____. “Amazon and Jeff Bezos’s worst enemy is Chris Smalls”. *Jacobin*, 12 jul. 2021.

PUTNAM, Lara; PRESSMA, Jeremy; CHENOWETH, Erica. “Black Lives Matter beyond America’s big cities”. *The Washington Post*, 8 jul. 2020.

RANSBY, Barbara. *Making all Black Lives Matter: reimagining freedom in the twenty-first century*. Oakland: University of California Press, 2018.

SHIELD, Alayna Eagle; PARIS, Django; PARIS, Rae; SAN PEDRO, Timothy (orgs.). *Education in movement spaces: standing rock to Chicago Freedom Square*. Nova Iorque: Routledge, 2020.

SHIELDS, Annie. “Fast food workers strike in St. Louis”. *The Nation*, 6 mai. 2013.

SILVER, Beverly J. *Forças do trabalho: movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870*. São Paulo: Boitempo, 2005.

STEINER, Linda; WAISBORD, Silvio (orgs.). *News of Baltimore: race, rage and the city*. Nova Iorque: Routledge, 2017.

WILSON, William Julius. *When work disappears: the world of the new urban poor*. Nova York: Vintage, 1997.

SER Social

TRABALHO, LUTAS SOCIAIS
E SERVIÇO SOCIAL

Brasília (DF), v. 26, nº 55, de julho a dezembro de 2024

As condições de reprodução da força de trabalho no Brasil e as estratégias extraeconômicas de subsistência entre 2021 e 2022

*The conditions for reproduction of the workforce in Brazil and
extraeconomic subsistence strategies between 2021 and 2022*
*Las condiciones de reproducción de la fuerza laboral en Brasil y las
estrategias de subsistencia extraeconómicas entre 2021 y 2022*

Mizzaely Lacerda¹

<https://orcid.org/0000-0002-9866-4483>

Recebido em: 08/04/2024

Aprovado em: 10/05/2024

Resumo: Este artigo analisa a reprodução da força de trabalho de famílias da classe trabalhadora brasileira e as estratégias extraeconômicas empreendidas por elas entre 2021 e 2022. Para tanto, realiza uma pesquisa documental a partir de dados de diferentes instituições nacionais de pesquisa, associada à revisão bibliográfica com autores que analisaram

¹ Doutoranda e mestra em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Graduada em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/1260829277927271>>. E-mail: <mizzaelys@gmail.com>. .

a reprodução da força de trabalho na perspectiva da acumulação capitalista e da atuação do Estado. Consta-se que, diante das determinações estruturais do capitalismo dependente e do caráter autocrático do Estado brasileiro, os baixos valores da força de trabalho e dos benefícios sociais tornam-se inoperantes para reverter tendências gerais de insuficiência alimentar e de falta de acesso às fontes energéticas do País. Por fim, o artigo identifica que, na impossibilidade de satisfazer suas despesas básicas, as famílias têm recorrido a estratégias extraeconômicas, como o consumo energético de lenha, a agricultura familiar e a autoconstrução de moradia.

Palavras-chave: família brasileira; reprodução da força de trabalho; estratégias extraeconômicas.

Abstract: This article analyzes the reproduction of the workforce of Brazilian working class families and the extra-economic strategies undertaken by them between 2021 and 2022. To this end, it carries out documentary research based on data from different national research institutions, associated with a bibliographic review with authors who analyzed the reproduction of the workforce from the perspective of capitalist accumulation and State action. It finds that, given the structural determinations of dependent capitalism and the autocratic character of the Brazilian State, the low values of the workforce and social benefits become ineffective in reversing general trends of food insufficiency and lack of access to the country's energy sources. Finally, it identifies that, when it is impossible to meet basic expenses, families have resorted to extra-economic strategies, such as energy consumption from firewood, family farming and self-construction of housing.

Keywords: Brazilian family; reproduction of the workforce; extra-economic strategies.

Resumen: Este artículo analiza la reproducción de la fuerza laboral de las familias trabajadoras brasileñas y las estrategias extraeconómicas emprendidas por ellas entre 2021 y 2022. Para ello, realiza una investigación documental basada en datos de diferentes instituciones de investigación nacionales, asociada a una revisión bibliográfica con autores que analizaron la reproducción de la fuerza laboral desde la perspectiva de la acumulación capitalista y la acción del Estado. Se encuentra que, dadas las determinaciones estructurales del capitalismo dependiente y el

carácter autocrático del Estado brasileño, los bajos valores de la fuerza laboral y de los beneficios sociales se vuelven ineficaces para revertir las tendencias generales de insuficiencia alimentaria y falta de acceso a las fuentes de energía del país. Finalmente, este artículo identifica que, ante la imposibilidad de afrontar los gastos básicos, las familias han recurrido a estrategias extraeconómicas, como el consumo energético procedente de leña, la agricultura familiar y la autoconstrucción de viviendas.

Palabras clave: familia brasileña; reproducción de la fuerza laboral; estrategias extraeconómicas.

Introdução

As famílias sofrem alterações nas suas funções ao longo da história, provocadas por fatores econômicos, políticos e culturais. Uma delas consistiu na alteração da função de produzir os meios de subsistência para o consumo coletivo, pois, na medida em que houve geração de um excedente de produção, surgiu a possibilidade da apropriação privada, da acumulação de riqueza e, portanto, da formação das classes sociais. Com isso, cada família deixou de acessar todos os produtos necessários, passando a recorrer à produção para o consumo próprio e às relações de troca (ENGELS, 2012).

Em diferentes épocas da sociedade de classes, as famílias continuaram preservando o carácter de unidade de produção para o consumo familiar. Porém, com a Revolução Industrial, houve uma nova transformação na função das famílias, a partir da transição do trabalho manual e domiciliar para o trabalho assalariado na indústria. Com a expropriação dos meios de produção dos trabalhadores do campo, homens, mulheres e crianças saíram do espaço produtivo familiar para o âmbito fabril (MARX, 2014).

O avanço do capitalismo industrial fez as famílias da classe trabalhadora perderem a função de unidade de produção de subsistência e se tornarem uma unidade de consumo dependente do salário. Entretanto, embora as famílias tenham perdido a função central de produzir diretamente os produtos dos quais necessitam, elas continuam mantendo uma relação com a esfera produtiva, ao preservar, segundo Bruschini (1989), a produção de valores de uso com a execução do trabalho doméstico no seu interior.

Além das discussões bastante realizadas sobre a função do trabalho doméstico para a reprodução da força de trabalho, chama a atenção,

ainda, outro campo de análise: o conjunto de estratégias extraeconômicas traçado pelas famílias. Nessa direção, o objetivo deste artigo é analisar a reprodução da força de trabalho das famílias da classe trabalhadora brasileira e as estratégias extraeconômicas empreendidas por elas entre 2021 e 2022. Para isso, realizamos uma pesquisa documental, associada à revisão bibliográfica.

Na pesquisa documental, efetuamos uma coleta e uma análise de dados, datados entre 2021 e 2022, sobre as condições de vida de famílias da classe trabalhadora brasileira, a partir de bases de diferentes instituições nacionais de pesquisa: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN), Fundação João Pinheiro (FJP) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE).² Com a revisão bibliográfica, por sua vez, priorizamos autores que analisaram diretamente ou transversalmente a reprodução da força de trabalho, do ponto de vista da acumulação capitalista e da atuação do Estado.

Em termos de exposição, organizamos este artigo em duas seções. Na primeira, apresentamos o panorama geral da reprodução da força de trabalho das famílias da classe trabalhadora brasileira e realizamos uma problematização, por meio dos fundamentos econômicos e políticos que condicionam para baixo o valor da força de trabalho e dos benefícios sociais. Já na segunda seção, expomos uma análise crítica-dialética das estratégias extraeconômicas empreendidas pelas referidas famílias.

Panorama geral e fundamentos da reprodução da força de trabalho no Brasil

Na crítica da economia política, baseada em Marx (2002), o valor da força de trabalho se expressa na circulação (compra-venda), na forma do salário mínimo. Mas esse valor é produzido antes, na produção. Na esfera produtiva, a força de trabalho em movimento produz, em um determinado número de horas por dia, um valor a mais. Trata-se de uma mais-valia, que não retorna, na sua totalidade, para a força de trabalho na esfera da circulação.

² Com exceção do último Censo Agropecuário do IBGE (2019), cujos dados são datados do ano de 2017.

Para a continuidade do processo produtivo, há a obrigatoriedade de um reinvestimento em meios de produção e na força de trabalho – que pode se dar no pagamento do salário da força de trabalho já existente ou na ampliação de novas. Ou seja, o salário é uma parte da mais-valia produzida pelo trabalhador no ciclo produtivo anterior, que ganhou forma de capital aplicado no ciclo seguinte, quando ocorreu o reinvestimento para a geração de uma nova mais-valia. É nesse sentido que Marx (2014, p. 841) diz que “a reprodução da força de trabalho [...] constitui, na realidade, um momento da reprodução do próprio capital”, pois é a força de trabalho que, ao consumir determinados meios de subsistência, produz uma mais-valia, que será convertida em capital produtivo ou improdutivo pela classe capitalista.

O consumo desses meios de subsistência ocorre, por sua vez, mediado pelo salário, na circulação. O salário é, nessa esfera, um valor destinado a manter o trabalhador vivo e com energia física para executar a jornada de trabalho. Ou seja, ele é um valor necessário para reproduzir a força de trabalho em qualidade e, também, em quantidade, uma vez que o salário deve reproduzir novas forças de trabalho em formação para ciclos produtivos futuros. Vejamos a seguir.

Para poder crescer e manter-se, um homem precisa consumir uma determinada quantidade de meios de subsistência, o homem, como a máquina, se gasta e tem que ser substituído por outro homem. Além da soma de artigos de primeira necessidade exigidos para o seu próprio sustento, ele precisa de outra quantidade dos mesmos artigos para criar determinado número de filhos, que hão de substituí-lo no mercado de trabalho e perpetuar a raça dos trabalhadores (MARX, 2002, p. 27).

Portanto, pensar na reprodução da força de trabalho requer considerar não apenas um único trabalhador portador de força de trabalho, mas também a família em que ele está inserido. As famílias da classe trabalhadora brasileira com crianças e adolescentes vivenciam uma reprodução da força de trabalho particular. Como esses sujeitos ainda não são portadores de força de trabalho imediata, mas em formação, eles precisam de que uma quantidade de meios de subsistência seja fornecida pelos salários de seus pais, suas mães, seus responsáveis ou pelo Estado. Com o referido consumo, tanto é garantido o seu processo de desenvolvimento físico e psíquico, quanto são geradas as condições para o avanço

na sua escolaridade.

Não por acaso, o cálculo do DIEESE (2022a) sobre o salário mínimo necessário para a reprodução da força de trabalho brasileira leva em consideração uma família com dois adultos e duas crianças. Nele, são considerados os preços da cesta básica de alimentos e das demais despesas necessárias para um trabalhador satisfazer as necessidades de sua família mensalmente, como moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência dos familiares. No mês de dezembro de 2022, uma família deveria ter, pelo menos, um adulto inserido no mercado de trabalho recebendo, por mês, R\$ 6.647,63 de salário mínimo necessário.

Trata-se de um montante que contrasta bastante com a média nacional das rendas reais no Brasil, que no quarto trimestre de 2022 consistia de R\$ 2.803,00. Se compararmos o citado valor, também, com a renda média real por região, teremos uma nova distância: a Região Nordeste apresentou a menor média salarial, com R\$ 1.885,00 (IBGE, 2022a). E se fizermos a mesma comparação, finalmente, com o salário mínimo do País, que era de R\$ 1.212,00 em 2022, o salário mínimo necessário mostra um contraste ainda mais alarmante.

O quadro salarial apresentado refere-se tão somente a uma média de renda real no País. Sem dúvidas, a classe trabalhadora inserida em trabalhos informais possui a particularidade de maior instabilidade na sua renda, com constantes oscilações salariais, que podem chegar até mesmo a uma renda mensal inferior ao salário mínimo vigente. Segundo o IBGE (2023), em 2022, houve uma tendência de redução dos ocupados com vínculo (47,6%) e aumento dos sem vínculo (46,4%), que são aqueles que estão na condição de empregados sem carteira assinada e de trabalhadores por conta própria. Em 2021, os referidos percentuais acusaram alterações para 48% e 45,6%, respectivamente. Em 2022, por sua vez, “a diferença atingiu o mínimo da série e revelou o crescimento da participação das ocupações socialmente menos protegidas na estrutura do mercado de trabalho brasileiro” (IBGE, 2023, p. 17).

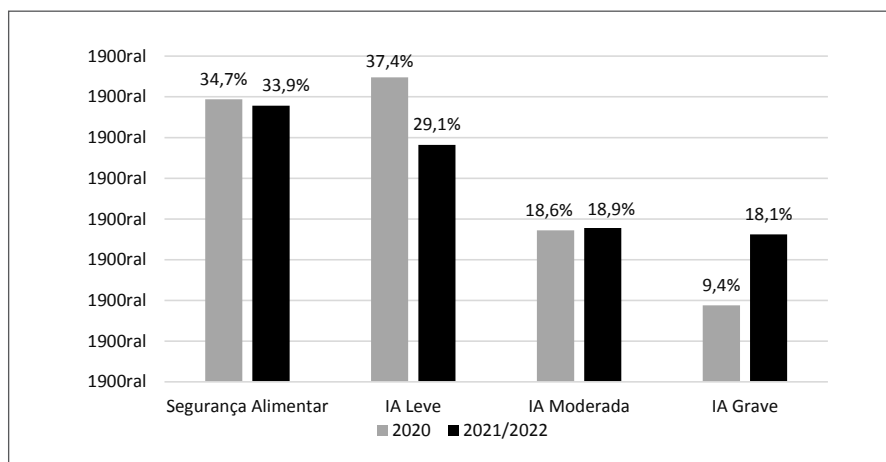
Tal constatação significa que a composição do mercado de trabalho ganhou uma profunda alteração em 2022, sobretudo se for comparada com a situação de 2012, quando a diferença percentual entre ocupados com vínculo (50,8%) e sem vínculo (42,2%) era, consideravelmente, maior. Com isso, aprofundam-se os impactos, dentre outros, no acesso à previdência social, na medida em que os trabalhadores sem vínculo

passam a depender de uma saída individual para ter o mesmo direito no futuro. Nesse contingente, destaca-se, por exemplo, a atual situação dos trabalhadores de aplicativos, que precisam destinar parte de sua renda à contribuição social – o que, certamente, torna-se oneroso ou inexistente para as rendas mais baixas.

No caso dos trabalhadores brasileiros que receberam o piso nacional de R\$ 1.212,00 em 2022, o DIEESE (2022b) aponta que eles comprometeram 60,22% de seu rendimento com alimentos básicos, o que correspondeu a um tempo de trabalho necessário de 122 horas e 32 minutos. A cesta básica, contudo, é suficiente para alimentar apenas um adulto durante um mês. Se o trabalhador convive com outros familiares dependentes, a sua condição tende a se agravar. É o caso de muitas famílias com desempregados e, também, com crianças no Brasil.

De acordo com o II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, da Rede PENSSAN (2022), a partir de dados coletados entre novembro de 2021 e abril de 2022, os domicílios com crianças de até 10 anos de idade têm apresentado um aumento no percentual da insegurança alimentar grave, com 18,1%, em comparação com 9,4% em 2020, como se pode conferir no gráfico a seguir.

Gráfico 1. Prevalência (%) da segurança alimentar e dos níveis de insegurança alimentar (IA) em domicílios com moradores de até 10 anos de idade (Brasil, 2020-2021/2022)



Fonte: Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN). Elaboração própria.

O gráfico 1 mostra que apenas 33,9% dos domicílios com crianças de até 10 anos de idade, entre o final de 2021 e o início de 2022, estiveram em uma situação de segurança alimentar. Enquanto que, se somarmos todos os níveis de IA, teremos um percentual de 66,1% dos domicílios com algum nível de fome. No ano de 2020, por sua vez, o somatório acusou 65,4%, o que nos revela que, na comparação entre 2020 e o período entre 2021 e 2022, houve um aumento da quantidade dos domicílios em IA.

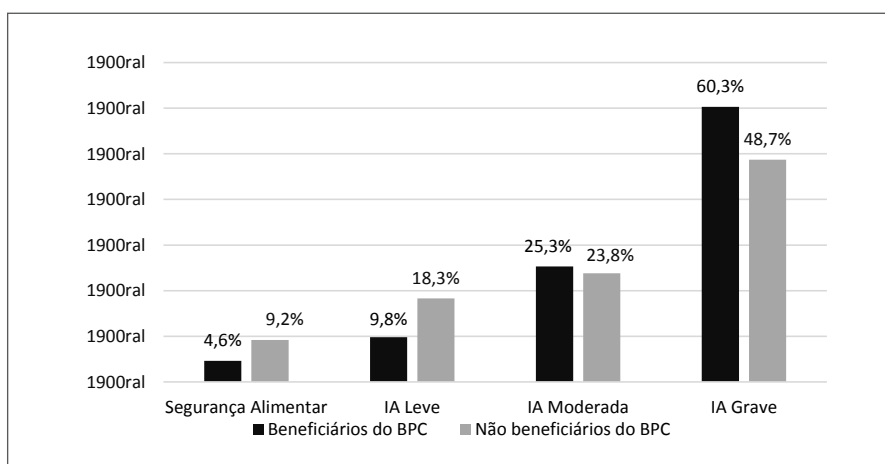
É preciso considerar que, com o avanço da pandemia da Covid-19 no Brasil em 2021, as escolas públicas, em grande parte, se mantiveram fechadas para cumprir o isolamento social e evitar a disseminação do vírus. A iniciativa acabou impactando, ainda mais, na alimentação de crianças que encontravam na merenda escolar a única possibilidade de acessar refeições completas. Embora as escolas possuíssem o interesse de garantir a merenda no isolamento, foi um fato que não se realizou, devido à interrupção do orçamento destinado ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). A pandemia, seguramente, não foi a causa da fome, que se arrasta, ao longo de muitas décadas, no País. No fundo, o contexto pandêmico demandou uma intervenção estatal, mas que, no caso brasileiro, longe de amortecer os seus impactos, agravou-os em 2021.

O II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (2022) destacou que, em famílias com renda *per capita* menor ou igual a 1/2 salário mínimo, mesmo o recebimento do valor do Auxílio Brasil, a partir de novembro de 2021, não foi suficiente para colocá-las em segurança alimentar. Uma explicação possível, apontada pelo inquérito, é a de que o recurso recebido tenha sido utilizado para outras despesas básicas, como o pagamento de aluguel ou contas de luz ou água atrasadas, gastos com saúde, dentre outras. A situação é ainda mais radical com as famílias com renda *per capita* menor ou igual a 1/4 do salário mínimo, pois, mesmo que elas tenham priorizado o gasto do recurso financeiro com alimentação, a fome grave continuou presente.

Do mesmo modo ocorreu em domicílios com idosos ou pessoas com deficiência que receberam o Benefício de Prestação Continuada (BPC) entre o final de 2021 e o início de 2022, cujo impacto do valor foi insuficiente para satisfazer a necessidade alimentícia. As famílias que receberam o BPC acusaram um percentual maior de insegurança

alimentar grave e moderada, em comparação com aquelas que não o recebiam. Vejamos a seguir.

Gráfico 2. Distribuição percentual da segurança alimentar e dos níveis de insegurança alimentar (IA) conforme o acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC). Renda *per capita* \leq $\frac{1}{4}$ do salário mínimo (Brasil, 2021/2022) (n=2.185)



Fonte: Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN). Elaboração própria.

Uma das tendências que pode explicar o gráfico 2 é a contradição entre o baixo impacto do valor dos benefícios sociais no consumo individual de cada família e, em contrapartida, o seu alto impacto econômico para a produção e a circulação capitalistas. Para visualizá-la, é exemplificativa uma das iniciativas estatais do *New Deal*, em resposta à crise de 1929 a 1932 nos Estados Unidos: a contratação de desempregados para a construção de infraestruturas públicas, cujos salários equivaliam a US\$ 19,00 por mês para os operários não qualificados, no Sul, e US\$ 103,40 por mês para trabalhadores técnicos, no Norte (HUBERMAN, 1978, p. 252).

Embora tal iniciativa tenha gerado pouca capacidade de pagamento para cada trabalhador individualmente e sua família, em uma perspectiva global, somando-se o conjunto dos trabalhadores empregados, criou-se uma razoável capacidade de pagamento à economia estadunidense. Houve uma geração de empregos diretos e indiretos, além do aquecimento da produção na indústria da construção civil.

De modo semelhante ocorreu com a implementação do Auxílio Brasil durante a crise econômica e sanitária no País. Se, por um lado, o valor do auxílio não respondeu à totalidade das despesas básicas de cada família individualmente, por outro, gerou uma relativa capacidade de pagamento, com o aquecimento da economia na esfera da circulação, especialmente no ano de 2022.

Os dados trabalhados pelos pesquisadores do IPEA apontam que o Auxílio Brasil, ao substituir o Auxílio Emergencial, em novembro de 2021, possuía, ainda, uma cobertura restrita, com cerca de 14,5 milhões de famílias, saltando para 18 milhões em fevereiro de 2022. Em termos de impacto, o IPEA aponta que o Auxílio Brasil não se concentrou na erradicação da pobreza, mas esteve focalizado na redução da extrema pobreza,³ na medida em que a proporção de pobres sob *paridade de poder de compra* (PPC), que era de PPC\$ 3,20 por dia, por pessoa, foi de 19% (antes das transferências sociais) para 15,4% (depois delas), a partir de novembro de 2021. Por outro lado, o percentual de 15,4% ainda é maior do que aqueles verificados no período pré-pandêmico, cuja variação na taxa de extrema pobreza esteve acima de 10% e abaixo de 15% ao longo do ano de 2019 (SOUZA; HECKSHER; OSORIO, 2022).

Na mesma direção, os dados do IBGE (2023) também indicam uma redução da extrema pobreza e, ainda, da pobreza na comparação entre 2021 e 2022, com base nas linhas referenciais de PPC\$ 2,15/dia e PPC\$ 6,85/dia por pessoa, respectivamente. De um ano para o outro, houve uma queda de 3,1 pontos percentuais, atingindo 5,9% de pessoas na extrema pobreza, o que representou uma redução de 6,5 milhões de pessoas extremamente pobres. A pobreza, por sua vez, apresentou 5,1 pontos percentuais inferiores a 2021, o que indicou uma proporção de 31,6% de pobres em 2022, que correspondeu a uma redução de 10,3 milhões de pessoas pobres.

Apesar de serem dados relevantes, a discussão sobre a redução da extrema pobreza e da pobreza, a partir das linhas de pobreza monetária, criadas pelo Banco Mundial, pode ocultar o real atendimento às

3 A redução da extrema pobreza se apresentou mais significativa em 2020, quando, após cinco meses de recebimento do Auxílio Emergencial, com cobertura ampliada e pagamentos de R\$ 600,00 e R\$ 1.200,00, a sua taxa alcançou o mínimo histórico de 7% em agosto de 2020. Contudo, em janeiro de 2021, com a interrupção do Auxílio Emergencial, a proporção de pobres sob PPC\$ 3,20/dia atingiu 18,7% em março de 2021. Já com a sua reativação com benefícios menores (R\$ 150,00 R\$ 250,00 e R\$ 375,00), ela foi reduzida para 16,1%. Em relação aos investimentos totais das transferências emergenciais, houve uma queda de R\$ 295 bilhões em 2020 para pouco abaixo de R\$ 60 bilhões em 2021 (SOUZA; HECKSHER; OSORIO, 2022).

necessidades básicas da classe trabalhadora, ao passar a ideia de uma condição de pobreza menos pior. São dados que apontam uma leve alteração na renda em 2022, que se relaciona com, pelo menos, três fatores: 1) o fim do Estado de Emergência de Saúde Pública da Covid-19, com o avanço da vacinação; 2) a atuação de benefícios sociais; e 3) a retomada do mercado de trabalho em 2022, cujas taxas de ocupação passaram a ser mais elevadas no mesmo ano (56%), em comparação com o ano de 2021 (52,1%), de acordo com o IBGE (2023).

No entanto, essa leve alteração na renda e no mercado de trabalho precisa ser cotejada com a inflação e a realidade concreta, tendo em vista que “o processo inflacionário também contribuiu para pressionar a renda do trabalho e afetou mais severamente a população com rendimentos mais baixos, pois foi concentrada em itens de alimentação” (IBGE, 2022b, p. 72). A realidade concreta revelou, por sua vez, a contínua insegurança alimentar, que, em vez de reduzir, aumentou, sobretudo, na sua modalidade grave durante o período analisado pela Rede PENSSAN (2022), entre novembro de 2021 e abril de 2022.

Outrossim, conforme a Fundação João Pinheiro (FJP), baseando-se em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C), do IBGE, e do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), o déficit habitacional, em 2022, saltou para 4,2%, em comparação com 2019,⁴ o que representou mais de 6 milhões de domicílios (6.215.313) que não estavam sob a posse dos moradores ou apresentavam condições inadequadas.

Desse quantitativo, 52,2% (3.242.780) dos domicílios se encontravam com ônus excessivo do aluguel urbano, 27,1% contavam com habitação precária (1.682.654) e 20,8% estavam em coabitação (1.289.879). Os maiores contingentes estavam situados no Sudeste (2.433.642) e no Nordeste (1.761.032).⁵ Em termos de renda domiciliar, 74,5% eram famílias com renda mensal de até dois salários mínimos. E, em relação ao sexo do responsável pelo domicílio, havia a existência de 62,6% de mulheres na condição de déficit habitacional, em comparação com 37,2% de homens⁶ (FJP, 2024).

4 A comparação é realizada com o ano de 2019 porque, segundo o IBGE (2023), nos anos de 2020 e 2021, a produção de dados sobre a condição habitacional foi inviabilizada em razão da pandemia de Covid-19.

5 Em seguida, se encontram as Regiões Norte (773.329), Sul (737.626) e Centro-Oeste (499.685).

6 O percentual de 0,2% se refere a “ignorados” (FJP, 2024).

Para responder ao referido contexto, a intervenção do Estado brasileiro, entre 2021 e 2022, seguiu reproduzindo os baixos valores dos benefícios sociais, de forma focalizada, com particularidades próprias do seu tipo de capitalismo e de Estado. São tais particularidades que o fazem reproduzir o rebaixamento do valor da força de trabalho e, consequentemente, dos valores dos benefícios sociais baseados no salário mínimo.

Do ponto de vista dos seus fundamentos, o rebaixamento do valor da força de trabalho brasileira pode ser explicado por duas vias, uma econômica e outra política, que, juntas, o condicionam. A primeira via se refere ao modo particular de incidência da lei geral de acumulação capitalista (MARX, 2014) em países de capitalismo dependente como o Brasil, que coloca a classe trabalhadora brasileira em condições de superexploração (MARINI, 2017). Já a segunda via, a política, diz respeito à atuação do Estado brasileiro nos marcos desse tipo de capitalismo dependente.

A via econômica reporta-se ao fato de que a lei geral de acumulação capitalista se expressa de forma peculiar em economias dependentes. Se, em países de capitalismo avançado, a fase monopolística permitiu a predominância da forma de extração de mais-valia relativa, já em países periféricos, como o Brasil, a extração de mais-valia absoluta continuou central, ainda que se combinando com a mais-valia relativa (MARINI, 2017).

A transição para o capitalismo monopolista no Brasil não fora acompanhada de uma forma de extração de mais-valia que incidisse numa elevação do padrão salarial brasileiro. Isso porque a transformação do capitalismo brasileiro não ocorre de forma endógena e autônoma, mas condicionada pela necessidade de absorção de capitais excedentes dos países centrais.

Segundo Marini (2017), ao investirem nos países periféricos ou operarem trocas mercantis, os países centrais promovem uma transferência de valor para si. Assim, para compensar a perda de valor nas esferas da produção e da circulação, as classes burguesas internas de países periféricos empreendem uma superexploração da força de trabalho. No Brasil, é a superexploração que predomina como modo particular de extração de valor. Nela, a extração não ocorre pela via do aumento da produtividade e da intensidade do trabalho, apoiados no avanço dos meios de produção nacionais (mais-valia relativa), tal qual nos países centrais.

De modo central, essa exploração se desenvolve por meio de uma intensidade específica do trabalho, que diz respeito a uma “maior exploração

da força física do trabalhador, em contraposição à exploração resultante do aumento de sua produtividade, e tende normalmente a se expressar no fato de que a força de trabalho se remunera abaixo de seu valor real” (MARINI, 2017, p. 350). Tal superexploração no caso brasileiro se revela, sobretudo, nos ramos extrativista, agrícola e da construção civil – setores produtivos que possuem maior rebaixamento salarial (IBGE, 2019).

Há, portanto, três questões principais, colocadas pelo capitalismo dependente no Brasil, que incidem na insegurança alimentar das famílias brasileiras: 1) a produção de alimentos em nosso país é monopolizada pelo agronegócio e voltada para monoculturas destinadas ao capital estrangeiro; 2) grandes extensões de terras permanecem sendo utilizadas como fonte de acumulação de riqueza na forma de latifúndios, não havendo a produção efetiva de alimentos; e 3) os baixos valores da força de trabalho e dos benefícios sociais não permitem o consumo suficiente dos alimentos existentes no mercado interno.

A Reforma Agrária, uma demanda histórica dessa classe, ao atingir parte dos meios de produção necessários para produzir os alimentos – a terra –, é uma alternativa de combate à insegurança alimentar no País. Contudo, esse tipo de reforma tem encontrado barreiras para ser implementada, devido aos interesses da burguesia agrária, que impõe ao Estado brasileiro a aplicação da lei da preservação da propriedade privada da terra.

Assim, engendra-se o conflito entre o *interesse privado* de acumulação de propriedades pela burguesia agrária e o *interesse coletivo* da classe trabalhadora de concretização da função social da terra e, mesmo, do cumprimento prático dos direitos fundamentais da Constituição Federal de 1988 – dentre eles, o direito básico à alimentação. Nesse confronto, tem-se mantido a direção estatal de garantia da propriedade privada da terra, seja na forma de monopólio de produção ou de latifúndios improdutivos.

A direção do Estado brasileiro expressa, assim, as alianças das burguesias internas (agrária, industrial e financeira) para continuar reproduzindo o capitalismo monopolista no Brasil. Para reproduzi-lo, a subordinação ao capital estrangeiro se mantém enquanto forma de desenvolvimento econômico antinacional de prevenção aos avanços progressistas no País – mesmo se realizados por dentro da democracia burguesa, como a expansão de direitos trabalhistas, a distribuição de terras e a ampliação de políticas sociais.

Diferentemente do que se processou nos países centrais, o capitalismo monopolista no Brasil não levou ao nascimento de uma democracia burguesa clássica, com a elevação do padrão salarial e a expansão no acesso às políticas sociais. De fato, o que permaneceu na atuação do Estado brasileiro foi uma oscilação entre a democracia restrita e de cooptação e a negação total da democracia, ambos os momentos dentro de uma autocracia burguesa (FERNANDES, 2006).

A democracia restrita e de cooptação não pode ser vista como simples processo de “redemocratização”, iniciado na década de 1980. Conforme Fernandes (2006, p. 421), “não se trata de ‘retorno à democracia’, que nunca existiu, nem de uma tentativa de abrir o caminho para uma ‘experiência democrática’ autêntica”. No fundo, se trata, antes, de uma “[...] consolidação da autocracia burguesa” (FERNANDES, 2006, p. 421).

Decerto, o caráter autocrático do Estado nacional permaneceu mesmo no período pós-ditadura (1964-1985), pois a autocracia burguesa não é uma categoria conjuntural presente apenas em determinados governos ou períodos da história da política brasileira, mas é um traço inerente da própria estrutura do Estado brasileiro. Nesse sentido, a falta de concretização de direitos básicos está continuamente na ordem do dia e o risco de novos golpes de Estado não é eliminado.

Diante do quadro exposto, uma questão de grande relevância é colocada para nós. Em condições de superexploração da força de trabalho, combinada com a atuação estatal autocrática no trato dos meios necessários para a reprodução da força de trabalho, como as famílias brasileiras da classe trabalhadora têm (sobre)vivido? Vejamos a seguir.

Estratégias extraeconômicas de famílias brasileiras na reprodução da força de trabalho

Em países de capitalismo dependente como o Brasil, as famílias são levadas a criar as mais diversas estratégias extraeconômicas para a reprodução da força de trabalho. Tais estratégias têm remontado aos antepassados da família, que, antes, era configurada como uma unidade de produção de meios de subsistência. Mas se, naquele momento, isso se apresentava como a única forma possível, agora, essa alternativa é seguida devido à ausência de acesso às formas contemporâneas de subsistência.

Uma dessas estratégias realizadas pelas famílias brasileiras refere-se ao aumento da *utilização de lenha*, em vez do gás de cozinha (gás liquefeito de petróleo – GLP), para, sobretudo, o preparo dos alimentos.

De acordo com os dados do Balanço Energético Nacional, da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) – empresa pública vinculada ao Ministério de Minas e Energia no Brasil –, em 2022, a lenha (25,9%) ocupou a segunda posição como fonte de energia residencial, perdendo apenas para a eletricidade (46,2%).⁷ O GLP, por sua vez, esteve na terceira posição (22,1%). Em 2021, o Balanço Energético Nacional indicava as mesmas posições, com leves alterações nos percentuais: eletricidade (45,4%), lenha (26,1%) e GLP (22,9%).⁸

Isso nos mostra que, no ano seguinte, em 2022, houve um aumento no consumo de eletricidade, mas uma retração considerável do consumo de GLP, em comparação com a leve retração da lenha. Mesmo com a iniciativa estatal do Auxílio-Gás⁹ a partir de 2022, recebido a cada dois meses, o consumo de GLP não aumentou, mas diminuiu em 0,8% em 2022, enquanto a utilização da lenha foi reduzida em apenas 0,2% no consumo energético residencial.

Apesar de ser uma iniciativa necessária para as famílias brasileiras, o Auxílio-Gás não foi capaz de reverter os impactos da disparada de preços dos combustíveis no Brasil, intensificada com a política de preço de paridade de importação (PPI), da Petrobras – iniciada pelo governo Temer (em 2016) e seguida pelo governo Bolsonaro (a partir de 2019).

Para atender aos interesses do capital financeiro de aumentar a sua lucratividade com as ações da Petrobras, o Estado definiu o valor do barril de petróleo, a matéria-prima da gasolina e do gás de cozinha, baseado no preço de importação e nas oscilações do dólar. Nessa lógica, o petróleo, mesmo sendo produzido a baixo custo nas refinarias brasileiras, passa a ser vendido no País por um preço mais elevado. Isso permitiu, por um lado, maiores lucros ao mercado financeiro e, por outro, onerou sobremaneira a classe trabalhadora, com a elevação dos preços dos combustíveis e do gás de cozinha.

7 As demais fontes energéticas indicaram a seguinte ordem decrescente: solar térmica (2,8%), gás natural (1,6%) e outras fontes (1,4%) (EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA, 2022).

8 As demais fontes energéticas indicaram a seguinte ordem decrescente: solar térmica (2,5%), gás natural (1,6%) e outras fontes (1,5%) (EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA, 2021).

9 De junho de 2022 a agosto de 2022, o valor do Auxílio-Gás teve um aumento de 108%, passando de R\$ 53,00 para R\$ 110,00. Antes, as famílias recebiam metade do valor médio de um botijão de GLP de 13kg a cada dois meses. Os beneficiários são as famílias inscritas no Cadastro Único com renda per capita menor ou igual a meio salário mínimo, além de integrantes do BPC (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME, 2022).

Conforme o DIEESE/FUP (2023), em quase sete anos de PPI, entre 2016 e 2022, o gás de cozinha aumentou 223,8%, refinarias foram privatizadas e a margem de lucro e dividendos aos acionistas aumentou, chegando a R\$ 85,6 bilhões ao ano de lucro líquido e R\$ 84,5 bilhões ao ano de dividendos médios no governo Bolsonaro (2019-2022). Desses dividendos, a maior parte foi distribuída aos investidores estrangeiros (43%), em comparação com os investidores brasileiros (20,2%) e a União com o BNDESPar (36,8%).

Dessa forma, diante do avanço agressivo do capital financeiro na Petrobras, o Auxílio-Gás demonstrou uma inoperância para aumentar o consumo de GLP e o consumo de lenha continuou presente como estratégia extraeconômica das famílias brasileiras. Os dados da EPE, de 2021, sobre o consumo de lenha no Brasil, revelaram que em 90,7% das famílias pesquisadas a lenha é apanhada, principalmente, em áreas nativas ou em seu próprio quintal, não havendo a compra – o que a confirma como uma fonte energética predominantemente *não comercial*. Ademais, os dados confirmam que a lenha é uma *estratégia extraeconômica*, ao ser utilizada, em sua maioria, por famílias com renda entre um e dois salários mínimos e, significativamente, por famílias com renda acima de dois salários mínimos.

Além do consumo energético residencial da lenha, as famílias brasileiras recorrem à *agricultura familiar* para obter os seus alimentos, podendo, ainda, adquirir renda no mercado interno, por meio da venda do plantio e de animais. Segundo o último Censo Agropecuário (2017), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), publicado em 2019, 77% dos estabelecimentos agropecuários do Brasil se enquadram na *agricultura familiar*. Contudo, representam apenas 23% da área total dos estabelecimentos do setor agropecuário – percentual que indica menor participação nas extensões de terra.

Para esse segmento das famílias brasileiras, a agricultura familiar permite a garantia do sustento familiar pela terra, por intermédio da força de trabalho doméstica. Por outro lado, existe um contingente de pequenos agricultores que, embora faça uso dessa estratégia, tem convivido com a insegurança alimentar. Os dados da Rede PENSSAN (2022) apontaram que a fome está presente em mais de 60% dos domicílios da zona rural. E, nos domicílios de agricultores familiares e pequenos produtores rurais, o percentual nacional de insegurança alimentar moderada e grave chegou a 38%, sendo maior nas Regiões

Norte (54,6%) e Nordeste (43,6%), em comparação com as Regiões Centro-Oeste (38,6%), Sudeste (22,1%) e Sul (13,8%).

Esses altos percentuais indicam as disparidades regionais no Brasil. Assim como a lei geral de acumulação capitalista (MARX, 2014) engendra desigualdades entre os países, ela também gera assimetrias entre as regiões nacionais e até mesmo locais (cidades e bairros). Opera-se, do mesmo modo que em âmbito internacional, uma divisão especializada entre regiões nacionais de polo predominantemente agrário e outras de composição industrial e financeira, de modo que estas últimas absorvem e concentram o valor gerado pelas primeiras.

Além das disparidades regionais, outro fator mais geral que contribui com os referidos percentuais é a inserção da agricultura familiar em relações desiguais de competitividade no mercado interno, o que acarreta a venda da produção por preços mais baixos e, por conseguinte, gera uma renda menor. Assim, embora as famílias produzam alimentos, as demais despesas básicas – inclusive, os custos com outros itens específicos da cesta básica que não são produzidos por elas – precisam ser satisfeitas por meio da renda obtida com a venda da produção familiar no mercado.

Um pequeno produtor de galináceos, por exemplo, ainda que garanta mensalmente o consumo proteico de aves à sua família, necessita de outros itens da cesta básica para complementar a alimentação. É certo que recorrer à diversificação da produção, com a plantação de frutas, verduras e legumes variados, contribui para a complementação alimentar. Mas há demais itens da alimentação e outras despesas básicas que somente podem ser viabilizados com renda. De todo modo, a agricultura familiar para a subsistência continua sendo uma estratégia extraeconômica das famílias brasileiras que possuem terra.

Outra estratégia extraeconômica utilizada por famílias brasileiras da classe trabalhadora é a *construção de casas pelos próprios beneficiários* para suprir sua necessidade de moradia, que pode ser realizada pela força de trabalho doméstica individual ou organizada em movimentos sociais. No Brasil, a iniciativa tem sido empreendida por coletivos que se pautam pela agroecologia e pelo Movimento de Trabalhadores Sem Teto (MTST), cujo foco é a articulação das famílias dos trabalhadores que estão à espera da execução da política de habitação social pelo Estado, para a realização de um mutirão de bioconstrução.

Diante da demora no recebimento das habitações sociais, as famílias se reúnem e constroem as suas casas, recorrendo aos materiais disponíveis na sua região, como terra, grama, bambu e madeira. Todavia, a iniciativa precisa recorrer à renda para a compra da alimentação dos trabalhadores e a aquisição de ferramentas necessárias. A renda tem sido obtida de forma voluntária pela sociedade, com a doação em dinheiro.

Em relação ao seu impacto para as famílias, um estudo recente de Oliveira (2023) tem indicado que a realização de “casas ecológicas” pela bioconstrução tem sido uma alternativa precária, devido aos problemas técnicos de construção das moradias. O estudo mostra que as marcas de umidade e as rachaduras tendem a aparecer em um curto período de tempo, de modo que a manutenção se faz necessária em menos de um mês após a construção da casa. Os reparos, por seu turno, não costumam ser realizados com terra, mas com materiais convencionais de preferência das famílias, como areia, cimento, tijolos e cerâmica – considerados mais duradouros.

Além dos problemas técnicos de construção indicados por Oliveira (2023), existe, ainda, o risco de enfermidades, às quais as famílias ficam submetidas, devido à possibilidade de contrair, por exemplo, a doença de Chagas, que é transmitida por um inseto chamado popularmente de “barbeiro”, que se aloja em casas feitas de terra, conhecidas pelo nome de “pau-a-pique” ou “taipa”. Assim, quando as rachaduras se abrem, pela ação dos fenômenos da natureza, elas possibilitam a hospedagem do inseto e, conseqüentemente, tais casas se tornam um vetor de transmissão da doença aos moradores. Segundo pesquisadores do Instituto Oswaldo Cruz/Fiocruz,

nas populações rurais, em certas regiões do Brasil onde ainda impera a pobreza, as casas de taipa (barro batido) e/ou com telhados feitos de folhas de palma ou de piaçava são muito comuns. Essas casas geralmente possuem frestas, buracos e são mal iluminadas. Dessa maneira, os barbeiros que se adaptaram aos domicílios encontram aí condições ideais para viver e procriar. Além disso, essas populações muito comumente usam lenha para fazer o fogo e barbeiros podem ser conduzidos aos domicílios escondidos entre os pedaços de madeira ou mesmo carregados por animais de criação que habitam o peridomicílio (ARGOLO *et al.*, 2008, p. 17).

Logo, evidencia-se que a alternativa de construção das casas pelos próprios beneficiários, por intermédio da bioconstrução, ao dar ênfase ao discurso ecológico e de preservação do meio ambiente, foge da pauta principal, que dá motivo aos mutirões: a falta de acesso à habitação de qualidade no Brasil, que, sobretudo nas regiões rurais, contribui para o processo de saúde-doença, enquanto um dos determinantes sociais do adoecimento. Embora o discurso ecológico seja válido em tempos de destruição ambiental e social, é imprescindível refletir, também, sobre as alternativas de acesso à habitação, de modo que não reproduzam a precarização já posta pelo modo de produção capitalista. Nessa direção, apresenta-se como fundamental a discussão sobre o acesso à habitação de qualidade e às fontes energéticas produzidas no País.

Considerações finais

Como se pôde observar, diante das determinações estruturais do capitalismo dependente e do caráter autocrático do Estado brasileiro, os baixos valores da força de trabalho e dos benefícios sociais – como o Auxílio Brasil, o Benefício de Prestação Continuada e o Auxílio-Gás – tornam-se inoperantes para reverter tendências gerais, como a insuficiência alimentar e a falta de acesso às fontes energéticas do País. No caso do Auxílio-Gás, embora seja uma iniciativa necessária, percebeu-se que não houve um aumento no consumo do gás de cozinha. O Auxílio Brasil e o BPC, por sua vez, também não aumentaram a suficiência alimentar das famílias.

Ainda em relação ao Auxílio-Gás, embora ele tenha sido criado para o consumo de gás de cozinha, é possível que as famílias continuem utilizando lenha como estratégia extraeconômica e direcionem o recurso financeiro propiciado pelo benefício para as despesas básicas mais urgentes. A mesma tendência pode estar presente em famílias que receberam o Auxílio Brasil e o BPC em 2021 e 2022, os quais não necessariamente se converteram em um aumento do consumo de alimentos.

Há, ainda, o enfraquecimento de políticas sociais – dentre elas, a política de habitação social – e a ausência de uma Reforma Agrária, que também contribuem para que os valores dos referidos auxílios não sejam capazes de reverter a situação de insuficiência alimentar das citadas famílias, levando-as a recorrer a estratégias extraeconômicas, como o uso de lenha, a agricultura familiar e a própria construção de suas moradias. Nesse sentido, visualiza-se a urgência de ampliação

dos valores do salário mínimo e dos benefícios sociais, com cobertura ampliada. Por outro lado, evidencia-se a necessidade de criar alternativas que não se concentrem apenas na circulação do valor, mas que, ao mesmo tempo, estejam disputando os meios de produção que dão autonomia produtiva à classe trabalhadora. A Reforma Agrária é um primeiro passo nessa direção.

Referências

ARGOLO, Ana Maria; FELIX, Márcio; PACHECO, Raquel; COSTA, Jane. **Doença de Chagas e seus principais vetores no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz/Fiocruz, 2008. Disponível em: <<https://chagas.fiocruz.br/wp-content/uploads/2021/11/Doenca-de-Chagas-e-seus-Principais-Vetores-no-Brasil.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2024.

BRUSCHINI, Cristina. Uma abordagem sociológica de família. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, v. 6, nº 1, 1989. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/dezembro2013/sociologia_artigos/bruschini_artigo.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2023.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos: Salário mínimo nominal e necessário (2022a)**. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>>. Acesso em: 19 jul. 2023.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Em 2022, preço da cesta básica aumenta em todas as 17 capitais pesquisadas (2022b)**. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2022/202212cestabasica.pdf>>. Acesso em: 19 jul. 2023.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS & FEDERAÇÃO ÚNICA DOS PETROLEIROS. **Fim da política de PPI e o preço dos combustíveis (2023)**. Disponível em: <<https://contrafcut.com.br/wp-content/uploads/2023/06/politica-de-precos-dos-combustiveis.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2024.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução de Leandro Konder. 3ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. **Balanco Nacional Energético**: Relatório Síntese 2023. Ano base 2022. Disponível em: <https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-748/topico-681/BEN_S%C3%ADntese_2023_PT.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2023.

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. **Balanco Nacional Energético**: Relatório Síntese 2022. Ano base 2021. Disponível em: <https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-675/topico-631/BEN_S%C3%ADntese_2022_PT.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2023.

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. **Nota Técnica EPE DEA 016/2021**: Consumo de lenha e carvão vegetal: setor residencial Brasil. 2021. Disponível em: <<https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-578/Nota%20T%C3%A9cnica%20Consumo%20de%20lenhaCV%20-%20Residencial%20final%202021.pdf>>. Acesso em: 18 ago. 2023.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**: Ensaio de interpretação sociológica. Prefácio de José de Sousa Martins. 5ª ed. São Paulo: Globo, 2006.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Infográficos do Déficit Habitacional – Brasil e Regiões (PNAD-C 2022)**. Minas Gerais: FJP, 2024. Disponível em: <<https://fjp.mg.gov.br/deficit-habitacional-no-brasil/>>. Acesso em: 28 abr. 2024.

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza dos EUA (Nós, o povo)**. Tradução de Mary Fonseca. 2ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1978.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Indicadores IBGE**: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Quarto trimestre de 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022a. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact_2022_4tri.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de Indicadores Sociais**: Uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. (Série Estudos e Pesquisas – Informação Demográfica e Socioeconômica, nº 40).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de Indicadores Sociais**: Uma análise das condições de vida da população

brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2022b. (Série Estudos e Pesquisas – Informação Demográfica e Socioeconômica, nº 49).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de Indicadores Sociais**: Uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. (Série Estudos e Pesquisas – Informação Demográfica e Socioeconômica, nº 53).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2017**: Resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2023.

SOUZA, Pedro; HECKSHER, Marcos; OSORIO, Rafael. Um país na contramão: a pobreza no Brasil nos últimos dez anos. **Nota técnica nº 102**. Brasília: IPEA, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11563/7/NT_102_Disoc_Um_Pais.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2024.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. **Germinal**: Marxismo e Educação em Debate. Salvador, v. 9, nº 3, p. 325-356, dez. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/24648/15300>>. Acesso em: 22 jul. 2023.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da Economia Política. Livro I: O processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2014.

MARX, Karl. **Salário, Preço e Lucro**. 4ª ed. São Paulo: Centauro, 2002.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME. **Com valor de R\$ 110, Auxílio-Gás será pago a 5,6 milhões de famílias em agosto** (2022). Disponível em: <<https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/com-valor-de-r-110-auxilio-gas-sera-pago-a-5-6-milhoes-de-familias-em-agosto>>. Acesso em: 23 nov. 2023.

OLIVEIRA, Alice Maria de. **Tecnologia alternativa, moradia e pauta ambiental**: o discurso e a prática. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. USP, 2023, 251f. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/102/102131/tde-04052023-114205/publico/DissCorrigidaAliceMariadeOliveira.pdf>>. Acesso em: 19 ago. 2023.

REDE DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. São Paulo: Rede PENSSAN, 2022. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN_2022.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2023.

SER Social

TRABALHO, LUTAS SOCIAIS
E SERVIÇO SOCIAL

Brasília (DF), v. 26, nº 55, de julho a dezembro de 2024

Trabajo, luchas sociales e imperialismo en América Latina¹

Work, social struggles and imperialism in Latin America
Trabalho, lutas sociais e imperialismo na América Latina

Entrevistado: Adrián Sotelo Valencia²

Entrevistadores: Reginaldo Ghiraldelli³

<https://orcid.org/0000-0002-9229-7686>

Guilherme da Hora Pereira⁴

<https://orcid.org/0000-0002-7255-2379>

1) Estimado profesor Adrián Sotelo Valencia, en primer lugar, queremos agradecerle que haya aceptado nuestra invitación para conceder esta entrevista para la Revista SER Social, del Departamento de Trabajo Social y Programa de Postgrado en Política Social de la Universidad de Brasilia (UnB). Inicialmente nos

1 La entrevista fue otorgada durante la Misión de Trabajo e Investigación realizada por los autores en la Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM), con el apoyo financiero de la Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAP-DF).

2 Sociólogo e investigador del Centro de Estudios Latinoamericanos (CELA) de la Facultad de Ciencias Políticas y Sociales de la Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM). Correo electrónico: <adriansotelo@politicas.unam.mx>.

3 Profesor del Departamento de Trabajo Social y del Programa de Posgrado en Política Social de la Universidad de Brasilia (UnB). Coordina el Grupo de Estudio e Investigación sobre Trabajo, Sociabilidad y Trabajo Social (TRASSO). Beca de Productividad en Investigación del CNPq. Correo electrónico: <rghiraldelli@unb.br>.

4 Profesor de la Universidad Católica de Brasilia (UCB). Estudiante de doctorado en Política Social de la Universidad de Brasilia (UnB). Miembro del Grupo de Estudio e Investigación sobre Trabajo, Sociabilidad y Trabajo Social (TRASSO). Correo electrónico: <guilhermehora@horaecrispim.com>.

gustaría que comentara, en términos generales, cómo se interesó por los estudios sobre el “mundo del trabajo” bajo el capitalismo y cómo la teoría marxista de la dependencia contribuye al desarrollo de sus investigaciones.

Desde la perspectiva marxista y de la teoría de la dependencia el Trabajo – en tanto constituyente del ser social humano – constituye la categoría esencial del análisis global de la realidad social del capitalismo en tanto modo histórico de producción y de consumo. En esa categoría reposan, y les sirve de soporte, otras como la economía, la cultura, la ética y la política que, apuntemos para que no haya equívocos, a la par y dialécticamente éstas la sobredeterminan.

En virtud de este sobrepeso teórico y metodológico de la categoría trabajo (Urphänomen) en tanto constituyente del Ser Social – tal y como muestran autores como Marx, Gramsci o Lukács y otros autores contemporáneos como el filósofo marxista István Mészáros o el mismo Braverman, es que me interesé desde que comencé mi licenciatura en sociología en este candente e interesantísimo tema que de hecho erigí en la principal línea de investigación una vez que realicé mis estudios de licenciatura, maestría y doctorado en Estudios Latinoamericanos en el Posgrado de la Facultad de Ciencias Políticas.

A partir de mi incorporación al CELA como investigador de tiempo completo definitivo prácticamente dediqué todo el tiempo al estudio e investigación del mundo del trabajo.

Adicionalmente, al considerar que este tema involucraba a los países subdesarrollados y dependientes es que encontré la especificidad de esta línea de investigación en la teoría de la dependencia, especialmente en la vertiente marxista (TMD) desarrollada principalmente por el investigador y teórico brasileño Ruy Mauro Marini quien, en su libro *Dialéctica de la dependencia* sentó las bases para forjar una economía política de la dependencia sustentada en la superexplotación de la fuerza de trabajo.

Es con estas herramientas que he desarrollado mi actividad teórica y de investigación para el estudio y comprensión del llamado mundo del trabajo como categoría esencial del capitalismo histórico y contemporáneo.

2) En el contexto de América Latina en las primeras décadas del siglo XXI, algunos países, con experiencias de gobiernos

progresistas o también considerados de izquierda, vivieron duros golpes dentro de los límites de la democracia y la ciudadanía burguesa. Esto ocurrió en Brasil y otros países latinoamericanos. Partiendo de una interpretación basada en el imperialismo y la dependencia, ¿cuál es su valoración de estos acontecimientos? ¿Existe alguna posibilidad de construir y consolidar una supuesta soberanía nacional en estos países en el marco de la sociabilidad capitalista o estarán siempre en condición de dependencia?

Lo primero que puedo responder es que hay una gran ambigüedad en el uso y comprensión de términos como “izquierda”, “derecha”, “progresismos”, “democracia” etc. Lo común es que los análisis y discursos se reduzcan únicamente a los procesos electorales a nivel global y de América Latina, o simplemente consideren que porque un personaje que es elegido presidente de la república pronuncia un discurso “progresista” es de izquierda. Es el caso, por ejemplo, del chileno Boric, del brasileño Lula, del argentino Alberto Fernández o del mexicano López Obrador.

Se establece una absurda identidad entre progresismo o izquierda simplemente por dos razones: porque critican a los neoliberales conservadores en algunos aspectos o, bien, porque desarrollan obra pública a favor de los “pobres” que en la mayoría de los casos es bien vista por las burguesías, las oligarquías y los organismos internacionales como el Banco Mundial. Fuera de este aspecto (lo electoral) dichas fuerzas y gobiernos son incapaces de transformar el orden existente, es decir el capitalismo y más aún el dependiente y subdesarrollado simplemente porque no figura en sus agendas ni en sus intereses corporativos y de clase.

Por eso es vital definir primero los conceptos y luego aplicarlos al análisis para saber a qué nos estamos refiriendo. Contra estas políticas y visiones ideológicas reformistas la TMD ha planteado que la única manera de emprender el camino de la superación del atraso, del subdesarrollo y la dependencia es la instauración del socialismo como modo de producción antagónico al capitalismo. Esto es posible siempre y cuando se forjen poderosas alianzas entre las clases sociales explotadas y oprimidas que se planteen explícitamente la lucha anticapitalista por el socialismo sin reducirla al mero plano electoral que generalmente está controlado por el Estado capitalista y los principales partidos políticos comprometidos con los poderes instaurados, con las inexistentes “burguesías progresistas”, sin cuestionar el orden establecido por el imperialismo norteamericano y más bien conviviendo de manera subordinada con él.

3) En América Latina tuvimos diferentes experiencias revolucionarias, como la revolución mexicana y la revolución cubana: ¿Cómo evalúa los legados de estas y otras experiencias revolucionarias en América Latina para las luchas sociales de la clase trabajadora hoy?

De principio hay que destacar que ambas revoluciones transcurren en tiempos y circunstancias históricas distintas. La mexicana, fue una revolución burguesa con apoyo popular que derrumbó al régimen político dictatorial de Porfirio Díaz que duró en el poder 35 años (1876-1911), mientras que la revolución cubana asumió un carácter socialista luego de la revolución del 1 de enero de 1959 que se ha mantenido hasta la actualidad. Evidentemente que ambas proporcionaron características propias a esos países y naciones cuyo legado consiste en haber superado en alguna medida los obstáculos para el desarrollo y la afirmación nacional.

Mientras que Cuba lo logró a pesar de un agresivo bloqueo por parte del imperialismo norteamericano, México se constituyó en un país capitalista dependiente y subdesarrollado que mantiene ese status fuertemente atado a la dinámica subordinada al ciclo de acumulación y reproducción de capital de Estados Unidos, particularmente con el mal llamado Tratado México, Estados Unidos, Canadá (T-MEC), que rige en la actualidad.

4) En las últimas décadas, en un contexto de reestructuración productiva y de implementación de reformas neoliberales, “el mundo del trabajo” ha sufrido profundas transformaciones, con consecuencias nocivas para los derechos sociales y las condiciones de vida y de trabajo de la clase trabajadora, sea en países históricamente sometidos a condiciones de dependencia, sea en países del llamado centro capitalista, en mayor o menor medida. ¿Cómo analiza esta situación?

La crisis estructural del capitalismo mundial que se precipita a partir de mediados de la década de los setenta del siglo pasado, sacudió fuertemente las instituciones que ampararon su desarrollo después de la Segunda Guerra Mundial, tal como el llamado “Estado del bienestar”, y organismos como el Fondo Monetario Internacional y el Banco Mundial.

En un principio, dicha crisis afectó a los países del llamado Sur Global y específicamente a América Latina y el Caribe. Fue con la implementación de la llamada globalización de la década de los ochenta que el capitalismo experimentó una profunda reestructuración y mutación en beneficio de los países capitalistas avanzados y sus empresas transnacionales que se beneficiaron sobre todo de las aperturas externas de los países dependientes, los cuales fueron sometidos a sendos programas de ajuste estructural en sus déficits públicos y en la reducción de sus gastos sociales en materia de alimentación, salud, vivienda y educación. En este contexto la reestructuración tuvo como epicentro el mundo del trabajo expresada en la generalización de la precariedad del trabajo, su flexibilización y en la superexplotación, tal y como en su momento planteó la TMD.

La tesis correlativa que hemos planteado, y que aquí solamente esbozamos, es que la profundidad de la crisis capitalista generalizó tanto la ley del valor en el sentido de Marx, como la superexplotación del trabajo como un poderoso mecanismo compensatorio de la caída de la tasa de ganancia, incluso en los países avanzados.

Esta hipótesis de la extensión de un fenómeno que originalmente se consideraba como exclusivo de los países dependientes, fue planteado por Marini como una característica que resultaba de una creciente homogeneización del capital constante (máquinas, herramientas, tecnologías) que igualaba las tasas de ganancia y, por ende, erigía a la fuerza de trabajo como el factor esencial de producción de ganancias extraordinarias.

Ello posibilitó precarizar el mundo del trabajo global, reducir los salarios reales de los trabajadores e introducir las tecnologías ahorradoras de mano de obra, cuestión que aumentó las tasas de desempleo y de informalidad. La llegada de la epidemia del coronavirus y de la llamada Cuarta Revolución Industrial o 4.0 no hizo más que exacerbar esta situación en el mundo del trabajo.

5) En los años ochenta, América Latina se convirtió en un territorio de experimentos neoliberales, con privatizaciones de bienes públicos y servicios sociales, además de la implementación de reformas laborales y de pensiones (por ejemplo) que trajeron implicaciones nocivas para la clase trabajadora. Brasil y México son ejemplos de estas medidas. ¿Cuál es su evaluación de los efectos de las reformas neoliberales en los derechos sociales de la clase trabajadora y en las luchas sociales en su conjunto?

Desde el punto de vista sociopolítico considero que el principal efecto de la imposición del neoliberalismo en las condiciones de vida y de trabajo de las mayorías laborales, además de las indicadas anteriormente, consiste en una profunda fractura social entre las clases trabajadoras que afectó a sus organizaciones como los sindicatos, muchos de los cuales desaparecieron o bien fueron reconvertidos en instrumentos de dominio sobre dichas clases.

El peleguismo brasileño y el charrismo sindical mexicano son ejemplo de ello como instrumentos al servicio del Estado y de los empresarios. Hoy las clases trabajadoras organizadas son minoritarias y no cuentan con la fuerza suficiente para revertir las nefastas políticas neoliberales y para reconstruir sus organizaciones de clase capaces de impulsar sus demandas mediante sus luchas.

En la mayoría de los casos, lo anterior ha posibilitado la desregulación de las legislaciones laborales con pérdida de derechos sociales, la introducción de la flexibilidad y de la precariedad, junto con procesos de “des-asalarización” que han posibilitado la introducción del mal llamado “trabajo autónomo” sobre todo a través de las plataformas digitales que rigen el trabajo de millones de repartidores de alimentos y servicios en todo el mundo, sin derechos y sometidos a altas jornadas de trabajo y de superexplotación.

6) América Latina está marcada por experiencias de regímenes dictatoriales en algunos países, como Brasil, Argentina, Chile, Uruguay, Bolivia, etc. Luego, con el fin de las dictaduras y la “apertura democrática”, algunos países viven una ola de gobiernos progresistas, seguidos de gobiernos conservadores y, en muchos casos, alineados con la extrema derecha, como en el caso de Brasil con Jair Bolsonaro. Recientemente, la victoria electoral de Javier Milei en Argentina parece demostrar el mantenimiento de la representación política del conservadurismo y la extrema derecha en el continente. Este año tendremos elecciones en México y también Estados Unidos, con una posible victoria de Donald Trump, según algunas investigaciones. ¿Cómo analiza estos procesos sociales y qué alternativas y soluciones podemos encontrar para afrontar esta realidad?

Desafortunadamente entre la intelectualidad lúcida y crítica se ha reducido el tema de los cambios estructurales y políticos a la dico-

tomía “dictadura-democracia” y esta última se ha identificado reductiva y mecánicamente con el llamado progresismo. De tal manera que el análisis y los posibles cambios solo se vislumbran en el mero plano electoral, es decir, en el del Estado burocrático que lo controla a través de instituciones y partidos políticos tolerados y legalizados por el sistema.

Lo anterior surgió a partir de ciertos mitos y falacias relativas a que “ya no es posible el cambio revolucionario al socialismo” debido, por ejemplo, a que la derecha y el imperialismo “son muy fuertes” y colocan como ejemplos a Venezuela y Cuba, donde a pesar de sus avances, el imperialismo los mantiene bajo el yugo del capitalismo supuestamente sin que puedan avanzar a una etapa superior que trascienda ese sistema.

Las elecciones en México, aún con el triunfo de la candidata del oficialismo, seguirá en la ruta de la dependencia de Estados Unidos sin que se muestren avances sustanciales más allá de los programas sociales que, por cierto, son bien vistos por el Banco Mundial y tolerados por Washington. Así que no se espera, en esas condiciones, cambios que modifiquen la correlación de fuerzas a favor del pueblo y de los trabajadores mexicanos.

Por supuesto si gana la coalición de la derecha (PRD.PRI-PAN) no hará otra cosa más que exacerbar y profundizar el neoliberalismo y la dependencia en nuestro país. El triunfo de Trump impactará negativamente en México sobre todo en materia de migración ya que gran parte de su campaña xenófoba y racista se ha centrado en la expulsión de miles y miles de migrantes que viven en Estados Unidos.

La única alternativa que vislumbro, más allá de las reformas que plantean los gobiernos en turno enmarcadas en la lógica del sistema, es la constitución de una poderosa alianza entre las clases trabajadoras y oprimidas que permita presionar para que se impongan modificaciones y cambios estructurales significativos en consonancia con la lucha y defensa de sus intereses de clase, tanto en esos países, como a nivel global.

Nuevamente insistimos en que el sistema capitalista agotado y en crisis no va a resolver de ninguna manera los grandes y graves problemas sociales y humanos. Solamente un nuevo modo de producción, de vida y de trabajo podrá por lo menos emprender esta tarea.

7) En relación con el sindicalismo y las diversas formas de organización colectiva de la clase trabajadora en América Latina,

¿identifica actualmente acciones colectivas de carácter combativo que vayan más allá de la mera defensa de los derechos sociales en la línea de la ciudadanía burguesa? ¿Cuál es su valoración sobre el tema y es posible identificar experiencias en México o América Latina de movimientos sociales y sindicales que luchan por la superación del capitalismo, con una perspectiva de emancipación humana como horizonte?

Pocas y minoritarias son las organizaciones sindicales y políticas que luchan verdaderamente por los intereses de las clases trabajadoras en América Latina. En México, existen organismos como la Coordinadora Nacional de Trabajadores de la Educación (CNTE) que han mantenido en las últimas décadas luchas por mejorar la educación y preservar su carácter laico y gratuito.

Sin embargo, la mayoría de los organismos sindicales o han sido cooptados por el gobierno o golpeados para impedir su radicalización. Movimientos campesinos, indígenas, mineros y estudiantiles se mantienen en resistencia, pero sin plantearse, hasta ahora, su unidad clasista que permita superar la fragmentación y la volatilidad de sus luchas, lo que ha permitido tanto al gobierno, como a la burguesía y a las oligarquías, mantener su dominio a través tanto de la represión como de la cooptación y las componendas con sus líderes que a ellas se prestan.

No veo en América Latina experiencias que vayan más allá de la resistencia y la lucha social, por ejemplo, por mejores salarios o reducción de la jornada de trabajo en algunos países. La conciencia de clase es fundamental para que los trabajadores superen este umbral y se planteen la lucha estratégica por la emancipación y el socialismo como única alternativa para comenzar a resolver los graves problemas que aquejan a la humanidad.

8) En los últimos años, el debate sobre la “cuestión ambiental” y la preservación de la naturaleza como necesidad para la supervivencia humana en el planeta Tierra se ha intensificado y adquirido proporciones globales, estando en la agenda de gobiernos de los más variados espectros políticos. Istvan Mészáros en su libro: “El siglo XXI: socialismo o barbarie”, ya destacó el carácter incontrolable y destructivo del orden metabólico del capital, con acciones que ponen en riesgo la existencia humana y amenazan la

vida en sociedad. De lo que observamos como medidas y alternativas ideadas por los distintos gobernantes, no se piensa en nada más allá del capital, es decir, persiste la intervención humana en la naturaleza con fines depredadores de explotación y acumulación de riqueza. ¿Cuál es su análisis de esta situación?

Estoy completamente de acuerdo con Mészáros quien, además, en su libro *Más allá del capital*, indica que las mediaciones de segundo orden como la ley del valor, la mercancía, la explotación del trabajo, la acumulación de capital o la ganancia, terminan por subsumir a las mediaciones de primero orden donde figura justamente el tema de la naturaleza. Ello hace que lo que oficialmente se llama “cambio climático” que por cierto ya estamos experimentando en todo el planeta, sea un auténtico colapso ambiental que amenaza la misma existencia de la humanidad.

Mientras el modo de vida humana en sociedad esté controlado y manipulado por el capital y sus depredadoras empresas multinacionales es prácticamente imposible que se “resuelva” la problemática ambiental; por el contrario, tiende a profundizarse y extenderse.

Para que las mediaciones primarias resurjan de entre la crisis del metabolismo social del capital gobernado por las de segundo orden, es necesario, como dije anteriormente, cambiar y superar el sistema capitalista en un sentido radical y no solamente mediante reformas.

Esta es la paradoja que enfrentamos las clases trabajadoras para resolver el dilema: “socialismo o barbarie” que estamos enfrentando.

SER Social

TRABALHO, LUTAS SOCIAIS
E SERVIÇO SOCIAL

Brasília (DF), v. 26, nº 55, de julho a dezembro de 2024

Trabajo, sindicalismo y seguridad social en Cuba¹

Work, unionism and social security in Cuba
Trabalho, sindicalismo e segurança social em Cuba

Entrevistado: Guillermo Ferriol Molina²

Entrevistadores: Reginaldo Ghiraldelli³

<https://orcid.org/0000-0002-9229-7686>

Guilherme da Hora Pereira⁴

<https://orcid.org/0000-0002-7255-2379>

1) Estimado profesor Guillermo Ferriol Molina, en primer lugar, queremos agradecerle que haya aceptado nuestra invitación para conceder esta entrevista para la Revista SER Social, del

1 La entrevista fue otorgada durante la Misión de Trabajo e Investigación realizada por los autores en la Facultad de Derecho de la Universidad de La Habana (Cuba), con el apoyo financiero de la Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAP-DF).

2 Licenciado en Derecho en la Universidad de la Habana. Máster en Gestión de Recursos Humanos, especialista en asesoría jurídica, mención mercantil. Presidente de la Sociedad Cubana de Derecho del Trabajo y de Seguridad Social. Miembro de la Junta Directiva Nacional de la Unión Nacional de Juristas de Cuba. Profesor en centros de educación superior en Cuba y en el exterior. Ha ofrecido conferencias sobre Derecho del Trabajo, la seguridad social y las normas internacionales del Trabajo en países como México, Estados Unidos, Brasil, Bolivia, República Dominicana, Guatemala. Ha publicado artículos sobre derecho del trabajo y la seguridad social en varios países. Correo electrónico: <ferriol_2005@yahoo.es>.

3 Profesor del Departamento de Trabajo Social y del Programa de Posgrado en Política Social de la Universidad de Brasilia (UnB). Coordina el Grupo de Estudio e Investigación sobre Trabajo, Sociabilidad y Trabajo Social (TRASSO). Beca de Productividad en Investigación del CNPq. Correo electrónico: <rghiraldelli@unb.br>.

4 Profesor de la Universidad Católica de Brasilia (UCB). Estudiante de doctorado en Política Social de la Universidad de Brasilia (UnB). Miembro del Grupo de Estudio e Investigación sobre Trabajo, Sociabilidad y Trabajo Social (TRASSO). Correo electrónico: <guilhermehora@horaecrispim.com>.

Departamento de Trabajo Social y Programa de Postgrado en Política Social de la Universidad de Brasilia (UnB). ¿Podría presentarnos, en términos generales, qué es la Asociación Latinoamericana de Abogados y Abogadas Laboralistas, destacando sus principales acciones, misión y desafíos?

La Asociación Latinoamericana de Abogados y Abogadas Laboralistas es una asociación internacional de naturaleza civil, sin fines de lucro, que agrupa a abogados y abogadas laboralistas de más de quince países de Latinoamérica que tiene entre sus objetivos ser una herramienta de transformación social que, desde el mundo del trabajo, busca colaborar activamente en la imprescindible construcción de un nuevo orden social y económico, que ponga como eje de todo el sistema de derechos, libertades y garantías a la dignidad del hombre, bregar por el reconocimiento de que la dignidad intrínseca de la persona que trabaja, constituye el fundamento ontológico y definitivo de que los derechos laborales fundamentales son derechos humanos, y deben gozar de la misma protección que se les reconoce a los derechos civiles y políticos, impulsar la creación de espacios de discusión y debate doctrinario, que permitan oponer al discurso de la globalización económica, la flexibilización y la desregulación laboral, el contra-discurso de la tutela y la democratización de las relaciones laborales, defender los derechos de los trabajadores y propender a su permanente mejora, asegurar los derechos a la libertad sindical, la negociación colectiva y la huelga como instrumentos de mejoramiento de las condiciones sociales y de vida de los trabajadores, difundir, promover y defender los derechos humanos, especialmente los reconocidos por el Derecho Internacional de los Derechos Humanos, entre ellos los económicos, sociales y ambientales, defender el derecho al trabajo y apoyar las políticas activas a favor del empleo digno y pleno, contra la exclusión social y la pobreza, en el marco de un crecimiento económico solidario y sustentable, con respeto de los mínimos derechos socio-laborales de los trabajadores, sin ningún tipo de discriminación.

La Asociación realiza con carácter anual congresos o encuentros en los que se valora cómo se desarrollan el Derecho de Trabajo y el Derecho de Seguridad Social en los nuevos escenarios, así realiza como intercambios sistemáticos *on-line* con iguales propósitos, y establece importantes alianzas con organizaciones de trabajadores en la región para brindarles las herramientas para su mejor gestión y representación de los intereses sociales.

Desde hace varios años promueve la Carta Socio Laboral Latinoamericana en la que se propone la construcción de un nuevo paradigma de relaciones laborales, que constituya un piso inderogable para todos los trabajadores latinoamericanos, que deberá consagrar el derecho a un empleo digno como un derecho humano fundamental, así como otros derechos fundamentales reconocidos por normas y tratados internacionales.

2) Considerando su experiencia profesional, sus investigaciones y producciones académicas, ¿podría decirnos cómo se constituye el sistema de seguridad social cubano?

La evolución de la Seguridad Social en Cuba no resulta diferente a como evolucionó en el resto del mundo, obedeció a la necesidad de proteger a las personas que en los escenarios laborales y sociales.

Cuando triunfa la Revolución, en 1959, no existía un Sistema de Seguridad Social que protegiera a la mayoría de la población, los que existían eran esquemas de seguros sociales, estructurados por una gran cantidad de instituciones que actuaban de forma independiente y desigual, que brindaban una cobertura incompleta y prestaciones insuficientes, tal es así que las cincuenta y dos instituciones que funcionaban, solo protegían aproximadamente al cincuenta y cinco por ciento de los trabajadores asalariados.

Es por ello que a partir de 1959, con el propósito de poner fin a la situación existente, la Revolución, destinando importantes recursos y esfuerzos inicia un rápido proceso de unificación administrativa y financiera de los regímenes establecidos, brindándole a la Seguridad Social un nuevo sentido y un mayor alcance.

Así, el primero de mayo de 1963, en saludo al Día internacional de los trabajadores entró en vigor la Ley 1100, que formalizó en el orden legal ese propósito. Esta Ley marcó el nacimiento del Sistema de Seguridad Social en Cuba, estableciendo por primera vez un régimen unificado. Esta Ley fue modificada posteriormente, ante el surgimiento de nuevas circunstancias, en los años 1979 y 2008, estando regulada hoy la Seguridad Social mediante la Ley 105/08, De la Seguridad Social y el Decreto 283/09, que es su Reglamento.

El Sistema de Seguridad Social, en consecuencia, está integrado por tres regímenes. I) Régimen general de Seguridad Social: ofrece protección al trabajador en los casos de enfermedad y accidente de ori-

gen común o profesional, maternidad, invalidez y vejez y, en caso de muerte, protege a su familia. II) Régimen de asistencia social: protege a cualquier persona no apta para trabajar que carezca de familiares en condiciones de prestarle ayuda. III) Regímenes especiales: protegen a las personas que realizan actividades que, por su naturaleza o por la índole de sus procesos productivos o de servicios, requieren adecuar los beneficios de la Seguridad Social a sus condiciones. El sistema es financiado mediante la contribución de los empleadores y de los trabajadores y el aporte del Estado.

El esquema de financiamiento se aproxima al de reparto simple, ya que el equilibrio financiero del mismo se establece entre los ingresos y egresos de cada año, sin que exista acumulación de reservas. Mediante el sistema de seguridad social se ofrecen prestaciones en servicios, prestaciones en especies y prestaciones monetarias, ante contingencias como la enfermedad común o profesional, la maternidad, el accidente del trabajo o común, la invalidez, la vejez y en caso de muerte, también garantiza protección a las familias.

Como parte del Sistema de Seguridad Social, se encuentra la protección a la maternidad de la trabajadora, con el objetivo de garantizar los derechos laborales y de Seguridad Social de la mujer trabajadora para proteger su maternidad, facilitando su atención médica durante el embarazo, el descanso pre y postnatal, la lactancia materna y el cuidado de los hijos menores de edad.

Es experiencia constituida en la práctica jurídica cubana que la trabajadora gestante, cualquiera que sea la actividad que realice, está en la obligación de cesar en sus labores al cumplir las treinta y cuatro semanas de embarazo o las treinta y dos semanas, en caso de ser el embarazo múltiple, y tiene derecho a disfrutar de una licencia por un término de dieciocho semanas, que comprende las seis anteriores al parto y las doce posteriores al mismo. Posterior al nacimiento del o la menor, la madre tiene derecho a disfrutar de una licencia por maternidad posnatal, por un término de doce semanas, y de una prestación económica hasta que el o la menor arribe a un año de edad.

Como otra garantía se establece que durante los períodos de licencia retribuida, a la madre, padre o familiar a quien se encargue el cuidado del menor, se le suspende la relación de trabajo hasta su reincorporación al término de la licencia y tiene derecho a reintegrarse a su cargo. De modo particular al vencimiento de la licencia posnatal (comprende doce semanas después del parto), la madre y el padre

pueden decidir cuál de ellos cuida al menor, y también tiene derecho a acogerse uno de los abuelos trabajadores de un menor, cuya madre es estudiante. Pueden disfrutar de la licencia de maternidad cualquier familiar que este al cuidado del o la menor.

En materia general de la seguridad social hoy se presentan retos importantes generados por un acelerado proceso de envejecimiento de la población cubana, iniciado hace varios años, pues desde el año 1978 en Cuba no ocurre un proceso natural de reemplazo de la población, pues no nacen, como se conoce, dos o más personas por cada mujer en edad fértil, ello ha tenido como causa el alto grado de instrucción y de independencia de la mujer en el país, la disminución permanente de la natalidad, y en los últimos tiempos, ante los procesos de crisis económica, el incremento de la emigración de personas jóvenes. Hoy, el 22% de la población cubana tiene más de sesenta años de edad, y en el 2030 se prevé sea el 30%, sería el país más envejecido de América. Estas circunstancias, sin dudas, impactan en el sistema de seguridad social y en los escenarios de trabajo en general.

3) ¿Cómo se constituyen y establecen los derechos laborales en Cuba? ¿Hay algún avance en relación al tema?

Los derechos laborales en Cuba se encuentran reconocidos a través de diversos instrumentos jurídicos. La actual Constitución de la República, aprobada en referendo popular en el año 2019, desde su artículo primero reconoce la importancia del trabajo cuando dispone que Cuba es un Estado socialista de derecho y justicia social, democrático, independiente y soberano, organizado con todos y para el bien de todos como república unitaria e indivisible, fundada en el trabajo, la dignidad, el humanismo y la ética de sus ciudadanos para el disfrute de la libertad, la equidad, la igualdad, la solidaridad, el bienestar y la prosperidad individual y colectiva.

La propia Constitución, en su artículo 43, expresa que la mujer y el hombre tienen iguales derechos y responsabilidades en lo económico, político, cultural, laboral, social, familiar y en cualquier otro ámbito. Y en otros artículos reconoce el derecho al trabajo y a un empleo digno, a la remuneración por el trabajo, a la seguridad y salud en el trabajo, al descanso, a la seguridad social, la libertad de asociación (fundamento de la libertad sindical y la negociación colectiva), como se prohíbe el trabajo de las niñas, los niños y los adolescentes.

Por su parte, la Ley 116/13, Código de Trabajo, reconoce como principios del derecho de trabajo en Cuba los de igualdad en el trabajo, igualdad del salario y la prohibición del trabajo infantil y la protección especial a los jóvenes en edades comprendidas entre quince y dieciocho años de edad, que se incorporan al trabajo, con el fin de garantizar su desarrollo integral. La edad laboral en Cuba es de 17 años. Igualmente esta disposición normativa reconoce el derecho de los trabajadores de constituir libremente organizaciones sindicales, así como los derechos de sus dirigentes para ser parte central de la negociación colectiva, por la cual se aprueban los convenios colectivos de trabajo.

El Código de Trabajo, como su Reglamento, puesto en vigor mediante el Decreto 326/14, desarrollan los principios y derechos de trabajo en Cuba, en unión a los principios descritos, regulan derechos como el derecho de los trabajadores a la capacitación y superación, el derecho de los trabajadores al descanso diario, semanal y de las vacaciones anuales pagadas, el derecho de los trabajadores a la seguridad y salud en el trabajo, el derecho de los trabajadores y sus familias a recibir la protección de la seguridad social, los derechos de trabajo y de seguridad social que se confieren a la trabajadora, para proteger su maternidad y facilitar su atención médica, el descanso pre y postnatal y el cuidado de los hijos menores; el derecho de los trabajadores a asociarse voluntariamente y constituir organizaciones sindicales, el derecho de los trabajadores a promover acciones ante los órganos, autoridades e instancias competentes, para el reconocimiento y cumplimiento de los derechos de trabajo y de seguridad social consagrados en la legislación.

Otras normas complementarias especifican derechos y obligaciones de trabajadores, trabajadoras, empleadores de cualquier sector, estatal o privado, y de las organizaciones sindicales en el ejercicio de las relaciones de trabajo, como se regulan y reconocen derechos de los trabajadores autónomos. Lo descrito refleja la amplitud de los derechos de trabajo reconocidos en el país en la legislación, los que deben cumplirse en cualquier sector, estatal o privado.

Hoy también existe la necesidad de desarrollar un principio en el mundo del trabajo en Cuba, reconocido en el artículo 20 de la Constitución de la República, que es la participación de los trabajadores y trabajadoras en la planificación, la regulación, la gestión y el control, un aspecto que en otros países y con diferentes objetivos ha sido desarrollado, que de aplicarse bien en el país puede permitir un mejor

desarrollo de las relaciones de trabajo, de la eficiencia laboral y sería una mayor expresión del reconocimiento de los derechos de las personas como ciudadanos en el mundo del trabajo. Sobre este aspecto estoy realizando una investigación. El espacio de esta entrevista no puede, dada su amplitud, exponer de modo más detallado cada uno de principios y derechos.

4) ¿Podría decirnos cómo se organizan los sindicatos en general en el contexto cubano, destacando sus estrategias operativas, luchas y principales desafíos en la actualidad?

Las organizaciones sindicales de trabajadores en Cuba, a partir del reconocimiento constitucional, incluso desde la Constitución de 1976, se constituyen a partir del ejercicio del derecho de asociación que tienen los trabajadores y trabajadoras; existen sindicatos nacionales por ramas de la economía, que interactúan desde cada centro de trabajo, estatal o privado, en contrapartida con los empleadores, en un escenario en permanente renovación.

Los referidos sindicatos nacionales se reúnen alrededor de la Central de Trabajadores de Cuba, bajo una concepción de unidad que surgió en el movimiento sindical cubano varios años antes del triunfo de la Revolución, pues la clase obrera cubana desde entonces reconoció que solo bajo la unidad puede lograr sus objetivos sociales.

Los sindicatos tienen estructuras en cada centro de trabajo, de modo tal que puedan cumplir sus funciones de representación de trabajadores y trabajadoras, tienen la facultad reconocida en la legislación de que sus dirigentes participen en los consejos de dirección de las organizaciones para plantear allí sus intereses, como tienen la facultad de concertar convenios colectivos de trabajo con los empleadores para regular las relaciones colectivas de trabajo en cada lugar, pueden también tener inspectores propios en materia de seguridad y salud en el trabajo, como pueden representar a los trabajadores en reclamaciones ante los órganos de solución de conflictos de trabajo.

Hoy, ante los cambios introducidos en el país, como el desarrollo de nuevas formas de gestión, muchas de ellas privadas y con objetivos más diversos, la adecuación a la legislación de trabajo y seguridad social, la introducción de tecnologías de la información y las comunicaciones, las organizaciones sindicales tienen, como otros operadores del derecho del trabajo, nuevos retos, como la necesidad de

continuar perfeccionando su funcionamiento o adecuarlo a los nuevos escenarios, necesitan sistematizar la preparación de sus directivos y contribuir al desarrollo de nuevas formas de participación de los trabajadores y trabajadoras en la gestión, tal como analizan en los Congresos de sus organizaciones.

5) Considerando su particularidad y experiencia en el contexto de América Latina, ¿Cuba ha tenido alguna experiencia de reformas neoliberales en relación a los derechos laborales y la seguridad social? Si es así, ¿cómo ocurrió y cuáles fueron sus consecuencias para la clase obrera cubana?

En Cuba, por la naturaleza del sistema social, no se han aplicado reformas de naturaleza neoliberal, como ha ocurrido en otros países, las reformas económicas que se han aplicado han sido analizadas con la población en una suerte de consulta popular, de lo cual han derivado medidas que tratan de impulsar el desarrollo económico y social del país, en un escenario internacional complejo y bajo los efectos de un incrementado bloqueo del gobierno de los Estados Unidos contra el país que tiene consecuencias para toda la población cubana.

La consulta con la población, y en su caso con los trabajadores, es una práctica constituida en el país, que se ejercitó, por ejemplo, cuando se modificó en el año 2007 la Ley de seguridad social y en el año 2013 el Código de Trabajo, y que seguramente se ejercerá antes de finales de este año cuando se debe modificar el Código de Trabajo, ante los cambios introducidos en el país.

6) Los cambios en el “mundo del trabajo” con el proceso de reestructuración capitalista y el advenimiento de una sociedad mediada por plataformas y medios digitales alteraron rápidamente las relaciones sociales y los procesos de producción a escala global. ¿Cómo se siente esto en la realidad cubana y cuáles son sus efectos sobre la clase obrera en general?

En Cuba, como en el mundo, el desarrollo de las tecnologías de la informática y de las comunicaciones ha impactado en la realidad económica y laboral, el proceso de informatización de la sociedad introduce nuevas formas de trabajo, hoy la conectividad digital se extiende a nuevos puestos de trabajo, como la interconexión entre

organizaciones.

También se ha regulado cómo cumplir el trabajo a distancia y el teletrabajo, las obligaciones y derechos de los trabajadores en estas modalidades, si bien se debe reconocer que en determinados segmentos existe cierta resistencia a su implementación, lo que debe solucionarse por cuanto estas formas de trabajo tienen importantes beneficios para los trabajadores y trabajadoras como para las organizaciones.

Igualmente, debe reconocerse en la legislación, ante el incremento de estas nuevas tecnologías, un derecho prescrito en otros países, como el derecho a la desconexión digital. En mi criterio, nada limita hoy se pueda acordar en cada lugar, sin embargo, aún no existe su debido conocimiento.

7) En relación al desempleo y las formas de trabajo precario e informal, ¿podría decirnos cómo es hoy esta situación en Cuba y si existen políticas gubernamentales para enfrentar esta realidad y garantizar la inserción al mercado laboral con derechos en el ámbito de la seguridad social para la población?

En Cuba no se aprecian manifestaciones significativas de informalidad en las relaciones de trabajo. El trabajo autónomo, fuente esencial de informalidad en otros países, se encuentra regulado en el país, para ejercerlo debe poseerse autorización del organismo de trabajo, e incluso antes de su ejercicio, la persona solicitante debe inscribirse en la seguridad social para su debida protección ante las contingencias que pueden ocurrir en los procesos de trabajo. No obstante, este aspecto debe ser continuamente atendido por la inspección del trabajo, pues hoy se desarrollan en el país nuevas formas de gestión económica, muchas de ellas en escenarios privados, muy cerrados, en las que puede concurrir algún tipo de informalidad en el trabajo y que la ley trata de prever, al no reconocerlas. En la legislación laboral se disponen infracciones de los derechos fundamentales de trabajo, de seguridad y salud y de seguridad social, con medidas a aplicar para quienes incurran en ellas.

8) Desde un punto de vista histórico y reciente, ¿cuál es el legado de la Revolución Cubana para las luchas sociales de la clase obrera hoy?

La clase obrera hoy en la región latinoamericana se enfrenta a numerosos retos, derivados de la aplicación de políticas diversas, como por el desarrollo de nuevas modalidades de trabajo devenidas de la implantación de las nuevas tecnologías de la informática y las comunicaciones, por lo que se precisa reconocer en la región los llamados derechos laborales de segunda generación, para elevar los derechos del trabajo a rango constitucional, no solo en el orden normativo, sino esencialmente para potenciar su debido cumplimiento.

Sobre lo anterior, es de recordar que en fecha reciente la Organización Internacional del Trabajo reconoció a la seguridad y salud en el trabajo como un derecho fundamental, si estudiamos bien lo que ello significa, dada su transversalidad a todas las relaciones de trabajo, surge con este reconocimiento una nueva oportunidad para que en la región latinoamericana los derechos en el trabajo sean mejor reconocidos y cumplidos, incluso sería una oportunidad, también, para que empleadores y las organizaciones tengan mejores resultados, pero aún es una teoría que debemos desarrollar.

Por su parte, la legislación laboral y de seguridad social cubanas han sido de referencia para determinados países cuando se han dispuesto estructurar reformas en estas materias, sin embargo, debo reconocer también que para las adecuaciones de nuestra legislación hemos estudiado otras legislaciones para entender qué debemos hacer y qué no en esta materia para no crear desprotección laboral. En estos estudios ha sido importante la participación de diversos operadores y estudiosos del derecho del trabajo que en el país han aportado sus experiencias.

Agradezco la oportunidad de este intercambio, que siempre nos permite mostrar una realidad no siempre conocida, si bien existen nuevos retos que se deben enfrentar y que hemos comentado, espero poder continuar con esta experiencia de la que también aprendemos, todo intercambio en los nuevos escenarios resulta necesario en una materia como la laboral que es fundamento para la existencia de nuestras sociedades.

SER Social

TRABALHO, LUTAS SOCIAIS
E SERVIÇO SOCIAL

Brasília (DF), v. 26, nº 55, de julho a dezembro de 2024

Aspectos psicossociais da pobreza e dos programas de transferência de renda: existem pontes?¹

Psychosocial aspects of poverty and cash transfer programs: are there bridges?

Aspectos psicossociales de la pobreza y de los programas de transferencias monetarias: hay puentes?

Carla Bronzo²

<https://orcid.org/0000-0001-7585-3655>

Eduarda da Silva Moreira³

<https://orcid.org/0000-0002-8770-9615>

Recebido em: 28/08/2023

Aprovado em: 26/04/2024

Resumo: O artigo identifica os nexos existentes entre as dimensões psicossociais da pobreza e os principais programas de transferência condicionada de renda (PTCR) da América Latina. O artigo parte da concep-

1 Agradecemos à Fapemig o apoio para a produção do artigo, por meio do suporte ao nosso grupo de pesquisa: “Desigualdades, Vulnerabilidades e Proteção Social” (Projeto APQ-03615-23).

2 Socióloga. Mestrado e Doutorado em Sociologia e Política (UFMG). Profissional vinculada à Escola de Governo da Fundação João Pinheiro/MG. Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/2040877413046909>>. E-mail: <carla.bronzo@fjp.mg.gov.br>.

3 Administradora pública. Graduação em Administração Pública na Fundação João Pinheiro (FJP). Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental na Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais. Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/0324230240795368>>. E-mail: <eduarda.moreira@saude.mg.gov.br>.

ção de que o fenômeno da pobreza possui uma dimensão psicossocial e busca identificar as pontes existentes entre a teorização e a mensuração de tais dimensões e sua incorporação na produção das políticas públicas. A partir de uma revisão bibliográfica sistemática, foram analisados 103 artigos e 11 programas. Os resultados apontam para uma fragilidade no desenho dos programas de transferência, pois – ainda que alguns considerem tais dimensões presentes – não existe uma tradução destas em termos de ações ou estratégias de intervenção. Ou seja, embora se tenha um razoável avanço no campo da teorização e da mensuração da pobreza para além de seus elementos materiais e objetivos, tem-se pouca apropriação da referida discussão no campo da ação governamental, no desenho, na implementação e na avaliação das políticas públicas.

Palavras-chave: aspectos e dimensões psicossociais, pobreza multidimensional, programas de transferência condicionada de renda.

Abstract: The article identifies the links between the psychosocial dimensions of poverty and the main conditional cash transfer programs (PTCR) in Latin America. The article is based on the concept that the phenomenon of poverty has a psychosocial dimension and seeks to identify the bridges between theorizing and measuring such dimensions and their incorporation in the production of public policies. From a systematic literature review, 103 articles and 11 programs were analyzed. The results point to a weakness in the design of programs, as even though some consider these dimensions to be present, there is no translation in terms of actions or intervention strategies. In other words, although there has been a reasonable advance in the field of theorizing and measuring poverty beyond its material and objective elements, there has been little appropriation of this discussion in the field of government action, in the design, implementation and evaluation of public policies.

Keywords: psychosocial aspects and dimensions, multidimensional poverty, conditional cash transfer programs.

Resumen: El artículo identifica los vínculos entre las dimensiones psicossociales de la pobreza y los principales programas de transferencias monetarias condicionadas (PTCR) en América Latina. El artículo se basa en el concepto de que el fenómeno de la pobreza tiene una dimensión psicossocial y busca comprender qué puentes existen entre teorizar

y medir tales dimensiones y su incorporación en la producción de políticas públicas. A partir de una revisión sistemática de la literatura se analizaron 103 artículos y 11 programas. Los resultados apuntan a una debilidad en el diseño de los programas, pues aunque algunos consideran que estas dimensiones están presentes, no hay traducción de las mismas en términos de acciones o estrategias de intervención. Es decir, si bien ha habido un avance razonable en el campo de teorizar y medir la pobreza más allá de sus elementos materiales y objetivos, ha habido poca apropiación de esta discusión en el campo de la acción gubernamental, en el diseño, implementación y evaluación de políticas públicas.

Palabras clave: aspectos e dimensiones psicosociales, pobreza multidimensional, programas de transferencia monetária condicionada.

Introdução

Já existe um razoável consenso no debate sobre a pobreza de que ela se trata de um fenômeno multifacetado ou multidimensional com causas múltiplas, que se sobrepõem (ALKIRE & FOSTER, 2009; NARAYAN et al., 2002; KAKWANI, 2007; SPICKER, 2007; FERES & MANCERO, 2001). Produções mais recentes enfatizam a presença de condições de privação que vão além da ausência de renda ou das carências materiais e objetivas. Os estudos, em sua grande parte, focam na construção de medidas para capturar tais dimensões, impulsionados pela concepção de pobreza multidimensional e pelo enfoque das capacidades (ALKIRE, 2018; SOUZA FILHO, 2022). Tais abordagens enfatizam a pobreza em sua dupla condição: como privação material e que apresenta também uma dimensão de natureza intersubjetiva, envolvendo aspectos do empoderamento e da agência,⁴ da autonomia, da baixa autoestima, dos sentimentos de vergonha e humilhação, dentre outros de natureza menos tangível. Vários estudos (RACZYNSKI, 2002; NARAYAN et al., 2002; OTTONELLI et al., 2011) enfatizam que o aspecto da renda é insuficiente para a caracterização e a mensuração da pobreza. Existem iniciativas que buscam identificar e mensurar as dimensões faltantes da pobreza (OXFORD POVERTY AND HUMAN DEVELOPMENT INITIATIVE & CAF, 2016).

4 O termo “agência” é utilizado aqui para se referir à capacidade de ação e de protagonismo, de coautoria e de corresponsabilidade do indivíduo pela sua trajetória de inserção social. O vocábulo também é utilizado para afirmar o papel dos agentes institucionais, informais e familiares na produção de bem-estar dos indivíduos (ALSOP, 2005).

Entretanto, embora se tenha um razoável avanço no campo da teorização e principalmente da mensuração da pobreza para além de seus elementos materiais e objetivos, tem-se pouca apropriação da referida discussão no campo da ação governamental, no desenho, na implementação e na avaliação das políticas públicas. É este o propósito do presente artigo: buscar identificar as pontes entre o reconhecimento da natureza multidimensional da pobreza no debate teórico e nos esforços de mensuração (dimensão metodológica), por um lado, e a adoção da referida perspectiva no campo da produção de programas e políticas públicas para o enfrentamento da pobreza, por outro.

O artigo se concentra na análise dos programas de transferência condicionada de renda (PTCR), escopo que se justifica pela popularidade e pela abrangência de tais programas, que se configuram como as principais estratégias de enfrentamento da pobreza que, desde a década de 1990, têm se popularizado pelo mundo, sobretudo entre os países em desenvolvimento (NAZARENO & VASCONCELOS, 2015). Em 2017, existiam 30 PTCR ativos em 20 países da América Latina, que atendiam a cerca de 130 milhões de pessoas (CECCHINI & ATUESTA, 2017, p. 22).

O desenho das políticas públicas supõe ou pressupõe uma concepção e um enquadramento do fenômeno. No artigo, buscou-se analisar como os PTCR incorporam ou não uma concepção de natureza psicossocial. Além disso, analisou-se *se e como* tal concepção se traduz em ações e estratégias de intervenção que possam ser avaliadas em seus efeitos. Buscou-se, ainda, no artigo mobilizar, na análise de tais programas e de forma exploratória, três camadas de análise: (I) a atenção aos aspectos psicossociais na definição do problema da pobreza; (II) *se e como* tais dimensões estão presentes no desenho e nas estratégias dos programas de transferência de renda; e (III) avaliações sobre os efeitos de tais programas em dimensões menos tangíveis da pobreza.

Metodologia

Para a revisão dos estudos e documentos publicados sobre o tema pesquisado, o que constitui a primeira camada de análise (a atenção aos aspectos psicossociais na definição do problema da pobreza), foram realizadas buscas nos principais meios eletrônicos de pesquisa: Scielo, Portal Capes, Google Acadêmico e repositórios institucionais, com palavras-chave em português, espanhol e inglês.

Ao todo, foram resgatados 103 artigos, a partir da busca pelas seguintes palavras-chave: (I) pobreza multidimensional; pobreza subjetiva; dimensões menos tangíveis; dimensões psicossociais; dimensões intangíveis; aspectos psicossociais: 51 artigos; (II) dimensões faltantes: 4 artigos; (III) empoderamento; empoderamento e autonomia; agência; empoderamento e agência: 29 artigos; (IV) vergonha e humilhação; vergonha; exclusão social; sentimento de comunidade: 12 artigos; e (V) bem-estar subjetivo; *psychosocial wellbeing*; bem-estar psicológico: 7 artigos.

A pesquisa inicial com termos e palavras-chave apresentou uma limitação importante. Por se tratar de um campo de estudo novo e de relativa abstração, não há uma nomenclatura universal, não ambígua. Os primeiros documentos encontrados foram resultantes da busca pela expressão: “pobreza multidimensional”. A discussão sobre a multidimensionalidade da pobreza, ainda que centrada na concepção de Sen sobre capacidades (SEN, 2000), abriu o debate para a análise da pobreza além da ótica monetária e restrita ao campo objetivo, ampliando tanto a teorização quanto a mensuração sobre dimensões de natureza intersubjetiva, relacional, psicossocial, como a expressão “dimensões faltantes” tão bem sinaliza (OXFORD POVERTY AND HUMAN DEVELOPMENT INITIATIVE & CAF, 2016).

Posteriormente, a revisão dos artigos, das pesquisas e dos documentos encontrados tornou possível identificar a nomenclatura mais utilizada para identificar os aspectos psicossociais da pobreza, os pontos e as perspectivas de convergência das teorias estudadas. No artigo, as expressões “aspectos psicossociais”, “dimensões menos tangíveis” e “dimensões psicossociais” são utilizadas como sinônimos, uma vez que englobam grande parte dos termos buscados. Os estudos da Universidade de Oxford e da autora Raczynski foram adotados como parâmetros para a definição da nomenclatura, uma vez que possuem forte embasamento teórico e, em muitas vezes, foram utilizados como fonte para os outros artigos sobre o tema.

Considerando-se a segunda camada (*se e como* tais dimensões estão presentes no desenho e nas estratégias dos programas de transferência de renda), as buscas pelos termos “empoderamento”, “autonomia” e “agência e autonomia”, em conjunto com as buscas por “programas de transferência condicionada de renda”, geraram a maior parte dos artigos. Por meio de tais buscas, encontraram-se documentos oficiais dos programas de transferência condicionada de renda de países da América

Latina e avaliações de impacto sobre os mesmos programas, destacando os efeitos sobre as dimensões do empoderamento e da autonomia, principalmente. Grande parte das avaliações trata dos programas mais conhecidos, implementados por países como Chile, México, Brasil e Colômbia, inclusive mediante a análise de modo comparado.

A busca pela expressão “vergonha e humilhação” resultou, simultaneamente, em conceituações restritas ao campo da psicologia e a discussões sobre o estigma social gerado pela pobreza. Porém, quando se aliaram os termos à expressão “programas de transferência condicionada de renda”, foi possível encontrar um arcabouço teórico de grande valia, enfatizando a vergonha e a humilhação como sentimentos cotidianos das pessoas pobres. Tal perspectiva surge a partir do relatório de desenvolvimento mundial de 2000/2001, quando o Banco Mundial publicou uma pesquisa extensa, que envolveu 60 países e cerca de 60 mil homens e mulheres, denominada: “*Voices of the Poor*” (THE WORLD BANK, 2000a; 2000b; 2002).⁵

Os termos “empoderamento”, “autonomia”, “agência”, “vergonha” e “humilhação” podem ser encontrados na literatura como aspectos subjetivos, dimensões psicossociais ou aspectos psicossociais. É importante ressaltar que a expressão “bem-estar psicossocial” – pesquisada em inglês como “psychosocial wellbeing” – gerou resultados quantitativos e qualitativos. A maioria das avaliações que envolviam tal expressão estava associada a programas de transferência de renda implementados no continente africano. Tais termos foram raramente encontrados em relação às experiências latino-americanas.

Com o intuito de trazer à luz programas que reconhecem a presença de aspectos menos tangíveis da pobreza, foram selecionados 11 programas de transferência de renda implementados na América Latina.⁶ A seleção dos programas levou em consideração a sua implementação em

5 A pesquisa gerou três compilados distintos de documentos. O primeiro (“*Can Anyone Hear Us?*”) ouviu 40 mil homens e mulheres em 50 países. O segundo (“*Crying Out for Change*”) envolveu um outro trabalho de campo em 23 países. Já o terceiro (“*From Many Lands*”) é o produto de um estudo de caso realizado em 14 países. Trata-se de um esforço considerável do Banco Mundial em inserir uma perspectiva qualitativa na mensuração da pobreza.

6 Oportunidades (Programa de Desenvolvimento Humano, ex-Progresá) (1997-2014), do México; Prospera: Programa de Inclusão Social (2014-2019), do México; Plano Nacional de Atenção à Emergência Social (Panes) (2005-2007), do Uruguai; Ponte para o Desenvolvimento (2015), da Costa Rica; Red Unidos (ex-Red Juntos) (2007-), da Colômbia; Más Familias en Acción (2001-), da Colômbia; Chile Seguridades y Oportunidades – SSSOO (Renda Ética Familiar – IEF) (2012-), do Chile; Chile Solidário – Programa Puente (2002-2017), do Chile; Bolsa Família (2003-), do Brasil; Asignación Universal por Programa de Ciudadanía Portena (2005-), da Argentina; Hijo para Protección Social (2009-), da Argentina.

países cujas redes de proteção social são consideradas de alta densidade (BRONZO & REPETTO, 2015). O *site* da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (<https://dds.cepal.org/bpsnc/ptc>) apresenta um banco de dados e um compilado de artigos sobre cada programa, incluindo seus componentes e suas características principais. A partir das informações obtidas no *site* da Cepal, a busca se estendeu aos *sites* oficiais dos programas. Dessa forma, cinco programas foram descartados pela ausência de termos relacionados aos aspectos psicossociais. Assim, a análise se concentrou nos programas do Brasil, do México, do Chile, da Costa Rica e da Colômbia. Ao se realizar tal análise, o intuito foi visualizar se as dimensões menos tangíveis da pobreza se apresentam nos programas e de que forma é possível enxergá-las.

Acerca das dimensões psicossociais – ou menos tangíveis – da pobreza, os estudos ainda são incipientes, mas pode-se dizer que emergiram a partir de autores diversos (RACZYNSKI, 2002; THE WORLD BANK, 2002; NARAYAN, 2022), que destacaram a importância de aumentar a segurança e a autoestima da população pobre como estratégia para a superação da pobreza. Raczynski (2002) adota a perspectiva da dupla condição de pobreza como fenômeno que agrega dimensões materiais e não materiais, o que permite inferir que a sua superação exige algo como duas rodas interdependentes uma da outra, com a possibilidade de girarem juntas para frente e para trás (RACZYNSKI, 2002, p. 6; MIDEPLAN, 2002, p. 9). É necessário que haja sinergia entre os dois movimentos, entre fatores exógenos e endógenos às pessoas.

De acordo com a autora, em muitas situações de pobreza, principalmente em seu núcleo duro, é possível perceber um “estado psicológico negativo” (RACZYNSKI, 2002, p. 5) como fruto das interações e relações sociais perpassadas por situações de humilhação, vergonha e submissão. De igual modo, a baixa autoestima, a resignação, a apatia, o ressentimento, a subalternidade e a baixa expectativa quanto ao futuro são expressões de natureza não material que acabam por limitar as possibilidades de que as pessoas pobres se apropriem de suas vidas e achem saídas para as situações em que se encontram.

É importante ter claro, entretanto, que tais atitudes de natureza psicossocial são construídas nas interações cotidianas que os indivíduos estabelecem com vizinhos, a família, a comunidade e os agentes institucionais. Além disso, podemos acrescentar que tais interações são permeadas por fenômenos estruturais, por matrizes de desigualdades que

se sobrepõem, como renda, cor e gênero, o que mostra ainda de forma mais evidente a natureza complexa da pobreza, que é, ao mesmo tempo, um fenômeno macroestrutural que se reproduz no cotidiano e no nível micro da vida social. Por isso, é fundamental analisar a pobreza a partir das dimensões estruturais e de vetores históricos de desigualdades. Mas é igualmente relevante compreender as dimensões relacionais e de natureza intersubjetiva que perpassam a reprodução e o cotidiano da pobreza.

Destaca-se que a consideração do aspecto relacional da pobreza indica a necessidade de mudanças que vão além dos indivíduos pobres. As relações que se criam entre estes e os não pobres são constitutivas e determinantes da autonomia ou da dependência que se estabelece entre os agentes públicos e os destinatários das políticas de inclusão. Frequentemente, as relações que se estabelecem entre os setores pobres e os agentes governamentais e não governamentais são relações assimétricas, que favorecem a dependência e a estigmatização, de maneira que se reforçam as atitudes de passividade e resignação. Nesse aspecto, ressalta-se a centralidade dos estudos sobre os “burocratas de nível de rua”, os agentes públicos que interagem face a face com usuários e beneficiários das políticas públicas, porque nessas interações e nos “encontros burocráticos” são forjadas e transformadas identidades e trajetórias de vida, alterando ou reforçando os aspectos de natureza relacional e psicossocial, assim como as estruturas de desigualdades (PIRES & LOTTA, 2019; PIRES, 2020).

A pesquisa desenvolvida pela Oxford Poverty and Human Development Initiative (OPHI) está em consonância com os demais autores que afirmam que as análises tradicionais sobre a pobreza não consideram outros aspectos significativos para a compreensão do fenômeno. Tais aspectos são denominados como “dimensões faltantes” pela pesquisa da Universidade de Oxford (OXFORD POVERTY AND HUMAN DEVELOPMENT INITIATIVE & CAF, 2016).

É importante ressaltar que o intuito principal da pesquisa desenvolvida pela OPHI é construir e buscar indicadores internacionais que possam mensurar as dimensões faltantes e, assim, auxiliar na formulação de políticas e programas voltados para a superação da pobreza multidimensional. A síntese dos trabalhos analisados naquela pesquisa resultou em seis dimensões consideradas faltantes nos estudos sobre a pobreza: (I) empoderamento e agência; (II) segurança física; (III) a capacidade de viver a vida sem sentir vergonha; (IV) a qualidade

do emprego; (V) a conectividade social; e (VI) o bem-estar psicológico e subjetivo.

O conceito de “empoderamento” envolve a noção de administrar o poder e ter consciência e liberdade para tomar suas próprias decisões. Gita Sen (1997) indica que o termo está ligado a um maior controle externo sobre os recursos (quer sejam materiais, financeiros, intelectuais ou físicos) e sobre as crenças, os comportamentos e as atitudes. O empoderamento amplia a capacidade de expressão e autoafirmação dos indivíduos e está relacionado às noções de agência e capacidade de ação (SEN, 1997;⁷ *apud* BRONZO & PRATES, 2012, p. 111; TOMASSINI E ÁLVAREZ, 2006). Vários estudos se dedicam a buscar formas de mensurar tal fenômeno (MALHOTRA; SCHULER & BOENDER, 2002; ALSOP, 2005; SOUZA FILHO, 2022). Mas o que cabe aqui destacar é que a noção de empoderamento relaciona-se com a noção de agência por um lado e com a dimensão da estrutura por outro (ALSOP, 2005), sendo algo contingente das relações entre as duas dimensões. Ou seja, a capacidade dos indivíduos de fazer escolhas depende das estruturas de oportunidades⁸ existentes, que podem possibilitar ou não a efetivação de tais escolhas.

Quanto à dimensão da “capacidade de passar pela vida sem sentir vergonha”, o que se afirma é que as pessoas que se encontram em situação de pobreza vivem acompanhadas por sentimentos de vergonha e humilhação, que acabam por influenciar negativamente suas experiências em outras dimensões. Tais sentimentos podem aprofundar a situação de pobreza, na medida em que estão relacionados à exclusão social, à angústia e à baixa autoestima (THE WORLD BANK, 2002; SAMUELS & STAVROPOULOU, 2016), tornando os indivíduos pobres mais suscetíveis a entrar em colapso psicológico (NUSSBAUM, 2004;⁹ *apud* RÊGO & PINZANI, 2014).

7 SEN, Gita. **Empowerment as an approach to poverty**. Working Paper Series nº 97, 7 dec. 1997 (background paper to the Human Development Report, 1997), mimeo.

8 Segundo o enfoque da vulnerabilidade, ela pode ser definida como uma configuração negativa, formada a partir da interseção do plano macro (estrutura de oportunidades) com o plano micro, relativo à dimensão dos ativos de diversas naturezas e tipos, entendidos como recursos que os indivíduos, as famílias e as comunidades possuem e são necessários para a prevenção, a mitigação ou a superação da pobreza. Com base no referido enfoque, por estrutura de oportunidade entende-se o contexto econômico, político e social que determina as possibilidades de adquirir e acumular ativos ou, de outra forma, como a oferta institucionalizada de oportunidades que proporcionam o mercado, o Estado e a sociedade, sobretudo pelas provisões das políticas públicas e sociais (KAZTMAN; FILGUEIRA, 2006).

9 NUSSBAUM, M. **Emotions as judgments of value and importance**. In: SOLOMON, R. (ed.), *Thinking about Feeling*. Oxford: Oxford University Press, 2004.

Sennett (2004) associa a humilhação aos sentimentos de vergonha e perda do autorrespeito (SENNETT, 2004;¹⁰ *apud* RÊGO & PINZANI, 2014). Os indivíduos humilhados passam a acreditar que merecem sofrer a humilhação e que toda a situação apresentada deriva de uma falta da parte deles e não dos arranjos socioeconômicos e estruturais. Os conceitos de vergonha e humilhação estão fortemente relacionados ao estigma que acompanha a pobreza e à forma como os indivíduos são vistos e enxergam a si mesmos (PAUGAM, 2007). Sawaia (2001) usa a expressão “sofrimento ético-político” para tratar da referida condição.

A “conectividade social” está relacionada à capacidade dos indivíduos de estabelecer relações interpessoais. Uma vida pautada pela ausência de conectividade social significa um estado de isolamento social, responsável por aprofundar as mazelas originadas pela pobreza (OXFORD POVERTY AND HUMAN DEVELOPMENT INITIATIVE & CAF, 2016). Ambos os conceitos – isolamento social e exclusão social – remetem à ausência de relações afetivas entre os indivíduos nas comunidades ou nos diferentes setores. Diversos autores ressaltam a dimensão relacional como central para a compreensão e a atuação sobre a pobreza (MARQUES, 2010), afirmando que a carência de relações impacta negativamente a superação da pobreza, seja pela maior dificuldade de acesso a informações sobre empregos e políticas assistenciais ou pela ausência de sentimentos de acolhimento, afeto e amizade, importantes na superação de aspectos negativos da pobreza (OXFORD POVERTY AND HUMAN DEVELOPMENT INITIATIVE & CAF, 2016).

A última dimensão selecionada pela Universidade de Oxford é, talvez, a que possui maior grau de subjetividade: bem-estar. Na literatura pesquisada, o termo aparece como bem-estar psicossocial, bem-estar psicológico ou ainda bem-estar subjetivo. De uma forma geral, todos apontam para características internas (próprias do indivíduo) e características externas (pautadas por situações que afetam a saúde mental daqueles que as vivenciam) (SAMMAN, 2007). Tais termos enfatizam aspectos como autoaceitação, autorrespeito, autoestima, autossuficiência, ausência de sentimentos de vergonha e relações interpessoais positivas, pautadas pela confiança, pela reciprocidade e pela autonomia, incluindo a independência emocional, o domínio ambiental, os objetivos de vida

10 SENNETT, Richard. Respeito: A formação do caráter em um mundo desigual. Editora Record, 2004.

(ter um senso de direção e objetivos alcançáveis) e o crescimento pessoal (ATTAH et al., 2016; SAMUELS & STAVROPOULOU, 2016), além de satisfação com a vida e a presença de sentimentos positivos (felicidade) (MARTÍNEZ & MAIA, 2018).

Como os programas de transferência de renda lidam com tais dimensões?

Os programas de transferência condicionada de renda (PTCR) são parte das políticas públicas integrantes das redes de proteção social e surgiram a partir da década de 1990 em todo o continente latino-americano (NAZARENO & VASCONCELOS, 2015; COHEN & FRANCO, 2006), estendendo-se posteriormente para os países africanos.

Assim, eles se inserem no campo da proteção social como um investimento em capital humano, partindo da concepção de pobreza multidimensional (COHEN & FRANCO, 2006). O grande destaque desse tipo de programa está no seu desenho contratual ou nas condicionalidades, fundamentado no desenvolvimento de um comportamento positivo, por parte da população pobre, que permita, no médio prazo, melhores condições de enfrentamento da pobreza, pelo acúmulo de capital humano. A premissa é que a reprodução intergeracional da pobreza está relacionada à ausência de investimentos em capital humano (VILLATORO, 2005). Vários autores (COHEN & FRANCO, 2006; RÊGO & PINZANI, 2014) destacam que as transferências monetárias possuem a premissa de que contribuem para a autonomia das pessoas pobres, uma vez que estas podem exercer a liberdade de escolher o destino do dinheiro.

A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) destaca que, de um modo geral, os programas de transferência condicionada de renda possuem características particulares, que dependem da sua implementação nacional: (I) focam na superação da pobreza no curto e longo prazo; (II) enfatizam o papel da mulher dentro da família, sobretudo porque são elas quem, geralmente, recebem o benefício monetário; (III) supõem benefícios variados, a partir da composição familiar; e (IV) exigem condicionalidades (CEPAL, 2017), que constituem outra característica em comum entre os diferentes programas de transferência condicionada de renda na América Latina. Grande parte dos programas

possui condicionalidades relacionadas às áreas de saúde, educação, alimentação e nutrição. Poucos programas possuem condicionalidades associadas ao alcance de objetivos de cunho psicossocial ou relacionados às dimensões subjetivas da pobreza.

Um outro aspecto importante é que grande parte dos programas inclui, em seu desenho, o acompanhamento familiar. Trata-se de um tipo de acompanhamento que é visto como de grande auxílio no desenvolvimento de capacidades essenciais para as pessoas pobres (MILLARD & FERNÁNDEZ, 2019; FOSIS, 2004). Entretanto, a depender da centralidade das dimensões psicossociais na concepção do programa, o acompanhamento familiar, em cada programa, é revestido de uma característica distinta.

Somente nos dois programas do Chile existem condicionalidades explícitas em relação às dimensões de cunho psicossocial e um acompanhamento familiar, que tem como objetivo específico atuar e transformar as referidas dimensões. O Programa Puente – componente do Sistema Chile Solidário – e o Programa Chile Seguridades y Oportunidades (Ingreso Ético Familiar – IEF) apresentam, de forma explícita, em seu desenho, os aspectos de natureza psicossocial. Na verdade, o IEF, posterior ao Puente, incorporou (e alterou) o desenvolvimento da citada dimensão, entendida como um dos eixos centrais da estratégia. Assim como o seu antecessor, o Ingreso Ético Familiar conta com um componente psicossocial baseado no acompanhamento familiar (apoio familiar) e garante o acesso preferencial a um conjunto de programas públicos, prioritariamente nas áreas de saúde, educação e trabalho (LARRAÑAGA et al., 2015). Pesquisas de avaliação reconhecem que o contato com os apoios proporcionou às famílias maior sensação de controle sobre suas decisões, contribuindo para o fortalecimento da autonomia (LARRAÑAGA et al., 2015; GALASSO & CARNEIRO, 2008; FOSIS, 2006; PERTICARA, 2007).

Nos referidos programas chilenos, o apoio psicossocial e o interesse pela dimensão intersubjetiva da pobreza estão presentes com centralidade no nível conceitual e substantivo do que significa empoderamento, autonomia ou outros objetivos manifestos do programa. E também estão expressos no âmbito estratégico e operacional, com diretrizes e metodologias de intervenção orientadas para a produção de efeitos ou resultados, também nessas dimensões. Os PTCR chilenos apresentam um desenho específico que não apenas considera a

importância de trabalhar a dimensão psicossocial da pobreza junto às pessoas pobres, mas buscam formas de materializar tal dimensão com dispositivos metodológicos que sustentam o trabalho do apoio familiar.

De um modo geral, nota-se que as dimensões psicossociais da pobreza são citadas no desenho e nos objetivos de apenas alguns programas de transferência condicionada de renda da América Latina. O programa *Puente al Desarrollo*, da Costa Rica, por exemplo, reconhece a multidimensionalidade da pobreza e enfatiza a necessidade de políticas integradas que busquem maior aproveitamento dos recursos ao alcance das pessoas pobres (IMAS, 2015, p. 3). O papel do cogestor social no programa da Costa Rica possui semelhanças com o apoio familiar do programa chileno *Puente*, uma vez que o referido ator possui a tarefa de acompanhar as famílias e realizar um atendimento individualizado e personalizado. No entanto, diferentemente do que ocorre nos programas chilenos, no programa da Costa Rica o cogestor assume, principalmente, um papel de “ponte” entre as famílias e a oferta institucional de bens e serviços, sem atuar diretamente – de forma intencional e programática, com objetivos e metas claras – nas dimensões relacionais ou intersubjetivas.

Outro programa da América Latina sobre o qual foi possível encontrar mais informações é o *Red Unidos* (ex-*Red Juntos*), da Colômbia. O programa colombiano possui como objetivo atuar no fortalecimento das capacidades daqueles indivíduos que se encontram em situação de pobreza extrema e melhorar suas condições de vida. Apesar de não citar claramente o termo “acompanhamento psicossocial”, como o fazem os programas do Chile, é possível notar que o *Red Unidos* trabalha com ações voltadas para a mudança de comportamentos e atitudes e busca estimular processos de autorreflexão.

Para além da América Latina, os PTCR também estão presentes no continente africano. Uma grande parte das pesquisas de avaliação relacionadas ao “*psychosocial wellbeing*” destaca os efeitos dos programas de transferência de renda na Ásia e na África Subsaariana. Os estudos, randomizados e com o uso de *designs* experimentais ou quase experimentais, tanto na África quanto na América Latina, mensuram mudanças no desenvolvimento psicossocial dos beneficiários, encontrando efeitos diretos no âmbito psicossocial – redução da agressividade de crianças e dos níveis de estresse e doenças mentais, diminuição da sensação de vergonha e humilhação e aumento do otimismo, da

autoestima e da sensação de ter um futuro, dentre outros aspectos – que revelam impactos bastante objetivos nas dimensões mais subjetivas da pobreza (SAMUELS & STAVROPOULOU, 2016).

Considerações finais

Inicialmente, é importante ressaltar que a literatura sobre a dimensão psicossocial na pobreza ainda é incipiente no Brasil e, portanto, grande parte da bibliografia e dos documentos analisados remete a pesquisas realizadas fora do território brasileiro. Foi possível notar que os termos “empoderamento” e “autonomia” estão fortemente relacionados ao tema e, por tal razão, a maioria dos artigos busca identificar impactos dos PTCR nas referidas dimensões, enfatizando, sobretudo, mudanças nas relações de gênero e o empoderamento feminino.

Quanto à interação entre os aspectos psicossociais e os PTCR, ela pôde ser verificada de duas formas: uma, denominada de articulação direta, ocorre quando os aspectos psicossociais são abordados diretamente no desenho e na implementação dos programas. Os PTCR que reconhecem os aspectos psicossociais da pobreza e possuem ações voltadas para o fortalecimento de tais aspectos são, portanto, detentores de relações diretas. Tais ações podem ser materializadas pelo acompanhamento psicossocial e familiar e pela intenção, manifesta nos objetivos do programa, de atuar para o fortalecimento do empoderamento, da autonomia, da agência ou do bem-estar das famílias. O exemplo mais claro de tal interação refere-se aos programas do Chile. Somente os programas do Chile, dentre os 11 analisados, se destacam pela articulação direta entre as ações desenhadas e implementadas e a busca pela alteração nas dimensões de natureza psicossocial ou menos tangíveis.

Em contrapartida, são identificados como detentores de relações indiretas os programas dos quais só foi possível presumir efeitos positivos sobre os aspectos psicossociais da pobreza, sem, no entanto, a possibilidade de verificar as ações concretas com o intuito de trabalhar sobre as referidas dimensões. Tais programas reconhecem a presença dos aspectos psicossociais, mas estes não são diretamente abordados nas intervenções. O pressuposto é que os PTCR podem gerar impactos positivos, por si só, nas citadas dimensões. Indubitavelmente, ter acesso a uma renda maior interfere no acesso ao mercado. Por consequência, os resultados sobre a inserção laboral podem impactar a mobilidade

social e as dimensões de autoestima e autonomia. Mas a maioria dos programas, embora considere a presente perspectiva de fundo, não a explicita e nem atua diretamente para alterar aspectos de natureza relacional, intersubjetiva ou de natureza psicossocial.

Se o debate sobre as dimensões menos tangíveis são bem trabalhadas e estão presentes na literatura sobre a pobreza, já no campo da ação pública, os PTCR – em sua grande maioria – não incorporam, de forma clara e intencional, tais dimensões. Embora nas narrativas e nos diagnósticos dos programas apareça a informação de que a pobreza é multidimensional e de que, em alguns casos, tem-se o reconhecimento dos fatores intangíveis presentes em sua produção e reprodução, o desenho dos programas não explicita *se* e *como* eles atuam sobre tais dimensões ou os fatores ou como mensurar os resultados. A pesquisa realizada evidenciou que os PTCR, em sua maioria, não trazem explícita a percepção dos aspectos psicossociais ou não mencionam como os referidos aspectos, no caso de serem reconhecidos, serão modificados pelas ações desenvolvidas. Também existem poucos estudos, análises ou avaliações que busquem capturar os efeitos dos programas em tais dimensões, com exceção das experiências africanas, que apresentam um conjunto maior de estudos avaliativos (ATTAH et al., 2016; SAMUELS & STAVROPOULOU, 2016).

Portanto, se no campo da teoria social tem-se cada vez mais espaço para a percepção das dimensões menos tangíveis da pobreza e existem substantivos esforços para a sua mensuração, no campo da teoria dos programas ou no campo da ação pública, de uma forma mais geral, o desenho dos programas de transferência de renda não leva em conta tais dimensões para delinear sua estratégia de intervenção. Por tal razão, no desenho da política, sem a explicitação dos mecanismos (a teoria do programa) pelos quais as ações dos programas afetam as dimensões psicossociais, dificilmente os efeitos nas referidas dimensões poderão ser mensurados, caso sejam produzidos. Isso constitui uma limitação para tais programas, uma vez que assim não se produzem evidências das alterações que os PTCR produzem nas vidas das pessoas beneficiárias nas dimensões de natureza relacional e psicossocial. É necessário avançar nas tentativas de construção de pontes entre a concepção teórica ampliada sobre a pobreza e a intervenção no campo governamental.

Sintetizando-se o tema, a partir deste estudo exploratório, tem-se que as pontes são fracas, quase inexistentes. Apenas o Ingresso Ético

Familiar, do Chile, uma revisão do Programa Puente, considera explicitamente e de forma sistemática a intervenção nas dimensões psicossociais e apresenta evidências de resultados e transformações no referido âmbito. Os demais programas analisados – embora a “gramática do menos tangível” esteja presente no uso de termos como “autonomia”, “empoderamento”, “autoestima” e “protagonismo” – não incorporam, de fato, tais elementos na produção da política. Os desafios para tal incorporação são de naturezas diversas, mas sobretudo é importante avançar na explicitação das “teorias de mudança” que sustentam as intervenções, para evidenciar a existência de tais dimensões como algo a ser transformado.

Mas não se pode esquecer, jamais, que as alterações em tais esferas do intangível não ocorrem sem mudanças bastante tangíveis, objetivas, materiais e estruturais na vida concreta das pessoas em situação de pobreza. Nunca é demais repetir que afirmar a relevância das dimensões de natureza psicossocial, relacionais, na compreensão da pobreza não implica desconsiderar o peso determinante das condições materiais de existência e o papel fundamental do Estado, do mercado e da sociedade no enfrentamento de uma questão que é social em sua gênese e reprodução.

Não se trata de adotar uma perspectiva individualista ou meritocrática no enquadramento do tema, mas sim de seguir um caminho aberto por Simmel, ao reconhecer os pobres para além de sua condição objetiva de pobreza, entendendo o referido fenômeno pelo prisma dos laços e vínculos sociais como algo eminentemente relacional (SIMMEL, 1907; *apud* IVO, 2008), que fala de proteção e desproteção, empoderamento ou estigmatização, inserção ou segregação social. Avançar nesta agenda de pesquisa e de ação permitiria, talvez, transformações mais substantivas no campo das políticas públicas, ao permitir uma visão das interações complexas entre as dimensões objetivas e subjetivas da vida social.

Referências

ALSOP, Ruth. *Empowerment: if it matters, how do we measure it?* Conference Paper. International Conference: The Many Dimensions of Poverty. Brasil, 2005. Disponível em: <https://ipcig.org/conference/md-poverty/papers/Ruth_.pdf>. Acesso em: 31 maio 2024.

ATTAH, Ramlatu; BARCA, Valentina; KARDAN, Andrew; MACAUSLAN, Ian; MERTTENS, Fred; PELLERANO, Luca. **Can social protection affect psychosocial wellbeing and why does this matter?** Lessons from Cash Transfers in Sub-Saharan Africa. *The Journal of Development Studies*: 52.1-17, 2016. DOI: 10.1080/00220388.2015.1134777.

ALKIRE, Sabina. **Multidimensional poverty and its discontents** (november 1st, 2011). OPHI Working Paper n° 46, Available at SSRN. Disponível em: <<https://ssrn.com/abstract=2118543>> e <<http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2118543>>.

ALKIRE, Sabrina; FOSTER, James. **Counting and multidimensional poverty**. In: BRAUN, J. et al. *The poorest and hungry: assessment, analyses, and actions*. Washington: International Food Policy Research Institute, p. 77-90, 2009. DOI: 10.2499/9780896296602bk.

BRONZO, Carla; PRATES, Ian. **Tocando o intangível**: explorando efeitos de programas sociais nas dimensões menos tangíveis da pobreza. *Cadernos de Gestão Pública e Cidadania*, v. 17, n° 60, p. 111, 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.12660/cgpc.v17n60.4030>>.

BRONZO, Carla; REPETTO, Fabián. **Enfoque integral de la protección social y desafíos para América Latina**. Coordinación de Políticas Sociales: Desafíos para la Gestión Pública. Programa EUROsocial. Madrid, 2015. Disponível em: <http://sia.eurosocial-ii.eu/files/docs/1453800699-estudio_18.pdf>.

CECCHINI, Simone; ATUESTA, Bernardo. **Programas de transferencias condicionadas en América Latina y el Caribe**: Tendencias de cobertura y inversión. Santiago del Chile: CEPAL, 2017. (Serie: Políticas Sociales). Disponível em: <<https://hdl.handle.net/11362/41811>>.

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. **Los programas de transferências com corresponsabilidad em América Latina**: similitudes y diferencias. In: COHEN E. & FRANCO, R. (coord.). *Transferências com Coresponsabilidad. Una mirada latinoamericana*. México, SEDESOL, 2006.

CEPAL – COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. *Oportunidades (Programa de Desenvolvimento Humano, ex-Progres)* (1997-2014), México. Disponível em: <<https://dds.cepal.org/bpsnc/programa?id=22>>.

CEPAL – COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. Prospera. Programa de Inclusão Social (2014-2019), México. Disponível em: <<https://dds.cepal.org/bpsnc/programa?id=92>>.

CEPAL – COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. Plano Nacional de Atenção à Emergência Social (PANES) (2005-2007), Uruguai. Disponível em: <<https://dds.cepal.org/bpsnc/programa?id=32>>.

CEPAL – COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. Red Unidos (ex-Red Juntos) (2007), Colômbia. Disponível em: <<https://dds.cepal.org/bpsnc/programa?id=34>>.

CEPAL – COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. Más Familias en Acción (2001), Colômbia. Disponível em: <<https://dds.cepal.org/bpsnc/programa?id=12>>.

CEPAL – COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. Chile – Seguridades y Oportunidades – SSyOO (Renda Ética Familiar – IEF) (2012), Chile. Disponível em: <<https://dds.cepal.org/bpsnc/programa?id=61>>.

CEPAL – COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. Chile Solidário – Programa Puente (2002-2017). Disponível em: <<https://dds.cepal.org/bpsnc/programa?id=11>>.

CEPAL – COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. Bolsa Família (2003), Brasil. Disponível em: <<https://dds.cepal.org/bpsnc/programa?id=6>>.

CEPAL – COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. Asignación Universal por Programa de Ciudadanía Portena (2005), Argentina. Disponível em: <<https://dds.cepal.org/bpsnc/programa?id=3>>.

CEPAL – COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. Hijo para Protección Social (2009), Argentina. Disponível em: <<https://dds.cepal.org/bpsnc/programa?id=162>>.

FERES, Juan Carlos & MANCERO, Xavier. **Enfoques para la medición de la pobreza**. Breve revisión de la literatura. CEPAL, Série Estudios Estadísticos y Prospectivos, nº 4. Santiago do Chile, 2001.

FOSIS – Fondo de Solidaridad e Inversión Social. **Las condiciones mínimas para la construcción del Puente**. Serie Reflexiones desde el Puente nº 3, Mideplan, Santiago, 2004.

FOSIS – Fondo de Solidaridad e Inversión Social. **Estudio de los factores resilientes y del capital social y humano en familias participantes del Sistema Chile**. Documento nº 3. Série de Estudos sobre o Programa Puente. Santiago, 2006. Disponível em: <<https://xdoc.mx/preview/estudio-de-los-factores-resilientes-y-del-capital-social-y-humano-5e5ebc0e25a08>>.

FOSIS – Fondo de Solidaridad e Inversión Social. **Caracterización y evaluación del vínculo entre el apoyo familiar y las personas participantes del Programa Puente**. Santiago, 2006. Disponível em: <<https://www.desarrollosocialyfamilia.gob.cl/btca/txtcompleto/chs/1855328539493eef615cc40.pdf>>.

GALASSO, Emanuela; CARNEIRO, Pedro (2008). **Lessons from the evaluations of Chile Solidario**. Washington D.C.: The World Bank, vol. 44, nº 2 (may, 2012), pp. 347-372. DOI: 10.1017/s0022216x12000053.

IMAS – Instituto Mixta de Ayuda Social. **Puente al Desarrollo** (2015), Costa Rica. Disponível em: <https://siteal.iiep.unesco.org/sites/default/files/sit_accion_files/6335.pdf>.

IVO, Anete B. L. Georg Simmel e a “sociologia da pobreza”. Resenha Temática. Cad. CRH 21 (52), abr., 2008. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-49792008000100013>>. Acesso em: 31 maio 2024.

KAZTMAN, R.; FILGUEIRA, F. As normas como bem público e privado: reflexões nas fronteiras do enfoque “ativos, vulnerabilidade e estrutura de oportunidades” (Aveo). In: CUNHA, J. M. P. (org.). *Novas Metrópoles Paulistas: População, vulnerabilidade e segregação*. Campinas: Unicamp, 2006.

LARRAÑAGA, Osvaldo; CONTRERAS, Dante; CABEZAS, Gustavo. **Políticas contra la pobreza: de Chile Solidario al Ingreso Ético Familiar**. In: LARRAÑAGA y CONTRERAS (eds.). *Las nuevas políticas de protección social en Chile*. Edición ampliada y actualizada (pp. 32-65). Santiago: Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo – PNUD, 2015.

MALHOTRA, Anju; SCHULER, Ruth Sidney; BOENDER, Carol. **Measuring women’s empowerment as a variable in international development**. The World Bank – Workshop on Poverty and Gender, 2002, Anais. Washington, 2002.

MARTÍNEZ, Daniel Morales; MAIA, Alexandre Gori. **The impacts of cash transfers on subjective wellbeing and poverty: The case of Colombia.** *Journal of Family and Economic Issues* (2018), 39:616-633. DOI: 10.1007/s10834-018-9585-4.

MARQUES, Eduardo Cesar Leão. **Redes sociais, segregação e pobreza.** São Paulo: Ed. Unesp, Centro de Estudos da Metrópole, 2010.

MILLARD, Manuel; FERNÁNDEZ, Emiliano. **La inducción comportamental en los programas de transferencia monetaria condicionada en América Latina.** *Revista Debate Público. Reflexión de Trabajo Social*, año 9, n° 17, 2019.

KAKWANI, N. et al. (eds.). **The many dimensions of poverty.** United Nations Development Programme (UNDP), 2007.

NAZARENO, Luisa A.; VASCONCELOS, Ana Maria Nogales. **Transferências condicionadas de renda: origens, fundamentos e tendências recentes na África Subsaariana.** *Boletim de Economia e Política Internacional (BEPI)*, n° 19, jan./abr. 2015.

NARAYAN, D. (ed.). **Empowerment and poverty reduction: a sourcebook.** The World Bank, Washington D.C., 2002. Disponível em: <<https://www.ircwash.org/sites/default/files/Narayan-2002-Empowerment.pdf>>. Acesso em: 31 maio 2024.

OTTONELLI, Janaina et al. **A importância das medidas multidimensionais de pobreza para a administração pública: um exercício em Palmeira das Missões (RS).** *Rev. Adm. Pública*, Rio de Janeiro, v. 45, n° 3, p. 837-859, jun. 2011.

OXFORD POVERTY & HUMAN DEVELOPMENT INITIATIVE (OPHI) & CAF (2016). **Las dimensiones faltantes en la medición de la pobreza.** Bogotá: Centro para el Desarrollo Humano Centro Lyra; Centro para el Desarrollo Humano IERU; CAF; Oxford Poverty & Human Development Initiative (OPHI).

PAUGAM, Serge. **Las formas elementales de la pobreza** (2007). Madrid, Alianza, 306 pp.

PERTICARA, Marcela. **Análisis cuantitativo de impacto del Sistema Chile Solidario.** Santiago: Ministerio de Planificación y Cooperación (Mideplan), 2007.

PIRES, Roberto Rocha Coelho; LOTTA, Gabriela. **Burocracia de nível de rua e (re)produção de desigualdades sociais**: comparando perspectivas de análise. In: PIRES, R. R. C. (org.). Implementando desigualdades: reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas. Rio de Janeiro: Ipea, 2019.

PIRES, Roberto Rocha C. **Encontros burocráticos e suas reverberações simbólicas**: uma exploração das experiências de interação cotidiana com agentes do Estado. IPEA: Boletim de Análise Político-Institucional, nº 23, jun., 2020.

RACZYNSKI, Dagmar. **Equidad, inversion social y pobreza**. Innovar en como se concibe, diseña y gestiona las politicas y los programas sociales. Mimeo. Documento preparado para el Seminario Perspectivas Innovativas en Política Social. Desigualdades y Reducción de Brechas de Equidad, Mideplan – Cepal, 23-24 de mayo de 2002.

RÊGO, Walquiria Leão; PINZANI, Alessandro. **Vozes do Bolsa Família**: autonomia, dinheiro e cidadania. São Paulo: Editora da Unesp, 229 pp, 2013.

SAMMAN, E. **Psychological and subjective well-being**: a proposal for internationally comparable indicators. Oxford Development Studies, december, 1-29, 2007.

SAMUELS, Fiona; STAVROPOULOU, Maria. **‘Being able to breathe again’**: the effects of cash transfer programmes on psychosocial wellbeing. The Journal of Development Studies, 52:8, 1099-1114, 2016. DOI: 10.1080/00220388.2015.1134773.

SAWAIA, Bader B. (org.). **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. Companhia das Letras, 2010.

SPICKER, Paul. **The idea of poverty**. Bristol University Press, Policy Press, 2007. Disponível em: <<https://doi.org/10.2307/j.ctt1t899tg>>.

SOUZA FILHO, Antônio Maria Claret de. **Pobreza, capacidades e índices multidimensionais: potenciais e limitações da incorporação de dimensões faltantes**. Tese (Doutorado) do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. PUC-MG, 2022. Disponível em: <<https://bib.pucminas>>.

br/teses/CienciasSociais_AntonioMariaClaretDeSouzaFilho_29642_Textocompleto.pdf>. Acesso em: 31 maio 2024.

THE WORLD BANK. NARAYAN, Deepa; PATEL, Raj; SCHAFFT, Kai; RADEMACHER, Anne; KOCH-SCHULTE, Sarah (orgs.). **Voices of the Poor: Can Anyone Hear Us?** Oxford University Press (2000a). Disponível em: <<https://documents1.worldbank.org/curated/en/131441468779067441/pdf/multi0page.pdf>>. Acesso em: 18 maio 2024.

THE WORLD BANK. NARAYAN, Deepa; CHAMBERS, Robert; SHAH, Meera K.; PETESCH, Patti (orgs.). **Voices of the Poor: Crying Out for Change.** Oxford University Press (2000b). Disponível em: <<https://documents1.worldbank.org/curated/en/501121468325204794/pdf/multi0page.pdf>>. Acesso em: 18 maio 2024.

THE WORLD BANK. NARAYAN, Deepa; PETESCH, Patti (orgs.). **Voices of the Poor: From Many Lands.** Oxford University Press (2002). Disponível em: <<https://documents1.worldbank.org/curated/en/864691468233712217/pdf/multi0page.pdf>>. Acesso em: 18 maio 2024.

TOMASSINI, Luciano; ÁLVAREZ, Maria Isabel. **El empoderamiento de las familias de extrema pobreza a través del Programa Puente.** Análise de resumos nas dissertações de mestrado em Política e Governo da Universidad de Concepción, Chile, 2006.

VILLATORO, Pablo. **Programas de transferencias monetarias condicionadas: experiências en América Latina.** Revista Cepal, nº 86, 2005. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10469/1065>>.

SER Social

TRABALHO, LUTAS SOCIAIS
E SERVIÇO SOCIAL

Brasília (DF), v. 26, nº 55, de julho a dezembro de 2024

Contribuição à crítica radical da ecologia: metabolismo social e “falha metabólica”

*Contribution to the radical criticism of ecology:
social metabolism and “metabolic failure”*

*Contribución a la crítica radical de la ecología:
metabolismo social y “fallo metabólico”*

Everton Melo da Silva¹

<http://orcid.org/0000-0002-2221-0936>

Recebido em: 13/11/2022

Aprovado em: 25/09/2023

Resumo: Este ensaio teórico, produto da tese de doutoramento, debruça-se sobre os escritos de Marx e Engels e de autores contemporâneos da tradição marxista para tratar da crítica radical da ecologia. Por meio do método materialista histórico-dialético, captamos as apreensões de Marx (2006; 2010; 2013; 2017a; 2017b) e de Marx e Engels (2009), bem como de alguns expoentes da tradição marxista que se debruçam sobre a problemática ambiental – quais sejam: Foster (2010; 2012; 2015; 2020), Foladori (2001), Lowy (2005; 2021) e Silva (2010) –, para desvendar, por meio da análise crítica radical, os fundamentos da ecologia enquanto relação do ser social com a natureza (metabolis-

¹ Doutor, mestre e bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Professor adjunto da UFAL. Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/5052513956060625>>. E-mail: <evertonmsilva@outlook.com.br>.

mo social) e os efeitos nocivos do modo de produção capitalista com o homem e o meio ambiente, que desencadeia a “falha metabólica”, causando destruição e degradação ambiental.

Palavras-chave: ecologia; natureza; marxismo; metabolismo social; “falha metabólica”.

Abstract: This theoretical essay, product of the doctoral thesis, focuses on the writings of Marx and Engels and contemporary authors of the Marxist tradition to deal with the radical critique of ecology. Through the historical-dialectical materialist method, we capture the apprehensions of Marx (2006; 2010; 2013; 2017a; 2017b) and Marx and Engels (2009), as well as some exponents of the Marxist tradition who focus on environmental issues – namely: Foster (2010; 2012; 2015; 2020), Foladori (2001), Lowy (2005; 2021) and Silva (2010) –, to unveil, through radical critical analysis, the foundations of ecology as a relationship between social beings and nature (social metabolism) and the harmful effects of the capitalist mode of production on man and the environment that triggers the “metabolic failure”, causing destruction and environmental degradation.

Keywords: ecology; nature; marxism; social metabolism; “metabolic failure”.

Resumen: Este ensayo teórico, producto de la tesis doctoral, se centra en los escritos de Marx y Engels y de autores contemporáneos de tradición marxista para abordar la crítica radical a la ecología. A través del método materialista histórico-dialéctico, capturamos las apreensiones de Marx (2006; 2010; 2013; 2017a; 2017b) y Marx y Engels (2009), así como de algunos exponentes de la tradición marxista que se enfocan en cuestiones ambientales – a saber: Foster (2010; 2012; 2015; 2020), Foladori (2001), Lowy (2005; 2021) y Silva (2010) –, para develar, a través de un análisis crítico radical, los fundamentos de la ecología como relación entre los seres sociales y la naturaleza (metabolismo social) y los efectos nocivos del modo de producción capitalista sobre el hombre y el medio ambiente, que desencadena la “falla metabólica”, provocando destrucción y degradación ambiental.

Palabras clave: ecología; naturaleza; marxismo; metabolismo social; “fallo metabólico”.

Introdução

A Karl Marx é imputada a secundarização dos fundamentos da natureza e do meio ambiente no trato da crítica da economia política por ecólogos e ambientalistas de matrizes teóricas distintas e, até mesmo, marxistas. Acusam-no de exaltar o poder de desenvolvimento das forças produtivas sem pensar nas condições objetivas da natureza, alcunhando-o de “Marx prometeico” ou de “Marx produtivista”. Se tomarmos de forma isolada parte das obras marxianas/engelsianas sem considerar a totalidade da produção teórica, podemos tirar conclusões precipitadas, conforme afirma Dmitruk (2019, p. 48), ao analisar o Manifesto do Partido Comunista, pois – em alguns pontos da referida obra – eles “[...] fazem referência à ‘subjugação da natureza ao homem’ e à ‘estupidez da vida rural’, pontos que, tomados isoladamente, podem indicar uma visão prometeica [...]”. Porém, devemos notar que “[...] essas afirmações foram feitas no contexto da primeira parte do Manifesto, em que há um elogio aos feitos da burguesia, juntamente com a denúncia das contradições [...]” (DMITRUK, 2019, p. 48).

As imputações não param por aí. No contexto *hodierno*, temos *seis críticas a Marx* na área da ecologia que foram sintetizadas por Foster (2010, p. 24, grifos originais). Vejamos:

[1.] As afirmações ecológicas de Marx são descartadas como “apartes iluminadores”, sem nenhuma relação sistemática com o corpo principal de sua obra. [2.] Consta que estes *insights* ecológicos emanam de modo desproporcionado da sua crítica inicial da alienação e são muito menos evidentes na sua obra mais tardia. [3.] Marx [...] não conseguiu, em última instância, lidar com a exploração da natureza (deixando de incorporá-la na sua teoria de valor), tendo em vez disso adotado uma visão “prometeica” (pró-tecnológica, antiecológica). [4.] Na visão de Marx, a tecnologia capitalista e o desenvolvimento econômico haviam resolvido todos os problemas dos limites ecológicos e a futura sociedade de produtores associados existiria sob condições de abundância. [5.] Marx, alega-se, tinha pouco interesse pelas questões da ciência ou pelos efeitos da tecnologia sobre o meio ambiente, faltando-lhe, pois, base científica para a análise de questões ecológicas. [6.] Marx, diz-se,

era “especiesista”, dissociando radicalmente os seres humanos dos animais e tomando o partido daqueles em detrimento destes.

No campo da tradição marxista, Vitória (2016, p. 60) afirma que “Marx é ambivalente” em relação à concepção da natureza, já que, em sua obra, “[...] permanecem sinais do iluminismo e de uma lógica que não leva em consideração os limites da natureza”. Por outro lado, Lowy (2005, p. 23-24) atribui a Marx e ao seu companheiro, Engels, a “[...] postura pouco crítica a respeito do sistema de produção industrial criado pelo capital e uma tendência a fazer do ‘desenvolvimento das forças produtivas’ o principal vetor do progresso”. Em um artigo recentemente publicado, Lowy (2021, p. 476, grifos nossos) mantém o fundamento da sua crítica às “limitações” de Marx, ao afirmar que

é verdade que, em certos escritos de Marx e Engels e ainda mais nas correntes marxistas dominantes que os sucederam, pode-se encontrar uma *abordagem insuficientemente crítica das forças produtivas criadas pelo capital*, assim como uma tendência a enxergar no “desenvolvimento das forças produtivas” o fator principal do progresso humano.

A pesquisa bibliográfica permitiu visualizar que o centro das críticas a Marx e a Engels, no campo da ecologia, é sobre o trato da potencialidade das forças produtivas e de não “considerar” os limites da natureza, embora as obras marxianas sinalizem sobre o caráter destrutivo do capital para com o homem e a natureza (FOSTER, 2010). Precisamos considerar, primeiramente, a obviedade de que a realidade posta para Marx e Engels não é a mesma da atualidade. Embora o fundamento seja o trabalho alienado para a produção de mais valia e para a acumulação de capital, hoje a problemática da “questão ambiental” – que não pode ser desconectada da crise estrutural do capital – se coloca como uma tarefa para os marxistas desvelarem sua essência e dinâmica, tendo em vista as novas determinações destrutivas do capital sobre a natureza em tempos *hodiernos*.

Marx acompanhou o florescimento do progresso técnico e científico. Neste sentido, a necessidade de constatar o referido fenômeno e reiterar as potencialidades e os avanços da humanidade não resulta, *ipso facto*, em convergir com a destruição da natureza. Aliás, “[...] tanto

Engels, desde seus primeiros escritos, como Marx advertiram numerosas vezes sobre a ‘vingança’ que a natureza infringiria à sociedade humana como resposta à devastação produtiva” (FOLADORI, 2001, p. 112). Marx refletiu as questões do seu tempo e tinha um objetivo específico, que era desvelar a natureza do capital e, ao elucidar tal natureza, desvelou também a problemática ambiental, ao apontar a “falha metabólica” provocada pela industrialização e pela separação entre o campo e a cidade. Silva (2010, p. 72) nos diz que “as sucessivas tentativas de atribuir a este autor um viés produtivista ou de sucumbência aos encantos do progresso técnico revelam um desconhecimento de sua obra ou uma leitura desvirtuada da mesma”.

Expostas estas breves “acusações”, cabe-nos apresentar, neste ensaio teórico, a apreensão crítica radical acerca dos aspectos da relação entre a sociedade e a natureza, do metabolismo social e da “falha metabólica” realizada por Karl Marx, sob o crivo do método materialista histórico-dialético como direcionamento fundamental para a compreensão da ecologia. As reflexões aqui expostas de forma concisa são produtos das principais conclusões advindas da pesquisa de doutoramento,² que, dentre outros objetivos, analisou os fundamentos marxianos da ecologia e da destruição ambiental, sendo que o referido movimento teórico é essencial para a compreensão da “questão ambiental”³ e de suas expressões no contexto da crise estrutural do capital.

Relação do homem com a natureza e metabolismo social

Os substratos essenciais para se apreender a ecologia sob a perspectiva da crítica radical da economia política marxiana têm o pressuposto da natureza (tomada em sua totalidade) transformada pelo ser humano (ser social) por meio do trabalho, processo que funda a relação do homem e da mulher (sociedade) com seus meios de vida. Com a crítica da economia política, Marx desvelou a natureza do capital

2 Cf. Silva (2022).

3 O uso do conceito “questão ambiental” está diretamente vinculado a uma crítica a terminologias “neutras” como “crise do meio ambiente” ou “crise ecológica” (entre suas derivações), essencialmente utilizadas, em larga medida, por movimentos ambientalistas, cuja consciência coletiva sobre a degradação ambiental em escala global surgiu fortemente nas décadas de 1960 e 1970, com um apelo crítico ao modo de vida e de consumo no capitalismo, mas não à essência destrutiva do capital e à necessidade de superação do modo de produção capitalista. Apreendemos, por meio de Silva (2010, p. 81-82), que “[...] não é o ambiente natural que se encontra em crise, mas o sistema do capital, o qual faz recair sobre os trabalhadores e sobre a própria natureza as mazelas de sua dinâmica crescentemente predatória”.

e do modo de produção capitalista num período de efervescência da sociedade burguesa e do florescimento contributivo da tecnologia e da ciência. Destacamos que “essa maturidade [da sociedade burguesa] significava que, nesse momento, a sociedade atingiu uma forma que a distinguiu claramente da natureza, embora mantendo sua vinculação insuperável com ela” (TONET, 2009, p. 9). O conjunto de tais transformações possibilitou a Marx conceber uma nova forma de apreensão e análise da realidade social, ultrapassando o idealismo para conformar o materialismo histórico e dialético.

O referido “encontro com a realidade” está presente desde os estudos iniciais de Marx, a começar com sua pesquisa sobre o materialismo de Epicuro, momento inicial para esmiuçar compreensões sobre o homem e a natureza, que resultou em sua tese de doutoramento, intitulada: “A diferença entre a filosofia da natureza de Demócrito e a de Epicuro” (1841). Pontua Foster (2010) que a curvatura para a filosofia de Epicuro tinha a finalidade de “[...] esclarecer o modo como [...] havia prefigurado a ascensão do materialismo, humanismo e individualismo abstrato do Iluminismo europeu dos séculos XVII e XVIII” (p. 78), o que sinaliza o “[...] conflito entre filosofia especulativa (ou idealismo) e materialismo” (p. 55). Por isso, o citado estudo inicial de Marx é tido como “[...] uma obra de transição, em que Marx já considerava a questão da dialética materialista, mas ainda não havia substituído o método dialético de Hegel por um ‘método dialético materialista’” (p. 96).

Após sua tese de doutoramento, em 1842, Marx refletiu sobre os problemas práticos da relação entre o homem, a natureza e a propriedade, com o caso particular sobre o “roubo da madeira”, em diálogo com a Dieta Renana e publicado na Gazeta Renana. Tais reflexões tornaram-se essenciais para os marxistas que discutem a “questão ambiental”, por dedicarem-se à análise da *privatização dos bens de uso coletivo*, por meio de categorias como direito, natureza, a relação entre o Estado e o direito, a propriedade fundiária e a pobreza como produto das relações mercantis capitalistas. Naquele momento, segundo Foster (2010), “debata-se primordialmente se os grandes proprietários de terras mereciam para as suas florestas as mesmas proteções já disponíveis para os pequenos proprietários” (p. 100), porque eles possuíam “[...] o direito de proteger as suas florestas de invasão, caça, corte de madeira viva e coleta de madeira seca em virtude do fato de as suas propriedades serem pequenas e eles próprios viverem ali [...]” (p. 100). No caso dos

grandes proprietários, eles dependiam fundamentalmente de guardas, razão pela qual a medida de tornar um crime o roubo da madeira seria uma forma de proteger a propriedade.

A madeira era um produto fundamental para a população poder cozinhar e, principalmente, um item indispensável em épocas de frio; portanto, era altamente requisitada pelos trabalhadores. Não é de se estranhar que, naquele contexto, “de 207.478 processos penais iniciados na Prússia em 1836, não menos de 150 mil, ou quase três quartos, se referiam ao furto de madeira nas florestas, à caça ilegal, invasões etc.” (MEHRING, 2014, p. 62).

O diálogo de Marx com a Dieta Renana (MARX, 2017a) carrega um forte hegelianismo e uma linguagem formal do Direito jurídico, mas alinhado aos problemas práticos da Alemanha, o que leva Bensaid (2017) a afirmar que Marx se defrontava com os “interesses materiais” ou, como considerou Mehring (2014, p. 61), que “[...] Marx era forçado a ‘baixar à terra’ [...]”, com os problemas da realidade alemã. Ele utilizou a referida linguagem como estratégia dialogável com a Dieta Renana e com os princípios do Direito e da legislação da época para se contrapor aos argumentos incontentes dos deputados (representantes nítidos da nobreza e dos proprietários florestais) e expor a inditosa noção de propriedade.

A proposta da Dieta Renana estipulava as punições para os “delitos classificáveis”, que variavam entre multa, prisão ou a prestação de serviços, no contexto em que alvorecia o Estado punitivo como forma de conter “os despossuídos”, mediante a “[...] criminalização da sua coleta” (NETTO, 2020, p. 91). O debate tinha como ponto central julgar *se eram furtos ou não* as atividades de subtrair madeira verde ainda das árvores, arrancar galhos de uma árvore que tinha um proprietário, apanhar madeiras caídas do chão e juntar madeira seca – prática costumeira entre a população, considerada um direito consuetudinário. Marx (2017a, p. 55) explica que,

para apropriar-se de madeira verde, é preciso separá-la com violência de sua ligação orgânica. Assim como isso representa um atentado evidente contra a árvore, representa um atentado evidente contra o proprietário da árvore. Ademais, se a madeira cortada for furtada de um terceiro, ela é produto do proprietário. Madeira

cortada já é madeira formada. A ligação natural com a propriedade foi substituída pela ligação artificial. Portanto, quem furta madeira cortada furta propriedade. No caso da madeira caída no chão, em contraposição, nada é tirado da propriedade. Tira-se da propriedade o que já foi tirado dela. O ladrão de madeira profere uma sentença autocrática contra a propriedade. O coletor de madeira seca apenas executa uma sentença já proferida pela própria natureza da propriedade, pois o que se possui é a árvore, mas a árvore já não possui aqueles galhos.

Trata-se de uma análise que aponta a diferença entre *cortar a árvore para pegar o galho*, *pegar madeira formada pelo proprietário e pegar o galho caído no chão*. Neste último caso, o “galho caído” não pertenceria nem à árvore e nem ao proprietário, ou seja, “ajuntar madeira seca do chão e roubar madeira são coisas essencialmente diferentes” (MARX, 2017a, p. 55). O debate levou Marx a questionar as noções de público, privado e propriedade privada, categoria que dispôs de tratamento frontal nos “Manuscritos Econômico-Filosóficos”, de 1844.

Tal realidade, posta juntamente com o conjunto de transformações pelas quais passava a sociedade capitalista, exigiu do referido teórico o desenvolvimento de uma concepção materialista da história, mas sem desvinculá-la da concepção materialista da natureza, presente em seus estudos iniciais (FOSTER, 2010). A concepção materialista da história pressupõe, preliminarmente, que o homem é o ser mais complexo, pois sua universalidade, de acordo com Marx (2006), “[...] aparece praticamente na universalidade que faz de toda a natureza o seu corpo *inorgânico*: 1) como imediato meio de vida; e igualmente 2) como objeto material e instrumento da sua atividade vital” (p. 116, grifos originais).

O homem tem uma dependência ontológica em relação a toda a natureza, pois ela “[...] é o *corpo inorgânico* do homem, ou seja, a natureza na medida em que não é o próprio corpo humano. O homem vive da natureza ou também a natureza é o seu corpo, com o qual tem de manter-se em permanente intercâmbio para não morrer” (MARX, 2006, p. 116, grifos originais). Trata-se de um movimento que nos permite concluir que “[...] a natureza se inter-relaciona consigo mesma, já que o homem é uma parte da natureza” (MARX, 2006, p. 116).

O ser social, em seus aspectos físico-químico-biológicos, é natureza, mas não só, porque o trabalho proporcionou um salto ontológico

– salto que não anula o longo processo de sua constituição, nem seus períodos de transição – que supera a mera existência natural (extrapola o inorgânico e o orgânico), sem desvinculá-lo da natureza, pois “[...] o homem (como animal) vive da natureza inorgânica, e uma vez que o homem é mais universal do que o animal, também mais universal é a esfera da natureza inorgânica de que vive” (MARX, 2006, p. 115).

Vemos, portanto, que o homem depende da natureza para manter suas necessidades vitais e se reproduzir enquanto ser social, pois é ela quem oferece “[...] os *meios de existência* do trabalho, no sentido de que o trabalho não pode *viver* sem objetos, [...] da mesma forma [que] ele proporciona os *meios de existência* [...], a saber, os meios de existência física do próprio *trabalhador*” (MARX, 2006, p. 112-113, grifos originais).

Entretanto, a condição do trabalhador para se manter ativo, vivo e reproduzir sua existência física se degrada sob as bases da propriedade privada, que imputa a miserabilidade, com a conversão do produto do trabalho numa “força estranha” ao homem. Miserabilidade que é traduzida por Marx (2006, p. 113) da seguinte forma:

[...] quanto mais o trabalhador produz, menos tem de consumir; quanto mais valores cria, mais sem valor e mais desprezível se torna; quanto mais refinado [for] o seu produto, mais impotente se torna o trabalhador; quanto mais significativo magnífico e pleno de inteligência [for] o trabalho, mais o trabalhador diminui em inteligência e se torna escravo da natureza.

À vista disso, o trabalho alienado se torna um meio de degradação da condição natural e social dos homens e, com a dominação da mercadoria sob a égide do capitalismo, a alienação se exacerba, produzindo – no nível mais profundo e destrutivo –, de um lado, a barbárie social e, do outro, a destruição ambiental e das relações ecológicas. A destruição da natureza constitui-se como expressão da alienação dos homens em relação ao meio ambiente em que vivem, isto é, com a natureza, conforme pontuou Marx em 1844:

Para o trabalhador, até mesmo a necessidade de ar puro deixa de ser necessidade. O homem regressa à moradia nas cavernas, mas agora se encontra intoxicada pela

exalação maléfica da civilização. O trabalhador tem apenas um direito *precário* a nela morar, porque se tornou um poder estranho, que se lhe diminui todos os dias, do qual pode ser desalojado, se não pagar a renda. Tem de *pagar* este cemitério. [...] A luz, o ar e a mais elementar limpeza *animal* deixam de existir para o homem como necessidades. A *sujeira*, a corrupção e a degradação do homem, os *esgotos* da civilização (deve-se entender o termo no seu significado exato), tornam-se o seu *elemento vital* (MARX, 2006, p. 150, grifos originais).

A alienação sujeita o homem e a mulher à condição de miserabilidade societária e ao seu distanciamento com a natureza, alterando a sua relação ecológica com o meio ambiente em que vive, ou seja, “[...] a desarmonia existente entre a humanidade e a natureza e daí a alienação da natureza” (FOSTER, 2010, p. 166). Nas palavras de Marx (2006, p. 120), “a propriedade privada constitui [...] a consequência necessária do trabalho alienado da relação externa do trabalhador com a natureza e consigo mesmo”.

Com o avanço dos estudos marxianos sobre a economia política e postas as bases materiais iniciais da relação entre a natureza (inorgânica e orgânica) e o homem em seus “escritos da juventude”, Marx e Engels, em 1845 e 1846, delinearam as premissas da relação entre a humanidade (ser social) e a história. São premissas que consideram as condições materiais da existência, fundadas sob “[...] uma teoria da sociedade que é materialista não só por enfatizar as prévias condições materiais e produtivas da sociedade [...]”, mas por não perder “[...] de vista a necessária relação destas condições materiais com a história natural, ou seja, com uma concepção materialista de natureza” (FOSTER, 2010, p. 36, grifos nossos). Até porque, “[...] enquanto existirem homens, a história da natureza e a história dos homens condicionam-se mutuamente” (MARX & ENGELS, 2009, p. 21).

A obra “A ideologia alemã” (MARX & ENGELS, 2009) foi escrita no período entre 1845 e 1846, fase precedente à Revolução de 1848, cuja narrativa traz a elaboração dos fundamentos da concepção de história de Marx e Engels. Vemos, portanto, que “o primeiro fato a constatar é [...] a organização corpórea desses indivíduos e a relação por isso existente com o resto da natureza” (MARX & ENGELS, 2009, p. 24). Ao mencionarem “resto da natureza”, eles reafirmam que o homem

faz parte da natureza, assim sendo, ele é também natureza, cuja noção é explicitamente disposta por Marx (2006).

Portanto, a distinção entre os homens e os demais animais se dá a partir da produção material da existência, momento em que “[...] começam a *produzir* os seus meios de subsistência, passo este que é requerido pela sua organização corpórea” (MARX & ENGELS, 2009, p. 24, grifos originais). Por isso, para o homem fazer, viver e ser a história, pressupõe-se a transformação da natureza, posto que é condição ineliminável do ser social, “[...] uma condição fundamental de toda a história, que, ainda hoje, tal como há milhares de anos, tem de ser realizada dia a dia, hora a hora, para ao menos manter os homens vivos” (MARX & ENGELS, 2009, p. 40-41).

É sob as bases da referida condição material que o homem produz sua consciência e que se reproduz em situações historicamente determinadas. As condições materiais são o fundante e a consciência do fundado ou, nas palavras de Marx e Engels (2009, p. 32), “não é a consciência que determina a vida, é a vida que determina a consciência”. Indubitavelmente, apontam “a vida” em seus aspectos sócio-históricos como determinados pela natureza e pelo trabalho; porém, sem desconsiderarem os aspectos biológicos dos homens. A “produção das ideias” está vinculada diretamente à atividade material dos homens. Dessa forma, “os seus pressupostos são os homens [...] no seu processo, perceptível empiricamente, de desenvolvimento real e sob determinadas condições” (MARX & ENGELS, 2009, p. 32). Com isso, as condições históricas postas pela lógica do capital são destrutivas para o homem e a natureza, pois “[...] só causam desgraça, [uma vez] que já não são forças de produção, mas forças de destruição (maquinário e dinheiro) [...]” (MARX & ENGELS, 2009, p. 56).

Trata-se de um “fio condutor”, disposto até o momento, que viabiliza a apreensão do amadurecimento de Marx e Engels sobre o metabolismo social do homem e da mulher com a natureza. O metabolismo, de acordo com Foster (2010, p. 226), constitui-se como um conceito-chave para a compreensão da ecologia em Marx, devido ao fato de ser uma categoria que capta o “[...] complexo processo bioquímico da troca metabólica, através do qual um [...] se serve dos materiais e da energia do seu meio ambiente e os converte por meio de várias reações metabólicas nas unidades constituintes do crescimento”. Ainda segundo o mesmo autor, o metabolismo “[...] é usado para se referir aos

processos regulatórios específicos que governam esta complexa troca entre os organismos e o seu meio ambiente” (p. 226, grifos originais).

Marx, em seus estudos sobre as Ciências Naturais, deparou-se com o conceito de metabolismo, por meio das pesquisas de Justus von Liebig nos anos de 1840 a 1842, momento em que ele

[...] procurou entender aspectos inerentes à nutrição de plantas e animais, bem como a questão do esgotamento da fertilidade do solo, já sentido naquela época, além das trocas energéticas entre organismos e ambiente. [...] Marx avançou quando incorporou a variável ser humano à sua análise sobre o metabolismo, que na forma social do capital se apropria dos meios de produção (terra-solo) e de seus frutos (planta-alimento), intensificando cada vez mais os processos produtivos desreguladores do metabolismo entre sociedade e natureza junto aos sistemas ecológicos (MOHR, 2019, p. 31).

Foster (2015, p. 87-88) põe o exemplo ilustrativo do interesse de Marx pelas recentes descobertas das Ciências Naturais, como a participação em “[...] palestras sobre energia solar realizadas pelo físico britânico John Tyndall, ao longo dos quais este relatava suas experiências que demonstraram pela primeira vez que as emissões de dióxido de carbono contribuíam para o efeito estufa [...]” (p. 87). Além dessas palestras, Marx “[...] tomou notas detalhadas acerca de como as alterações isotérmicas sobre a superfície terrestre, originadas das mudanças climáticas, levaram à extinção de espécies ao longo da história da Terra [...]” (FOSTER, 2015, p. 87-88). Ele ainda “[...] observou como as mudanças climáticas antropogênicas regionais, na forma de desertificação, contribuíram para a queda das civilizações antigas e considerou o modo como este fenômeno poderia interferir no capitalismo” (FOSTER, 2015, p. 88).

Foster (2020, *on-line*) complementa a assertiva ao apontar que Marx sofreu influências das pesquisas “[...] dos cientistas alemães Carl Fraas e Matthias Schleiden, que documentaram as mudanças climáticas nas sociedades antigas”. Foster ainda afirma que tanto Marx quanto Engels “[...] estavam conscientes sobre os efeitos ambientais do colonialismo em ilhas como Santa Helena (e mesmo em partes da Índia). Portanto, eles se referiram várias vezes à mudança climática associada

ao desflorestamento [...]” (FOSTER, 2020, *online*). Em seguida, Foster pontua que Marx “[...] tomou cuidadosamente notas sobre o trabalho do geólogo Joseph Beete Jukes a respeito do movimento das isotermas devido às mudanças paleoclimáticas e sua influência nas extinções de espécies no tempo geológico de mais de dezenas de milhões de anos” (FOSTER, 2020, *on-line*).

Assim, o conceito de metabolismo já estava presente nas Ciências Naturais; entretanto, Marx avançou e aprofundou-o para a apreensão do “metabolismo social”, que ganhou contornos decisivos na obra “O Capital”. Segundo Foster, “[...] a concepção materialista da natureza de Marx alcançou plena integração com a sua concepção materialista da história” (FOSTER, 2010, p. 201). O que precisa estar delineado até aqui é que

o termo “metabolismo” não é gratuito, mas tem sua origem nas Ciências Naturais e busca ilustrar o comportamento humano como parte desse mundo natural. [...] [Assim,] estabelecido o critério metodológico para compreender a relação entre a sociedade humana e a natureza externa, Marx analisa, em “*As formas que precedem à produção capitalista*”, como a membrana da célula, que é a sociedade, vai se fazendo, historicamente, mais espessa – as relações com o mundo externo cada vez mais são mediadas por instrumentos e coisas previamente produzidos –, ao mesmo tempo em que, em seu interior, os elementos que a compõem se separam em uma progressiva divisão social do trabalho. Assim, o que requer explicação, escreve Marx, não é a unidade do ser humano com a natureza, pois isso é parte da natureza física e química, mas o que se deve explicar é o processo histórico por meio do qual se separa – aliena-se – a existência humana dos condicionantes naturais necessários para reproduzir-se. O que Marx irá explicar por meio de seu método – o materialismo histórico – são as formas como se vai modificando e se rompendo esse metabolismo com a natureza (FOLADORI, 2001, p. 106-107, grifos originais).

O “metabolismo social” – troca mais complexa, em comparação com o metabolismo da natureza – é pressuposto de toda a crítica da economia política. Marx (2013, p. 255, grifos nossos) expõe direta e

dialeticamente o metabolismo entre o homem e a natureza, ao afirmar que o trabalho é o “[...] processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, *por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza*”. Assim sendo, o trabalho se constitui enquanto transformação da natureza pelo ser humano, processo que “quebra” as barreiras naturais impostas pela própria natureza, que, ao modificar a natureza externa ao homem e à mulher, estes também modificam sua natureza interna.

Inversamente aos demais animais, o ser social projeta idealmente o resultado da sua atividade na consciência e “[...] chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente” (MARX, 2013, p. 256). O intercâmbio entre a humanidade (sociedade) e a natureza produz valores de uso para as necessidades humanas, para toda a sociedade. Dito de outro modo, “o trabalho, como criador de valores de uso, como trabalho útil, é indispensável à existência humana – quaisquer que sejam as formas de sociedade –, é a necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza e, portanto, de manter a vida humana” (MARX, 2010, p. 64-65).

Com o advento do modo de produção capitalista, há um “desequilíbrio” na relação entre a humanidade e a natureza, quando aquela rompe com as próprias possibilidades da natureza, provocando o seu esgotamento, caracterizado por Marx (2010; 2013; 2017b) como “falha metabólica”, conforme apresentaremos a seguir.

Destruição e degradação ambiental: “falha metabólica” e “sistema de roubos”

A evidência apontada por Marx (2010, p. 570-571) sobre a “falha metabólica” deu-se por meio da análise da gênese e do desenvolvimento da agricultura capitalista, ao sofrer intervenção da indústria moderna, especificamente quando esta introduz a “[...] aplicação consciente, tecnológica, da ciência [...]”, possibilitando a criação de “[...] condições materiais para uma síntese nova, superior, para a união da agricultura e da indústria, na base das estruturas que desenvolveram uma mútua oposição”.

O modo de produção capitalista tensiona a cisão entre a cidade e o campo, provocando o inchaço populacional nos centros urbanos,

com condições degradantes e poluídas. No campo, o mesmo modo de produção “[...] perturba o intercâmbio material entre o homem e a terra, isto é, a volta à terra dos elementos do solo consumidos pelo ser humano sob a forma de alimentos e de vestuário, violando assim a eterna condição natural da fertilidade permanente do solo” (MARX, 2010, p. 570). O trabalho alienado no capitalismo emperra, em larga medida, a própria reprodução físico-química-biológica da natureza. Na síntese de Foster (2012, p. 90), é um processo que se constitui como “sistema de roubos” (termo cunhado por Liebig), segundo o qual “[...] o capital acabou por roubar do solo seus nutrientes, como nitrogênio, fósforo e potássio, que, ao invés de serem retornados para a terra, criavam poluição nas cidades”.

Marx, “após acolher o pensamento de Liebig [...]” (SAITO, 2021, p. 26), entende que a aceleração da fertilidade do solo pela via da técnica e da ciência “[...] significa esgotamento mais rápido das fontes duradoras dessa fertilidade. [...] A produção capitalista, portanto, só desenvolve a técnica e a combinação do processo social de produção, exaurindo as fontes originais de toda a riqueza: a terra e o trabalhador” (MARX, 2010, p. 571).

A degradação do solo sob as bases do modo de produção capitalista leva Foster (2010a, p. 202) a concluir, acertadamente, que Marx desenvolveu “[...] uma crítica da degradação ambientalista que antecipava boa parte do pensamento ecológico de hoje”. Por isso, segundo a nossa perspectiva, pesquisadores e ambientalistas podem apreender a ecologia de Marx principalmente “[...] com a intensificação das crises ecológicas sob a vigência da globalização neoliberal [...]” (SAITO, 2021, p. 22), pois ele formula “[...] o conceito de ‘ruptura metabólica’ originado de *O Capital*, [...] [que serve para analisar] ativamente o lado destrutivo da produção capitalista, como o aquecimento global, desequilíbrio do ciclo de nitrogênio e a extinção de espécies” (SAITO, 2021, p. 22, grifos originais).

Subsequentemente, no volume 3 de “O Capital”, Marx retoma de forma direta a crítica da vinculação entre a grande indústria e a agricultura para expressar a compreensão da “falha metabólica”, ao pontuar que

[...] a grande propriedade do solo reduz a população agrícola a um mínimo em diminuição constante e opõe-lhe uma população industrial cada vez maior, aglomerada em

grandes cidades, *gerando assim as condições para uma ruptura irremediável no metabolismo social*, prescrito pelas leis naturais da vida [...]. A indústria e a agricultura em grande escala, exploradas de modo industrial, atuam de forma conjunta. Se num primeiro momento elas se distinguem pelo fato de que a primeira devasta e destrói mais a força de trabalho e, com isso, a força natural do homem, ao passo que a segunda depreda mais diretamente a força natural da terra, posteriormente, no curso do desenvolvimento, ambas se dão as mãos, uma vez que o sistema industrial na zona rural também exaure os trabalhadores, enquanto a indústria e o comércio, por sua vez, fornecem à agricultura os meios para o esgotamento do solo (MARX, 2017b, p. 873, grifos nossos).

A indústria serve as condições técnicas para o exaurimento do solo, enquanto a agricultura, com o “sistema de roubos”, exaure o solo, roubando seus nutrientes e suas potencialidades, impedindo a reprodução da natureza. Com a agricultura capitalista retirando da natureza os nutrientes, “[...] estes nutrientes essenciais eram transportados a centenas e, inclusive, a milhares de quilômetros e terminavam como dejetos contaminadores nas cidades” (FOSTER; CLARK, 2006, p. 227). O progresso agrícola no capitalismo ocasionou a destruição, a degradação ambiental e perturbações físico-químico-biológicas da natureza, pois o capital, sempre orientado para a acumulação, impede e dificulta qualquer forma de reprodução da natureza e de novos processamentos físico-químico-biológicos dos recursos naturais.

Considerações finais

O debate exposto neste ensaio teórico permite-nos concluir que Marx não era “ecologista”, muito menos “ambientalista”. Atribuir-lhe algum desses “rótulos” seria um anacronismo teórico e histórico. Ao longo da sua trajetória teórica e política, Marx foi um obstinado crítico radical do capital, do modo de produção capitalista, da exploração do trabalho e da destruição da natureza – inclusive, formulando a “teoria da falha metabólica”. Ele defendia a superação da relação predatória do capital com a natureza e com o homem, assim como o fim da exploração do trabalho. De igual forma, Marx defendia a humanidade e a natureza contra a lógica predatória e destrutiva do capital, compreendendo que

os homens poderiam realizar a revolução das relações de produção para uma sociedade sem exploração do trabalho e sem a exacerbada utilização dos recursos naturais. Defendia, portanto, uma sociedade sob o fundamento do trabalho associado de um modo que atendesse às necessidades sociais.

Concluimos que a teoria e o método de Marx possibilitam a apreensão do metabolismo social, da “falha metabólica”, da natureza destrutiva do capital e de sua tendência contínua e crescente de extração de trabalho excedente e de destruição da natureza, consistidos enquanto *conditio sine qua non* do modo de produção capitalista. Marx não analisou o capital e suas consequências sem considerar a natureza e os limites naturais. Inclusive, concordamos com Coggiola (2004, p. 42), quando ele nos diz que Marx “[...] já alertava sobre esse problema (a destruição do meio natural pela anarquia produtiva do capitalismo), que seria, em nossos dias, a base do ‘pensamento ecológico’”. As críticas feitas a Marx no campo da ecologia, algumas das quais foram apontadas no início deste artigo, são no mínimo improcedentes do ponto de vista teórico, metodológico e histórico. Suas apreensões sobre a ecologia tinham as limitações do seu tempo histórico, tanto do ponto de vista do conhecimento disponível no âmbito das Ciências Naturais quanto do ponto de vista das características do estágio do capitalismo, ainda na fase concorrencial (FOSTER, 2012). Segundo o geógrafo Massimo Quaini (*apud* FOSTER, 2012, p. 23), “[...] Marx [...] denunciou a espoliação da natureza antes do nascimento de uma moderna consciência ecológica burguesa [...]”. Por isso, defendemos que é crucial ir até os fundamentos do seu pensamento para entender a dinâmica do capital e o colapso ambiental, que se agudiza crescentemente perante a crise do capital.

Referências

- BENSAID, D. Sobre os despossuídos. *In*: MARX, K. **Os despossuídos**. São Paulo: Boitempo, 2017.
- COGGIOLA, O. Ecologia e marxismo. **Motrivivência**, Florianópolis, ano XVI, nº 22, p. 39-46, jun./2004. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/1183>>. Acesso em: 23 fev. 2021.

DMITRUK, E. J. **A proteção jurídica da terra no Brasil** (2019). Tese (Doutorado em Serviço Social e Política Social). 172f. Centro de Estudos Sociais Aplicados, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social, Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2019.

FOLADORI, G. O metabolismo com a natureza. **Crítica Marxista**. São Paulo, p. 105-117, 2001. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo7505folad.pdf>. Acesso em: 3 fev. 2021.

FOSTER, J. B. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FOSTER, J. B. Marxismo e ecologia: fontes comuns de uma grande transição. **Lutas Sociais**, São Paulo, vol. 19, nº 35, p. 80-97, jul./dez. 2015.

FOSTER, J. B. Deturpando a ecologia de Marx: uma resposta ao artigo de Daniel Tanuro “Marx era um ecossocialista?”. **Esquerda Online**, 2020. Disponível em: <<https://esquerdaonline.com.br/2020/06/30/deturpando-a-ecologia-de-marx-uma-resposta-ao-artigo-de-daniel-tanuro-marx-era-um-ecossocialista/>>. Acesso em: 20 out. 2021.

FOSTER, J. B. A ecologia da economia política marxista. **Lutas Sociais**, São Paulo, nº 28, p. 87-104, 1o set. 2012.

FOSTER, J. B.; CLARK, B. **Imperialismo ecológico: a maldição do capitalismo**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (Clacso), 2006, p. 225-243. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/social/2004pt/10_foster.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2021.

LOWY, M. **Ecologia e socialismo**. São Paulo: Cortez, 2005.

LOWY, M. Ecosocialismo: o que é, por que precisamos dele, como chegar lá. **Germinal: marxismo e educação em debate**. Salvador, v. 13, nº 2, p. 471-482, ago. 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/45816>>. Acesso em: 18 out. 2021.

MARX, K. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2006.

MARX, K. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Livro III. São Paulo: Boitempo, 2017b.

MARX, K. **O Capital: Crítica da Economia Política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. **O Capital**: Crítica da Economia Política. São Paulo: Civilização Brasileira, 2010.

MARX, K. **Os despossuídos**. São Paulo: Boitempo, 2017a.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MEHRING, F. **Karl Marx**: a história de sua vida. 2ª ed. São Paulo: Editora José Luís e Rosa Sundermann, 2014.

MOHR, M. F. **O conceito de falha metabólica em articulação com a perspectiva agroecológica e da sustentabilidade**: contribuições ao ensino de ciências (2019). Tese (Doutorado em Educação). Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Tecnológica, Universidade de Santa Catarina, Florianópolis, 2019, 106f.

NETTO, J. P. **Karl Marx**: uma biografia. São Paulo: Boitempo, 2020.

SAITO, K. Marx e Engels: a relação intelectual revisitada a partir de uma perspectiva ecológica. **Germinal**: marxismo e educação em debate. Salvador, v. 13, nº 2, p. 20-38, ago. 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/45509>>. Acesso em: 21 set. 2021.

SILVA, E. M. da. **Estado brasileiro “sem ilusões”**: a tendência destrutiva do aparato estatal em suas relações com a natureza e sociedade. 191 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Alagoas. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Maceió, 2022.

SILVA, M. das G. **Questão ambiental e desenvolvimento sustentável**: um desafio ético-político ao Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2010.

TONET, I. Introdução. *In*: MARX, K. **A ideologia alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

VITÓRIA, F. B. **A crise socioecológica no labirinto do capital**: uma análise das relações entre humanidade e natureza a partir dos conceitos de entropia e sociometabolismo. 187 f. 2016. Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pelotas. Pelotas: UFPe, 2016.

SER Social

TRABALHO, LUTAS SOCIAIS
E SERVIÇO SOCIAL

Brasília (DF), v. 26, nº 55, de julho a dezembro de 2024

Consórcio público como alternativa às políticas sociais das populações tradicionais do Norte de Minas Gerais

*Public consortium as an alternative to the social policies of the
traditional populations from North of Minas Gerais*
*Consortio público como alternativa a las políticas sociales de las
poblaciones tradicionales del Norte de Minas Gerais*

Máximo Alessandro Mendes Ottoni¹

<https://orcid.org/0000-0001-6879-0035>

Soraya Cavalcante Nunes Ottoni²

<https://orcid.org/0000-0002-8007-6528>

Enilson Francisco dos Santos³

<https://orcid.org/0000-0002-2281-2830>

Recebido em: 03/01/2023

Aprovado em: 14/11/2023

1 Graduação em Serviço Social. Mestre e doutor em Desenvolvimento Social. Servidor público da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/2200789889021406>>. E-mail: <maximo.ottoni@yahoo.com.br>.

2 Graduação em Matemática. Especialista em Docência do Ensino Superior. Coordenadora de projetos e convênios do consórcio público Codanorte. Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/5246640237630066>>. E-mails: <projetos@codanorte.mg.gov.br> e <sorayaottoni@hotmail.com>.

3 Bacharel em Direito. Secretário-executivo do consórcio público Codanorte. Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/5472936222020688>>. E-mail: <codanorte@codanorte.mg.gov.br>.

Resumo: Os consórcios públicos são arranjos jurídicos, públicos ou privados, que objetivam prestar políticas públicas por meio da gestão associada aos municípios consorciados, buscando o desenvolvimento regional. Em tal contexto, o Consórcio Intermunicipal Multifinalitário para o Desenvolvimento Ambiental Sustentável do Norte de Minas (Codanorte) se torna uma alternativa às políticas sociais em prol dos povos tradicionais do Norte de Minas Gerais, buscando soluções sustentáveis para os municípios, especialmente para aqueles mais vulneráveis. Este trabalho de revisão bibliográfica e análise documental objetivará investigar a atuação do referido consórcio na implementação de políticas sociais para os municípios consorciados do Norte de Minas Gerais pela via dos convênios estaduais e federais, com respaldo institucional. Espera-se que este artigo possa gerar conhecimento sobre o acesso às políticas sociais nos remotos espaços territoriais e propor novos estudos sobre cooperação intermunicipal, permitindo, assim, uma melhoria na qualidade de vida dos povos e das comunidades tradicionais.

Palavras-chave: consórcios públicos; políticas sociais; povos tradicionais.

Abstract: Public consortium are legal arrangements, public or private, which aim to provide public policies through management associated with consortium municipalities seeking regional development. In this context, the Consórcio Intermunicipal Multifinalitário para o Desenvolvimento Ambiental Sustentável do Norte de Minas (Codanorte) becomes an alternative to social policies in favor of the traditional peoples from North of Minas Gerais, seeking intelligent solutions for municipalities, especially for those with more poor. This work of bibliographic review and document analysis will aim to investigate the performance of this consortium in the implementation of social policies for the consortium municipalities from North of Minas Gerais by state and federal agreements with institutional support. It is hoped that this article can generate knowledge about access to social policies in remote territorial spaces and propose new studies on many cities cooperation, thus allowing an improvement in the quality of life of peoples and traditional communities.

Keywords: public consortium; social politics; traditional peoples.

Resumen: Los consorcios públicos son estructuras jurídicas, públicas y privadas, que tienen como objetivo brindar políticas públicas a través de la gestión asociada a municipios consorciados que buscan el desarrollo regional. En este contexto, el Consórcio Intermunicipal Multifuncional para o Desenvolvimento Ambiental Sustentável do Norte de Minas (Codanorte) se convierte en una alternativa de políticas sociales a favor de los pueblos tradicionales del Norte de Minas Gerais, buscando soluciones sostenibles para los municipios, especialmente para los más vulnerables. Este trabajo de revisión bibliográfica y análisis de documentos tendrá como objetivo investigar la actuación de este consorcio en la implementación de políticas sociales para los municipios del consorcio en el Norte de Minas Gerais a través de acuerdos estatales y federales con apoyo institucional. Se espera que este artículo pueda generar conocimiento sobre el acceso a las políticas sociales en espacios territoriales remotos y proponer nuevos estudios sobre la cooperación intermunicipal que permitan mejorar la calidad de vida de los pueblos y comunidades tradicionales.

Palabras-clave: consorcios públicos; políticas sociales; pueblos tradicionales.

1. Introdução

A década de 1980 foi marcada pelo nascedouro embrionário da democracia brasileira, incluindo a descentralização dos serviços públicos. A promulgação da Constituição Federal de 1988 contribuiu para reduzir a dependência do Estado, proporcionando autonomia político-administrativa dos municípios na formulação e implementação das políticas públicas. Assim surgiram as diversas formas de arranjos compartilhados com o intuito de potencializar as ações das esferas de governo entre os entes federados. Um desses arranjos é conhecido como consórcio público.

Os consórcios são uma realidade na gestão pública brasileira, uma vez que constituem arranjos jurídicos, de direito público ou privado, por meio dos quais os entes federados decidem agir coletivamente para solucionar problemas afins. Os consórcios têm por objetivo viabilizar a prestação de políticas públicas de forma descentralizada, mediante a gestão associada de seus serviços. Tornaram-se relevantes instrumentos para o desenvolvimento regional nas mais diversas áreas, incluindo os

consórcios multifinalitários⁴ intermunicipais, que assumem, para si, em uma única estrutura administrativa, diversas políticas públicas municipais.

Com o presente artigo, propõe-se um levantamento do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário para o Desenvolvimento Ambiental Sustentável do Norte de Minas (Codanorte) como autarquia que apresenta reais benefícios na prestação de serviços públicos e alternativa de acesso às políticas sociais nas mais variadas vertentes. Este estudo traz como hipótese questionar se o Codanorte é uma alternativa viável de acesso às políticas sociais para as populações e os povos tradicionais da região norte mineira.

2. A perspectiva jurídica e o marco regulatório

A Constituição Federal de 1988 apresentou importantes inovações. Uma delas foi a elevação dos municípios à categoria de entes federativos, atribuindo-lhes autonomia política, financeira e administrativa. Em tal contexto, o consórcio público manifesta-se como um arranjo jurídico que tem por objetivo viabilizar a prestação de políticas públicas de forma descentralizada por meio da gestão associada de serviços públicos (BRASIL, 1988).

O tema do consórcio público ganhou fôlego com a busca pela descentralização qualificada para a implementação de políticas públicas setoriais. Mas foi com a Lei Federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005, conhecida como Lei de Consórcios Públicos, que foi criado o marco regulatório dos consórcios, dando a eles uma nova legislação (NEGRI-NI, 2009), trazendo, inclusive, inovações conceituais, uma vez que eles

[...] constituem poderoso instrumento para não só os municípios, mas também os estados menos abastados de recursos, enfrentarem conjuntamente os problemas que assolam suas populações, somando recursos materiais, financeiros e humanos de cada ente, por meio da utilização conjunta de máquinas, equipamentos e mão de obra especializada, realizando ações coordenadas que, se fossem implementadas isoladamente, não atingiriam os resultados almejados (p. 11).

4 Os consórcios públicos podem ser formados com a finalidade específica, por exemplo, de atuar nas áreas de saúde, transporte interurbano, gerenciamento de resíduos sólidos, saneamento básico etc. Ou podem ser constituídos com mais de uma finalidade, sendo reconhecidos como multifinalitários, por proporcionarem economia e resolução conjunta de problemas comuns entre os municípios consorciados, para a promoção e o desenvolvimento político, administrativo, econômico e social dos municípios e das regiões às quais pertencem (BRASIL, 2014).

No Brasil, o número de consórcios aumentou nas últimas décadas, especialmente com a redemocratização do País no período de 1984 a 1990 (DIAS, 2006). Um importante levantamento feito em 2021 pela Confederação Nacional dos Municípios (entidade que possui um Observatório Municipalista de Consórcios Públicos) apontou que, no total, 84,8% dos municípios brasileiros estavam consorciados. A realidade ainda é maior quando se fala de Minas Gerais, que conta com um contingente de 99,2% de municípios que aderiram ao referido instrumento de cooperação (CNM, 2020).

3. O Codanorte

Com sede no município de Montes Claros (MG), o Codanorte nasceu em 2013 com o propósito de unir 24 municípios do Norte de Minas em torno de uma única finalidade: destinar adequadamente os resíduos sólidos, conforme o descrito no seu primeiro Protocolo de Intenções (CODANORTE, 2013).

Atualmente, o consórcio reúne mais de 60 municípios da região norte do estado, do Vale do Jequitinhonha e da região central mineira, com um contingente populacional estimado em 1,3 milhão de habitantes (IBGE, 2020), o que gera impactos diretos no desenvolvimento regional, na sustentabilidade ambiental, na economia em escala, na celeridade dos processos administrativos, no desenvolvimento das potencialidades com soluções compartilhadas, no fortalecimento da cultura local e no combate à insegurança alimentar.

Sua estrutura organizacional conta com órgãos deliberativos e consultivos, como a assembleia geral, a diretoria, a secretaria-executiva e o conselho fiscal (ESTATUTO SOCIAL, Art. 39, 2021). O presidente do consórcio necessariamente precisa ser prefeito de um dos municípios e deve ser eleito pelos demais, cujos mandatos são bianuais. Dentro da diretoria há uma escala de gerências e coordenações, que contam com equipes técnicas de mais de 40 profissionais em regime celetista (CLT) e outros profissionais e serviços terceirizados específicos, acordados por meio de contratos de pessoas físicas e jurídicas.

Suas áreas de atuação também se ampliaram ao longo desta década. O que antes era finalitário, de modo a abarcar somente o gerenciamento de resíduos sólidos, hoje é multifinalitário, uma vez que o consórcio também atua nas áreas de urbanismo e cultura, educação, saúde, esporte

e lazer, comunicação, desenvolvimento rural, desenvolvimento social, desenvolvimento econômico, promoção e defesa social, defesa civil e inspeção sanitária (CODANORTE, 2021).

Um dos departamentos do Codanorte é o de assistência social, que apoia os municípios na implementação das políticas públicas, prestando atendimento, acompanhamento e apoio técnico aos gestores e profissionais, além de contribuir no processo de gestão dos serviços socioassistenciais. Como exemplo, apoia o planejamento das ações da política de assistência social e em orientações no âmbito da proteção social básica e de alta complexidade, bem como na orientação técnica na gestão orçamentária e financeira do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Além disso, apoia a formação continuada para gestores e para a equipe técnica em três níveis de proteção social: Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e acolhimento institucional.

Em outros departamentos, também executa atividades tanto com recursos do rateio⁵ quanto com recursos federais e estaduais, por meio de convênios, programas e projetos com relevância em diversos segmentos e com grande impacto social. Muitos são os programas, projetos e convênios executados pelo Codanorte. Para o presente artigo, foram selecionados dois deles, porque estão diretamente relacionados com as comunidades tradicionais e em conformidade com a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT). São eles: o “Circuito Agroecológico”, que conta com recursos federais, por meio do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa); e “Frutos do Cerrado e Agroextrativismo Sustentável”, que conta com recursos estaduais da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Estado de Minas Gerais (Seapa/MG).

4. Referencial teórico

A experiência do Codanorte propicia algumas observações, que merecem destaque à luz do marco teórico e que trazem um conjunto de implicações, de modo a incorporar sentido à regulação das políticas

5 O contrato de rateio é conceituado pelo inciso VII do art. 2º do Decreto nº 6.017/2007 como o contrato pelo qual os entes consorciados se comprometem a fornecer recursos financeiros para a realização das despesas do consórcio público. O contrato de rateio encontra lócus ainda no art. 8º, § 1º, da Lei nº 11.107/2005 (BRASIL, 2007).

públicas no contexto social. Giovanni (2008) comenta que, em relação às políticas sociais, elas podem ser entendidas como um conjunto de políticas públicas voltadas à proteção social.

Para Teixeira (2002), o propósito de uma política pública parte da premissa de cooperar com as demandas da sociedade consideradas vulneráveis, uma vez que tais demandas emergem a partir de movimentos da sociedade civil. Em relação às políticas sociais que ficaram conhecidas como políticas para os pobres (GIOVANNI, 2008), não se trata apenas de um conjunto de políticas públicas voltadas à proteção social, mas também compreenderiam as políticas voltadas para a oferta de bens e serviços básicos à população, envolvendo as áreas de educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, proteção à maternidade e à infância, além de assistência aos desamparados (BRASIL, 1988).

Em um cenário assim, os consórcios públicos emergem como uma rede de cooperação e ganham força na medida em que oferecem condições para que os seus entes consorciados realizem suas necessidades comuns na execução das políticas públicas de sua competência, mesmo diante da carência quase absoluta de recursos humanos, materiais e técnicos que lhes seriam necessários para a sua consecução.

Atualmente e em conformidade com a pesquisa realizada pela CNM (2021), é possível identificar que, dos 601 consórcios públicos mapeados no Brasil, 325 são finalitários, ao passo que 269 são multifinalitários. Outro resultado relevante foi observado na pesquisa realizada em 2019 (IBGE, 2020), que mostrou que os maiores percentuais de municípios com o referido instrumento de cooperação foram registrados nas áreas de saúde, manejo de resíduos sólidos e meio ambiente. Outro aspecto que chamou a atenção é que, dentro do mesmo *ranking*, as políticas públicas voltadas para a assistência e o desenvolvimento social ficaram na sétima posição, perdendo forças, inclusive, para a educação, a cultura e a habitação (IBGE, 2020).

A literatura atual aponta as vantagens da cooperação entre os municípios que se consorciam: algumas delas são notoriamente comentadas, como, por exemplo, o fortalecimento de vínculos, a consolidação de uma identidade regional, a promoção do desenvolvimento local, além das necessidades da população assistida, mesmo diante da escassez de recursos. Reverbera-se, portanto, que foi a partir de 2005 que os consórcios públicos passaram a ter um marco normativo, que traz à

luz a regulamentação de sua atuação, garantindo sua característica de ente jurídico autônomo, assim como suas características contratuais e as respectivas exigências legais para a sua celebração (ROSSI, 2021).

Souza (2006) menciona que as políticas públicas se fragmentam em planos, programas, projetos, sistemas de informação e pesquisas. Para efeitos deste artigo, as políticas públicas mais específicas para o desenvolvimento social, como as referentes às áreas de habitação, cultura e educação, são relevantes ao estudo presente, razão pela qual a pesquisa abordou projetos e programas do Codanorte, trazendo os povos tradicionais como escopo do estudo. Trata-se de povos com seus movimentos sociais em defesa de seus territórios, de seus direitos sociais e em constante e incansável luta pela preservação do meio ambiente, um dos importantes pilares do Codanorte.

A área de abrangência dos municípios consorciados ao Codanorte é muito grande e de muita riqueza local, com povos e comunidades tradicionais (povos indígenas, comunidades quilombolas, extrativistas, pescadores artesanais, geraizeiros, veredeiros, vazanteiros e tantos outros) dentro do complexo bioma do cerrado, o que reforça um recorte repleto de diversidade cultural e gastronômica. Dentre os 64 municípios consorciados, 35 são habitados por povos quilombolas (169 comunidades); dois deles envolvem territórios indígenas (Xacriabá e Xacriabá Rancharia); 27 contam com assentamentos da Reforma Agrária (71 assentamentos, com 4.596 famílias); e 51 municípios têm produção de pequi, que movimentaram cerca de R\$ 6,4 milhões em 2018. Além disso, mais de 68 mil agricultores familiares e extrativistas estão devidamente cadastrados (IBGE AGROPECUÁRIO, 2017).

Brandão (2012) descreve o conceito de sociedades tradicionais como sendo aquelas que estão no intervalo entre as sociedades primitivas e as sociedades modernas. Seriam populações que já existiam em determinado território há certo tempo, antes de novas populações se estabelecerem na mesma região. Bourdieu (2009) as classifica como grupos que vivem de uma forma diferente em relação à sociedade moderna, que se assemelham àquelas que têm uma economia de boa fé e são distintas por traços característicos, como fortes laços de solidariedade, compartilhamento e apego a questões familiares.

São grupos diferentes que, mesmo carregando suas tradições e ancestralidades, precisavam fazer evoluir suas fontes de renda. Novas

formas de comercialização buscam promover o desenvolvimento local, respeitando as culturas, as tradições, a biodiversidade e fortalecendo a autonomia dos agricultores. A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) acredita que os circuitos curtos de comercialização são fundamentais para o fortalecimento dos sistemas de produção da agricultura familiar (SILVA; PATRÍCIO, 2022).

No Brasil, as políticas públicas de apoio às populações agroextrativistas também se encontram vinculadas às políticas de proteção à sociobiodiversidade. O Codanorte compreende se tratar de um conjunto de práticas sociais, de conteúdo técnico, político e científico, que constitui um processo permanente e contínuo na relação entre as instituições, os sujeitos e a coletividade para a construção de valores, saberes, conhecimentos e práticas, para que se fortaleçam as relações sustentáveis da sociedade humana na sua interação com o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável para a promoção da saúde (BRASIL, 2014).

Neste sentido, ao colocar em evidência os povos tradicionais, o Codanorte enfatiza o empoderamento do referido grupo social, para ganhar reconhecimento, força, expressão e peso político, ao passar a exercer plenamente sua cidadania e seu acesso às políticas públicas (SILVA, ZANCUL; 2012).

5. Metodologia

Como metodologia para este artigo, foram realizadas a revisão bibliográfica e a análise de dados, incluindo a caracterização socioeconômica e demográfica dos municípios, além da análise documental (relatórios de diagnóstico e termos de referência, regimentos internos, atas e estatutos disponíveis em sítio eletrônico, bem como projetos básicos, planos de trabalho e cronograma de atividades, disponibilizado pela entidade pesquisada).

Na pesquisa sobre as comunidades quilombolas e os assentamentos, todos apresentaram perfil identificado por registros administrativos. O órgão responsável pela regularização dos referidos territórios é o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), conforme atesta o acervo fundiário de março de 2019. Em relação às comunidades indígenas, o órgão responsável pela demarcação das terras indígenas é a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai). Já no tocante aos

agroextrativistas pesquisados, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater-MG), nomeada por meio da Portaria nº 002/2021, foi a empresa responsável por catalogar as propriedades rurais e os respectivos produtores e extrativistas.

É importante salientar que neste estudo se pretende verificar a utilização do consórcio público intermunicipal multifinalitário como modelo institucional para a implementação das políticas sociais. No entanto, o período no qual o consórcio iniciou os programas com os convênios foi exatamente o mesmo em que o mundo passava pela pandemia de Covid-19, o que ocasionou queda nas ações da bolsa de valores, aumento do desemprego, declínio do Produto Interno Bruto (PIB), graves problemas de saúde pública, crises diversas, mortes e outras difíceis questões (SULLIVAN, 2020).

No Brasil, além da pandemia, houve também a retração de investimentos nas áreas sociais e ambientais por parte do Governo Federal, principalmente em se tratando das populações tradicionais, além do desmonte e da reconfiguração das políticas públicas de segurança alimentar, com desassistência às comunidades indígenas, aos agricultores familiares e aos camponeses, dentre outras populações (EVANGELISTA; SAUER, 2023). O período também foi marcado por ataques aos territórios, às lideranças e às comunidades indígenas, com o afrouxamento de leis, com a finalidade de desmontar a proteção constitucional dos povos originários (CIMI, 2021). Houve precarização dos órgãos ambientais, como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) (MATOS, 2022), entre outras ações que incidiram negativamente na organização e no desenvolvimento da agricultura familiar dos povos tradicionais.

Mesmo em tempos frágeis, os editais para a submissão de propostas foram abertos e o Codanorte envidou esforços para realizar a análise de viabilidade técnica com base nos diagnósticos situacionais, nas pesquisas de campo, em visitas técnicas, reuniões com as principais lideranças e com representantes de empreendimentos, além de diálogos com gestores para pactuar as ações de relevância e impacto social com o público-alvo.

5.1 Convênio entre o Codanorte e o Mapa

Por meio do Programa Fortalece SocioBio – Bioeconomia, o convênio nº 904049/2020, firmado entre o Codanorte e o Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), tem por objeto promover e estruturar o Circuito Agroecológico como forma de contribuir para o escoamento da produção da agricultura familiar represada, principalmente em tempos de coronavírus, além de potencializar os arranjos produtivos da sociobiodiversidade, por meio do apoio a circuitos curtos de comercialização, feiras livres, vendas em plataformas virtuais, cursos e capacitações, eventos temáticos e intercâmbios em 14 municípios eleitos.

Em estágio inicial dos desdobramentos previstos, a primeira meta tratou de implantar e implementar o Circuito Agroecológico, razão pela qual foi necessário planejar toda a estrutura acerca do projeto: realizar reuniões e efetuar levantamentos estatísticos; realizar visitas técnicas específicas com profissionais das áreas sociais, agrônomas, florestais e ambientais; selecionar famílias que seriam beneficiadas e atendidas; realizar capacitações com temas relacionados à conservação ambiental e à produção agrícola; providenciar a aquisição de materiais, equipamentos e insumos; e realizar eventos para promover a ampla divulgação das ações e dos resultados alcançados.

A segunda meta tratou de executar o Circuito Agroecológico. Suas etapas elencaram a criação de uma plataforma digital para que 600 agricultores, artesãos e extrativistas potencializassem suas vendas, além da contratualização da Feira Livre do Agricultor Familiar, que conta com instalações adequadas para 70 famílias extrativistas cadastradas. Também foram realizadas palestras em escolas públicas, ministradas pelos próprios produtores rurais, com o objetivo de empoderar os povos e as culturas tradicionais. Por fim, buscou-se, ainda, potencializar a venda dos produtos da sociobiodiversidade nos arranjos de produção.

A terceira meta tratou de fortalecer o aprendizado com oficinas temáticas e o nivelamento de informações, de modo a fomentar o associativismo e o cooperativismo nas comunidades rurais, com o intercâmbio de conhecimentos e a troca de experiências. Houve também um evento cultural de encerramento, a fim de divulgar as riquezas locais das regiões.

Um dos critérios de elegibilidade para a seleção da proposta foi exatamente a relação entre o Programa Fortalece Sociobio e os povos e as comunidades tradicionais. Outros acessos de interesse recíproco no âmbito das políticas públicas também estão sendo caracterizados de acordo com o escopo do Programa Bioeconomia Brasil – Sociobiodiversidade, instituído pelo Mapa, por meio da Portaria nº 121/2019, que tem como objetivo promover a articulação de parcerias entre o poder público, pequenos agricultores, agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais e seus empreendimentos e o setor empresarial. O mesmo ocorre em relação ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), lançado em 1995, pelo Governo Federal, cujo objetivo é propiciar um atendimento diferenciado para os pequenos produtores rurais, que contam somente com a própria força de trabalho e a de seus familiares para executar as tarefas no campo.

Vale salientar que o mesmo público-alvo também passa a ter acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que foi criado em 2003 para fomentar a agricultura familiar e o acesso à alimentação de qualidade. Acesso que é feito mediante a compra de produtos da referida modalidade, por órgãos públicos, sem a obrigação de passar por processos de licitação. Também é importante mencionar a Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPMBio), que faz um diálogo sobre os desafios e as oportunidades das cadeias de produtos da sociobiodiversidade, uma vez que tal fortalecimento passa a ser uma meta fundamental para possibilitar a integração do crescimento econômico com a conservação do meio ambiente, a inclusão social e produtiva de povos e comunidades tradicionais e a agricultura familiar, com respeito às suas especificidades culturais e éticas.

5.2 Convênio entre o Codanorte e a Seapa

O convênio entre o Codanorte e a Seapa traz uma proposta, intitulada “Projeto de Desenvolvimento Sustentável das Frutas Nativas e Plantadas da Agricultura Familiar para o Norte de Minas Gerais – Extrativismo”, que nasceu com a necessidade de promover o desenvolvimento sustentável da cadeia dos produtos do agroextrativismo, contribuindo para a manutenção do germoplasma das plantas nativas, a conservação ambiental, o fortalecimento dos empreendimentos solidários econômicos e a melhoria da qualidade de vida dos extrativistas dos municípios eleitos.

O programa, firmado entre o consórcio e a Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa), busca linhas de ações de desenvolvimento da fruticultura agroextrativista da agricultura familiar com as frutas nativas tanto naturais quanto plantadas. Com isso, o programa apresenta uma proposta de desenvolvimento sustentável com relevância social. A região de desenvolvimento do referido convênio faz parte do Polígono das Secas e é composta pelos biomas da caatinga e do cerrado, cujas vegetações possuem uma rica produção de frutas nativas.

Com a execução finalizada de mais da metade das metas e das etapas, o recurso está em conformidade com o Programa Mineiro de Incentivo ao Cultivo, à Extração, ao Consumo, à Comercialização e à Transformação do Pequi e Demais Frutos e Produtos Nativos do Cerrado (Pró-Pequi), por meio do Decreto nº 47.968, de 29 de maio de 2020, do Governo Estadual de Minas Gerais, regulamentado pela Lei nº 13.965, de 27 de julho de 2001, cujo objetivo central é integrar as populações que tradicionalmente exploram o cerrado e a caatinga no uso e no manejo racional dos referidos biomas em uma perspectiva de sustentabilidade ambiental.

Levantamentos iniciais foram realizados diretamente com os agroextrativistas para o alinhamento das principais demandas e dos gargalos que impactam diretamente a citada parcela populacional. Com base nas diretrizes do convênio, elenca-se uma governança (comitê nomeado pela Portaria nº 001/2021), representada por profissionais multidisciplinares, que acompanham a proposta desde a implantação até a avaliação final.

Além disso, apresentam-se etapas, tais como: (I) a realização de assistência técnica de extensão rural; (II) a promoção da segurança alimentar dos produtos do arranjo de produção local (APL) do pequi, com foco na comercialização; (III) o mapeamento e a caracterização do perfil de 216 agroextrativistas (povos tradicionais); (IV) a categorização dos processos de 15 empreendimentos (cooperativas e associações) para qualificar seus produtos com potencial de comercialização; (V) a oferta de oficinas de nivelamento para os agroextrativistas; e (VI) o suporte na segurança alimentar com foco na comercialização de produtos categorizados, de modo a responder pela qualidade e pela segurança da produção de derivados do pequi e de outros produtos do agroextrativismo, a fim de implementar programas de controle de qualidade, manuais técnicos e a padronização dos procedimentos e das boas práticas de fabricação. A terceira e última diretriz apresenta como resultado avaliar o potencial de difusão em seu desdobramento.

Foram contemplados 25 municípios consorciados e, de um modo geral, os povos tradicionais que estão inseridos nas cadeias produtivas do agroextrativismo necessitam de apoio financeiro para: (I) trabalhar com a organização dos produtores; (II) realizar capacitações em manejo, pós-colheita, conservação, controle fitossanitário de pragas e doenças; e (III) estruturar os empreendimentos coletivos que agregam valor ao agroextrativismo. No âmbito do Governo Federal, a responsabilidade pela coordenação de políticas públicas relacionadas ao agroextrativismo é do Mapa, por meio da Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo e da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Destaca-se, também, a ação do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), por meio do ICMBio nas unidades de conservação federais.

Dentre as principais políticas públicas que envolvem o arcabouço social, podem ser citadas as seguintes: Programa Bioeconomia Brasil – Sociobiodiversidade, Selo Nacional da Agricultura Familiar (Senaf) Sociobiodiversidade, Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio), Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater), que tem como propósitos a promoção do desenvolvimento rural sustentável, o auxílio às atividades econômicas voltadas para as potencialidades locais e a construção de cadeias produtivas sustentáveis.

São esperados os seguintes resultados: (I) um manejo adequado; (II) a consequente exploração sustentável dos frutos do cerrado e dos recursos naturais; (III) maior utilização da produção; (IV) a ampliação das áreas de frutas nativas; (V) o fortalecimento do APL do Pequi, por meio do aumento da ocupação de mão de obra; (VI) a agregação de valor aos produtos; e (VII) renda para o extrativista.

6. Considerações finais

Ao se abordar e discutir o acesso às políticas sociais no âmbito do estrato populacional dos povos e das comunidades tradicionais, surgem várias estratégias que objetivam contribuir para que o referido viés seja aplicado nos municípios. O Codanorte vem ganhando força com a formalização de instrumentos de parcerias com órgãos públicos que permitem a consecução de objetivos e finalidades do consórcio. O

respaldo institucional e os recursos alocados para os projetos vêm permitindo a ampliação da autarquia, apontando como o consórcio público intermunicipal e multifinalitário pode auxiliar na gestão das políticas sociais, assinalando vantagens e desafios para a implementação e a manutenção desse modelo de cooperação.

Vale citar que os municípios consorciados, em sua grande maioria, carregam populações mais vulneráveis e com menor poder econômico, de modo que tais povos tendem a sentir de maneira mais aguda as consequências de crises econômicas e situações de emergência em saúde pública. Uma das consequências foi a brusca redução da demanda que prejudicou o escoamento da produção agrícola e suas cadeias produtivas, trazendo insegurança alimentar e prejuízos aos produtores rurais e agricultores familiares, o que justifica a elaboração do convênio entre o Codanorte e o Mapa, uma vez que pode atenuar as consequências e os impactos socioeconômicos resultantes da pandemia do novo coronavírus.

Outro importante canal de acesso dos povos tradicionais às políticas sociais foi o convênio entre o Codanorte e a Seapa, cuja proposta está em consonância com: (I) a estruturação do APL do pequi e de demais frutos do cerrado; (II) a valorização da gastronomia regional; (III) a produção agroextrativista; (IV) o agroturismo gastronômico; (V) a qualificação de empreendimentos; (VI) a comercialização de produtos; e (VII) a formação, a capacitação técnica e o apoio às pesquisas voltadas para a sustentabilidade econômica, ambiental e social das cadeias produtivas dos produtos da sociobiodiversidade, beneficiando os empreendedores comunitários, que carregam uma camada expressiva das comunidades tradicionais e das sociedades locais.

Para os convênios citados, a pesquisa objetiva informar que haverá resultados mensuráveis e imensuráveis, uma vez que traz à luz mudanças e transformações sociais. Já em relação ao exercício do controle social, ela reflete os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, o bem-estar e a qualidade de vida de todos os envolvidos, com uma educação territorializada, de maneira que impacte os diversos indicadores das realidades locais.

É mister elucidar que, com a execução dos referidos convênios, o Codanorte passou a ter um acervo documental relevante, trazendo outras reflexões para os próximos programas e projetos, tais como a importância de: (I) promover a equidade de gênero no agroextrativismo

e o papel de liderança das mulheres da agricultura familiar; (II) rever o porquê da redução da participação dos jovens na população rural (êxodo), bem como do envelhecimento dos que ali residem, o que traz preocupações para a posteridade da família do campo; (III) trabalhar as políticas públicas já existentes entre a população rural idosa, uma vez que os produtores mais velhos precisam de boas condições de trabalho para manter suas atividades laborativas extrativistas e para que tenham qualidade de vida; (IV) estimular o planejamento familiar, em especial no sentido de reduzir a queda da taxa de fecundidade, uma vez que famílias rurais numerosas têm se reduzido sobremaneira nos respectivos domicílios e nas propriedades rurais, contribuindo com a crescente população senil; (V) fomentar a transmissão do saber e a manutenção da cultura local e geracional para a sucessão familiar, além das alterações em sua composição, que devem ser acompanhadas de políticas públicas específicas para a sua manutenção no meio rural; e (VI) prestar assistência específica para que os produtores e extrativistas tenham acesso às diversas políticas públicas que auxiliam o desenvolvimento da produção e, conseqüentemente, a melhoria das condições de trabalho e qualidade de vida, dentre outros dados significativos.

O certo é que, isoladamente, os municípios não conseguem um acesso efetivo às políticas públicas. Espera-se que este artigo possa contribuir com um duplo objetivo: gerar conhecimento sobre o acesso às políticas sociais nos remotos espaços territoriais e propor novos estudos sobre a cooperação intermunicipal, uma vez que a figura do consórcio pode ser um bom caminho para resolver os diferentes e enormes desafios tratados aqui, permitindo assim a melhoria da qualidade de vida dos povos e das comunidades tradicionais.

7. Referências

- BOURDIEU, P. **O senso prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009, p. 189.
- BRANDÃO, C. R. A comunidade tradicional. In: COSTA, J. B. A.; OLIVEIRA, C. L. de. **Cerrado, gerais, sertão: comunidades tradicionais nos sertões roseanos**. São Paulo: Intermeios, 2012, p. 367-380.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 5 out. 1988.

BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde. **Estruturação e implementação de consórcios públicos de saneamento**. Ministério da Saúde, Fundação Nacional de Saúde. 2ª ed. – Brasília: Funasa, 2014, 168 p.

BRASIL. Subchefia para Assuntos Jurídicos, Decreto nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007. **Regulamenta a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos**. Casa Civil. Brasília, 2007.

CIMI. Conselho Indigenista Missionário. Relatório – **Violência contra os Povos Indígenas no Brasil** – Dados de 2021. Disponível em: <<https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2022/08/relatorio-violencia-povos-indigenas-2021-cimi.pdf>>. Acesso em: 30 dez. 2022.

CODANORTE. **Estatuto Social**: 2021. Disponível em: <<http://codanorte.mg.gov.br/arquivos/estatuto-social-codanorte-2021.pdf>>. Acesso em: 30 dez. 2022.

CODANORTE. **Protocolo de Intenções**: 2013. Disponível em: <<http://codanorte.mg.gov.br/wp-content/uploads/2018/05/Protocolo-de-Inten%C3%A7%C3%B5es-Codanorte.pdf>>. Acesso em: 30 dez. 2022.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS (CNM). In: HENRICH, J. A. **Mapeamento dos consórcios públicos brasileiros**. Estudo técnico. Brasília, out. 2020. Disponível em: <https://www.cnm.org.br/cms/biblioteca/Mapeamento-dosconsorcios-publicos-brasileiros-2021_07.10.2021.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2021.

DIAS, S. G. **Possibilidades jurídico-institucionais dos consórcios públicos**, 2006. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

EVANGELISTA, M. O.; SAUER, S. **Terra, fome e poder**: desafios para o rural contemporâneo. 10º Encontro da Rede de Estudos Rurais, de 27 a 31 de agosto de 2023, UFSCar, São Carlos – SP.

GIOVANNI, G. D. **Políticas públicas e política social**. [Sociólogo do Instituto de Economia da Universidade de Campinas – Unicamp]. Publicado em 22 de agosto de 2008. Disponível em: <<http://geradigiovanni.blogspot.com/2008/08/politicas-pblicas-e-poltica-social.html>>. Acesso em: 27 dez. 2020.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Acervo Fundiário 2019**. Disponível em: <<https://acervofundiario.incra.gov.br/acervo/login.php>>. Acesso em: 27 dez. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html>. Acesso em: 30 dez. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC, 2020)**: Perfil dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro: Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2019. 90 p.: il. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101770.pdf>>. Acesso em: 30 dez. 2022.

MATOS, A. M. **Diferenças e implicações das nomeações técnicas e políticas do Ministério do Meio Ambiente (MMA)**: Uma análise da gestão dos ministros Ricardo Salles e Joaquim Leite, 2022. 64 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciência Política) — Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

NEGRINI, R. A. **Os consórcios públicos no direito brasileiro**, 2009. Dissertação (Programa de Mestrado em Direito) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

ROSSI, R. O. S. (2021). **Consórcios públicos educacionais: O cooperativismo intermunicipal e a sua relevância para implementação das políticas públicas educacionais**. Dissertação de Mestrado em Direito, Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 172p.

SILVA, H. B. C. da.; PATRÍCIO, Claudia Cartes (orgs.). Cooperativismo, Ater e pesquisa agropecuária: **Ater digital pós-Covid-19**. Fortalecimento da Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). Brasília, 2022, 72p.

SILVA, E. R.; ZANCUL, J. S. **Análise da dinâmica demográfica rural brasileira como estratégia na formulação da política federal de saneamento rural**. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 17, 2012, São Paulo. Anais... São Paulo: ABEP, 2012.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. In: **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez. 2006, p. 05-45. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222006000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 1º dez. 2022.

SULLIVAN, A. **As consequências da Covid-19 para a economia mundial** (2020). Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-002/>>

as-consequ%C3%Aancias-da-covid-19-para-a-economia-mundial/a-53021449>. Acesso em: 17 fev. 2023.

TEIXEIRA, E. C. O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. **Revista AATR**, 2002. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/57253448/03-Aatr-Pp-Papel-Politicas-Publicas>>. Acesso em: 9 dez. 2022.

SER Social

TRABALHO, LUTAS SOCIAIS
E SERVIÇO SOCIAL

Brasília (DF), v. 26, nº 55, de julho a dezembro de 2024

Limites do conceito de “exclusão social” e seu ocultamento dos fundamentos da “questão social”: implicações e desafios ao Serviço Social

*Limits of the concept of “social exclusion” and its concealment
of the foundations of the “social issue”:
implications and challenges for Social Work*

*Límites del concepto de “exclusión social” y su ocultamiento de los
fundamentos de la “cuestión social”:
implicaciones y desafíos para el Trabajo Social*

Paulo Roberto Felix dos Santos¹

<https://orcid.org/0000-0003-1538-8207>

Recebido em: 30/06/2021

Aprovado em: 02/04/2022

Resumo: O texto problematiza os limites e algumas das implicações do conceito de “exclusão social” para a apreensão da “questão social”, bem como seus desdobramentos teórico-políticos para o Serviço Social. Para tal intento, valemo-nos de revisão bibliográfica, com base

¹ Doutor em Serviço Social (PPGSS/UFRJ). Mestre em Serviço Social (PPGSS/UFAL). Graduação em Serviço Social (UFS). Docente da Graduação e da Pós-Graduação do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Pesquisador do GEPEN/UFS. Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/9395834104073633>>. E-mail: <felix.ufs@gmail.com>.

na perspectiva crítico-dialética, apontando as principais nuances que contornam o debate e suas implicações. Ao realizarmos tal discussão, concluímos que, mais do que um novo conceito a ser incorporado no conjunto de abordagens teórico-metodológicas da profissão, a noção de “exclusão social” pode constituir-se como um fetiche teórico-conceitual que oculta as principais determinações que configuram os fundamentos da “questão social”, sobretudo nos marcos da mais recente crise do capital, acarretando desafios à profissão na afirmação de um projeto de inspiração crítica.

Palavras-chave: questão social; exclusão social; Serviço Social.

Abstract: The text problematizes the limits and some of the implications of the concept of “social exclusion” for the understanding of the “social issue”, as well as its theoretical-political implications for Social Work. For this purpose, we used a bibliographical review, based on a critical-dialectic perspective, pointing out the main nuances that surround the debate and its implications. When carrying out such a discussion, we concluded that, more than a new concept to be incorporated into the set of theoretical-methodological approaches of the profession, the notion of “social exclusion” can constitute itself as a theoretical-conceptual fetish that hides the main determinations that they configure the foundations of the “social issue”, especially in the context of the most recent capital crisis, causing challenges to the profession in affirming a project of critical inspiration.

Keywords: social issues; social exclusion; Social Work.

Resumen: El texto problematiza los límites y algunas de las implicaciones del concepto de “exclusión social” para la comprensión de la “cuestión social”, así como sus implicaciones teórico-políticas para el Trabajo Social. Para ello, utilizamos una revisión bibliográfica, basada en una perspectiva crítico-dialéctica, señalando los principales matices que rodean el debate y sus implicaciones. Al realizar dicha discusión, concluimos que, más que un nuevo concepto a incorporar al conjunto de abordajes teórico-metodológicos de la profesión, la noción de “exclusión social” puede constituirse como un fetiche teórico-conceptual que oculta la principales determinaciones que configuran los fundamentos de la “cuestión social”, especialmente en el contexto

de la más reciente crisis del capital, provocando desafíos a la profesión a la hora de afirmar un proyecto de inspiración crítica.

Palabras clave: cuestión social; exclusión social; Trabajo Social.

Introdução

Considerando a crise capitalista atual, cujos efeitos mais agudos se traduzem em distintas expressões de precarização das condições de vida e de trabalho de parcelas significativas da população, nos índices crescentes de desemprego, na pauperização – relativa e absoluta – e nas diversas manifestações da barbárie, identificamos análises que acabam por sustentar-se no conceito de “exclusão social”² como conceito explicativo daqueles fenômenos na tentativa de apreender as determinações contemporâneas da “questão social”. A nosso juízo, a opacidade do conceito, ao tempo em que pode revelar aparentes particularidades atuais do capitalismo, corre o risco de reduzir-se às expressões pseudo-concretas que se manifestam dessa mesma realidade, trazendo desafios teórico-políticos a uma série de sujeitos mobilizados nesse processo, a exemplo dos(as) assistentes sociais, e sustentação crítica do seu projeto ético-político profissional.

Com efeito, cumpre destacarmos que o debate acerca da relação entre “questão social” e Serviço Social não é novo, ainda que sempre aberto a polêmicas e adensamentos. Portanto, nossa principal intenção é problematizar como o conceito de “exclusão social”, associado à “questão social”, traz desafios à profissão como área de conhecimento e de intervenção. Como nos adverte Mota (2010, p. 51):

A tensão entre intervenções políticas mediatas e horizonte ético-político se reflete na cultura profissional e aponta para a necessidade de fortalecermos o núcleo teórico, estratégico e político da nossa profissão. Por isso mesmo,

2 Intendo problematizar como se expressam as diferentes formas de incorporação do debate da cidadania na produção teórica do Serviço Social – pois existe uma vinculação a determinados projetos sociopolíticos –, Santos (2018) realizou um levantamento no qual identificou, em dois significativos periódicos (Serviço Social & Sociedade e Katálysis), além de em outras produções da área, análises que advogam a respeito da ampliação das formas de “exclusão social” como expressões da “questão social” no contexto atual. A despeito de recolher importantes elementos característicos da fase atual do desenvolvimento capitalista, sinaliza o autor que tais premissas de análise acabam por elidir as determinações fundamentais que caracterizam o próprio fenômeno da “questão social”, acarretando desafios teórico-políticos à profissão.

uma relação até agora pouco discutida – aquela entre questão social e projeto ético-político, hegemônico no Serviço Social brasileiro – deve demandar atenção nos debates profissionais.

A fim de levantarmos pistas que sustentem um caminho de adensamento dessas preocupações sinalizadas pela autora, sustentamos nossas reflexões na crítica dialética de inspiração marxiana, dadas as contribuições possíveis de não só apreendermos os fundamentos da realidade social, mas da própria lógica imanente ao desenvolvimento capitalista, bem como suas particularidades na quadra contemporânea. Assim, a partir de revisão bibliográfica, procuramos problematizar algumas das principais implicações que resultam da apreensão do conceito de “exclusão social” no âmbito do Serviço Social em seus níveis da formação e do exercício profissionais, bem como alguns de seus desafios. Nessa medida, esperamos contribuir com análises que nos permitam adensar o conjunto de preocupações quanto ao fenômeno da “questão social” na atualidade e suas implicações à profissão.

“Questão social”: a base ontologicamente fundante do Serviço Social

Para o Serviço Social, o debate da “questão social” assume uma dimensão incontornável, de modo não só a apreender as características que conferem particularidades ao referido fenômeno, mas também no sentido de tornar inteligível o próprio significado sócio-histórico da profissão, ou seja, apreender a sua natureza. De algum modo, trata-se de um processo que implica confrontar tais debates com os fundamentos histórico-sociais da relação entre a profissão e a natureza mesma da “questão social”, diluída em uma apreensão tão polimórfica, ou, em outros casos, tão genérica que se torna difícil separar o que constitui o seu núcleo medular do conjunto de suas manifestações epidérmicas.

Já desde a década de 1980, sustenta-se que a “questão social” – indissociável das relações sociais capitalistas, nos marcos de sua expansão monopolista, assentada nas respostas mobilizadas pelo Estado – encontra-se na base da profissionalização do Serviço Social (IAMAMOTO & CARVALHO, 1982; NETTO, 1992; ABEPSS, 1997; SANTOS, 2012). Ela tem sido analisada como o elemento fundante do

exercício profissional, cujas múltiplas expressões seriam alvo de sua intervenção. Conforme observa Mota (2010, p. 33), “a questão social é posta como eixo fundante da profissão e articulador dos conteúdos da formação profissional e esta última deve ter em vista formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social”.

Grande parte da discussão teórico-conceitual que sucedeu à aprovação das Diretrizes Curriculares para o Serviço Social de 1996 vem na direção de qualificar essa apreensão não só do significado social da “questão social” e de suas implicações no conjunto de respostas profissionais a ela vinculado, mas também de desvelar os sentidos de suas transformações no interior mesmo das mudanças capitalistas recentes. Diante do processo de revisão curricular, abriu-se um amplo debate acerca da caracterização da “questão social” como eixo fundante da profissão. A partir desses resultados e da interpretação teórico-metodológica marxiana, compreendemo-la no sistema de causalidades que envolve a chamada “lei geral da acumulação capitalista” (MARX, 2013), cujas determinações se apresentam como uma

[...] lei segundo a qual uma massa sempre crescente de meios de produção, graças ao progresso da produtividade do trabalho social, pode ser colocada em movimento com um dispêndio progressivamente decrescente de força humana – essa lei se expressa sobre a base capitalista, onde não é o trabalhador quem emprega os meios de trabalho, mas os meios de trabalho empregam o trabalhador, de forma que, quanto mais elevada for a força produtiva do trabalho, tanto maior é a pressão do trabalhador sobre seus meios de ocupação e tanto mais precária, portanto, é sua condição de existência, venda da própria força para multiplicar a riqueza alheia ou para autovalorização do capital. O crescimento dos meios de produção e da produtividade do trabalho mais rápido do que a população produtiva expressa-se, capitalisticamente, portanto, às avessas no fato de que a população trabalhadora sempre cresce mais rapidamente do que a necessidade de valorização do capital. (MARX, 2013, p. 699).

Tomamos, assim, a partir das lições marxianas e das análises subscritas por seus/as interlocutores/as, que “[...] a questão social, enquanto constitutiva das relações sociais capitalistas, é apreendida

como expressão ampliada das desigualdades sociais: o anverso do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social” (IAMAMOTO, 2001, p. 10). É certo, pois, que no cenário contemporâneo deparamo-nos com fenômenos tão complexos que nos desafiam ao esforço teórico-analítico de sua interpretação. Para esse intento, entendemos que ainda são absolutamente válidas as contribuições advindas da perspectiva marxiana, bem como do acúmulo que vem se avolumando no âmbito da tradição marxista. Isso quer dizer que acompanhamos “um processo de metamorfoses da questão social” (IAMAMOTO, 2009, p. 178).

Alcançar esse processo e seu significado nos exige a apreensão de suas particularidades no capitalismo atual, posto que, se a base fundante sobre a qual gesta-se aquele fenômeno é a mesma, suas múltiplas manifestações assumem especificidades nos distintos processos do próprio desenvolvimento capitalista, inclusive diante das particulares formações nacionais. Apesar dessa preocupação, estamos convencidos de que não se trata, pois, da existência de uma “nova ‘questão social’”, tal qual se depreende de análises de autores como Robert Castel e Pierre Rosanvallon (cf. PASTORINI, 2010), mas daquele velho fenômeno que assume contornos particulares, sobretudo nos marcos de uma das mais profundas crises capitalistas, desafiando-nos, portanto, à interpretação do conjunto desses novos fenômenos, com respostas que têm sido mobilizadas para o seu enfrentamento, bem como das armadilhas que subjazem a esse processo, em que o “novo” parece elidir as determinações substanciais que contornam o “velho”.

Em meio a uma pretensa “disputa de narrativas”, verificamos um contexto no qual as “receitas requeitadas” para um “novo” fenômeno passam a ser operadas como alternativas à reorganização da hegemonia burguesa e que tem, nos sentidos da crise capitalista, a sua base material de elaboração. Curiosamente, mas não acidentalmente, é esse cenário que abre, pelo mesmo processo, a possibilidade de apreensão da ativação dos limites absolutos da sociabilidade regida pela lógica de valorização do valor, ao tempo em que se constitui como um solo fértil onde germinam alternativas conservadoras sustentadas em um frágil ardil, que não encontra correspondência para além da pseudoconcretude dos fatos e de seus sustentáculos ideopolíticos. Cremos, nessa direção, que é na apreensão das bases materiais desse fenômeno, em seu estágio contemporâneo, que isso nos pode permitir desvelar algumas das propostas que, negando um efetivo enfrentamento da “questão social”, só

podem operar como uma sofismada resposta teórico-metodológica de sua (má) administração nos marcos do capitalismo em crise.

A crise do capital e suas respostas econômicas e ideopolíticas no cenário contemporâneo

Parece-nos consolidado na historiografia marxista que, no fim dos anos de 1960 e na entrada dos anos de 1970, ocorreu o desmoronamento das bases de sustentação do padrão keynesiano de intervenção e a desestruturação de diversas modalidades de constituição de “Estado de Bem-Estar Social”, sobretudo no âmbito de países de economia central, com suas experiências mais maduras. Após a emergência de expressivas conquistas da classe trabalhadora, seguiu-se uma forte redução das taxas de lucro, advinda a partir de uma nova crise do capital, à qual se respondeu não só com a reorganização macroeconômica dos processos de acumulação, expressa na adoção de métodos mais “flexíveis” de gestão dos processos produtivos, como também com uma profunda ofensiva ideopolítica contra os segmentos representativos do trabalho, a partir da adoção de medidas de ajustes estruturais neoliberais.

Os anos posteriores a essa nova quadra histórica do capitalismo demonstraram, de forma cada vez mais substantiva, os limites do seu próprio processo e a fragilidade de qualquer perspectiva que buscasse congregiar um suposto desenvolvimento mais humanizável, bem como social e eticamente responsável de uma sociedade regida pela forma-capital. Vivenciamos, de lá até os dias atuais, uma crise que expõe a nu os limites absolutos da forma mercantil fundada nesse sistema sociometabólico, num contexto de explicitação de sua crise. Para Mészáros (2009), trata-se de uma “crise estrutural”, que inunda todos os poros da sociabilidade.

Como tentativa de resposta à crise, em um processo de reorganização capitalista, nos marcos da ascensão do projeto neoliberal, verificamos o reordenamento ao trato da “questão social”, a partir de uma proposta neoconservadora, sobretudo na relação Estado-sociedade. Nessa esteira, identificamos a acusação da inépcia do Estado em gerenciar as políticas sociais, em que se advoga sua refuncionalização, sob a lógica do “gerencialismo contábil”. Daí, torna-se marcante uma “repolitização conservadora” ao trato da “questão social” no reclame à participação do chamado “terceiro setor” (cf. MONTAÑO, 2002),

apoiando-se na ação de instituições filantrópicas, do voluntariado e das chamadas organizações não governamentais, com enxugamento do papel direto da intervenção estatal.

De outro lado, requisita-se da ação estatal o papel de provedor dos espaços ociosos do mercado, por meio da constante mercantilização do atendimento às necessidades sociais, enquanto zonas privilegiadas de controle do grande capital. Em paralelo, identificamos a assistencialização de um conjunto de políticas sociais, reduzidas a ações focalizadas, restritas e de caráter minimalista, ao passo em que assistimos à centralidade de esforços em estratégias de “combate à pobreza”, sobretudo por meio da Política de Assistência Social, cujo protagonismo, assumido nos últimos anos, no enfrentamento do aumento das desigualdades sociais, consubstancia-se em certo “fetichismo social” (MOTA, 2010). Na nossa análise, tais medidas nem de longe poderiam dar conta de enfrentar o fenômeno contemporâneo de exacerbação das formas de pauperização de parcelas significativas da classe trabalhadora.

Na verdade, tais respostas veem-se estéreis frente à ampliação do desemprego crônico ou à persistência de formas cada vez mais precárias de inserção dos(as) trabalhadores(as).³ Verificamos, assim, a ampliação da pobreza não só na sua face relativa, mas, sobretudo, nas suas formas absolutas, a despeito de toda a “preocupação” de um conjunto de organismos oficiais mobilizados em estratégias de mitigação desse processo, como é o caso da chamada Agenda 2030⁴ da Organização das Nações Unidas, cujos objetivos, nada modestos, referem-se, entre outros, à “erradicação da pobreza” (ONU, 2019). Para tal fim, investe-se no “desenvolvimento sustentável” e na “promoção da inclusão social”, influenciando em agendas internacionais e locais traduzidas em ações estratégicas que incidem sobre o planejamento, a organização orçamentária, a execução e a avaliação de diversas políticas sociais.

A partir da problematização dos fenômenos aos quais aludimos, não é raro que o conjunto de formulações teórico-conceituais para as quais se busca mobilizar toda uma rede interventiva recaia sobre

3 Não se trata, pois, de negar o significado e a importância da Política de Assistência Social, enquanto também uma conquista da classe trabalhadora, mas de trazer ao debate seus limites, em face das fragilidades das políticas de trabalho e geração de renda, que se renderam ao fetichismo do “empreendedorismo”. Trata-se, a nosso juízo, de trazer a lume essa tensão, conforme bem observou Boschetti (2016).

4 Segundo informações acessadas no sítio eletrônico da entidade, a Agenda 2030 “é um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade. Ela também busca fortalecer a paz universal com mais liberdade” (ONU, 2019).

designações teórico-políticas genéricas, que poderiam contribuir para a elaboração de respostas mais efetivas, a exemplo da noção de “exclusão social”. Como um “passe de mágica”, a ressignificação dos sentidos da crise parece conferir maior robustez às respostas possíveis aos seus “sintomas”, apreendidos como disfunções (quase que como efeitos colaterais) surgidas no caminho do inevitável desenvolvimento capitalista. No referido cenário, trazemos à baila as seguintes indagações: é o conceito de “exclusão social” heurísticamente explicativo dos fenômenos do capitalismo contemporâneo? Quais são as implicações da incorporação do citado conceito para as possibilidades de elaboração de respostas profissionais qualificadas no âmbito do Serviço Social?

A “armadilha” teórico-conceitual do conceito de “exclusão social” e o ocultamento dos fundamentos da “questão social”

Como já adiantamos na introdução no presente artigo, é na própria base material na qual se assenta o Serviço Social que podemos localizar as determinações estruturais da chamada “questão social”. Nos marcos da crise capitalista, que apresentam novas manifestações daquele velho fenômeno, do seu nível de apreensão teórico-conceitual, desdobra-se a questão em desafios interventivos, inseridos no conjunto de tensões entre as demandas e requisições socioinstitucionais e as respostas profissionais que se operam nesse campo. Vale destacar que o processo que articula esse conjunto de demandas, bem como as respostas possíveis, atende às transformações da própria dinâmica social na qual se realiza a atividade profissional. No conjunto dessas respostas, assentam-se aquelas propostas formuladas no âmbito da intelectualidade burguesa, “preocupada” com a exponenciação das expressões da “questão social”, cujo limite assenta-se em malfadadas estratégias teórico-políticas de sua administração, dada a incapacidade político-analítica de buscar alternativas para a sua superação. Decorre daí o limite de se reduzir a apreensão do núcleo estruturante da “questão social” ao mero gerencialismo dos efeitos mais agudos desse fenômeno.

Sustentamos que é na análise marxiana que podemos localizar os fundamentos que engendram a “questão social”, de onde derivam determinadas formas de seu enfrentamento; dentre elas, a política social. Trata-se, portanto, de se apreender o *modus operandi* próprio

do desenvolvimento mercantil-capitalista, cujas manifestações das expressões da “questão social” são partes integrantes. Se a hipótese que levantamos no início deste texto estiver correta, parece-nos que é na chave heurística de cariz marxiano/marxista que poderemos encontrar pistas de modo a problematizarmos tais desafios postos à categoria profissional. Destacamos aqui dois fenômenos típicos do capitalismo de ontem e de hoje: o desemprego e o pauperismo, que assumem, entretanto, contornos particulares nesta etapa histórica de uma das mais profundas crises e que impactam diretamente o conjunto de mediações mobilizadas pelo Serviço Social. Na atualidade, o acirramento das contradições em que se assentam tais fenômenos, como veremos a seguir, guarda um solo fértil e oportuno a conceitos explicativos, como o de “exclusão social”, que balizariam, por sua vez, as alternativas, inclusive profissionais, ao referido cenário.

No debate acerca das atuais expressões da “questão social”, identificamos no desemprego crônico (MÉSZÁROS, 2009) um de seus fenômenos mais patentes. O que, na nossa avaliação, cabe considerar é que não se trata de um fenômeno de “exclusão”, como aparece em recorrentes debates, mas da própria contradição imanente a uma forma de organização social que, ao tempo em que passa a demandar o aumento da incorporação da força de trabalho, opera, no sentido inverso, repelindo contingentes inteiros de trabalhadores(as), na constituição de seu “exército industrial de reserva” (MARX, 2013), compondo-se como enorme força de trabalho excedente, dado que a dinâmica que conforma a produção capitalista opera uma dupla relação, de demanda e repulsa por força de trabalho. No Brasil, segundo levantamento do Portal G1 (2019), baseando-se nos dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), levando-se em consideração o ano de 2018, tivemos uma taxa média de desocupação em torno de 12,3%, que, apesar do recuo em relação ao ano anterior (0,4%), teve como consequência o aumento do trabalho sem carteira assinada e por conta própria. Ou seja, ao lado do caráter crônico do desemprego, coexistem formas cada vez mais precárias de submissão da força de trabalho ao sistema geral de rotação do valor. Tendência que, guardadas as devidas variações, permanece como uma das marcas estruturais do capitalismo contemporâneo em meio à crise.

É preciso sinalizar que a dinâmica que articula aqueles(as) que se encontram submetidos(as) diretamente à exploração da força de trabalho

e aquela parcela submetida ao exército industrial de reserva não pode ser apreendida como dois momentos separados ou confrontados, mas implica apreendê-los como uma unidade indissolúvel do processo de desenvolvimento da forma mercantil-capitalista. Tal argumentação tenciona uma tendência de análise que, escamoteando a dimensão estrutural do desemprego no capitalismo, tende a deslizar os fundamentos dessa angulação da exploração capitalista para o par “incluído/excluído”, como já observamos. Paugmam (1996, *apud* DEMO, 2002), por exemplo, um dos autores que têm assumido lugar de destaque no debate, aponta que

o sucesso da noção de exclusão é que ela põe acento, ao menos implicitamente, sobre uma crise do liame social. Com respeito à temática das desigualdades, a noção de exclusão a ultrapassa, dando-lhe um sentido fundado não principalmente sobre a oposição de interesses entre grupos sociais e a luta pelo reconhecimento social, mas antes sobre a fraqueza, ou seja, a ausência de reivindicações organizadas e de movimentos suscetíveis de reforçar a coesão identitária das populações desfavoráveis (PAUGMAM, 1996, p. 15, *apud* DEMO, 2002, p. 18).

Como podemos perceber, ao se distanciar do conjunto estrutural das desigualdades sociais e ao caracterizar, de um modo particular, o fenômeno denominado de *exclusão*, Paugmam (*apud* DEMO, 2002) busca estabelecer uma inovação a uma expressão que, ao fim e ao cabo, é parte integrante da lógica do próprio desenvolvimento capitalista. Não se trata, pois, nem de uma externalidade e tampouco de uma condição nova ou incidental por conta de sua agudização em tempos de crise. Na análise do autor, carece-se de uma perspectiva de classe, o que permite subdimensionar a oposição entre grupos sociais e a luta pelo reconhecimento social, que são elementos da dinâmica própria da luta de classes, em face de conflitos irreconciliáveis. Por meio desse “malabarismo teórico-metodológico”, é possível ao autor delegar o fenômeno da “exclusão” a uma condição de fraqueza, contra a qual torna-se necessário reforçar elementos de “empoderamento” e “coesão identitária das populações desfavoráveis”. Nessa perspectiva, a solução passaria, portanto, por um processo inclusivo dos(as) “menos favorecidos(as)” – como se a apropriação da riqueza socialmente produzida fosse uma “gestão do favor” – em suas lutas identitárias, mas não de classe. Esvaziam-se a substância econômico-social e a política estruturante da

própria “questão social”, tratada, neste viés analítico, a partir de uma apreensão teórico-política de caráter conservador.

Vale reiterar que não se trata de considerar a chamada “exclusão social” como um fenômeno novo e, tampouco, como uma das resultantes de uma “nova questão social”, como advogam autores como Castel (1998) e Rosavallon (1998). O primeiro, ao discutir a existência de uma nova questão social, assinala que a exclusão social seria um dos seus efeitos (CASTEL, 1998), ao considerar o reaparecimento de “trabalhadores sem trabalho”, dos “supranumerários” e dos “inúteis para o mundo” (CASTEL, 1998, p. 496). Para Rosavallon (1998, p. 154), a exclusão associa-se às noções de “precariedade e de vulnerabilidade”, segundo as quais os excluídos formariam uma “não classe”, ou seja, “a sombra das disfunções da sociedade”. O que está em questão nesta interpretação é a capacidade de apreensão do aprofundamento da “velha questão social” em sua nova etapa nos marcos do desenvolvimento capitalista, que radicaliza as suas contradições viscerais.

Neste diapasão, entendemos que, ao assumirmos o conceito de “exclusão social” como forma apartada e isolada das contradições socioeconômicas imanentes ao capitalismo, verificamos a fetichização daquele fenômeno, em que as alternativas passariam pela ênfase em medidas de “inclusão”. Buscando enfrentar o fenômeno do desemprego crônico, verificamos uma constante demanda pela realização de capacitação para a chamada “inclusão produtiva”, sinalizada, por exemplo: (I) na educação para o empreendedorismo; (II) na ênfase da chamada economia solidária; (III) nas modalidades de cooperativas; (IV) nas saídas pela via do trabalho informal; (V) enfim, em uma série de medidas que, muitas vezes, se traduzem em ativação para o trabalho precário ou na “ilusão” de possibilidade da “garantia do emprego” como alternativas ao desemprego persistente no capitalismo.

De outro modo, diante das dificuldades de resolução da problemática em questão, dados os flagrantes índices de desemprego e subemprego, atribui-se a raiz da questão ao fracasso da “cidadania social”. Passa a operar, portanto, um debate cujos fundamentos elidem a dimensão central do fenômeno, quais sejam: os desdobramentos socioeconômicos e políticos do processo de exploração capitalista, deslocando suas determinações para um aparente fracasso de suas expressões jurídicas e da intermediação do Estado, deficitário, nessa leitura, em sustentar uma efetiva ampliação da cidadania que garanta medidas ativas de “inclusão”. As soluções passariam por considerar melhores formas de

gestão da relação entre a demanda social e a força de trabalho ociosa, objetivando “incluir” tais “indivíduos desempregados”, conferindo-lhes o *status* de “cidadãos”, no sentido de equalizar uma manifestação crônica do sistema de causalidades da “questão social”, balizada a partir de uma “teoria da exclusão”, que, a rigor, trata-se de

[...] um conceito que mais obscurece do que esclarece a totalidade das relações sociais em que o fenômeno está envolvido e, por isso, deixa de apreender as condições concretas que fazem, do desemprego crescente e da pauperização ampliada, parte constitutiva da dinâmica contemporânea (MARANHÃO, 2010, p. 96).

Como conceito, parece-nos que a noção de “exclusão” assume uma frágil potencialidade explicativa das determinações contemporâneas do capitalismo, escamoteando seus fundamentos estruturais e estruturantes. Portanto, ao vermos fracassadas as alternativas de reativação de um “pacto social” fundado em uma nova “sociedade salarial”, assistimos a processos não só do aumento das desigualdades sociais, mas também da ampliação das formas de pauperização em nível absoluto e relativo, o que imprime outro conjunto de desafios para pensarmos sobre as “armadilhas” que interpelam as respostas socioprofissionais na contemporaneidade.

Ao se constituir em contradição imanente, é na acumulação irre-freável de capital de uma parte que se produz o crescimento acelerado do pauperismo – sedimento mais baixo da “superpopulação relativa” (MARX, 2013)⁵ – de outra parcela significativa da população, no âmbito dos mais amplos segmentos da classe trabalhadora. Em nível mundial, nem mesmo o conjunto estatístico da econometria burguesa é capaz de camuflar a tragédia capitalista. A Oxfam (2019), entidade “sem fins lucrativos”, em seu relatório: “Bem público ou riqueza privada”, divulgado em janeiro de 2019, atestou que a fortuna dos bilionários do mundo aumentou 12% em 2018 (cerca de US\$ 900 bilhões) ou US\$ 2,5 bilhões por dia, enquanto que a metade mais pobre do planeta (3,8 bilhões de pessoas) viu sua riqueza reduzida em 11% no mesmo período. Uma mirada na realidade brasileira também não é capaz de nos empolgar. A mesma entidade, em seu relatório: “Um país estagnado”, divulgado no final de 2018, afirma que,

5 No referido espaço, segundo Marx (2013, p. 719), abstraindo-se de “vagabundos, delinquentes, prostitutas, em suma, do lumpemproletariado”, estariam presentes três estratos: “os aptos ao trabalho”, “os órfãos e os filhos de indigentes” e, por fim, “os degradados, maltrapilhos, incapacitados para o trabalho”.

em 2017, o Brasil tinha 15 milhões de pessoas pobres – que são as que sobrevivem com uma renda de US\$ 1,90 por dia (pouco mais de R\$ 7,00, segundo critério do Banco Mundial) – ou 7,2% da população. Houve um crescimento de 11% em relação a 2016 (13,3 milhões de pobres, 6,5% da população). Esse é o terceiro ano consecutivo em que o número de pobres aumenta no Brasil, tendência iniciada em 2015 (OXFAM, 2018).

A despeito dos taxativos dados, não raras vezes encontramos análises que, desconhecendo ou subdimensionando na pobreza elementos que lhe são congêntos, acabam por realizar uma leitura que hipoteca tais elementos a uma “falta de amparo público” e “inoperância dos direitos básicos de cidadania”, ou seja, restringe a análise às manifestações superficiais – jurídico-políticas – que incidem sobre as expressões da “questão social”. Desse modo, a contraface passa a operar em ações que objetivem a reversão dessas “falhas” nos marcos da própria sociedade capitalista, de modo que não reconhecem – ou não podem reconhecer – que o cerne reside na lógica mesma de funcionamento da reprodução sociometabólica do capital insolúvel nos marcos dessa sociabilidade.

Como já discutimos, a armadilha conceitual que envolve o discurso da “exclusão social” tem, via de regra, na sua aparente antípoda, a “inclusão social”, um chamamento importante, cuja problemática residiria no déficit de inclusão e não na existência mesma dessa forma social, na qual se engendram tais desigualdades, conformadas na persistência dos(as) “excluídos(as)”, dos(as) “pobres”, dos(as) “marginalizados(as)”, dos(as) “fragilizados(as)” e dos(as) “segregados(as)”. As formas variadas de reafirmação dessas desigualdades, sintetizadas no pauperismo persistente da classe trabalhadora na abertura do século XXI, vêm sendo balizadas por “novos métodos de enfrentamento”. Na avaliação de Mota (2010), um deles consiste na existência de políticas compensatórias; dentre elas, os programas de renda mínima, “como uma estratégia que, ao transformar os desempregados e subempregados em clientela da assistência social, banem o direito ao trabalho da pauta dos trabalhadores, substituindo-o pelo acesso a uma renda mínima de sobrevivência” (SILVA & SILVA, 1997, *apud* MOTA, 2010, p. 41).

Nesse contexto, assume a Assistência Social uma determinada centralidade, conforme indicam competentes analistas, a exemplo de Mota (2010) e Boschetti (2016), que, para além da relevância na estratégia

de redução dos índices de pobreza, acaba por encobrir o significado social de outras políticas estruturantes, como a do trabalho. Na análise de Siqueira (2011), no que tange ao debate sobre a pobreza e as suas diferentes concepções, estariam elas relacionadas a outros binômios, para além do par “inclusão-exclusão”, incorporando nomenclaturas tais como “normalidade-anomia”, “ajustamento-desajuste”, “funcional-disfuncional” e “integração-desintegração”. As causas últimas revelariam pontos disfuncionais do sistema, solucionáveis por dentro, mediante mecanismos de aperfeiçoamento. Percebemos que, sorrateiramente, a partir de um “canto envolvente”, o significado das relações de exploração capitalista, nas quais é forjada a “questão social”, desliza-se para a ênfase em alternativas no interior mesmo da dinâmica capitalista, como se elas fossem passíveis de solução no âmbito de suas expressões.

O reconhecimento, *vis-à-vis* aos limites dessas análises, deve nos levar a problematizar o próprio limite da forma mercantil-capitalista quanto à sua capacidade efetiva de enfrentar as contradições que engendra. Na nossa óptica, suas “soluções” acabam por se reduzir ao restrito momento que Marx (2010) denominou de “emancipação política”. Cabe-nos, nesta medida, a articulação a um projeto estratégico afinado com o horizonte da “emancipação humana”. Com isso, não estamos negando a necessidade premente do estabelecimento de ações e políticas voltadas para mitigar o que aqui consideramos como expressões da “questão social”, mas com a precisa certeza de que tais medidas não têm a capacidade, *per se*, de extinguir a desigualdade social existente no capitalismo.

Considerando as referências teórico-metodológicas que assentam a formação e a atividade profissional, nossa preocupação consiste em problematizar em que medida o conceito de “exclusão”, ao gozar de certa notoriedade no léxico profissional, tem a capacidade efetiva de dar conta de um “rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social” ou mesmo nos permita a “apreensão da totalidade social”, conforme orientam princípios formativos para o(a) assistente social (ABEPSS, 1997). Sabemos, pois, que no debate atual da “questão social”, mais do que um rearranjo teórico-conceitual, o que está em jogo refere-se às novas modalidades de seu trato como expressão de um projeto neoconservador, em face das evidências de erosão da hegemonia burguesa, diante de uma de suas mais profundas crises, plasmando-se em um novo receituário, pautado em metodologias pragmáticas, que podem influir, em alguma medida, no conjunto de abordagens mobilizadas pelos(as) assistentes sociais.

Diante dos citados desafios, cumpre-nos enfrentar o debate na afirmação de um projeto profissional crítico que, se distando do predomínio do formalismo abstrato que informa tais abordagens, se sustente em uma perspectiva crítico-dialética que, longe de enganar-se como as manifestações superficiais, busca distinguir a aparência da essência. Torna-se necessário, neste sentido, um constante retorno aos fundamentos, cuja apreensão histórico-ontológica em torno desse conjunto de fenômenos nos requisita um trato rigoroso não só do que revela, enquanto expressão das tendências atuais do capitalismo, mas do que vela no âmbito dos projetos teórico-políticos em disputa.

Considerações finais

O cenário atual – em que se agudizam as consequências advindas do processo atual de acumulação capitalista nos marcos de uma das suas mais profundas crises – tem comportado, consigo, a mobilização de um conjunto de respostas orquestradas no âmbito do projeto conservador burguês. Interditado de manter as bases de sustentação que foram importantes nos chamados “anos gloriosos” do capitalismo (que vão do período de 1940 a 1970), em que verificamos a conformação de uma série de provimentos sociais incorporando demandas históricas da classe trabalhadora, o atual estágio de acumulação parece ver-se constrangido a ações de mitigação das expressões mais agudas da “questão social”.

Ante o referido contexto, além da ênfase nos procedimentos da econometria burguesa, buscando avaliar determinados níveis de pobreza e de desemprego, assistimos à hipervalorização, em designações genéricas, de conceitos tais como “vulnerabilidade”, “risco” e “exclusão social”, que balizariam novas modalidades de intervenção, traduzidas em um “fetiche” do rearranjo semântico e instrumental, como se a adesão a esses novos conceitos, por si, pudesse dar conta de desnudar os elementos estruturantes que conformam tais fenômenos.

Inaugura-se, assim, um “cardápio” de conceitos e abordagens teórico-metodológicas que interpelam respostas profissionais no âmbito da elaboração, da execução e da avaliação das políticas sociais. No âmbito do Serviço Social, nossa preocupação reside em decifrar em que medida tais conceitos podem se constituir, ou não, como elementos explicativos do real, de modo que deem conta de possibilitar uma intervenção profissional qualificada, a partir da afirmação de um

projeto profissional de natureza crítica. Irremediavelmente, as tensões que se operam no âmbito do Serviço Social, em seus níveis de formação e exercício profissionais, traduzem duas tendências gerais no enfrentamento da “questão social”, conforme salienta Mota (2010). A primeira reduz-se ao nível de administração no interior da ordem burguesa. Já a segunda – antípoda à primeira – circunscreve-se na possibilidade de superação dos marcos sociais que a reproduzem.

As preocupações levantadas pela autora nos parecem absolutamente pertinentes, dado o conjunto de requisições postas à profissão na atualidade. Alude ainda Mota (2010, p. 48), que, mesmo com os limites profissionais, “é possível imprimir uma direção social estratégica à prática profissional”. Cremos que tais preocupações, para além da desmitificação de conceitos como os de “exclusão social”, desafiam a categoria profissional na apreensão de um dado inquestionável: na relação entre “questão social” e capitalismo, não se é possível enfrentar a primeira sem pôr em xeque o segundo, considerando-se os limites da “lei geral da acumulação capitalista”.

Decorre daquelas preocupações a necessidade de que, mais do que uma reelaboração conceitual, o que se traz ao debate é a disputa entre os diferentes projetos de classe, que se interpõem traduzidos em seus embates econômicos, políticos e teóricos. É a possibilidade de elaboração de um efetivo projeto anticapitalista, que não pode ser atribuído a uma determinada profissão, mas que, por outro lado, dela não pode ser apartado, como se as abordagens teórico-interventivas, das quais se valem os sujeitos que lhes dão concretude, assumissem uma formulação asséptica. Ao contrário, ao se inserir no coração da luta por direitos, mobilizando estratégias de “enfrentamento” da “questão social”, a profissão passa a ser inundada pelos diferentes projetos e concepções de mundo, desdobrados da própria luta das classes sociais, o que deve imbuí-la da necessidade de adensamento do conjunto qualificado de suas respostas teórico-interventivas.

Referências

ABEPSS. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social. **Caderno ABESS**, nº 7, São Paulo, Cortez Editora, nov. 1997.

BOSCHETTI, I. **Assistência social e trabalho no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Tradução de Iraci D. Poleti. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

DEMO, P. **O charme da exclusão social**. Campinas: Autores Associados, 1998.

GRUPO GLOBO. G1 (portal de *internet*). Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/01/31/desemprego-fica-em-116-em-dezembro-diz-ibge.ghml>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

IAMAMOTO, M.; CARVALHO, R. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 1982.

IAMAMOTO, M. V. Questão social no capitalismo. **Revista Temporalis** – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2, nº 3 (jan./jul. 2001). Brasília: ABEPSS, Grafile, 2001.

IAMAMOTO, M. V. As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo. In: MOTA, A. E. et al. (orgs.). **Serviço social e saúde**: formação e trabalho profissional. 4ª ed. Rio de Janeiro: Cortez, 2009.

MARANHÃO, C. H. “Acumulação, trabalho e superpopulação: crítica ao conceito de exclusão social”. In: MOTTA, Ana Elizabete (org.). **O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade**. São Paulo: Cortez, 2010.

MARX, K. **Sobre a questão judaica**. Inclui as cartas de Marx a Ruge publicadas nos anais franco-alemães. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, K. **O Capital**. Crítica da Economia Política. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, I. **Para além do Capital**. Rumo a uma teoria de transição. São Paulo: Boitempo, 2009.

MONTAÑO, C. **Terceiro setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.

MOTA, A. E. Questão Social e Serviço Social. In: **O mito da Assistência Social: ensaios sobre Estado, política e sociedade**. São Paulo: Ed. Cortez, 2010.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.

ONU. NAÇÕES UNIDAS BRASIL. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>. Acesso em: 20 fev. 2019.

OXFAM. **País estagnado**: um retrato das desigualdades brasileiras. São Paulo: OXFAM, 2018.

OXFAM. **Bem público ou riqueza privada?** São Paulo: OXFAM, 2019.

PASTORINI, A. **A categoria “questão social” em debate**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

ROSANVALLON, P. **A nova questão social**: repensando o Estado-providência. Brasília, DF: Instituto Teotônio Vilela, 1998.

SIQUEIRA, L. de S. **Pobreza e serviço social**: diferentes concepções e compromissos políticos. (Tese). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2011.

SANTOS, J. **“Questão Social”**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 3ª reimpressão, 2012.

SANTOS, P. R. F. dos. **Dos limites da cidadania crítica à crítica dos limites da cidadania**: perspectivas teóricas e projetos políticos em disputa no Serviço Social brasileiro. (Tese) Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

SER Social

TRABALHO, LUTAS SOCIAIS
E SERVIÇO SOCIAL

Brasília (DF), v. 26, nº 55, de julho a dezembro de 2024

Sistema colonial e trabalho escravo na acumulação primitiva do capital: a resistência negra no Quilombo dos Palmares

*Colonial system and slave labor in the primitive accumulation of capital:
the black resistance in the Quilombo of Palmares*
*Sistema colonial y trabajo esclavo en la acumulación primitiva de capital:
la resistencia negra en el Quilombo de los Palmares*

Monique Maria Rodrigues da Silva¹
<https://orcid.org/0000-0002-0822-4645>

Recebido em: 1º/12/2022

Aprovado em: 26/04/2024

Resumo: Este artigo aborda o sistema colonial e o trabalho escravo como componentes da acumulação primitiva do capital, a partir do que Marx aponta em sua obra *O Capital*. Tomamos a realidade brasileira como centro da exposição e o Quilombo dos Palmares como marco da resistência e da luta dos negros escravizados. No decorrer do texto, a colonização é situada no contexto mais geral de instauração do modo de produção capitalista frente às limitações que o feudalismo impunha

¹ Assistente social. Mestra e doutoranda em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/6114852280397738>>. E-mails: <monique_rodrigues599@hotmail.com> e <monique.ssoufal@gmail.com>.

às nações europeias e ao capital enquanto sistema totalizante. Desta feita, expomos o perverso mecanismo do trabalho escravo, assim como também a capacidade de enfrentamento dos negros em relação aos ataques da metrópole colonizadora, efetuando uma verdadeira revolução, com organização, estratégias de segurança e de defesa, em proporções significativas para a época e para as condições materiais que eles viviam.

Palavras-chave: sistema colonial; trabalho escravo; resistência negra; Quilombo dos Palmares.

Summary: This article approaches the colonial system and slave labor as components of the primitive accumulation of capital, based on what Marx points out in his work *Capital*. We took the Brazilian reality as the center of the exhibition and Quilombo of Palmares as a landmark of the resistance and struggle of enslaved blacks. Throughout the text, colonization is situated in the more general context of the establishment of the capitalist mode of production in the face of the limitations that feudalism imposed on European nations and on capital as a totalizing system. This time, we expose the perverse mechanism of slave labor, but also the ability of blacks to face the attacks of the colonizing metropolis, effecting a true revolution, with organization, security and defense strategies, in significant proportions for the time and to the material conditions they lived in.

Key words: colonial system; slave labor; black resistance; Quilombo of Palmares.

Resumen: Este artículo aborda el sistema colonial y el trabajo esclavo como componentes de la acumulación primitiva de capital, a partir de lo señalado por Marx en su obra *El Capital*. Tomamos la realidad brasileña como centro de la exposición y el Quilombo de los Palmares como marco de la resistencia y lucha de los negros esclavizados. A lo largo del texto, la colonización se sitúa en el contexto más general del establecimiento del modo de producción capitalista frente a las limitaciones que el feudalismo impuso a las naciones europeas y al capital como sistema totalizador. Esta vez, exponemos el mecanismo perverso del trabajo esclavo, pero también la capacidad de los negros para enfrentar los embates de la metrópolis colonizadora, efectuando

una verdadera revolución, con estrategias de organización, seguridad y defensa, en proporciones significativas para la época y para las materiales condiciones en que ellos vivían.

Palabras clave: sistema colonial; trabajo esclavo; resistencia negra; Quilombo de los Palmares.

1. Introdução

O texto que apresentamos é resultado de reflexões provocadas no decorrer da disciplina *Formação Sócio-Histórica Brasileira*, enquanto componente do currículo de doutoramento em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). A disciplina nos convidou a pensar e a dialogar com autores a partir de uma proposta que fosse para além da perspectiva eurocêntrica, ultrapassando o que convencionalmente a historiografia burguesa nos impõe como roteiro sobre a nossa própria história.

Neste sentido, buscamos expor elementos que configuram o sistema colonial e a escravidão como partícipes de um processo mais amplo: o direcionamento da burguesia mercantil para a acumulação primitiva do capital, com vistas a constituir o mercado mundial e instaurar o modo de produção capitalista. Então, num primeiro momento, tratamos do panorama geral, com base nos escritos de Marx (2013), Huberman (1983), Willians (1975) e outros autores que colocam o sistema colonial e a escravidão não como eventos esporádicos, mas sim como estratégias para atender a um modo de produção que viria a se consolidar séculos à frente.

Em seguida, colocamos em evidência problemáticas relacionadas à colonização do Brasil, mediada pelo roubo, pela pilhagem, pela escravização dos nativos e dos negros, plasmada por toda espécie de crueldade, em nome do abastecimento do mercado mundial, que se expandia. No referido contexto, abordamos o fato de que tal conjuntura se dava em paralelo a inúmeras revoltas, levantes e guerrilhas das pessoas escravizadas e pela constituição de redutos de acolhimento, resistência e luta: os quilombos. Por meio da história do Quilombo dos Palmares, objetivamos dar destaque para a resistência negra, para a inconformidade perante a situação que eles se viam obrigados a viver e para a capacidade de enfrentarem os ataques, saindo por diversas vezes como vencedores, até sucumbirem ao poderio bélico dos colonizadores.

2. Colonização e escravidão: mecanismos da acumulação primitiva do capital

No final do livro 1 de “O Capital”, Marx sistematiza o processo que é o ponto de partida para o modo de produção capitalista: a acumulação primitiva do capital. No referido capítulo, o autor se debruça sobre os elementos basilares em que se ergueu um sistema voltado para a produção da mais valia e a consequente subjugação da classe trabalhadora, com o estabelecimento de possuidores de mercadorias e dinheiro de um lado e, do outro, trabalhadores livres e assalariados.

Com um percurso histórico de aproximadamente três séculos, a acumulação primitiva do capital se deu em várias partes do globo, sob o jugo do capital mercantil e das grandes nações europeias, constituindo-se como “o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção” (Marx, 2013, p. 515). Os métodos para tal feito não são nada idílicos, ao contrário: “a história dessa expropriação está gravada nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo” (*ibidem*, p. 515).

O escravismo antigo que ergueu o Império Romano entra em decadência por fatores como: (I) a dificuldade dos senhores em manter o exército e o Estado; (II) a revolta do exército e dos funcionários públicos; (III) invasões e revoltas no interior do império; e (IV) a desestruturação da economia. A transição para o feudalismo na Europa consolida a centralidade da terra como propriedade: “[...] o feudo pertencia a um nobre (senhor), que sujeitava os produtores diretos (servos) [...]” (BRAZ & NETTO, 2009, p. 80), os quais, diferentemente dos escravizados, possuíam ferramentas de trabalho e consumiam uma parte do que produziam. A novidade histórica, como considera Huberman (1983), era o interesse que os servos tinham no crescimento da produção² e o aumento das revoltas camponesas, em virtude da violência exercida pelos senhores. Por volta do século XI, o feudalismo estava estruturado na Europa, com

uma classe de produtores diretos, os servos, que já então gerava um excedente agrícola significativo, expropriados

2 Em geral, se o escravo podia ser vendido a qualquer momento, “[...] o servo, ao contrário, não podia ser vendido fora de sua terra. Seu senhor deveria transferir a posse do feudo a outro, mas isso significava, apenas, que o servo teria novo senhor; ele próprio permanecia em seu pedaço de terra. Esta era uma diferença fundamental, pois concedia ao servo uma espécie de segurança que o escravo nunca teve. Por pior que fosse o seu tratamento, o servo possuía família e lar e a utilização de alguma terra” (HUBERMAN, 1983, p. 16).

pelos senhores feudais, classe parasitária dedicada especialmente à caça e à guerra. Mas, paralelamente, mantinha-se a produção para a troca (isto é, a produção de mercadorias), centrada no trabalho artesanal. Essas trocas serão estimuladas a partir das Cruzadas; assim, a estrutura social do feudalismo começa a se tornar mais complexa [...] (LESSA & TONET, 2011, p. 82).

O capital mercantil vai dinamizando as relações comerciais e o dinheiro vai ganhando função privilegiada, junto a um movimento urbanizador que dá mais importância aos comerciantes e à riqueza imobiliária, de modo que, a partir do século XII, a economia passou da ausência para a vasta presença de mercados, quando “a economia natural do feudo autossuficiente do início da Idade Média se transformou em economia de dinheiro, de um mundo de comércio em expansão” (*ibidem*, p. 34).

Em terras inglesas, a expropriação dos trabalhadores de seus meios de produção se dá de maneira súbita e violenta, quando – na passagem do século XV para o século XVI – “uma massa de proletários livres como os pássaros foi lançada no mercado de trabalho pela dissolução dos séquitos feudais [...]” (MARX, 2013, p. 517). A esses trabalhadores expulsos dos feudos foram destinadas as chamadas leis sanguinárias: castigos físicos, dotados de extrema violência, legitimados pelo Estado inglês. Nas palavras de Marx,

os pais da atual classe trabalhadora foram inicialmente castigados por sua metamorfose, que lhes fora imposta, em vagabundos e *paupers*. A legislação os tratava como delinquentes “voluntários” e supunha depender de sua boa vontade que eles continuassem a trabalhar sob as velhas condições, já inexistentes (*ibidem*, p. 524).

Os trabalhadores eram punidos por estar em uma condição de vida que lhes foi imposta, passando a receber marcação a ferro, açoites e condenação à morte. Para Marx (2013), eram leis grotescas e terroristas, capazes de adiantar a formação de uma massa de trabalhadores “livres” para vender sua força de trabalho. Além disso, as Cruzadas proporcionaram um crescimento econômico significativo, dando aos comerciantes e mercadores um lugar de destaque na sociedade feudal e promovendo uma rota comercial até então desconhecida, com o suporte da Igreja:

Os cruzados que regressavam de suas jornadas ao Ocidente traziam com eles o gosto pelas comidas e roupas requintadas que tinham visto e experimentado. Sua procura criou um mercado para esses produtos. [...] Frequentemente, as guerras fronteiriças contra os muçulmanos, no Mediterrâneo, e contra as tribos da Europa oriental eram dignificadas pelo nome de Cruzadas quando, na realidade, constituíam guerras de pilhagem e por terras. A Igreja envolveu essas expedições de saque num manto de respeitabilidade, fazendo-as aparecer como se fossem guerras com o propósito de difundir o Evangelho ou exterminar pagãos ou, ainda, defender a Terra Santa (HUBERMAN, 1983, p. 27).

A presença do capital mercantil, mediando as relações comerciais, implicava o saqueio, a pilhagem e a violência. Com isso, a chegada dos representantes das grandes nações mercantis à América e à África constituiu um profundo desastre na história da humanidade, haja vista a violência engendrada contra tais povos em nome da acumulação primitiva do capital, com o respaldo político e militar do Estado e sob a bênção da Igreja. A história nos mostra que

a descoberta das terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravização e o soterramento da população nativa nas minas, o começo da conquista e do saqueio das Índias Orientais, a transformação da África numa reserva para a caça comercial de peles negras caracterizam a aurora da era da produção capitalista. Esses processos idílicos constituem momentos fundamentais da acumulação primitiva. A eles se segue imediatamente a guerra comercial entre as nações europeias, tendo o globo terrestre como palco. [...] Os diferentes momentos da acumulação primitiva repartem-se, agora, numa sequência mais ou menos cronológica, principalmente entre Espanha, Portugal, Holanda, França e Inglaterra (MARX, 2013, p. 533).

O sistema colonial é, então, um alicerce para a acumulação primitiva do capital e perfaz a história da humanidade sob o jugo do extermínio e do genocídio dos povos colonizados, com a anuência da Igreja e a farsa dos desígnios religiosos. O pontapé daquele que é conhecido como “o descobridor da América” – Colombo – tem não só um forte vínculo

com a sanha pelo ouro, mas – mais do que isso – principalmente com o vislumbre de uma recompensa divina.³

De acordo com Todorov (1939), o ouro era indispensável para que se possibilitasse a conquista da Terra Santa e para que se pudesse devolvê-la à Igreja. Registros históricos destacam que o navegador realizou significativos avanços em termos de navegação, de modo que o fizeram chegar às terras americanas no início dos anos de 1500. Daí em diante, a subjugação dos povos nativos passa a ser a regra, com a utilização de mão de obra escrava, o autoritarismo e o desdém em relação à língua indígena, à sua cultura e ao seu modo de organização.

Os métodos mais violentos foram implementados aos povos originários das regiões, que se transformaram em colônias das metrópoles europeias. A África, transformada em reserva de caça de seres humanos para que fossem escravizados, se constitui como a realidade mais próspera para a burguesia mercantilista, deixando um rastro de desumanidades por todos os poros do modo de produção que se forjava.

A destruição dos modos comunais de produção tornou-se uma realidade possibilitada pelo capital mercantil. Afinal, a organização feudal não aconteceu em todas as partes do mundo, ou seja, os modos de produção não podem ser generalizados para todas as comunidades. Marx já apontava que, “na forma asiática (ao menos, na predominante), não há propriedade, mas só posse do indivíduo singular; a comunidade é o proprietário efetivo propriamente dito – portanto, propriedade só como *propriedade comunitária do solo*” (MARX, 2011, p. 396).

A forma asiática de produzir era também a forma como se organizava a produção na América,⁴ mas sem o escravismo antigo e sem o feudalismo. Na obra “Grundrisse: Manuscritos Econômicos de

3 Sobre o pensamento de Colombo, destacamos o seguinte: “A expansão do Cristianismo é muito mais importante para Colombo do que o ouro, e ele se explicou sobre isso, principalmente numa carta destinada ao papa. Sua próxima viagem será ‘para a glória da Santíssima Trindade e da santa religião cristã’, e para isso ele ‘espera a vitória do Eterno Deus, como ela sempre me foi dada no passado’; o que ele faz é ‘grandioso e exaltante para a glória e o crescimento da santa fé cristã’ [...] (‘Carta ao Papa Alexandre VI’, fevereiro de 1502)” (TODOROV, 1939, p. 10).

4 Marx traz a referência da obra “Grundrisse” quando trata da forma de propriedade no Oriente, uma vez que nela “ele assinala que o fator decisivo nas sociedades orientais foi o sistema de propriedade comunal organizado por aldeias autossuficientes. Em contraste com as afirmações dos artigos sobre a Índia, a ênfase recai agora sobre a propriedade comunitária das aldeias, da qual resultaria o governo centralizado. A unidade da propriedade comunitária seria centralizada no rei e nos deuses, com as comunidades aldeãs tendo apenas a posse da terra. Conseqüentemente, não haveria propriedade privada nesse sistema. A ausência de propriedade privada e a unidade da comunidade no governo central seriam, portanto, as chaves para entender a forma asiática de propriedade” (AUGUSTO, 2015, p. 4).

1857-1858”, Marx destacou que “as comunidades do México (aztecas) e do Peru (incas) e os celtas são incluídos, assim, na forma de propriedade asiática” (AUGUSTO, 2015, p. 5). A propriedade privada não existia, mas sim a propriedade comunitária, que logo foi subsumida pelos ditames do capital mercantil. Santos Neto (2020) destacou que não apenas a noção de propriedade privada era desconhecida por tais povos, como também não conheciam o dinheiro e “não constituíam relações sociais fundadas na produção de mercadorias ou de produtos para serem levados ao mercado” (SANTOS NETO, 2020, p. 48).

Então, se na América não havia uma massa de trabalhadores que suprisse as necessidades de acumulação de capital, o trabalho escravo apresentava-se como possibilidade mais tangente aos colonizadores, com o intuito de atender às necessidades do mercado mundial, que se desenvolvia. Santos Neto (2020) explica que, sem que estivesse diretamente inserido no processo de produção, o capital mercantil atuou por meio de empréstimos à burguesia agrária, protagonizando o papel responsável pela compra e venda de pessoas para que fossem escravizadas, configurando-se como “principal vetor da colonização [...], [que] obteve o exclusivismo comercial mediante o apoio do Estado absolutista” (*ibidem*, p. 45), relação primordial durante a colonização da América e da África, pois garantiu à burguesia mercantilista o capital necessário e o acesso a regiões colonizadas.

O trabalho escravo nas colônias foi um recurso significativo. Williams (1975) aponta que os povos indígenas foram submetidos ao trabalho escravo assim como o branco pobre também, mas foi o negro trazido da África que chamou a atenção dos colonizadores. Em uma passagem, o mesmo autor diz:

[...] o escravo índio era ineficiente. Os espanhóis descobriram que um negro valia quatro índios. [...] O reservatório índio, também, era limitado; o africano, inesgotável. Os negros, portanto, eram roubados na África para trabalhar as terras roubadas dos índios na América (WILLIAMS, 1975, p. 13).

Ainda de acordo com o autor, o trabalho subsequente ao dos indígenas nas colônias da América do Norte foi o trabalho dos brancos pobres, mas estes traziam desvantagem ao seu senhor, pois eles esperavam que, ao fim do contrato, ganhassem um pedaço de terra. Já o

negro vivia em uma condição mais sensível, por ter sido arrancado de sua terra. Porém, mais do que isso, a questão econômica era decisiva. Vejamos o que diz o autor:

o dinheiro que custeava os serviços de um homem branco por dez anos poderia comprar um negro para a vida toda. Como o governador de Barbados afirmou, os plantadores barbadianos constataram por experiência que “três negros trabalhavam melhor e mais barato do que um branco” (*ibidem*, p. 24).

O que constatamos é que a escravidão na era da acumulação primitiva não se dava por motivos raciais, nem religiosos, nem pela aptidão do negro ao trabalho, por sua docilidade ou por motivos parecidos. Enfim,

as feições do homem, seu cabelo, cor e dentadura, suas características subumanas tão amplamente alegadas, foram apenas as últimas racionalizações para justificar um simples fato econômico: as colônias precisavam de mão de obra e recorriam à mão de obra negra porque era mais barata e melhor (*ibidem*, p. 24).

O trabalho escravo com a mão de obra de negros sequestrados da África se consumava mediante a violência. Certamente que arrancar essas pessoas de suas terras não haveria de ser algo a ser feito sem resistência, mas o aparato repressor da burguesia mercantilista e de seu Estado implementava métodos que garantiam, à força, a submissão desses povos. A violência se explicitava por todos os lados: de suicídios a motins, as mortes eram constantes entre os africanos que passaram a ser aglomerados em navios negreiros, seja por contágio com epidemias de doenças até então desconhecidas por tais povos, seja por alimentação inadequada e mesmo por superlotação. Em sua pesquisa, o autor cita relatos de que, nesses navios,

o espaço concedido a cada escravo na travessia do Atlântico media 1,37 metro de comprimento por 40 centímetros de largura. Arrumados como “filas de livros em estantes”, como disse Clarkson, acorrentados dois a dois, perna direita com perna esquerda, mão direita com mão esquerda, cada escravo tinha menos espaço do que um homem num caixão de defunto (*ibidem*, p. 40).

A burguesia mercantil promoveu o colapso das relações sociais dos povos colonizados e sufocou-os, ao impor condições degradantes de vida, em nome da apropriação da força de trabalho necessária ao modo de produção capitalista.⁵ No referido contexto, as metrópoles colonizadoras promoviam o extermínio de sociedades comunais, mas também o processo da acumulação primitiva, que “se inscreveu sob o signo da resistência dos povos comunais, em que foram dizimados milhões de seres humanos na América” (SANTOS NETO, 2020, p. 50). Houve resistência: os povos lutavam como podiam contra sua subjugação aos ditames do capital, de maneira que, “em todas as partes onde o trabalho escravo foi estabelecido, houve revoltas e resistência” (*ibidem*, p. 51).

Desta feita, se a forma de produção dos povos que habitavam a região da América era distinta daquela dos povos europeus, a violência se fez presente como potência econômica, como já afirmara Marx. O processo em que o capital mercantil lançou as bases para o capital industrial, que se consolidaria séculos à frente, contou com a invasão, o saque e a pilhagem de regiões e o domínio dos povos, mediante sua escravização. Difícilmente se discute o que a história mostra em relação aos levantes de resistência desses povos, fazendo parecer que tais movimentos se deram com a anuência e até gratidão por parte das pessoas negras escravizadas, por uma suposta culpa ou salvação divina. Mas o fato é que os escravizados resistiram, tanto os indígenas quanto os negros, como veremos a seguir.

3. A resistência negra no Quilombo dos Palmares

Até aqui, entendemos que o sistema colonial com base no trabalho escravo se tornou uma alavanca para a acumulação e a reprodução do capital, assim como para que se constituísse o trabalhador assalariado

5 A violência não se destinava apenas aos negros escravizados, mas também os povos originários já haviam sofrido com tamanha crueldade. Marx (2013) detalha: “o tratamento dispensado aos nativos era, naturalmente, o mais terrível nas plantações destinadas exclusivamente à exportação, como nas Índias Ocidentais e nos países ricos e densamente povoados, entregues à matança e ao saqueio, como o México e as Índias Orientais. Tampouco nas colônias propriamente ditas se desmentia o caráter cristão da acumulação primitiva. Esses austeros e virtuosos protestantes, os puritanos da Nova Inglaterra, estabeleceram em 1703, por decisão de sua *assembly* [assembleia], um prêmio de £40 para cada escalpo indígena e cada pele-vermelha capturado; em 1720, um prêmio de £100 para cada escalpo; em 1744, depois de Massachusetts-Bay ter declarado certa tribo como rebelde, os seguintes preços: £100 da nova moeda para o escalpo masculino, a partir de 12 anos de idade; £105 para prisioneiros masculinos, £50 para mulheres e crianças capturadas, £50 para escalpos de mulheres e crianças! Algumas décadas mais tarde, o sistema colonial vingou-se nos descendentes – que nesse ínterim haviam se tornado rebeldes – dos piedosos *pilgrim fathers* [pais peregrinos]. Com incentivo e pagamento inglês, foram mortos a golpes de *tomahawk*. O Parlamento britânico declarou os cães de caça e o escalpelamento como ‘meios que Deus e a Natureza puseram em suas mãos’” (MARX, 2013, p. 534-535).

na Europa. Ou seja, “em geral, a escravidão disfarçada dos assalariados na Europa necessitava, como pedestal, da escravidão *sans phrase*⁶ do Novo Mundo” (MARX, 2013, p. 829). Naquele contexto, países como Holanda, Espanha e Portugal despontavam com protagonismo no empreendimento de colonizar as terras na América.

Com base em Mazzeo (1997) e Moura (1972), consideramos fundamentais elementos como a expansão mercantil e a crise no interior do feudalismo para Portugal⁷ ter se tornado uma potência e dar início ao sistema colonial, apresentando “junto às relações servis de produção, típicas do feudalismo, atividades econômicas novas e um florescimento de atividades mercantis e de cidades [...]” (MAZZEO, 1997, p. 39). Pelo fato de que Portugal não era um país essencialmente feudal e porque também não estava no ritmo da produção capitalista, a economia mercantil portuguesa, com seu Estado absolutista,⁸ “operacionalizou os povos ultramarinos e se apropriou gratuitamente de riquezas colossais dos povos conquistados” (SANTOS NETO, 2015, p. 63).

O Brasil, então colônia de Portugal, não fugiu à regra. A metrópole portuguesa investiu em atividades extrativas, como o pau-brasil. Além disso, a propriedade comunal primitiva deu lugar à propriedade que não é mais dos produtores. O uso da mão de obra dos nativos – os indígenas – mostrou-se insuficiente perante as exigências do processo colonizador. Por isso, no período em que a economia se voltou para o cultivo da cana-de-açúcar, o trabalho dos indígenas foi substituído pela mão de obra dos negros africanos, inserindo o Brasil na rota do tráfico negreiro.

A campanha religiosa e humanitarista em defesa dos indígenas era, na verdade, para retirar de cena a mão de obra indígena para abrir caminhos ao trabalho do negro escravizado. Ou seja, o fundamental era “a transformação do tráfico de simples atividade de pirataria em atividade mercantil, com o emprego de grandes somas de dinheiro na

6 Tradução: “sem sentença”.

7 Portugal se tornou “o primeiro Estado nacional europeu, ao final do século XIV, criando as condições objetivas para o surgimento de um poder político centralizado, que irá subsidiar a expansão marítimo-comercial lusitana dos séculos XV e XVI” (MAZZEO, 1997, p. 25).

8 O Estado absolutista “cumpriu papel destacado no processo de desenvolvimento do capital comercial, porquanto extinguiu as taxas internas que interceptavam o livre fluxo de mercadorias e conseguiu integrar o mercado nacional através de medidas protecionistas, com cobranças de tarifas dos produtos estrangeiros e a preocupação em assegurar uma balança comercial favorável. Nesse processo, ele desempenhou papel substancial na tentativa de resguardar a constituição de colônias como novos mercados auxiliares ao desenvolvimento de sua economia central” (SANTOS NETO, 2015, p. 61).

aquisição de veleiros, equipagens, portos e contratação de material humano para o comércio da carne humana” (MOURA, 1972, p. 27).

Com isso, passou a desembarcar na colônia portuguesa um número crescente de negros raptados e trazidos nas condições mais sub-humanas, como vimos no item anterior, cindindo a sociedade em duas classes: senhores de escravos e escravos. A estes últimos, o destino foi o de subserviência, violência sofrida e todos os tipos de brutalidades possíveis infligidas a eles, mas foi também de muita luta e resistência, razão pela qual se nega que a história de tais escravizados tenha sido de acomodação e muito menos de aceitação da realidade forjada pelo sistema colonial escravista, como alguns estudiosos insistem em propagar. As rebeliões foram uma realidade no Brasil, de modo que os quilombos tornaram-se uma expressão de resistência dentre as mais estruturadas e organizadas, uma vez que

o quilombo aparecia onde quer que a escravidão surgisse. Não era simples manifestação tópica. Muitas vezes surpreende pela capacidade de organização, pela resistência que oferece; destruído parcialmente dezenas de vezes e novamente aparecendo em outros locais, plantando a sua roça, constituindo suas casas, reorganizando a sua vida social e estabelecendo novos sistemas de defesa. O quilombo não foi, portanto, apenas um fenômeno esporádico. Constituíam-se em fato normal dentro da sociedade escravista. Era reação organizada de combate a uma forma de trabalho contra a qual se voltava o próprio sujeito que a sustentava (MOURA, 1972, p. 87).

Era tamanha a invisibilidade dos quilombos e da luta das pessoas escravizadas que, além de sua resistência sofrer distorções, ora os resistentes eram tratados como dóceis, ora como rebeldes ingratos. Todavia, para além de serem organizações de acolhimento e resistência, os quilombos eram núcleos de refúgio e de desenvolvimento de estratégias contra o governo e os senhores. Moura (1972) destaca a organização dos escravos da Paraíba, que resistiram às investidas violentas do império português, que chegou a apostar no “alvará de 7 de março daquele ano, que estatuiu fosse ferrado – ferro em brasa – com um ‘F’ na testa de todo cativo que fugisse e fosse encontrado em quilombo e cortada a orelha em caso de reincidência” (*ibidem*, p. 91), bem nos moldes das legislações sanguinárias das terras europeias, mas que nem assim deteve a força da luta dos escravizados.

Sua obra também dá destaque à organização dos escravizados em Minas Gerais, como o Quilombo do Campo Grande e as constantes sublevações dos aquilombados. O Rio de Janeiro é apontado como uma região com grande número de pessoas escravizadas e, por isso, conviviam com revoltas constantes, que exigiam significativamente a repressão dos senhores. Em uma dessas revoltas, um quilombo sucumbiu a uma “verdadeira carnificina, pois os quilombolas não dispunham de armas capazes de enfrentar, em pé de igualdade, os enviados pelo governo. Foram trucidados sem piedade pelas tropas imperiais” (*ibidem*, p. 101). E assim seguem relatos e dados históricos sobre a resistência negra no Ceará, na Bahia e em Alagoas.⁹

Alagoas, por sinal, adentrou no movimento de acumulação do capital pela força da necessidade que a Europa tinha de superar o feudalismo. A agroindústria canavieira nas terras alagoanas foi instaurada primeiramente sob o trabalho escravo dos nativos, com o subterfúgio da violência, que “exterminou mais de 2 milhões de indígenas de distintas etnias no litoral brasileiro” (FÉLIX & SANTOS NETO, 2021, p. 100), motivando uma série de movimentos de resistência desses povos.¹⁰ Após a referida destruição, o interesse pela extração de mais valia fez os mercadores comercializarem o trabalho dos negros raptados da África.

Em Alagoas, destaca-se o Quilombo dos Palmares, localizado onde hoje é a Serra da Barriga, no município de União dos Palmares, considerado o maior quilombo do Brasil tanto em expansão territorial quanto também em número de habitantes. Tornou-se a experiência de maior tentativa de autogoverno entre os negros em outro país fora da África e “da história do que foi sua existência – 65 anos em constantes e sangrentas lutas – até o folclore nos dá notícias. E dos fatos passou à lenda” (MOURA, 1972, p. 185).

Neste artigo, a intenção é colocar o debate da resistência palmarina no sentido de desmistificar a docilidade do negro escravizado e contribuir para que esta história não se consolide como lenda, mas sim como parte do processo de acumulação primitiva do capital, que subjuguou

9 Para mais detalhes, deve-se consultar o item: “*Quilombos e Guerrilhas*”, no livro “*Rebeliões da Senzala: Quilombos, Insurreições e Guerrilhas*”, de Clóvis Moura (1972).

10 Sobre os movimentos de resistência indígena, o autor destaca “as Guerras dos Bárbaros (1621-1720), a Guerra de Sergipe (1575-1580), a Guerra Potiguara (1575-1599), a Confederação Cariri [1682-1713], a Confederação dos Tamoios (1556-1567), a Guerra de Orobó (1657-1659), a Guerra do Aporá (1669-1673) e as Guerras no São Francisco (1674-1679)” (FÉLIX & SANTOS NETO, 2021, p. 100-101).

povos e os colocou sob as rédeas de um sistema extremamente violento e usurpador, que não se processou de maneira pacífica, uma vez que,

entre os movimentos de resistência, os quilombos que constituíram a República Palmarina (Angola Janga) desempenharam tarefa medular. A experiência palmarina ocupou papel notório para a emergência de milhares de quilombos constituídos ao longo da colonização lusitana e da monarquia (colonização inglesa do Brasil). A experiência – que contou com as lideranças de Ganga Zumba, Zumbi dos Palmares, Dandara e Aqualtune etc. – representou o maior movimento contraposto à colonização mercantil portuguesa e aos senhores de engenhos, plasmando-se como uma experiência bem-sucedida contra o modo de produção capitalista concentrado na exploração do trabalho escravo, no latifúndio e na monocultura da cana-de-açúcar (FÉLIX & SANTOS NETO, 2021, p. 103).

De 1630 a 1695, o referido quilombo foi atacado por diversas vezes. Há inconsistências em relação ao número exato de ataques recebidos: para alguns autores, 16; para outros, 27. Mas, de acordo com Félix e Santos Neto (2021), foram mais de 70 ofensivas bélicas direcionadas ao Quilombo dos Palmares. Com base em Moura (1972), vamos sucintamente percorrer as narrativas sobre alguns desses ataques.

A chamada República Palmarina¹¹ contava, já em 1646, com aproximadamente 6 mil habitantes, intercalando-se em atividades fundamentais para o convívio, como as plantações e tudo o mais que fosse necessário à sua manutenção. Ameaçavam as redondezas com o intuito de defesa, apossavam-se de mantimentos que encontravam e, em

11 Sobre a estrutura organizacional e política do quilombo, há muitas teorias e controvérsias. Aqui, destacamos que, “embora o quilombo de Palmares tenha sido identificado algumas vezes como uma ‘república’, não se pode confundir com o termo em sua exatidão. [...] Para além dos nomes que os historiadores poderão auferir ao quilombo, Palmares era essencialmente uma espécie de ‘coletividade camponesa’, em que os bens eram comuns, pois a terra era um bem comum. Mas não há um conceito específico para identificar o sistema político-social de Palmares [...]. Não havia propriedade da terra em Palmares; portanto, não havia posse, dinheiro, classes sociais etc.” (ARAÚJO, 2015, p. 2). Sobre a existência de escravidão no interior do quilombo, o autor ressalta: “A questão da escravidão existente em Palmares faz nos lembrar de duas coisas importantes: uma [é] o fato de que não se tratava de uma democracia e, em segundo lugar, Palmares resguardava muitas das características sociais de sua época. Mas é provável que o regime escravista existente em Palmares se assemelhasse ao modelo escravista já existente na África, onde cativos de guerra eram forçados a trabalhar a terra por um tempo, prestando serviços por um tempo, como uma forma de punição ao cativo que executava aquelas atividades durante um tempo específico e gozava de alguns ‘direitos’ não garantidos pela escravidão atlântica perpetrada pelos europeus” (*ibidem*, p. 2).

pouco tempo, a ameaça que representavam ao império português era tão real que o povoado chegou a ser comparado a outro país, tamanha era a sua preponderância. Nestes termos, Portugal tinha dois inimigos: a Holanda e o Quilombo dos Palmares.

O líder do grupo era escolhido pelo desempenho na guerra, assim como acontecia na maioria dos reinos africanos. A técnica militar era condição fundamental para a segurança do quilombo; então, o crescimento do exército era proporcional ao crescimento populacional, de modo que seus habitantes “iniciaram a construção de fortificações [...]”. Suas armas eram arcos, flechas, lanças e armas de fogo tomadas das expedições punitivas, dos moradores vizinhos ou compradas” (MOURA, 1972, p. 187). Exército e sistema defensivo eram recursos de primeira ordem para os aquilombados e tornaram possível à população daquele lugar chegar a 20 mil pessoas, juntamente com a expansão territorial.

Sob o domínio holandês, os aquilombados de Palmares sofreram o primeiro ataque em 1644, resultando em mortes e aprisionamentos, deixando a impressão de ter sido destruído. No ano seguinte, o mesmo país organizou tropas para mais um ataque com mais homens e conseguiu aprisionar mais alguns negros e incendiar algumas casas, mas não tomaram o quilombo. Portugal organizou expedições de ataque, em 1672 e 1673, mas sem consumir o objetivo pretendido. O máximo que conseguiu foi o aprisionamento de cerca de 80 aquilombados, de um montante de 20 mil. Já em 1675, uma expedição com 280 homens promoveu um dos combates mais violentos até então, “tendo os ex-escravos resistido durante duas horas de fogo dos atacantes [...], viram suas casas queimadas, além de terem muitos mortos e feridos” (MOURA, 1972, p. 191). A investida imperial portuguesa se prolongou pelos dias seguintes. Muitos aquilombados fugiram e alguns retornaram para as casas de seus antigos senhores. Zumbi também foi atingido. Ele era considerado de alto valor e constância pelo governo e pelos senhores de escravos.

O ataque de 1675 pareceu consolidar a ordem de extermínio do quilombo e, em 1677, uma nova expedição seguiu rumo ao quilombo, agora sob a liderança de Fernão Carrilho. Com certo traquejo na maneira de atacar, o referido líder solicitou reforços, deixando claro que não havia facilidade nenhuma em realizar a investida. O resultado foi uma significativa matança, além de muita destruição, uma vez que “Fernão Carrilho deu por esmagado o Quilombo dos Palmares, exterminados os

quilombolas [...] [e, em seguida,] retirou-se cheio de glória para Porto Calvo, onde foi recebido festivamente, assistindo [a uma] missa solene em Ação de Graças” (*ibidem*, p. 193). A verdadeira face da perspectiva religiosa era exatamente a mencionada: comemorar as mortes e as subjugações dos negros, em prol da acumulação do capital proveniente do trabalho escravo.¹² No entanto, o quilombo mais uma vez estava de pé e Fernão Carrilho sentiu-se pronto para mais um ataque em 1686. Sua expedição foi derrotada e, em seguida, suspensa.

Com Domingos Jorge Velho é que se projeta a derrota do quilombo, que iria começar em 1692. No mesmo ano, os ex-escravos, com suas estratégias militares, revidam o ataque na mesma proporção e, sob o comando de Zumbi, deixam as tropas paulistas em condições apenas de recuar, enquanto o quilombo se fortalecia. Dois anos depois, em 1694, Domingos Jorge Velho volta ao ataque e, “surpreendido com as fortificações e recursos defensivos dos ex-escravos, não ousou ordenar o ataque, solicitando reforços ao governador” (*ibidem*, p. 195). Ainda assim, os aquilombados resistem de modo heroico, até começarem a ser vencidos, pois tamanha era a artilharia da expedição, que deixou cerca de 200 aquilombados mortos e 500 aprisionados. Após 22 dias de resistência, o Quilombo dos Palmares foi derrotado e Zumbi morto, algum tempo depois.

As estratégias militares escancararam a capacidade palmarina para a guerra, a defesa do território e a proteção dos aquilombados, chegando a impressionar o fato de terem conseguido ir para o enfrentamento por diversas vezes e resistir aos artefatos bélicos que a metrópole colonizadora disponibilizara para as investidas.

Todo o esforço do império português envolvia a extração máxima da força de trabalho escrava e o abastecimento do comércio, que se expandia sem precedentes até aquela época. A resistência dos negros se deu mediante muita luta. Se tomarmos os quilombos como um parâmetro, perceberemos que a organização desses movimentos retrata uma vivência trazida de sua terra natal, pelo modo como se organizavam

12 A insistência em colocar a questão sob o viés religioso era fulcral no sistema colonial, pois a intenção era forçar o negro escravizado a negar sua cultura, sua crença e seus ritos religiosos. Mas isso não era aceito de modo homogêneo pelos escravizados. Muitos aproveitavam datas religiosas para começarem os motins: “em Minas, na Bahia, no Estado do Rio, eles não respeitavam aquelas datas, mas, pelo contrário, aproveitavam-nas para mais facilmente começarem os levantes. Fato que bem demonstra aquela ‘ilusão da catequese [...], os escravos negros não foram aculturados, como pretendem certos sociólogos, de forma mecânica” (MOURA, 1972, p. 103).

em sociedade e como guerreavam. O Quilombo dos Palmares retrata uma realidade que se passou em terras alagoanas, mas expressa o que se passava no Brasil como um todo naquele período histórico; afinal, “a República Palmarina representou a maior de todas as lutas contra a estrutura econômica baseada na exploração do trabalho escravo e na produção canavieira” (FÉLIX & SANTOS NETO, 2021, p. 103).

A escravidão e todos os elementos do sistema colonial fizeram parte da movimentação da burguesia mercantil para subverter os limites feudais e instaurar o modo de produção capitalista, por meio do acúmulo de capital. Com isso, entendemos que os negros escravizados sentiam na pele que estavam vivendo em condições degradantes. Os registros históricos de suas lutas nos permitem apontar que os aquilombados tinham plena consciência de que sua situação era explicitamente resultante de uma guerra direcionada a eles e aos seus descendentes.

Considerações finais

O capital, por ser uma relação social, precisa da extração de força de trabalho para se reproduzir, seja o trabalho livre ou o trabalho escravo. A transição do modo de produção feudal para o capitalista, na Europa, dimensionou as relações entre as nações e abriu caminhos para uma corrida desenfreada em busca de terras, recursos naturais, mão de obra, ouro e tudo o mais que pudesse render lucros, a ponto de adiantar o processo de consolidação do capital como sistema totalizante.

O capital mercantil ditou o tom das relações comerciais e promoveu o desenvolvimento do mercado mundial, das grandes navegações e das invasões territoriais marcadas pelo extermínio e pela escravização dos povos nativos, dentre outros mecanismos de saques e pilhagens dessas terras. O sistema colonial expressa a dominação das metrópoles sobre as colônias, de maneira a destruir modos comunais de produção, considerados arcaicos e estagnados.

Sob a alegação de que continentes como a América e a África foram descobertos e seus povos foram salvos pelos colonizadores, o que de fato aconteceu foi uma invasão sem precedentes. Com isso, a escravização dos indígenas e negros raptados da África foi o que sustentou o desenvolvimento do capital industrial e do trabalho assalariado na Europa. A economia extrativista, voltada para enriquecer as potências

européias, retirava dos escravizados a autonomia sobre suas próprias vidas, arrancava-os de suas nações e submetia-os a todos os tipos de violência, na tentativa de aliená-los de suas existências enquanto seres humanos e indivíduos sociais.

No Brasil, por mais de três séculos, a escravidão sustentou a sanha portuguesa por riqueza, sendo o último país a erradicar esse tipo de trabalho no mundo. Mas o que destacamos foi a resistência e a luta dos escravizados, por meio do sucinto resgate dos ataques sofridos pelo maior quilombo de que este País tem registro: o Quilombo dos Palmares. Longe de romantizar o discurso da força dos negros escravizados, exaltamos a capacidade estrategista, militar e defensiva dos aquilombados, que expressavam sua inquietude sobre as condições nas quais estavam sendo obrigados a viver e trabalhar.

Acostumamo-nos com os relatos de grandes guerras desde o período do Império Romano, com a exaltação de grandes guerreiros da historiografia mundial, com o encantamento em relação à potência bélica dos governos que já passaram pela história da humanidade. Mas dificilmente contemplamos, com a devida magnitude, a luta por liberdade daqueles que foram escravizados em solo brasileiro e lutaram pela vida, contra um sistema com garras tão profundas, que se ergueu com o sacrifício do seu sangue e do seu suor.

Por mais de 60 anos, o Quilombo dos Palmares materializou uma verdadeira revolução, com táticas de guerra, confecção e conquista de armas, noção aguçada de defesa, capacidade de enfrentamento admirável, organização e força, capazes de vencer, por diversas vezes, o poderio de metrópoles. Já Alagoas, que é conhecida como a terra dos marechais, é – na verdade – a terra de Zumbi, Dandara, Ganga Zumba, Acotirene e de todos os bravos homens e mulheres que ergueram o Quilombo dos Palmares.

Referências

ARAÚJO, Renato. **Zumbi dos Palmares**. São Paulo: SESC, 2015.

FÉLIX, Tatiana Lyra Lima; SANTOS NETO, Artur Bispo dos. **A natureza monopolista da economia alagoana** [recurso digital]. Goiânia: Editora Phillos, 2021.

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARX, Karl. **Grundrisse** – Manuscritos econômicos de 1857-1858: Esboços da crítica da economia política. Tradução: Maria Duayer e Nélío Shneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MAZZEO, Antônio Carlos. **Estado e burguesia no Brasil**: Origens da autocracia burguesa. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1997.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da senzala**: quilombos, insurreições e guerrilhas. Rio de Janeiro: Conquista, 1972.

PAULO NETTO, José; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: Uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2009.

SANTOS NETO, Artur Bispo dos. **Capital e trabalho na formação econômica do Brasil**. São Paulo: Instituto Lukács, 2015.

SANTOS NETO, Artur Bispo dos. **Mundialização do capital**: imperialismo e subimperialismo [recurso digital]. Goiânia: Editora Phillos, 2020.

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América**: a questão do outro. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e escravidão**. Rio de Janeiro: Editora Americana, 1975.

SER Social

TRABALHO, LUTAS SOCIAIS
E SERVIÇO SOCIAL

Brasília (DF), v. 26, nº 55, de julho a dezembro de 2024

Subjetividade e hipervulnerabilidade no consumo de pessoas idosas

*Subjectivity and hypervulnerability in consumption by elderly
Subjetividad y hipervulnerabilidad en el consumo de los ancianos*

Leonardo Valesi Valente¹

<https://orcid.org/0000-0002-0169-8143>

Márcia Regina de Assis²

<https://orcid.org/0000-0001-8371-3708>

Frederico Augusto Tavares Junior³

<https://orcid.org/0000-0002-8915-6962>

Mônica Machado Cardoso⁴

<https://orcid.org/0000-0002-2558-5426>

Claudia Reinoso Araújo de Carvalho⁵

<https://orcid.org/0000-0003-4105-9191>

1 Terapeuta ocupacional. Doutorando em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social. Mestre em Neurologia. Especialista em Saúde Mental e Atenção Psicossocial, Gerontologia e Programas de Saúde. Professor do ensino básico, técnico e tecnológico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ). Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/9366425458905565>>. E-mail: <leonardo.valente@ifrj.edu.br>.

2 Terapeuta ocupacional. Doutorado em Educação em Ciências e Saúde. Professora do ensino básico, técnico e tecnológico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ). Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/4710357803442871>>. E-mail: <marcia.assis@ifrj.edu.br>.

3 Doutor em Psicossociologia. Mestrado em Administração. Bacharel em Comunicação Social (Publicidade e Propaganda). Professor associado III da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor da pós-graduação (mestrado e doutorado) do Instituto de Psicologia (programa EICOS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/1047267549932423>>. E-mail: <frederico.tavares@eco.ufrj.br>.

4 Doutora em Comunicação e Cultura. Mestrado em Multimeios. Professora associada da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora permanente do programa de pós-graduação EICOS-IP/UFRJ. Pesquisadora da Coordenação Interdisciplinar de Estudos Contemporâneos (CIEC/PPGCOM/ECO/UFRJ). Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/3192570587798184>>. E-mail: <monica.machado@eco.ufrj.br>.

5 Terapeuta ocupacional. Doutorado e mestrado em Saúde Pública. Especialização em Saúde Mental, Atenção Psicossocial, Saúde do Idoso e Gerontologia. Professora associada do Departamento de Terapia Ocupacional da

Recebido em: 24/11/2023

Aprovado em: 20/05/2024

Resumo: As relações de consumo envolvem os sujeitos em seus processos cotidianos, em uma dimensão social das experiências produtivas, atravessadas incessantemente pela subjetividade. O artigo objetiva discutir como pessoas idosas vivenciam suas dificuldades e restrições na sociedade capitalística de consumo, evidenciando aspectos de vulnerabilidade. Partindo do diálogo do conceito de hipervulnerabilidade no consumo, argumentamos sobre a insuficiência na estrutura intrínseca de justiça e equidade para que pessoas idosas participem das dinâmicas sociais, conforme os riscos de exclusões e as estigmatizações verificadas no consumo. Investimos em um estudo de tema livre, cuja reflexão envolveu campos conceituais e categorias com ênfase nas relações de consumo e de produção de subjetividades. Finalmente, indagamos como o envelhecimento é um processo afetado por tais relações na sociedade de consumo, tendo fatores complexos como ideais de jovialidade, mercado de trabalho, poder aquisitivo, aposentadoria e “ocupismo”, que interferem na produção de subjetividades, no consumo e nos modos de existência das pessoas idosas.

Palavras-chave: envelhecimento; consumo; hipervulnerabilidade; subjetividade; cotidiano.

Abstract: Consumer relations involve subjects in their daily processes, in a social dimension of productive experiences, incessantly crossed by subjectivity. The article aims to discuss how elderly people experience their difficulties and restrictions in the capitalist consumer society, highlighting aspects of vulnerability. Starting from the dialogue on the concept of hypervulnerability in consumption, we argue about the insufficiency of the intrinsic structure of justice and equity for elderly people to participate in social dynamics, according to the risks of exclusion and stigmatization seen in consumption. We invested in a free theme study, whose reflection involved conceptual fields and categories emphasizing consumer relations and the production of subjectivities. Finally, we ask how aging is a process affected by these

relationships in consumer society, with complex factors such as ideals of youthfulness, the job market, purchasing power, retirement and occupation that interfere in the production of subjectivities, consumption, and the ways of existence of old people.

Keywords: aging; consumption; hypervulnerability; subjectivity; daily.

Resumen: Las relaciones de consumo involucran a los sujetos en sus procesos cotidianos, en una dimensión social de experiencias productivas, incesantemente atravesada por la subjetividad. El artículo tiene como objetivo discutir cómo las personas ancianas viven sus dificultades y restricciones en la sociedad de consumo capitalista, destacando aspectos de vulnerabilidad. A partir del diálogo sobre el concepto de hipervulnerabilidad en el consumo, discutimos sobre la insuficiencia de la estructura intrínseca de justicia y equidad para que las personas ancianas participen en las dinámicas sociales, de acuerdo con los riesgos de exclusión y estigmatización que se observan en el consumo. Invertimos en un estudio de temática libre, cuya reflexión involucró campos conceptuales y categorías que enfatizan las relaciones de consumo y la producción de subjetividades. Finalmente, nos preguntamos cómo el envejecimiento es un proceso afectado por tales relaciones en la sociedad de consumo, con factores complejos como los ideales de juventud, el mercado laboral, el poder adquisitivo, la jubilación y el “ocupismo”, que interfieren en la producción de subjetividades, el consumo y los modos de existencia de personas ancianas.

Palabras clave: envejecimiento; consumo; hipervulnerabilidad; subjetividad; cotidiano.

Introdução

Aumentar o tempo de vida das pessoas sempre foi um desejo da humanidade. Chegar à velhice já é uma realidade mundial, uma espécie de marco normativo para a expectativa de vida de grande parte das populações, mesmo havendo iniquidades do desenvolvimento socioeconômico (VERAS, 2020). Cerca de 80% da população mundial que envelhecerá até 2050 viverá em países menos desenvolvidos, o que os desafiará a prover sistemas de saúde e proteção social no envelhecimento (OMS, 2022). No Brasil, pessoas idosas são aquelas que, aos 60 ou mais

anos de idade, têm a plena garantia de seus direitos reconhecidos por estatuto próprio (BRASIL, 2022; BRASIL, 2003), para que todos os direitos fundamentais inerentes à dignidade da pessoa humana sejam reconhecidos como inalienáveis ao longo do envelhecimento, processo este tomado como direito social personalíssimo (BRASIL, 2003). O direito ao envelhecimento digno é requerido por um movimento universal sempre pautado por lutas legítimas, com perspectivas críticas e analíticas que envolvem toda a sociedade (TARGINO, 2014).

O envelhecimento humano é um processo que acarreta repercussões em todos os níveis de interesse (FREITAS, 2004), cujas dimensões sociais e de políticas públicas (especificamente as de previdência social e saúde) são a ele inter-relacionadas. Papaléo-Netto (2016) aponta que conhecer e abordar as múltiplas facetas do referido processo exige compreender as implicações de condições de vida, que repercutem em impacto social, agravado para as pessoas idosas e as demais populações que envelhecem no Brasil, já tão marcado por sua estrutura socioeconômica desigual, que privilegia poucos e acirra desigualdades e preconceitos. Se, por um lado, o mercado brasileiro se aquece com a participação de 20% das pessoas idosas consumidoras (BRESCIANINI, 2019), em crescimento focado no referido público (SEBRAE, 2021), com cerca de 54 milhões de consumidores acima dos 50 anos movimentando R\$ 1,6 trilhão da economia nacional (LOCOMOTIVA, 2022), ainda existem 2,8 milhões de pessoas idosas vivendo abaixo da linha da pobreza e mais 410 mil outras que se encontram em situações de extrema pobreza (BAGOLIN; SALATA, 2022), sobrevivendo sem condições mínimas de consumo com dignidade ou justiça social. São realidades que se perpetuam de maneira desigual, contrastando com acessos e restrições dentro da sociedade de consumo, que tende a agravar iniquidades e conferir condições de vulnerabilidade social para as pessoas em seu processo de envelhecimento.

A inserção de pessoas idosas na dimensão coletiva de sua participação social vai além do desafio individual, o que pode conferir vantagens para a sua integração e exige papéis familiares e o acesso a direitos e às demais políticas governamentais (CAMARANO, 2004).

Os modos de envelhecer são processos diversos entre humanos, que vão se qualificar pelas experiências ao longo da vida, a depender de múltiplos fatores, como heterogeneidade cultural e influências ambientais (GUERRA, 2022). A pluralidade do envelhecimento humano se dá

por complexos processos, que diversificam a experiência dos sujeitos e dos coletivos ao longo da vida. Os fenômenos do envelhecimento são considerados heterogêneos, diversificados e plurais (ALVINO, 2015), de modo que acompanham as experiências vitais do indivíduo em todos os seus ciclos de desenvolvimento, caracterizando, assim, a dimensão da subjetividade. Com isso, a percepção da subjetividade é reconhecida pela inter-relação de fatores contingenciais, que se qualificam como implicações das singularidades do indivíduo ao longo do seu curso de vida (LOPES, 2007). As visões sobre o envelhecimento, acompanhadas de discursos, percepções individuais, representações sociais e relatos orais em narrativas pessoais ou grupais, constituem a materialidade da subjetividade sobre envelhecer e ser velho, de maneira que é impossível o envelhecimento ser uniforme (HEPWORTH, 2000; ABOIM, 2014; PINTO *et al.*, 2020).

A subjetividade no envelhecimento, em sua inerente condição de pluralidade e diversidade, tem relações com os aspectos da cidadania. Abordar o envelhecimento é um desafio que contorna a dimensão política da vida dos sujeitos em seu processo de envelhecimento, envolvendo o alcance e a possibilidade de proteção e garantia de direitos, bem como de integração à vida coletiva como parte da responsabilidade social para com as pessoas idosas, vistas como cidadãos (FALEIROS, 2007a). Fenômeno que se acirra ao se admitir que a subjetividade compõe interfaces com disputas de relações de poder, de constituições grupais e culturais distintas (FALEIROS, 2014), cuja dinâmica social confere desigualdades e violências (FALEIROS, 2004) e intensifica a busca pela garantia de proteção e construção dos direitos (FALEIROS, 2007b).

Azevedo (2007) concebeu a hipótese de que estudar o envelhecimento e suas relações é uma possibilidade de ampliar as vozes de pessoas idosas na dinâmica social. As relações de consumo perpassam os processos de interações sociais dos sujeitos com a coletividade, o que acontece ao longo de todo o desenvolvimento e o envelhecimento do indivíduo. Diante disso, o tema da vulnerabilidade passa a ser emergente.

Tais relações entre o consumo e a participação social são aspectos de relevância aos estudos da Psicossociologia. Trata-se de um ramo do conhecimento que, conforme aponta Maisonneuve (1977), propõe-se a compreender os fenômenos concretos da vida cotidiana que não são explicados apenas por seus componentes psicológicos ou sociológicos isolados, mas que constituem interações de processos psíquicos,

imbricados à questão social dos indivíduos e à sua relação indissociável com a coletividade.

Discutir a hipervulnerabilidade nas relações de consumo que envolvem a subjetividade das pessoas idosas é o objetivo desta reflexão. Com isso, busca-se evidenciar a situação-problema de como a hipervulnerabilidade no consumo de pessoas idosas atravessa suas relações cotidianas nos seus processos de produção de subjetividade, o que ainda deflagra condições de iniquidades para a participação social dos referidos sujeitos na contemporaneidade.

Assim, com base em uma perspectiva que busca considerar os aspectos subjetivos e a sua produção, assim como também as relações entre o consumo e a hipervulnerabilidade (definida como a condição inerente de desvantagem social para os consumidores idosos), foram aqui oportunizadas reflexões com argumentações gerontológicas e psicossociológicas. Trata-se de um artigo de tema livre cujos debates devem compreender a complexidade do envelhecimento em uma sociedade de consumidores que se caracteriza por impor o consumo como um modo de funcionamento incessante, cuja regulação da produção de subjetividade também afeta as vidas das pessoas idosas.

Quanto ao desenvolvimento metodológico, tem-se aqui um estudo crítico com base na reflexão teórica sobre o consumo e a produção da subjetividade no processo de envelhecimento, cujas relações complexas – tomadas em horizontalidade de mútuas influências – envolvem os aspectos do cotidiano e a condição de hipervulnerabilidade de pessoas idosas consumidoras nos contextos do capitalismo e da sociedade contemporânea.

Meneghetti (2011, p. 322) compreende o texto ensaístico como teórico-reflexivo sem características de autonomização formal ou excessiva rigidez metodológica, apresentando-se essencialmente como opção “consciente e intencional”. A presente reflexão apresenta-se por meio de debates interdisciplinares daqueles temas horizontais, pertinentes à Gerontologia e à Psicossociologia, de maneira que são delimitados aos conceitos de hipervulnerabilidade no consumo e produção de subjetividades no processo de envelhecimento.

Indica-se que a discussão se deu em torno das relações entre o consumo e a subjetividade, considerando os aspectos relevantes ao cotidiano e à participação social de pessoas idosas, que foram qualificadas

como sujeitos consumidores hipervulneráveis, pois vivem o consumo sob o risco de restrição e iniquidade em diversas instâncias de suas relações cotidianas, subjetivas e psicossociológicas.

Vamos qualificar a hipervulnerabilidade no consumo de pessoas idosas em uma sociedade de consumidores como um efeito da vulnerabilidade para exercer a própria cidadania. Evidenciando aspectos (tais como a idealização da jovialidade eterna, o “ocupismo”, a produção de subjetivação no envelhecimento relacionada aos riscos de iniquidade e a exclusão do poder de consumo, da renda e da vivência cotidiana para acessar bens e direitos), o envelhecimento passa a ser considerado um processo socialmente indesejável e agravado por injustiças.

As relações do envelhecimento com a perspectiva da produção e do consumo

Em uma visão materialista histórica e dialética, conforme “O Capital”, que Karl Marx publicou originalmente em 1867, temos que o capitalismo está na base da constituição societária dividida em classes, que vai se expandindo como sistema produtor complexo, responsável pela difusão de relações de desigualdade, à medida que se vale da exploração do trabalho humano (MARX, 2013).

A sociedade capitalística, emergente de tal exploração sem precedentes, que utiliza o trabalho como sua imanente força de produção, aliena os sujeitos da oportunidade de acessar com integralidade os resultados de sua própria ação transformadora, implicando que o sujeito – como um trabalhador insuficientemente assalariado – experimente o estranhamento do produto do seu trabalho e, daí, para sobreviver, esteja condenado à venda de sua força (PATRIOTA *et al.*, 2022).

Ao longo de suas vidas, acentuadamente sujeitas à exploração, os trabalhadores são exigidos incessantemente pelo sistema capitalista, a fim de realizar uma produtividade excessiva, marcadamente propulsora de debilidades físicas e mentais, pelo uso intensivo e extensivo da sua força de trabalho. Tal complexidade acarreta o envelhecimento humano em condições precárias de proteção social (TEIXEIRA, 2018).

Trata-se de um quadro que se agrava dentro da reprodução exploratória e esmagadora do capitalismo, que se reinventa em formas inesgotáveis da difusão global neoliberal, atribuindo aos sujeitos a injusta

responsabilidade centralizadora de suprir seu próprio bem-estar e de prover a solução para enfrentar todas as mazelas sociais resultantes do sistema predatório em si, que se perduram como reprodutoras de injustiças durante o processo de envelhecimento (SANTOS; NASCIMENTO, 2020). Assim, a dinâmica social com relação ao envelhecimento é marcada por violências e visões excludentes, que qualificam o referido processo como indesejável e penoso.

Pacheco (2004) atrela a discussão sobre trabalho, aposentadoria e envelhecimento como a verificação da trajetória dos sujeitos em suas vidas, ao longo dos ciclos do seu desenvolvimento, que assumem sua participação no contexto social ao qual estejam inseridos. O autor ainda destaca que a aposentadoria é um fenômeno social complexo, que qualifica processos de ruptura, cujo resultado imediato traz desengajamento das relações com a produção, o que atribui ao envelhecimento a desvalorização, como *status* de exclusão.

Em âmbito mundial, principalmente no capitalismo reinventado pelo neoliberalismo, é verificada uma relação entre o custo para a produção econômica e a garantia de direitos, com a aposentadoria e o seu impacto social, econômico e individual (FRANÇA *et al.*, 2017), o que exige preparação ao longo do curso de vida e, mais acirradamente, no envelhecimento (FRANÇA; SOARES, 2009).

O afastamento do mundo do trabalho formal qualifica as pessoas idosas como sujeitos de desinteresse da produção capitalista (PAULA, 2016). A aposentadoria, marcadamente presente no envelhecimento, confere uma desvalorização da participação individual (TAVARES; NERI; CUPERTINO, 2004). Trata-se de um fenômeno que desafia a promoção de proteção aos direitos por parte da sociedade em geral e do aparato governamental-institucional (ROSA; BERNARDES; FÉLIX, 2017), ainda que as pessoas idosas possam assumir papéis de provisão econômica dentro dos diferentes ajustes intrafamiliares (MEDEIROS, 2004; ROSA; BERNARDES; FÉLIX, 2017).

Advinda de modo a causar o afastamento mais imediato da cadeia social de significações, com a produção e a valoração da utilidade dos sujeitos pelo trabalho, a aposentadoria favorece a exclusão da participação ao acesso a bens, ao desenvolvimento tecnológico, à produção e ao consumo para pessoas idosas (SOUZA; SILVA, 2019). Os estereótipos sobre o envelhecimento são enrijecidos pela visão negativa de que as

pessoas idosas são improdutivas e esgotam os recursos da sociedade, como uma espécie de consumidores vistos como um fardo, a demandar cuidados incessantes para que possam ter suas vidas mantidas com um aparato social-governamental extensivo (RANZIJN, 2010).

O trabalho é o cerne da vivência produtiva humana, de maneira que qualifica a experiência de todos em relação à sua capacidade de produzir e, assim, usufruir dos *status* de pertencimento e valor. Sua ruptura, enfaticamente por aposentadoria ou desemprego, determina exclusões e apagamentos de sujeitos e comunidades nos cenários cotidianos e da participação social. Abordar o trabalho é crucial na investigação da subjetividade e do consumo, pois é na referida instância que um universo de relações se especializa no cotidiano, desde papéis sociais e vínculos, até o reconhecimento dos sentidos e das demais condições de vida e do viver. O trabalho envolve produções complexas, de valoração individual e social para todos. É meio e fim para a organização do sistema produtivo. Por seu intermédio, violências e iniquidades são resultantes de prejuízos de participação social, inclusão, consumo e cotidiano. Além de desafiar sujeitos, instituições e organizações civis e governamentais, o trabalho é uma categoria universal que interfere na produção de subjetividade ao longo da vida e, sobremaneira, também traz implicações sociais sobre o envelhecer.

Uma dificuldade de participação social, ao longo da cadeia produtiva suficientemente protegida, é o caso dos sujeitos que jamais acederam às condições mínimas de trabalho formal, permanecendo ao longo dos anos sob o signo de agravada situação de exclusão social, o que demanda um suporte assistencial mínimo e renda, como previstos constitucionalmente no caso do Benefício de Prestação Continuada (BPC). A provisão do referido direito fundamental é uma medida de proteção social às mínimas necessidades de sobrevivência entre as pessoas idosas que sofrem com a vulnerabilidade. Uma vez garantido o BPC, mesmo em contextos de extrema precariedade, invisibilidade e restrição ao consumo, é possível prover necessidades de carência imediata e combater iniquidades, por intermédio das políticas sociais (BARBOSA; SILVA, 2009; CONCEIÇÃO, 2020).

Destacar esses e outros aspectos de necessidades e desigualdades vividos por pessoas idosas, até considerados como fardo social-governamental (CAMARANO; KANSO, 2017), traz visões negativas sobre o envelhecimento, tais como: exclusão, precariedade para se manter e

restrição para se inserir no mercado de trabalho mais tardiamente, busca por uma longevidade somente desejável se for sadia e socialmente aceitável pelos padrões vigentes, peso de exigir sustento econômico e previdenciário por outras gerações ainda participantes da produção formal e sobrecarga social como uma ameaça ao desenvolvimento das nações. Uma complexidade de preconceitos que, em suma, se atrelam ao reducionismo de conceber que as pessoas idosas são dependentes de cuidados ou meras consumidoras, não sendo vistas como aptas a contribuir para a produção nas relações de consumo.

Questão social do envelhecimento como ênfase para o consumo

Para além do fardo que relega ao envelhecimento negativas visões de improdutividade e gera uma ruptura da participação social nas relações de consumo, há o invento de outras possibilidades que acoplam esforços em combater o envelhecimento a todo o custo.

As relações de consumo e acesso a bens e recursos se constituem como valiosa meta societária para atingir ilimitados ideais de desejo, beleza, juventude e bem-estar em prol da longevidade, com utilidade produtiva. Ou seja, o consumo se liga à busca por juventude e produtividade permanentes, qualificando os consumidores como desejantes e reprodutores do próprio sistema econômico, cada vez mais rentável e extremamente valorado socialmente, ao prometer felicidade e realização por intermédio do consumo.

A definição do que se configura como idealizada juventude permanente garante uma projeção de crescimento possível ao consumo no envelhecimento, de modo a fazer o indivíduo perseguir o acesso a bens e produtos que, ao serem consumidos, possam manipular noções de conservação etária e, também, promover a impressão de rejuvenescimento, para que assim seja viável a aceitação da participação de pessoas idosas na sociedade. Pessini (2017) reconheceu uma espécie de aceitação coagida, que oferece possibilidades de participação, desde que se atente ao consumo de determinado sentido: aquele que seja contrário ao processo de envelhecimento.

Melo *et al.* (2018) identificaram que as rendas das pessoas idosas são fatores preponderantes que influenciam o seu consumo,

que se relaciona ao tipo de moradia e a aspectos como etnia e acesso à educação para investir em cuidados de saúde e bem-estar e usufruir de condições para prover gastos com itens de sobrevivência, além também de maior poder de compra em geral. São condições determinantes do comportamento de consumo dos referidos sujeitos, que pouco efetivam meios satisfatórios de acesso e consumo social.

Debert (1999), na qualificação da lógica de (re)privatização do envelhecimento, explica que a promessa de juventude permanente é a invenção do novo mercado, que – assim constituído – faz valer as relações de consumo, tendo como alvo toda a sociedade, para além das pessoas idosas. Serve de lógica ao consumo, na produção capitalística, a compreensão de que recai sobre os próprios sujeitos a culpa por seu insucesso de não aceder a produtos e à participação social. Ou seja, trata-se de uma preconcebida incapacidade de se relacionar com aquilo que melhor atenua as marcas do processo deletério indesejável do envelhecimento.

As relações de consumo servem para negar o envelhecimento frágil, de modo que seja possível de ser mais combatido com efeitos à produção de novos produtos, o que prima pela inovação de outros bens que o retardam. Soma-se ao contexto a ênfase de incentivar o envelhecimento ativo, que conta com mais aceitação social, desejável para que se mantenha o consumo e se plenifique como algo moralmente aceito (WALKER, 2006). Além disso, esmera-se o mote econômico, em consonância com uma sociedade que produz incessantemente e deseja sempre consumir. O sentido do consumo é propulsar a produção econômico-societária, em cujo âmbito o processo de envelhecer aparece como um advento igualmente interessante, porque confere nichos ilimitados para a sua exploração.

Assim, o mercado se especializa para que o consumo se acirre e se pronuncie em uma engrenagem funcional totipotente, capaz de abarcar a todos. Eis que a invenção da cosmiação se vale como nicho bastante qualificado para a abertura de tecnologias antienvelhecimento, atendendo aos ideais jovializantes. Camarano (2017) elucida que a cosmiação é uma invenção de mercado que se compromete a viabilizar uma gama de alternativas desejáveis para combater o envelhecimento em seus aspectos negativos, de maneira que possa minimizar os sinais de corpos velhos, a fim de que também se esforce pela busca de soluções que eliminem do processo de envelhecimento as suas características

indesejáveis. Com isso, constituem-se grupos populacionais massivos, que – ao envelhecerem, conforme os processos vitais do desenvolvimento humano contínuo – passam a se posicionar como alvo para o consumo, de modo que os processos de viver e de se desenvolver tornam-se elementos inerentes de desejos e se qualificam a todo o momento como anseios para o consumo.

No referido contexto, ainda é apresentada outra dimensão sobre os múltiplos aspectos sociais do envelhecimento e que também se relaciona ao âmbito do consumo e à sua pertinência social e cultural. Trata-se do “ocupismo”, que exige noções de consumo e participação social para pessoas idosas em uma premissa de utilitarismo, conforme visões estereotipadas.

O termo “ocupismo”, conforme definido por Goldfarb (2017), é uma produção de sentido que viabiliza noções de dignidade às pessoas idosas, desde que permaneçam respondentes às atividades socialmente impostas a elas, mantendo-se ativas a todo o custo, tendo que realizá-las no cotidiano ainda que tais atividades lhes sejam alienantes ou reducionistas de desejos, por imposição contra a sua autonomia para gerir as atividades. Calasanti (2007, p. 342) avalia que “o envelhecimento não só pode ser controlado, como deve ser”, razão pela qual deve haver o imperativo para combatê-lo a todo o custo, exigindo que se consuma o que for indispensável para tal fim.

Há uma expectativa de consumo atribuída às pessoas idosas, para que elas continuem ativas e envolvidas com a produção de atividades, o que corresponde a uma imposição de valores, costumes e aspectos culturais rígidos, que exaspera noções do que é determinado aos afazeres de “velhos”, do que lhes seria de interesse, como possibilidade de realização pessoal no cotidiano, a partir do envolvimento com certas atividades, então, pré-concebidas aos referidos sujeitos. Ou seja, uma lógica de produzir desejos contra o próprio envelhecimento, consumir mais soluções antinaturais para condizer com a produção subjetiva aceitável pela sociedade.

O ocupismo é relacionado à vigência de papéis ocupacionais e sociais iníquos, muitas vezes generalizantes e restritivos de expectativas sobre a participação social integradora das pessoas idosas, que contrariamente deveria ser diversa e subjetiva no envelhecimento. Rebouças *et al.* (2013) compreendem que os tempos ao longo do envelhecimento se ampliam, uma vez que existe uma busca socialmente aceita e desejável

pelo melhor viver; porém, a renovação de sentidos aos sujeitos quando se tornam pessoas idosas advém da exigência de padrões diferentes de consumo, se comparados com os de outros perfis etários. Formas de envelhecer, relacionadas ao que se pode fazer, conferem inserções sociais desiguais, injustas e perversas, que não contribuem para a integração na participação ao longo dos anos, que se intensificam com o envelhecimento.

A resignificação da vivência pela dimensão da temporalidade no cotidiano encontra mais dificuldade na participação social das pessoas idosas. De acordo com Birman (1995), é constituída uma lógica de psicopatologia do envelhecimento, como se reconhecesse uma falta de capacidade produtiva das pessoas idosas, que as impossibilitaria de dinamismo na temporalização do cotidiano, impedindo-as de projetar aspectos próprios para o seu futuro, sem depender de uma lógica social dominante do que produzir, com o que ocupar-se, o que escolher e como permanecer ativo, o que consiste em um criterioso modo de existir aceito socialmente.

Admitindo-se a existência de polos em profusão de processos sociais distintos, sendo que um deles qualifica o consumo para a prevenção do envelhecimento, oferecendo possibilidades de consumir o que atenua ou modifique o envelhecimento, ao passo que um outro impõe às pessoas idosas condições para que sejam consideradas úteis, desde que encarceradas em definições estanques de ocupismo, tem-se a produção de subjetividades atrelada ao consumo. Os sentidos sociais que provocam lógicas para o consumo impõem marcadores na qualificação do consumo e favorecem relações de vulnerabilidade que comprometem a cidadania, o bem-estar e o senso de coletividade para as pessoas idosas poderem viver na sociedade.

Assim, envelhecer e estabelecer relações consigo e com os outros, na dimensão coletiva da vida e das relações socioafetivas, exige uma centralidade na discussão do consumo como qualificador de aspectos que favoreçam ou dificultem a participação social da pessoa idosa.

Produção de subjetividade e hipervulnerabilidade nas relações de consumo no envelhecimento

Pessoas idosas vivenciam condições corriqueiras que caracterizam sua hipervulnerabilidade em situações de consumo, o que exige políticas

públicas e tutelas jurídicas diferenciadas (ROSA; BERNARDES; FÉLIX, 2017). Mesmo tendo-se a garantia legal do Código de Defesa do Consumidor, há riscos de vulnerabilidade, como contratos celebrados com má fé, abusos perante fornecedores de produtos e serviços e condições de desrespeito à dignidade humana, o que qualifica a experiência de hipervulnerabilidade nas relações de consumo (DA CAS, 2018; NUNES, 2016). Tem-se o fenômeno da hipervulnerabilidade no consumo das pessoas idosas, que – imersas em uma sociedade de consumo excessivo e incessante – vivenciam a referida configuração, legalmente reconhecida para que lhes sejam garantidas a tutela e a proteção à inclusão na dimensão do direito como consumidores (COELHO; AYALA, 2019). A verificação da hipervulnerabilidade dimensiona dificuldades cotidianas, que afetam as relações entre o consumo e a produção, na busca por justiça e participação social para pessoas idosas.

Maisonneuve (1997) indicou que os fenômenos psicossociológicos – que seriam aqueles que são vivenciados no cotidiano, uma vez que integram as vivências e os sujeitos coletivamente, ao interagirem entre si – não são explicados isoladamente como objetos específicos da Psicologia ou da Sociologia. O fenômeno psicossociológico envolve discutir complexidades a partir do cotidiano, admitindo-se a qualificação de interações que o afete, para que seja viável o estudo do processo como um conjunto complexo em si. Com a finalidade de aproximar a cotidianidade da hipervulnerabilidade no consumo das pessoas idosas, quando elas participam da sociedade e atuam conforme os preceitos da produção e do consumo irrefreável, tem-se a produção de subjetividade dos referidos sujeitos como um fenômeno psicossociológico relevante.

O cotidiano das investigações psicossociológicas identifica que a questão social incide em uma organização com características pessoais, relações interpessoais e dimensões simbólicas mais profundas, ultrapassando os sujeitos e constituindo estruturas coletivas para modelos, modos de vida, afetos e os sentidos da vida comum. Tal organização social constituída e constituinte (NASCIUTTI, 1996) acarreta interlocuções para a própria produção de subjetividade, criando espaços e relações individuais, grupais e coletivas, a envolver os sujeitos indivisivelmente entre si e suas vivências como um tecido social em processualidades.

Tem-se o envelhecimento relacionado ao consumo como amplo interesse de investigação em Psicossociologia, o que permite conceber que a produção de subjetividades seja atravessada a todo o modo pelas

diversas relações com o consumo, o que vai atribuir sentidos sobre o “ser” das pessoas idosas e sua valorização na vida comunitária, pelas condições que as subjetividades favoreçam ou desqualifiquem os modos de se participar socialmente.

O fenômeno psicossociológico, imbricado às relações entre o consumo e a subjetividade no envelhecimento, deve ser concebido por tensionamentos e riscos, que são constituintes da sociedade dos consumidores e implicam a constatação da hipervulnerabilidade de consumo de pessoas idosas como agravante da participação social. Trata-se de uma hipervulnerabilidade percebida em experiências cotidianas de injustiça e restrição para acessar bens, direitos, serviços e riscos contra a realização pessoal e a integração sociocomunitária para a proteção da citada população.

No Brasil, tem-se a garantia fundamental de direitos prevista na Constituição Cidadã, que trata de todas as prerrogativas legais de amparo por parte da família, da sociedade e dos equipamentos governamentais para a defesa da dignidade, do bem-estar e do direito à vida das pessoas idosas (BRASIL, 1988), primando pela promoção da justiça com relação à liberdade e à igualdade (CASTRO; CABRAL, 2019). Juntamente com as demais proteções nas relações de consumo, previstas no Código de Defesa do Consumidor brasileiro e no Estatuto da Pessoa Idosa, é assumido um papel de tutela do Estado como “garantidor da preservação da dignidade do idoso, ditando normas que visem à proteção do indivíduo e de seu patrimônio” (CASTRO; CABRAL, 2019, p. 100). Pasqualotto e Soares (2017, p. 84) argumentam que “a vulnerabilidade funciona como princípio, e a hipervulnerabilidade pode atuar como regra”, o que exige, assim, cuidados mais criteriosos e com o rigor de condutas, por parte de fornecedores, no estabelecimento do consumo e do fornecimento de bens e produtos destinados às pessoas idosas.

O “direito do idoso” pressupõe que a vulnerabilidade das pessoas idosas é a vigência constante de desigualdades, que acirram disparidades perante a sua participação na sociedade, em consequência do capitalismo e da desvalorização, por não poderem contribuir mais para a produção, conforme as fases anteriores do seu ciclo vital (CASTRO; CABRAL, 2019; ALONSO, 2005; ROSA; BERNARDES; FÉLIX, 2017). Reconhecer tal vulnerabilidade como condição intrínseca nas relações de consumo de pessoas idosas exige priorizar seus interesses e garantir-lhes proteção absoluta (CASTRO; CABRAL, 2019).

A vulnerabilidade social das pessoas idosas é decorrente de agravamentos enfrentados no cotidiano (PAZ; SANTOS; EIDT, 2006), podendo ser identificada nos impedimentos para acessar informações (como direitos ou deveres conferidos), participar de meios de educação, usufruir de cultura, lançar mão de recursos, além de poder decidir sobre estruturas, dinâmicas e funcionamentos sociofamiliares nos grupos relativos (PAZ; SANTOS; EIDT, 2006).

São impedimentos que qualificam dificuldades na vivência do cotidiano, cujas desigualdades sociais intensas – incluindo o baixo poder aquisitivo (FALEIROS, 2004), como os valores vigentes de aposentadorias – os levam a se deparar com iniquidades nas condições políticas, ocupacionais e integradoras da vida em sociedade, de modo que o consumo se perfaz como uma dimensão de injustiça.

Trata-se de uma vulnerabilidade que contribui para a ocorrência de fenômenos como o etarismo, entendido como a discriminação por fatores etários no meio social (HELAL; VIANA, 2021). Ou, ainda, conforme os dizeres de Feijó e Medeiros (2011, p. 115), seria a expressão maior da gerontofobia, que nos permite compreender que “a velhice continua sendo odiada e desprotegida”, o que implica em riscos de violência e ruptura da participação social pela vulnerabilidade.

Tais fenômenos de restrição da participação social se intensificam, constituindo uma derivação ainda mais agravante, que é a denominação da hipervulnerabilidade do consumo das pessoas idosas. Para Schmitt (2014), hipervulnerabilidade é uma situação social fática, objetiva, agravada pelas reações de mercado e do consumo, em que são expostas pessoas físicas em razão de suas próprias características pessoais mais aparentes e já conhecidas perante as instituições e os fornecedores de quem dependam. Considerando que os referidos sujeitos são igualmente consumidores com vulnerabilidade sempre agravada, temos que eles constituem grupos compostos por enfermos, pessoas idosas, crianças, adolescentes, pessoas com deficiência e analfabetos.

O conceito de hipervulnerabilidade se torna necessário para assumir que os modos de vida dessas pessoas acarretam dificuldades estruturais, reconhecidas e inegáveis, que as acompanham em todas as suas relações de consumo e produção (SCHWARTZ, 2016; ALEXANDRINA; MACIEL, 2022; ROSA; BERNARDES; FÉLIX, 2017), de maneira que constituem razões bastantes para explicar a ocorrência de

processos de violência, exclusão na participação social e precariedade para consumir e sobreviver.

O consumo é parte fundamental da vida das pessoas no cotidiano (ROCHA, 2002), que tem seu próprio sistema de significação para atender a uma necessidade social compreendida como necessidade simbólica. Qualifica-se como um fato social extremamente complexo, que a todo o tempo atravessa sujeitos com forças e implicações subjetivas, que nem sempre resguardam alguma consciência crítica acerca das relações que as levam a consumir (PINTO; BATINGA, 2016). O consumo tem forças para promover a inclusão ou a exclusão nos contextos do cotidiano, da vida e das experiências, das relações subjetivas dos sujeitos consigo mesmos e com a coletividade.

Alexandrina e Maciel (2022) informam que o consumo se dá como organização de comportamentos para satisfazer desejos, não estabelecendo sempre uma relação em suprir necessidades básicas, mas que possam sofrer influência de apelos comerciais e exigências para acessar bens, produtos e serviços que outorgam ao sujeito a possibilidade de participar de dada parcela dos grupos sociais, de modo que evidencia múltiplas tangências indissociáveis quanto aos aspectos econômicos, políticos, sócio-históricos, culturais e psicológicos (MANCEBO *et al.*, 2002). Assim, a sociedade se “destaca pela insaciável vontade de consumir, tendo o interesse finalístico do alcance do bem-estar e de *status* para sua vida” (ALEXANDRINA; MACIEL, 2022, p. 1.106). Com isso, as relações de consumo ocasionam a produção de desejos incessantes e sem hesitação, o que tensiona a condição de fragilidade das pessoas idosas nas relações de consumo, que se tornam hipossuficientes da proteção pelas garantias legais previstas.

Pela dimensão do cotidiano, com a produção de subjetividades, entre pronúncias de desejos a serem satisfeitos e várias necessidades mínimas para garantir a subsistência de sujeitos, com o agravamento de seus quadros de vulnerabilidade social e hipervulnerabilidade de consumo para acessar e adquirir, tem-se a produção de mais uma das consequências nefastas do sistema produtivo capitalístico: o fenômeno do superendividamento das pessoas idosas como grave indicador de precariedade social, política e jurídica (ALEXANDRINA; MACIEL, 2022; ROSA; BERNARDES; FÉLIX, 2017). Com o risco emergente de não conseguir se prover de condições para a manutenção da própria vida, pessoas idosas superendividadas acabam demandando maior

resguardo jurídico, para que sejam acolhidas e protegidas, de maneira a evitar que sejam enganadas e mais prejudicadas no contexto daquilo que precisam consumir (ALEXANDRINA; MACIEL, 2022).

Outros autores (NISHIYAMA; DENSA, 2011; MARQUES; MIRAGEM, 2014) reforçam que a hipervulnerabilidade no consumo das pessoas idosas advém de perdas funcionais do envelhecimento. Situação que conta com franco agravante, se for considerada a fragilidade das pessoas com idade mais avançada, como entre octogenários e os ainda mais longevos (BRASIL, 2017), que dispõem de previsão legal de proteção e priorização de acesso nas relações de consumo. Aspectos do envelhecimento relativos à dependência para a realização das atividades diárias e ao comprometimento da capacidade de gestão dos processos decisórios (autonomia) potencializam prejuízos para as relações de consumo, conferindo vulnerabilidade fática, pela exigência de dependência de determinados bens e serviços indispensáveis, além do fato de que são requeridos tratamentos diferenciados, nem sempre disponíveis e com acessos frequentemente restritivos.

A “sociedade dos consumidores”, concebida por Bauman (2008, p. 71), se refere àquele tipo de sociedade que “promove, encoraja ou reforça a escolha de um estilo de vida e uma estratégia existencial consumistas e rejeita todas as opções culturais alternativas”. Assim, tem-se o imperativo de que os fenômenos de viver e existir são determinados pelos apelos impostos aos sujeitos em sua condição de consumidores, constituindo-se como um sistema total para o consumo (BAUMAN, 2010), em que, nele, os sujeitos habitam o mesmo espaço social chamado “mercado” (BAUMAN, 2008). Os arranjos sociais que se dão pelas relações de consumo e de intenso consumismo são imersos de subjetividade, uma vez que envolvem vontades, desejos e anseios humanos em toda a produção relacional que lhes implicar sentido (BAUMAN, 2008). Em tal âmbito, destacam-se as promessas sedutoras de satisfação, cada vez mais instantâneas de desejos irrefreáveis de consumir, como parte da produção de novos hábitos para o consumo, mudando hábitos anteriores, que se tornam agora mais aptos à nova manifestação para se consumir continuamente. Em um contexto assim, a produção capitalística se reinventa, desde os cenários do cotidiano, qualificando todas as relações como aptas para o consumo. É um fenômeno sofisticado, também denominado por Bauman (2010) como uma espécie de meta-hábito, que acirra as relações do cotidiano, de maneira que se

organizem e respondam à ordenação de constantes mudanças para se continuar consumindo.

O meta-hábito da sociedade contemporânea é ser própria para o consumo, o que exige que os sujeitos tenham de se especializar como consumidores e produtores de subjetividades dentro da lógica capitalística. Dessa forma, o capitalismo mundial integrado (CMI) se refaz, perseguindo produções de subjetividade que atendam aos imperativos de desejos para o consumo, ou seja, um modo fluido de exploração das subjetividades, o que repercute em produção de subjetivação no consumo (TAVARES; VARGAS, 2017). Frente à sofisticação da expansão do CMI, que se perpetua em sua lógica de mais valia e mercantilização de quaisquer produtos ao lucro, é que Tavares e Vargas (2017) reconhecem que, dentro da sociedade contemporânea, tem-se o objetivo de plugar o desejo de inúmeros consumidores a uma máquina irrefreável de consumo. As citadas autoras elucidam que as interações psíquicas e sociais são verificáveis nas relações coletivas, às quais os sujeitos se vinculam e produzem a todo o tempo, o que confere a verificação de processos complexos de subjetivação e consumo, com a formação de identidades policêntricas, pluralizantes, capazes de colecionar e perseguir sensações, em uma constituição de si próprias a sujeitos e componentes da esfera social de que dependam. Com isso, os fenômenos de produzir e consumir (TAVARES; VARGAS, 2017) tornam-se multiplicidades, que compõem tessituras da vida social, coletiva, comunitária e urbana, acarretando a cada sujeito o seu próprio modo de perseguir seu “quinhão de felicidade” (BAUMAN, 1998, p. 10) a qualquer preço.

Nesse funcionamento societário especializado para o consumo, cujos sujeitos são qualificados para se ocupar como consumidores, há uma dualidade entre a realização pessoal e a insatisfação que demarca tal fenômeno psicossociológico complexo, o que agrava a hipervulnerabilidade nas relações de consumo. Dualidade que se expressa, conforme enunciada por Bittencourt e Tavares (2018), como “o ser humano” e “o ter humano”. Quando se analisa a sociedade líquida de Bauman (2008) com base na Psicossociologia do Consumo, constata-se que o desejo de consumir é promotor da produção de identidades, um modo de ser fluido, que se configura na vida cotidiana por comportamentos mutáveis que os sujeitos vivenciam em resposta ao apelo do *marketing* e dos logotipos comerciais, como “marcas de um irrealizável desejo de consumo” (BITTENCOURT; TAVARES, 2018, p. 128). No

referido contexto, o *marketing* atua como um efetivo instrumento de controle social para a conformidade objetiva do controle societário, a fim de definir alvos vigentes para os desejos e como os sujeitos devem corresponder ao consumo.

Tais ordenadores do comportamento para o consumo perfazem meios precisos, que vão gerar a produção de modelos de subjetividade, acoplando – nos indivíduos e nos grupos – características de volatilidade e descartabilidade, acirradas por interesses mercadológicos em uso de recursos disponíveis, produzindo um consumo incessante. Com isso, comportamentos fabricados para o consumo, ordenados pela visão do *marketing*, definirão o significado do que é “ter” em uma sociedade de consumidores na complexa contemporaneidade. O “ter” inaugura mais uma questão à subjetividade, em conformidade com a lógica de possuir pelo inesgotável consumo, definindo o significado do que é “ser”, que agora se confunde com “o que consumir”. Dessa forma, os significados de “ter” e “ser” constituem implicações indissociáveis da produção de subjetividades, que se confundem com estados desejantes dentro do consumo. “Ter”, ao invés de “ser”, é o imperativo da engrenagem na produção capitalística para que os sujeitos possam se reconhecer no que possuem. Em um contexto assim, produzir subjetividades torna-se uma condição para formas de se relacionar, pelas quais os sujeitos se confundem em instâncias do “ser” com o “ter”.

É necessário compreender a constituição da sociedade de consumidores, com seus prementes mecanismos de produção de desejos e retroalimentação de sentidos no consumo. A lógica que define comportamentos e subjetividades para o consumo sempre acirra diferenças entre os sujeitos, a perseguir condições para participar conforme os acessos insuficientes e as condições ainda iníquas. A consequência estabelecida entre a produção inacessível e o apelo ao consumo irrefreável tem proporções de hipervulnerabilidade para as pessoas idosas e os grupos populacionais em idade avançada, que são violentamente atravessados no cotidiano por processos de subjetivação ainda mais excludentes, que confirmam o “ter” em detrimento do “ser”, pois envelhecer não é desejável.

A capacidade para consumir define o que se pode reconhecer socialmente como mais ou menos valorável às pessoas idosas, o que ocasiona relações preponderantes ora aceitáveis, ora mais excludentes, ainda mais se há o reconhecimento da permanência da hipervulnerabilidade na complexidade que se dá pelo consumo no cotidiano desses sujeitos.

Considerações finais

Este estudo, em sua perspectiva primordial reflexivo-crítica, primou-se pela articulação de categorias da questão social que se entrecruzam para pensar diversas faces do envelhecimento na sociedade de consumo com relação à produção das subjetividades das pessoas idosas. Refletimos sobre o fenômeno da hipervulnerabilidade nas relações de consumo vividas pelas pessoas idosas e como tal questão perpassa o envelhecimento pelos modos de subjetivação e pela constituição da sociedade em prol do consumo e do trabalho, bem como pela verificação de processos que ocasionam iniquidades e influenciam todo o modo cotidiano dos referidos sujeitos.

Investigamos o consumo como mais um debate entre a Gerontologia e a Psicossociologia. Com isso, admite-se a fundamentação teórico-reflexiva de que o envelhecimento humano compreende diversas possibilidades sobre produções individuais e coletivas, que se valem do cotidiano de sujeitos para a vivência de suas existências relacionais, dando destaque à produção de subjetividades, ao acesso à participação social, à proximidade com aspectos relevantes de bem-estar, à integração e à proteção à vida.

Os elementos discursivos nesta reflexão tenderam à compreensão de seu funcionamento miscível, ajuntando vulnerabilidades e modos de se compor a coletividade na vida social pela produção de sentidos pela via das subjetividades. A hipervulnerabilidade é uma condição estruturante das relações de consumo no envelhecimento, que envolve as dimensões afetivas, sociais e produtoras de vivências de subjetivações e restrições da participação social, gerando segregação e sofrimento. Os modos de constituição societária enfatizam a lógica da produção acirrada e restringem os meios de integração, acesso e justiça para sujeitos e coletividades que permanecem em risco de precariedade, violência e exclusão. Com isso, os modos de ser, desejar, ter e produzir constituem instâncias do consumo – elemento vital e indissociável da vida cotidiana, capaz de projetar os sujeitos em uma coletividade de fragilizados, descartáveis, substituíveis e inutilizáveis, conforme os ordenamentos vigentes do que seja envelhecer.

O consumo e suas relações vão constantemente conferir um sistema bem articulado para envolver qualquer ser, tangenciando as

nuances da produção de subjetividades, vivências e experiências, assim como as relativas ao cotidiano, ao trabalho e à participação social, partindo do sistema de produção e da sociedade contemporânea até a hipervulnerabilidade das pessoas, tão demarcada nesta trama de complexidades. Trata-se de uma hipótese que nos permite admitir que os processos de subjetivação são igualmente incessantes, uma vez que pronunciam sentidos e persistem na construção simbólica sobre desejar, integrar-se, ocupar-se e participar com os demais, ao longo da vida e em toda a dimensão coletiva, conforme as relações de consumo se dão.

Referências

ABOIM, S. Narrativas do envelhecimento: ser velho na sociedade contemporânea. **Tempo Social**, v. 26, n° 1, p. 207-232, 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ts/a/WgV6hWJ3Bpt8QqPf5mvQWrb/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 20 nov. 2023.

ALEXANDRINA, I. G.; MACIEL, J. A hipervulnerabilidade do consumidor idoso e o superendividamento como fator consequente. **Acad. Dir.**, v. 4, p. 1.103-1.125, 2022. DOI: 10.24302/acaddir.v4.3841. Disponível em: <<https://www.periodicos.unc.br/index.php/acaddir/article/view/3841>>. Acesso em: 20 nov. 2023.

ALONSO, F. R. B. O idoso ontem, hoje e amanhã: o direito como alternativa para a consolidação de uma sociedade para todas as idades. **Rev. Kairós**, n° 8, v. 2, p. 37-50, 2005. Disponível em: <<https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-484027>>. Acesso em: 20 nov. 2023.

ALVINO, F. S. **Concepções do idoso em um país que envelhece**: reflexões sobre protagonismo, cidadania e direitos humanos no envelhecimento. Brasília: UnB, 2015.

AZEVEDO, R. Idosos: sujeitos de seu tempo. In: NERI, A. L. (org.). **Idosos no Brasil**: vivências, desafios e expectativas na terceira idade. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.

BAGOLIN, I. P.; SALATA, A. **Incidência de pobreza entre idosos**: 2021-2022. Laboratório de Desigualdades, Pobreza e Mercado de Trabalho – PUCRS. Data Social, Porto Alegre, 2022. Disponível em: <https://www.pucrs.br/datasocial/wp-content/uploads/sites/300/2023/09/PUCRSDataSocial_Relatorio_TerceiraIdade_V2.pdf>. Acesso em: 25 set. 2023.

BARBOSA, M. M. M.; SILVA, M. O. S. O Benefício da Prestação Continuada – BPC: desvendando suas contradições e significados. **SER Social**, Brasília – DF, nº 12, p. 221-244, 2009. DOI: https://doi.org/10.26512/ser_social.v0i12.12933. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/12933>. Acesso em: 20 nov. 2023.

BAUMAN, Z. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

BAUMAN, Z. **Ser consumidor numa sociedade de consumo**. Rio de Janeiro, Globalização, 2010.

BAUMAN, Z. **Vida para consumo**: a transformação das pessoas em mercadoria. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

BIRMAN, J. Futuro de todos nós: temporalidade, memória e terceira idade em Psicanálise. *In*: VERAS, R. (org.). **Terceira idade**: um envelhecimento digno para o cidadão do futuro. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

BITTENCOURT, R. N.; TAVARES, F. Do ser humano ao “ter humano”: um ensaio sobre a Psicossociologia do Consumo na perspectiva da sociedade de controle e da modernidade líquida. Maringá: **Revista Espaço Acadêmico**, nº 210, p. 125-139, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/45209>>. Acesso em: 20 nov. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado Federal, 1988. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.741**, de 1º de outubro de 2003. Estatuto do Idoso. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm>. Acesso em: 16 ago. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.466**, de 12 de julho de 2017. Brasília, DF, Presidência da República, 2017. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13466.htm>. Acesso em: 20 nov. 2023.

BRASIL. **Lei nº 14.423**, de 22 de julho de 2022. Estatuto da Pessoa Idosa. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2022, nº 139, p. 1, col. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2019-2022/2022/Lei/L14423.htm>. Acesso em: 16 ago. 2023.

BRESCIANINI, C. P. Idosos movimentam 20% do consumo nacional, informa Sebrae. **Senado Notícias**: Brasília – DF, 2019. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/10/31/idosos-movimentam-20-do-consumo-nacional-informa-sebrae>>. Acesso em: 16 ago. 2023.

CALASANTI, M. Bodacious berry, potency wood and the aging monster: gender and age, relation in anti-aging ads. **Social Forces**, v. 86, nº 1, p. 335-355, 2007. Disponível em: <<https://academic.oup.com/sf/article-abstract/86/1/335/2235010>>. Acesso em: 20 nov. 2023.

CAMARANO, A. A. Política de cuidados para a população idosa: necessidades, contradições e resistências. In: FREITAS, E. V.; PY, L. (ed.). **Tratado de Geriatria e Gerontologia**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017, p. 2808-2826.

CAMARANO, A. A. (org.). **Os novos idosos brasileiros**: muito além dos 60? Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

CAMARANO, A. A.; KANSO, S. Envelhecimento da população brasileira: uma contribuição demográfica. In: FREITAS, E. V.; PY, L. (ed.). **Tratado de Geriatria e Gerontologia**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017, p. 203-234.

CASTRO, N. F. M.; CABRAL, H. L. T. B. A vulnerabilidade do idoso no mercado de consumidor. **Conexão Acadêmica**, v. 10, 2019, p. 96-119. Disponível em: <https://unignet.com.br/wp-content/uploads/CA_212-HIPERVULNERABILIDADE-IDOSO-Nelio-e-Hideliza.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2023.

COELHO, M. C. V.; AYALA, P. A. A hipervulnerabilidade do consumidor idoso e sua tendência ao superendividamento no contexto de uma sociedade do hiperconsumo. **Revista do Direito do Consumidor**, v. 121, nº 28, 2017, p. 247-275. Disponível em: <<https://revistadedireitodoconsumidor.emnuvens.com.br/rdc/article/view/1131>>. Acesso em: 20 nov. 2023.

CONCEIÇÃO, L. C. F. BPC para idoso: percepções dos beneficiários sobre proteção social. **SER Social**, Brasília – DF, v. 22, nº 47, p. 410-431, jul./dez. 2020. DOI: 10.26512/sersocial.v22i47.23508. Disponível em:

<https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/23508>. Acesso em: 20 nov. 2023.

DA CAS, T. S. N. Da vulnerabilidade à hipervulnerabilidade: o idoso frente ao mercado de consumo. *Rev. de Direito. Globalização e responsabilidade nas relações de consumo*, Porto Alegre, v. 4, nº 2, p. 19-32, jul./dez. 2018. Disponível em: <<https://www.indexlaw.org/index.php/revistadgrc/article/view/4705>>. Acesso em: 20 nov. 2023.

DEBERT, G. G. **A reinvenção da velhice**: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento. São Paulo: USP/Fapesp, 1999.

FALEIROS, V. P. Cidadania: os idosos e a garantia de seus direitos. *In: NERI, A.L. (org.). Idosos no Brasil: vivências, desafios e expectativas na terceira idade*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.

FALEIROS, V. P. Envelhecimento no Brasil do século XXI: transições e desafios. *Argumentum*, Vitória – ES, v. 6, nº 1, p. 6-21, 2014. Acesso em: 20 nov. 2023.

FALEIROS, V. P. **Violência contra a pessoa idosa**: ocorrências, vítimas e agressões. Brasília: Universa, 2007.

FALEIROS, V. P. Violência na velhice. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, v. 11, nº 11, p. 7-30, 2004. Disponível em: <<http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/v08n11a02.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2023.

FEIJÓ, M. C. C.; MEDEIROS, S. A. R. A sociedade histórica dos velhos e a conquista de direitos de cidadania. *Rev. Kairós*, v. 14, nº 1, p. 109-123, 2011. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/view/6930>>. Acesso em: 20 nov. 2023.

FRANÇA, L. H. F. P. *et al.* Aging in Brazil and Portugal and its impact on the organization context. *In: NEIVA, E.; TORRES, C.; MENDONÇA, H. (org.). Organizational Psychology and Evidence-Based Management*. Springer, 2017, p. 81-102. DOI: https://doi.org/10.1007/978-3-319-64304-5_5. Disponível em: <<http://ndl.ethernet.edu.et/bitstream/123456789/40145/1/113.Elaine%20Rabelo%20Neiva.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2023.

FRANÇA, L. H. F. P.; SOARES, D. H. P. Preparação para a aposentadoria como parte da educação ao longo da vida. *Psicologia, Ciência e Profissão*, v. 29, nº 4, p. 738-751, 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/>

[pcp/a/PSPnS6JFDmX453bF6ZDtR9d/?format=pdf&lang=pt](https://doi.org/10.1590/S1413-294X2002000200013)>. Acesso em: 20 nov. 2023.

FREITAS, E. V. Demografia e epidemiologia do envelhecimento. *In*: PY *et al.* **Tempo de envelhecer**: percursos e dimensões psicossociais. Rio de Janeiro: NAU, 2004, p. 19-38.

GUERRA, R. O. Modos de viver a velhice: lições do estudo fibra. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 25, n° 5, e220089, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-22562022025.220089.pt>. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbgg/a/LtxtBrYpLjNBXWczsybRdq/?lang=pt>>. Acesso em: 18 jan. 2023.

GOLDFARB, D. C. Mal-estar, luto e envelhecimento na contemporaneidade. *In*: FREITAS, E. V.; PY, L. (ed.). **Tratado de Geriatria e Gerontologia**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017, p. 3016-3026.

HELAL, D. H.; VIANA, L. O. Ageísmo: uma revisão integrativa da literatura em português. **Conhecimento & Diversidade**, Niterói, v. 13, n° 29, p. 171-191, 2021. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/conhecimento_diversidade/article/view/8115>. Acesso em: 20 nov. 2023.

HEPWORTH, M. **Stories of aging**. Buckingham: Open University Press, 2000, 162 p.

LOCOMOTIVA. **Você sabia que o mercado da longevidade é o único que não para de crescer no Brasil?** Locomotiva – Pesquisa & Estratégia, 2022. Disponível em: <<https://ilocomotiva.com.br/wp-content/uploads/2022/01/o-mercado-da-longevidade-no-brasil.pdf>>. Acesso em 25 set. 2023.

LOPES, R. C. Imagem e auto-imagem: da homogeneidade da velhice para a heterogeneidade das vivências. *In*: NERI, A. L. (org.). **Idosos no Brasil**: vivências, desafios e expectativas na terceira idade. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.

MAISONNEUVE, J. **Introdução à Psicossociologia**. São Paulo: Ed. Univ., 1977.

MANCEBO, D. *et al.* Consumo e subjetividade: trajetórias teóricas. **Estudos de Psicologia**, v. 7, n° 2, p. 325-332, 2002. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2002000200013>. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/epsic/a/sJqFGBk5KLhg5vYnNYk8VXj/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 20 nov. 2023.

MARQUES, C. L.; MIRAGEM, B. **O novo direito privado e a proteção dos vulneráveis**. 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

MARX, K. **O Capital**: Crítica da Economia Política. Livro I – O processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo [1867], 2013.

MEDEIROS, S. A. R. O lugar do velho no contexto familiar. In: PY *et al.* (org.). **Tempo de envelhecer**: percursos e dimensões psicossociais. Rio de Janeiro: NAU, 2004, p. 185-200.

MELO, N. C. V. *et al.* Consumo de bens e serviços por idosos nos arranjos domiciliares unipessoais e residindo com o cônjuge. **SER Social**, Brasília, v. 20, nº 42, p. 112-130, jan./jun. 2018. DOI: <https://doi.org/10.26512/ser%20social.v20i42.13621>. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/13621>. Acesso em: 20 nov. 2023.

MENEGHETTI, F. K. O que é um ensaio-teórico? **RAC**, Curitiba, v. 15, nº 2, p. 320-332, mar./abr. 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1415-65552011000200010>. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rac/a/4mNCY5D6rmRDPWXtrQQMyGN/?lang=pt>>. Acesso em: 20 nov. 2023.

NASCIUTTI, J. C. R. Reflexões sobre o espaço da Psicossociologia. **Série Documenta Eicos**, nº 7, 1996.

NISHIYAMA, A. M.; DENSA, R. A. Proteção dos consumidores hipervulneráveis: os portadores de deficiência, os idosos, as crianças e os adolescentes. In: MARQUES, C. L.; MIRAGEM, B. (org.). **Doutrinas Essenciais**: Direito do Consumidor. São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 2, 2011.

NUNES, C. O tratamento do idoso no mercado de consumo: um hipervulnerável? **Revista Direito UFMS**, Campo Grande – MS, v. 1, nº 2, p. 109-130, jan./jun. 2016. DOI: 10.21671/rdufms.v1i2.762. Disponível em: <<https://periodicos.ufms.br/index.php/revdir/article/view/762>>. Acesso em: 20 nov. 2023.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Envejecimiento y salud. **World Health Organization**, out. 2022. Disponível em: <<https://www.who.int/es/news-room/fact-sheets/detail/ageing-and-health>>. Acesso em: 25 set. 2023.

PACHECO, J. L. Trabalho e aposentadoria. In: PY *et al.* (orgs.). **Tempo de envelhecer**: percursos e dimensões psicossociais. Rio de Janeiro: NAU, 2004, p. 201-228.

PAPALÉO-NETTO, M. O estudo da velhice: histórico, definição do campo e termos básicos. *In*: FREITAS, E. V.; PY, L. (ed.). **Tratado de Geriatria e Gerontologia**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016, p. 103-125.

PASQUALOTTO, A.; SOARES, F. R. Consumidor hipervulnerável: análise crítica, substrato axiológico, contornos e abrangência. **Revista do Direito do Consumidor**, v. 113, ano 26, p. 81-109, 2017. Disponível em: <https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/20823/2/Consumidor_hipervulneravel_analise_critica_substrato_axiologico_contornos_e_abrangncia.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2023.

PATRIOTA, L. M. *et al.* Refletindo sobre o envelhecimento na sociabilidade capitalista. **XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais: crise do capital e exploração do trabalho em momentos pandêmicos: repercussão no Serviço Social, no Brasil e na América Latina**. De 11 a 13 de outubro de 2022. Disponível em: <<https://www.cfess.org.br/cbas2022/uploads/ finais/0000000622.pdf>>. Acesso em: 9 mai. 2024.

PAULA, M. F. Os idosos do nosso tempo e a impossibilidade da sabedoria no capitalismo atual. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, nº 126, p. 262-280, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.068>. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ssoc/a/KpPCVCRHWMZYRRpR3f76bVq/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 20 nov. 2023.

PAZ, A. A.; SANTOS, B. R. L.; EIDT, O. R. Vulnerabilidade e envelhecimento no contexto da saúde. **Acta Paul Enfermagem**, nº 19, v. 3, p. 338-342, 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ape/a/6WjxpYs3ZKXMhsjXvRKPsXt/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 20 nov. 2023.

PESSINI, L. Bioética, envelhecimento humano e dignidade no adeus à vida. *In*: FREITAS, E. V.; PY, L. (ed.). **Tratado de Geriatria e Gerontologia**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017, p. 279-299.

PINTO, M. R.; BATINGA, G. L. O consumo consciente no contexto do consumismo moderno: algumas reflexões. **Gestão.Org – Revista Eletrônica de Gestão Organizacional**, v. 14, ed. espec. nº 1, p. 30-43, 2016. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/41284/o-consumo-consciente-no-contexto-do-consumismo-moderno--algumas-reflexoes-->>. Acesso em: 20 nov. 2023.

PINTO, M. R. *et al.* Histórias, narrativas de vida e estudos de consumo: uma aproximação viável. **Consumer Behavior Review**, nº 4, v. 3, p. 261-271, 2020. Disponível em: <<http://portal.amelica.org/amelijournal/364/3641460007/html/>>. Acesso em: 20 nov. 2023.

RANZIJJN, R. Active ageing: another way to oppress marginalized and disadvantaged elders? Aboriginal elders as a case study. **J. Health Psychol.**, v. 15, nº 5, p. 716-723, 2010. DOI: 10.1177/1359105310368181. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/20603295/>>. Acesso em: 20 nov. 2023.

REBOUÇAS, M. M. *et al.* O que há de novo em ser velho. **Saúde Soc.**, v. 22, nº 4, p. 1226-1235, 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sausoc/a/SgcpGSTn6gpsN6p7jyGQWyB/?lang=pt>>. Acesso em: 20 nov. 2023.

ROCHA, E. Cenas do consumo: notas, ideias, reflexões. **Revista Semear – PUC Rio**, Rio de Janeiro, nº 6, 2002. Disponível em: <<http://catedravieira-ic.lettras.puc-rio.br/obra/92/cenas-do-consumo-notas-ideias-reflexoes>>. Acesso em: 20 nov. 2023.

ROSA, L. C. G.; BERNARDES, L. F.; FÉLIX, V. C. O idoso como consumidor hipervulnerável na sociedade de consumo pós-moderna. **Revista Jurídica da Presidência**, Brasília, v. 18, nº 116, p. 533-558, 2017. Disponível em: <<https://revistajuridica.presidencia.gov.br/index.php/saj/article/view/1281>>. Acesso em: 20 nov. 2023.

SANTOS, M. S.; NASCIMENTO, M. B. O envelhecimento populacional na sociedade capitalista: entre o social e o econômico. **Temporalis**, Brasília – DF, v. 20, nº 39, p. 163-176, jan./jun. 2020. DOI: <https://doi.org/10.22422/temporalis.2020v20n39p163-176>. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/27202>>. Acesso em: 9 maio 2024.

SEBRAE. **Conheça o potencial do mercado da terceira idade**. Sebrae, 2021. Disponível em: <<https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/ms/artigos/conheca-o-potencial-do-mercado-da-terceira-idade,1b256993bb21c710VgnVCM100000d701210aRCRD>>. Acesso em: 25 set. 2023.

SOUZA, P. V. N. C. S.; SILVA, L. G. Perspectivas e desafios do envelhecimento inclusivo diante de uma sociedade líquida. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFBA**, v. 29, nº 2, p. 109-127, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/rppgd/article/view/34812>>. Acesso em: 20 nov. 2023.

SCHMITT, C. H. **Consumidores hipervulneráveis**: a proteção do idoso no mercado de consumo. São Paulo: Atlas, 2014.

SCHWARTZ, F. A defensoria pública e a proteção dos (hiper)vulneráveis no mercado de consumo. **Tribuna da Defensoria**, ConJur, 2016. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2016-jul-19/protecao-hipervulneraveis-mercado-consumo>>. Acesso em: 20 nov. 2023.

TARGINO, M. G. Estatuto do Idoso: rumo a uma sociedade para todas as idades? **O Social em Questão**, v. 18, nº 31, p. 203-224, 2014. Disponível em: <http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_31_10_Targino_SL.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2023.

TAVARES, F.; VARGAS, R. Processos de subjetivação e consumo: uma perspectiva psicossocial. Maringá: **Revista Espaço Acadêmico**, nº 188, p. 155-165, jan. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/download/32036/18148/>>. Acesso em: 20 nov. 2023.

TAVARES, S. S.; NERI, A. L.; CUPERTINO, A. P. Saúde emocional após a aposentadoria. In: NERI, A. L.; YASSUDA, M. S. (org.). **Velhice bem-sucedida**: aspectos afetivos e cognitivos. Campinas, SP: Papyrus, 2004, p. 91-110.

TEIXEIRA, S. M. **Envelhecimento e trabalho no tempo do capital**: implicações para a proteção social no Brasil. São Paulo: Cortez, 2018.

VERAS, R. O modelo assistencial contemporâneo e inovador para os idosos. **Rev. Bras. Geriatr. Gerontol**, nº 23, v. 1, p. 1-13 (e200061), 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-22562020023.200061>. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbagg/a/jXtQzcBKvCwwmnJGwVxD3cp/?lang=pt>>. Acesso em: 25 set. 2023.

WALKER, A. Active ageing in employment: its meaning and potential. **Asia-Pacific Review**, v. 13, nº 1, p. 78-92, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1080/13439000600697621>. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13439000600697621>>. Acesso em: 20 nov. 2023.

SER Social

TRABALHO, LUTAS SOCIAIS
E SERVIÇO SOCIAL

Brasília (DF), v. 26, nº 55, de julho a dezembro de 2024

História de um tempo sem memória: resistência das mulheres do Serviço Social na ditadura de 1964-1985

*History of a time without memory: resistance of women in Social Work
during the dictatorship of 1964-1985*

*Historia de una época sin memoria: resistencias de las mujeres en el
Trabajo Social durante la dictadura de 1964-1985*

Júlia Hofmann Mota Campos¹
<https://orcid.org/0009-0000-9691-2992>

Resumo: O presente trabalho é uma resenha do livro: “História de um tempo sem memória: resistência das mulheres do Serviço Social na ditadura de 1964-1985”, obra escrita por Maria Elaene Rodrigues Alves, assistente social, doutora em Serviço Social e professora adjunta da Universidade de Brasília (UnB). O livro é resultado de sua tese de doutorado e traz a contribuição de tirar do esquecimento, trancada nos obscuros porões da ditadura empresarial-militar, uma parte importante da história brasileira. Para investigar as resistências e violências contra

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS) da Universidade de Brasília (UnB). Especialização em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça pela UnB. Graduação em Psicologia pela UnB. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho, Sociabilidade e Serviço Social (TRASSO). Desde 2011, atua nos equipamentos de enfrentamento da violência contra as mulheres da Secretaria da Mulher do Distrito Federal, como especialista em Assistência Social (psicóloga). Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/4394728492352899>>. E-mail: <pasmodiantedomundo@gmail.com>.

as mulheres, as assistentes sociais e/ou docentes, durante a ditadura brasileira de 1964 a 1985, a autora realizou uma pesquisa bibliográfica, a análise de documentos do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil, no Arquivo Nacional do Estado do Rio de Janeiro, além de entrevistas com 10 mulheres que vivenciaram essas experiências. O livro é organizado em três capítulos, sendo que, no título de cada um deles, recebemos a sugestão de um filme, que tematiza o assunto com a história da ditadura militar: “O dia que durou 21 anos: 1º de abril de 1964 e a ditadura empresarial militar”, “Que bom te ver viva: as violências e resistências das mulheres na ditadura empresarial-militar” e “Atrás das portas fechadas: as lutas das mulheres estudantes, assistentes sociais e/ou docentes na ditadura brasileira”.

Palavras-chave: ditadura civil-militar; serviço social; feminismo; movimento de mulheres; relações patriarcais; violências contra as mulheres.

Abstract: This paper is a review of the book: “History of a time without memory: resistance of women in Social Service during the dictatorship of 1964-1985”, written by Maria Elaene Rodrigues Alves, social worker, PhD in Social Service and adjunct professor at the University of Brasília (UnB). The book is the result of her doctoral thesis and contributes to bringing an important part of Brazilian history out of oblivion, locked away in the dark dungeons of the corporate-military dictatorship. To investigate the resistance and violence against women, social workers and/or teachers during the Brazilian dictatorship from 1964 to 1985, the author conducted bibliographical research, analyzed documents from the Reference Center for Political Struggles in Brazil, at the National Archives of the State of Rio de Janeiro, and interviewed 10 women who experienced these experiences. The book is organized into three chapters, each of which contains a film suggestion that addresses the subject with the history of the military dictatorship: “The day that lasted 21 years: april 1st, 1964 and the military-corporate dictatorship”, “How good to see you alive: women’s violence and resistance in the military-corporate dictatorship” and “Behind closed doors: women’s struggles as students, social workers and/or teachers in the brazilian dictatorship”.

Keywords: civil-military dictatorship; social service; feminism; women’s movement; patriarchal relations; violence against women.

Resumen: El presente trabajo es una reseña del libro: “Historia de un tiempo sin memoria: resistencia de las mujeres en el Servicio Social en la dictadura de 1964-1985”, obra escrita por Maria Elaene Rodrigues Alves, trabajadora social, doctora en Ciencias Sociales. Servicio y profesor adjunto de la Universidad de Brasilia (UnB). El libro es resultado de su tesis doctoral y hace el aporte de sacar del olvido una parte importante de la historia brasileña, encerrada en los oscuros sótanos de la dictadura empresarial-militar. Para investigar la resistencia y la violencia contra mujeres, trabajadoras sociales y/o docentes, durante la dictadura brasileña de 1964 a 1985, la autora realizó una investigación bibliográfica, analizando documentos del Centro de Referencia de Luchas Políticas en Brasil, en el Archivo Nacional del Estado de Río de Janeiro, además de entrevistas con 10 mujeres que vivieron estas experiencias. El libro está organizado en tres capítulos, y en el título de cada uno de ellos recibimos la sugerencia de una película, que tematiza el tema con la historia de la dictadura militar: “El día que duró 21 años: 1 de abril de 1964 y la dictadura militar-corporativa”, “Qué bueno verte viva: la violencia y la resistencia de las mujeres en la dictadura corporativo-militar” y “A puerta cerrada: las luchas de las estudiantes, trabajadoras sociales y/o docentes en la dictadura brasileña”.

Palabras clave: dictadura cívico-militar; servicio social; feminismo; movimiento de mujeres; relaciones patriarcales; la violencia contra las mujeres.

O livro “História de um tempo sem memória: resistência das mulheres do Serviço Social na ditadura de 1964-1985” é fruto da tese de doutorado de Maria Elaene Rodrigues Alves, professora adjunta da UnB, que, de forma sensível e comprometida com a dura realidade vivenciada por mulheres na ditadura empresarial-militar, apresenta com rigor metodológico e teórico, bem como crítico, a conjuntura reacionária e ultraconservadora do período da ditadura de 1964 a 1985 no Brasil, desvelando a realidade vivida por mulheres no período e denunciando tratamentos e práticas violentas particulares às mulheres que atuaram de diferentes formas e em diversas frentes de resistência contra a ditadura militar.

Para realizar o referido estudo qualitativo e exploratório, a autora recorreu a uma revisão teórico-bibliográfica, bem como ao trabalho de campo, que incluiu entrevistas com dez mulheres do serviço social que estiveram envolvidas nas lutas e resistências daquele período e que sofreram diferentes tipos de violência naquele processo. Além disso, foram consultadas diversas fontes documentais, incluindo registros do Sistema Nacional de Informações (SNI), disponíveis no Arquivo Nacional e no Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil, denominado de Memórias Reveladas.

Ao fazer o recorte de entrevistar dez mulheres do Serviço Social, alunas e/ou docentes que, de alguma forma, participaram de organizações políticas, lutaram na resistência e sofreram violência naquele período, a autora deixa sua contribuição, também, para os fundamentos do Serviço Social, revelando histórias inéditas de lutas e resistências de mulheres que fizeram e fazem a profissão.

Quando o livro foi lançado, no ano de 2022, tornou-se um contraponto à conjuntura reacionária e conservadora com a qual o Brasil andou às voltas nos últimos quatro anos, durante o governo de ultradireita do presidente Jair Bolsonaro. Se, nos últimos quatro anos, houve ideologias que fomentaram a volta da ditadura militar, que sejam imprescindíveis livros e estudos que nos façam (re)lembrar daquele período histórico tenebroso, para que não tenhamos risco algum do seu retorno.

A obra é organizada em três partes, em que cada capítulo é iniciado com um título que recebe o nome de filmes que tematizam de forma diversa a história da ditadura de 1964. Acessar os filmes sugeridos pela autora é uma forma de valorizar a produção audiovisual brasileira, ao mesmo tempo em que nossos estudos sobre a temática podem ser enriquecidos, pois, como nos lembra a autora, as referidas produções culturais são meios legítimos de conhecimento da sociedade.

Na primeira parte do livro, a autora nos apresenta os antecedentes históricos que culminaram no golpe de 1964, incluindo o contexto político e social que levou à destituição do governo de João Goulart. É discutido o significado daquele período em relação à luta de classes interna no Brasil e à contrarrevolução do capital em nível global. Nesse somatório, entre disputas internas e externas sobre perspectivas societárias distintas, as ameaças ao domínio do capitalismo, bem como o receio dos fantasmas de revoluções socialistas, acionaram uma reação

conservadora intensa e rápida, que achou, nos militares, o protagonismo da força e, nas lideranças, nos partidos e nas instituições ideológicas do grande capital, os seus articuladores. Para que o capitalismo estabelecesse a sua própria ordem, a ditadura civil-militar foi instituída, a partir de um golpe de Estado, criando todas as condições para maiores ganhos do próprio capital.

Posteriormente, no livro, são abordados o autoritarismo e a violência de Estado, quando a autora adentra nas raízes coloniais do Brasil como uma chave para compreender a ruptura institucional e política de 1964. Dentro do quadro de uma “revolução burguesa” inacabada no País, que assimila o liberalismo de modo limitado, ao mesmo tempo em que se constitui em uma sociedade com expressivo caráter autoritário e dependente, a autora nos mostra como a ditadura brasileira se constituiu em uma contrarrevolução, termo cunhado por Fernandes (2006),² posto que uma autocracia burguesa se volta contra a democracia e a incipiente cidadania, conquistada no período de 1946 a 1964.

Assumindo um caráter autocrático, com a prevalência de soluções autoritárias desde a sua constituição, o Estado brasileiro revelou, também, no período da ditadura, a herança de uma sociedade racista, hétero-patriarcal, capitalista e oligarca. Com o uso de violências, mortes, torturas e prisões em massa, em nome da segurança nacional e do “desenvolvimento do País”, milhares de cidadãos foram vítimas da referida contrarrevolução, mas que atingiu de forma diferenciada homens e mulheres.

Apesar de tanto homens quanto mulheres terem sido submetidos às mais bárbaras violências, o livro nos contempla com dados de como as mulheres foram submetidas a formas *particulares* de torturas e demais violências. Particularidades que justificam a necessidade de conhecermos as violências e resistências dessas mulheres durante o período da ditadura civil-militar, uma vez que contribuem para a superação da invisibilidade sobre a história das mulheres e seus processos de opressão.

É o que a autora aborda no segundo capítulo, relatando as violências e resistências das mulheres na ditadura empresarial militar. Compromissada com o feminismo e com movimentos de mulheres, a autora

2 FERNANDES, F. (2006). A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 2006.

apresenta os fundamentos históricos do feminismo, incluindo conceitos como patriarcado, relações patriarcais, divisão sexual do trabalho no capitalismo e violência contra a mulher. A partir daí, a violência contra a mulher é discutida como um elemento estruturante do patriarcado e do capitalismo, de modo a reforçar que, durante o período da ditadura civil-militar, foram empregadas diversas formas de violência contra as mulheres que faziam parte, de alguma maneira, do movimento político de resistência durante aquele período, marcado por repressão, prisões, torturas, mortes, desaparecimentos e perda de direitos.

O que a autora nos mostra, com relatos altamente dolorosos de entrevistadas, é como a violência cometida contra as mulheres na ditadura civil-militar “se especificava em relação à condição das mulheres, atuando sobre seus corpos e neles incidindo a partir da sexualidade, da maternidade”, tal qual o ideário conservador de um sistema patriarcal racista e capitalista.

Ao nos contar a história dessas mulheres, que não é só sobre violência, mas, sobretudo, sobre resistência e luta, a autora nos apresenta mulheres que lutaram bravamente uma luta violenta e que, por serem mulheres, foi se definindo como uma luta de “dupla jornada” de transgressão: lutando como agentes políticos insurgentes contra o regime autoritário, mas também insurgentes contra os padrões tradicionais de gênero.

Em seguida, o capítulo aborda a contribuição e as formas de participação das mulheres no Movimento da Anistia Internacional e no processo de redemocratização do País, destacando o papel fundamental das mulheres na luta por justiça, memória e democracia.

Por fim, a autora conclui a obra com o terceiro capítulo, abordando as lutas das mulheres estudantes, assistentes sociais e/ou docentes na ditadura brasileira. Por meio de uma análise das condições históricas específicas dentro do âmbito do Serviço Social, nas quais as mulheres estudantes, assistentes sociais e/ou docentes se envolveram na luta política contra a ditadura civil-militar de 1964-1985, a autora demonstra como tais lutas e contestações político-ideológicas expressam uma reação ao conservadorismo, que historicamente marcou a profissão.

Embora a tendência mais crítica da profissão tenha encontrado obstáculos significativos durante a ditadura civil-militar, devido à falta de liberdade, às restrições aos espaços de debate e à suspensão de alguns

sujeitos políticos de seus ambientes de trabalho e formação, as lutas e perseguições enfrentadas por tais mulheres do Serviço Social contribuíram para o desenvolvimento, nas décadas seguintes, durante o processo de redemocratização do País, do debate crítico dentro da profissão, de modo a examinar os impactos das violências, das perseguições e da perda de direitos, bem como as resistências e lutas dessas mulheres para o movimento de renovação da profissão e para a organização da categoria durante o avanço da resistência democrática, além de, com a participação ativa dessas mulheres, favorecer a construção do importante Congresso da Virada, de 1979, como um marco do citado protagonismo.

Por fim, não podemos deixar de mencionar a contribuição que a obra faz no sentido de resgatar uma história emblemática, pois há quem invista no seu silenciamento e esquecimento, reforçando, ao contrário, uma perspectiva de denúncia política, de modo a reafirmar que “uma ditadura não se apaga com eleições, ausência de participação popular, pragmatismo e acordos políticos e, nem mesmo, com uma Constituição, embora eleições e constituições sejam muito importantes”.

Além disso, a obra deixa explícita a noção da impunidade que o Estado brasileiro comete reiteradamente, ao destacar que “os militares não pagaram pelos seus crimes e, do ponto de vista dos militantes, não houve, de fato, uma anistia e tampouco a memória desse período histórico foi amplamente reconstruída e divulgada”.

Referências

ALVES, Maria Elaene Rodrigues. **História de um tempo sem memória: resistências das mulheres do Serviço Social na ditadura de 1964-1985**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2022.

SER Social

TRABALHO, LUTAS SOCIAIS
E SERVIÇO SOCIAL

Brasília (DF), v. 26, nº 55, de julho a dezembro de 2024

Resenha de “Lutas de classes e o significado político do novo sindicalismo”

Review of “Class struggles and the political meaning of the new unionism”

Reseña de “Las luchas de clases y el significado político del nuevo sindicalismo”

Wanderson de Andrade Fagundes¹

<https://orcid.org/0009-0002-3550-6231>

Recebido em: 12/04/2024

Aprovado em: 21/06/2024

Resumo: O presente trabalho se trata de uma resenha do livro: “Luta de classes e o significado político do novo sindicalismo”, publicação que é fruto de uma exitosa pesquisa de doutorado em Serviço Social (PPGSS-UFRJ) da professora Michelly Ferreira Monteiro Elias. Na obra, a autora adentra em um momento ímpar da história da luta de classes no Brasil que ficou conhecido como novo sindicalismo. Para construir as sucessivas aproximações em torno do significado político do novo sindicalismo, a autora sistematiza as construções teóricas em quatro capítulos, nos quais discute as seguintes questões: teoria da

¹ Assistente social da Universidade Federal do Paraná, com atuação na Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis. Mestre em Política Social pela Universidade de Brasília (UnB). Bacharel em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Possui experiência na área de saúde, assistência social e campo sociojurídico. Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/5460854103036625>>. E-mail: <wanderson.andrade.f@gmail.com>.

revolução e lutas de classes na fase imperialista do capital; formação social brasileira sob a fase monopolista do capital; lutas de classes e sindicalismo brasileiro nas décadas de 1970 e 1980; significado político do novo sindicalismo e luta por autoemancipação da classe trabalhadora no Brasil.

Palavras-chave: novo sindicalismo; lutas de classes; formação social brasileira.

Abstract: This work is a review of the book: “Class struggle and the political meaning of new unionism”, a publication that is the result of successful doctoral research in Social Service (PPGSS-UFRJ) by professor Michelly Ferreira Monteiro Elias. In the book, the author delves into a unique moment in the history of class struggle in Brazil, known as the new unionism. To construct successive approaches around the political significance of the new unionism, the author systematizes theoretical constructions into four chapters discussing the following issues: theory of revolution and class struggles in the imperialist phase of capital; brazilian social formation under the monopolistic phase of capital; class struggles and brazilian unionism in the 1970s and 1980s; political significance of the new unionism and the struggle for self-emancipation of the working class in Brazil.

Keywords: new unionism; class struggles; brazilian social formation.

Resumen: Este trabajo es una reseña del libro: “La lucha de clases y el significado político del nuevo sindicalismo”, publicación que es resultado de una exitosa investigación de doctorado en Servicio Social (PPGSS-UFRJ) de la profesora Michelly Ferreira Monteiro Elias. En la obra, la autora explora un momento único en la historia de la lucha de clases en Brasil, conocido como el nuevo sindicalismo. Para construir las sucesivas aproximaciones en torno al significado político del nuevo sindicalismo, la autora sistematiza las construcciones teóricas en cuatro capítulos, que discuten las siguientes cuestiones: teoría de la revolución y luchas de clases en la fase imperialista del capital; formación social brasileña bajo la fase monopolista del capital; luchas de clases y sindicalismo brasileño en las décadas de 1970 y 1980; significado político del nuevo sindicalismo y lucha por la autoemancipación de la clase trabajadora en Brasil.

Palabras clave: nuevo sindicalismo; luchas de clases; formación social brasileña.

O código de ética das/os assistentes sociais, fração da classe trabalhadora diretamente inserida na execução e/ou formulação de políticas sociais, traz em seus princípios fundamentais a tarefa do aprofundamento da democracia, ali entendida enquanto socialização da riqueza socialmente produzida e da participação política. Socializar a riqueza e os meios de produzi-la tem se caracterizado enquanto um objetivo histórico da classe que vive do trabalho, na direção de romper com a sociabilidade capitalista.

Ao pensarmos a resistência e a organização da classe trabalhadora, é um erro desconsiderar a relevância do movimento sindical para tais processos organizativos. Olhar com criticidade para o sindicalismo, especialmente o forjado em determinados períodos da luta de classes e do capitalismo no País, nos fornece importantes chaves para nos munirmos na construção do necessário e desejado porvir.

O livro “Lutas de classes e o significado político do novo sindicalismo”, da assistente social e professora Michelly Elias, sem dúvidas se trata de uma importante contribuição teórica para nos aprofundarmos no entendimento crítico do movimento sindical e das lutas de classes no Brasil, uma vez que lança o olhar para um momento no qual se constrói uma nova forma de organização dos trabalhadores no País, em meio à acentuação da exploração capitalista, combinada com a repressão política: o chamado novo sindicalismo.

Compreendendo o novo sindicalismo enquanto uma resposta organizada da classe trabalhadora à intervenção burguesa tanto na ditadura militar e nas organizações quanto na ação do capital na vida dos trabalhadores na consolidação da fase monopolista, a autora desenvolve sua tese com rigor teórico-metodológico, ao mesmo tempo em que nos entrega uma obra de leitura prazerosa e de fácil fluidez.

O debate trazido nos dá subsídios para compreender e intervir no movimento sindical na atualidade. Sem dúvidas, é uma valiosa contribuição do Serviço Social brasileiro para desvendar a realidade. Ao relacionar o movimento dos trabalhadores e a consolidação do capitalismo

monopolista, em meio à autocracia burguesa, produz sínteses capazes de nos fornecer elementos caríssimos para debater sobre a organização dos trabalhadores a partir de seus locais de trabalho atualmente.

A autora escapa de leituras mecanicistas e economicistas, ao realizar o debate acerca do significado político do novo sindicalismo, uma vez que busca a formação social brasileira, considerando o estágio de desenvolvimento do capital, para localizar então a luta de classes sob esse terreno do “capitalismo de caráter dependente, pela formação de um Estado autocrático burguês autocrático e pela constituição de uma condição de cidadania restrita vivenciada pela maioria da população brasileira” (ELIAS, 2021, p. 26).

Tão importante quanto não apagar a história da ditadura militar, conhecendo seus métodos, é importante conhecer a reação trabalhadora e como isso conformou uma nova forma de se organizar sindicalmente, pontuando seus limites e suas potencialidades. A partir desses caminhos, a autora produz uma importante tese, na qual defende que o novo sindicalismo foi um processo do qual resultam sínteses de alguns dos principais desafios da classe trabalhadora organizada em torno de sua tarefa histórica de autoemancipação.

Tratando-se da estruturação do livro, o primeiro capítulo estabelece as bases teóricas, ao explorar a concepção de classe social, a centralidade das lutas de classes na sociedade burguesa, bem como examina a teoria da revolução em Marx e sua relevância para as experiências de luta da classe trabalhadora. Outro importante debate realizado se trata da autoemancipação da classe trabalhadora em um contexto de avanço do modo de produção capitalista.

No segundo capítulo, a autora desenvolve, com base em destacados teóricos da tradição marxista, o debate da formação social brasileira, em especial suas particularidades no cenário do início do modo de produção capitalista no País até a segunda metade do século XX. Na sequência, aborda-se a dinâmica da instauração da fase monopolista do capitalismo no Brasil, sob a qual se intensifica o caráter dependente da economia e há o aprofundamento da superexploração da força de trabalho. Sob o referido pano de fundo, a autora discute o comportamento da classe trabalhadora nas décadas de 1950 e 1960, nas quais, embora constituam um curto período, há uma importante complexidade na dinâmica da luta de classes, que possibilitará importantes avaliações

acerca das estratégias de luta dos trabalhadores com o objetivo de sua autoemancipação.

O terceiro capítulo aborda as transformações do capitalismo brasileiro durante as décadas de 1970 e 1980, registrando as consequências, para os trabalhadores, de um Estado operador dos interesses do capital no sentido de aumentar suas taxas de lucro, combinados com uma política de repressão aos trabalhadores, quando já não realiza a cooptação ou a tentativa de conciliação para arrefecer os movimentos e seu impacto na dinâmica das lutas de classes, o que desemboca na reorganização da classe trabalhadora, por intermédio de um importante levante, conhecido como novo sindicalismo.

No quarto capítulo, o livro apresenta análises de alguns dos principais estudiosos marxistas do movimento sindical no Brasil, oferecendo elementos significativos sobre o significado político do novo sindicalismo. A partir desse acumulado, levantam-se importantes discussões sobre as dimensões econômicas e políticas dos movimentos realizados pelos trabalhadores, destacando limites, potencialidades, rompimentos e continuidades presentes no novo sindicalismo. O debate desemboca nos desafios históricos da classe trabalhadora para a sua autoemancipação ou, em outras palavras, para a construção da necessária revolução socialista. Desafios que estão presentes na atualidade quando voltamos nosso olhar para os movimentos dos trabalhadores.

Referências

ELIAS, M. F. M. **Lutas de classes e o significado político do novo sindicalismo**. Curitiba: CRV, 2021.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de Ética Profissional da/o Assistente Social**. Brasília, 1993.

SER Social

TRABALHO, LUTAS SOCIAIS
E SERVIÇO SOCIAL

Brasília (DF), v. 26, nº 55, de julho a dezembro de 2024

A pessoa com deficiência como ser social: aproximações à teoria social de Marx

Samir Almeida Santos

Orientadora: Prof. Dra. Camila Potyara Pereira

Curso: Doutorado em Política Social

Data da defesa: janeiro de 2024

Palavras-chave: Deficiência; Pessoa com deficiência; Trabalho; Ser social; Teoria social; Marx.

Keywords: Disability; Person with disability; Work; Social being; Social theory; Marx.

Palabras clave: Discapacidad; Persona con discapacidad; Trabajar; Siendo Sociales; Teoría social; Marx.

Neste trabalho, se discute a relevância da categoria marxiana ser social para a construção da identidade da pessoa com deficiência, analisando na história o distanciamento das pessoas com alguma deficiência do trabalho – categoria fundante da teoria social de Marx – na constituição de sua humanidade. A pesquisa aferiu que os modelos de compreensão da deficiência (modelo religioso, modelo biomédico e modelo social), conceitos em disputa para explicar a experiência social da pessoa com deficiência no decorrer da história não guardam interlocução com a ontologia do ser social de Marx, pois o trabalho em seu caráter produtivo se apresenta na vida dessas pessoas ora como forma de controle social, ora

como direito, ora como força para o exército industrial de reserva, enquanto seu caráter ontológico, dimensão fundante do ser social, é continuamente confrontado e subjugado às suas limitações e sua produtividade reduzida para o sistema da mais-valia. Também fora problematizado que as conquistas civilizatórias alcançadas em decorrência das lutas por direitos das pessoas com deficiência (PCD), especialmente após a década de 1970, encontra robustos obstáculos no próprio modo de produção capitalista, cada vez mais desumano e recrudescido pelo avanço do fascismo e da ideologia da nova direita, especialmente no Brasil. Ao se concluir que as categorias recorrentemente presentes na experiência histórica da PCD são pobreza, comiseração, alienação e, após a consolidação do capitalismo como modo de produção, o capacitismo, verifica-se que as relações com as políticas de proteção social capitalista não asseguram, nullo modo, o status pleno dos direitos de cidadania, posto que seu modelo é residual e focalizado. Conclui-se que a fundação de uma nova forma de trabalho a partir da luta solidária e consciente no âmbito da sociedade de classes poderá efetivamente dar sentido a uma inclusão plena das pessoas com deficiência na ontologia do ser social.

In this work, the relevance of the Marxian category of social being for the construction of the identity of people with disabilities is discussed, analyzing in history the distance of people with some disability from work – the founding category of Marx’s social theory – in the constitution of their humanity. The research found that the disability models (religious model, biomedical model and social model), concepts in dispute to explain the social experience of people with disabilities throughout history, do not maintain an interlocution with Marx’s ontology of social being, as work in its productive character presents itself in the lives of these people, sometimes as a form of social control, sometimes as a right, sometimes as a force for the industrial reserve army, while its ontological character, the founding dimension of social being, is continually confronted and subjugated to the PCD limitations and its reduced productivity for the surplus value system. It was also problematized that the civilizing achievements reached as a result of the struggles for the rights of people with disabilities (PWD-PCD), especially after the 1970s, encounter robust obstacles in the capitalist mode of production itself, increasingly inhumane and intensified by the advance of fascism and of the ideology of the new right, especially in Brazil. When concluding that the categories recurrently present in the

historical experience of PCD are poverty, commiseration, alienation and, after the consolidation of capitalism as a mode of production, ableism, it appears that relations with capitalist social protection policies do not ensure, nullo modo, the full status of citizenship rights, since its model is residual and focused. It is concluded that the foundation of a new form of work based on the solidary and conscious struggle within class society can effectively give meaning to the full inclusion of people with disabilities in the ontology of social being.

En este trabajo se discute la relevancia de la categoría marxiana de el ser social para la construcción de la identidad de las personas con discapacidad, analizando en la historia la distancia de las personas con alguna discapacidad del trabajo –categoría fundacional de la teoría social de Marx– en la constitución de su humanidad. La investigación encontró que los modelos de comprensión de la discapacidad (modelo religioso, modelo biomédico y modelo social), conceptos en disputa para explicar la experiencia social de las personas con discapacidad a lo largo de la historia, no mantienen una interlocución con la ontología del ser social de Marx, como trabajan en su carácter productivo se presenta en las vidas de estas personas a veces como una forma de control social, a veces como un derecho, a veces como una fuerza para el ejército industrial de reserva, mientras que su carácter ontológico, la dimensión fundacional del ser social, es continuamente confrontado y sometida a sus limitaciones y a su reducida productividad para el sistema de plusvalía. También se problematizó que los logros civilizadores alcanzados como resultado de las luchas por los derechos de las personas con discapacidad (PCD), especialmente después de la década de 1970, encuentran fuertes obstáculos en el propio modo de producción capitalista, cada vez más inhumano e intensificado por el avance de fascismo en la sociedad y de la ideología de la nueva derecha, especialmente en Brasil. Al concluir que las categorías recurrentemente presentes en la experiencia histórica de las personas con discapacidad son la pobreza, la conmisericordia, la alienación y, tras la consolidación del capitalismo como modo de producción, el capacitismo, parece que las relaciones con las políticas capitalistas de protección social no aseguran, nullo modo, el estatus pleno de los derechos de ciudadanía, ya que su modelo es residual y focalizado. Se concluye que la fundación de una nueva forma de trabajo basada en la solidaridad y la lucha consciente dentro de la sociedad de clases puede efectivamente dar sentido a la inclusión plena de las personas con discapacidad en la ontología del ser social.

Política de Previdência social na sociabilidade capitalista: a aposentadoria por idade no Brasil como renda essencial na velhice

Thayane Duarte Queiroz

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Lucia Lopes da Silva

Curso: Programa de Pós-Graduação em Política Social

Data da defesa: 2024

Palavras-chave: 1. Política de Previdência Social. 2. Envelhecimento. 3. Direitos Sociais. 4. Pessoa Idosa.

Keywords: 1. Social Security Policy. 2. Aging. 3. Social Protection. 4. Social Rights. 5. Elderly Individuals.

Esta tese de doutorado apresenta uma análise crítica da política de previdência social no contexto da sociabilidade capitalista, com ênfase na aposentadoria por idade e por tempo de contribuição no Brasil. O estudo se concentra no papel da aposentadoria como fonte de renda essencial na velhice, desenvolvendo-se no âmbito das transformações socioeconômicas que afetam a vida da população idosa, especialmente sob o impacto das políticas previdenciárias em uma sociedade caracterizada por desigualdades estruturais. Através da análise de dados estatísticos, legislação e políticas atuais, a pesquisa realizou uma avaliação detalhada das implicações da aposentadoria por idade para diferentes grupos sociais no Brasil. O estudo buscou investigar o benefício de aposentadoria por idade e tempo de contribuição, examinando sua capacidade de prover segurança econômica aos idosos em diversos contextos sociais. A tese também discutiu as consequências da relação entre a renda proveniente da aposentadoria e condição de vida no Brasil após a contrarreforma previdenciária, destacando os desafios enfrentados pela população idosa em manter um padrão de vida digno e seguro na velhice.

This doctoral thesis presents a critical analysis of the interaction between social protection and social security policy in the context of capitalist sociability, with an emphasis on retirement by age and contribution time in Brazil. The study focuses on the role of retirement as an essential source of income in old age, developing within the scope of socioeconomic transformations that affect the life of the elderly population, especially under the impact of pension policies in a society characterized by structural inequalities. Through the analysis of statistical data, legislation, and current policies, the research conducted a detailed evaluation of the implications of retirement by age for different social groups in Brazil. The study sought to assess the effectiveness of retirement as a state social protection instrument, examining its capacity to provide economic security to the elderly in various social contexts. The thesis also discussed the consequences of the relationship between retirement income and living conditions in Brazil after the pension counter-reform, highlighting the challenges faced by the elderly population in maintaining a dignified and secure standard of living in old age.

O Pensamento de Mulheres Negras e a Política de Assistência Social

Gabriele Batista dos Santos Sousa

Nome do curso: Mestrado em Política Social no Programa de Pós-Graduação em Política Social/PPGPS

Data da defesa: 26 de fevereiro de 2024

Orientador: Professor Dr. Leonardo Rodrigues de Oliveira Ortegal

Palavras-chave: Raça, Assistência Social, Mulheres Negras e Feminismo Negro.

Keywords: Race, Social Assistance, Black Women and Black Feminism.

Neste trabalho foi realizada uma análise da questão racial e de gênero a partir do pensamento de mulheres negras na Assistência Social.

Esse objeto de pesquisa buscou responder a pergunta de partida, de quais as consequências para atuação do SUAS pela falta de interlocução com pensamento não branco e reprodução de estereótipos racistas. Desse maneira, foi realizada uma pesquisa bibliográfica com as autoras negras que debateram sobre essas categorias na Política Social, a fim de evidenciar o estudo de pensadoras negras no âmbito acadêmico. Nessa pesquisa, foi trazida uma contextualização da questão racial e interseccionalidade para compreensão de como a raça, patriarcado e classe estruturam a desigualdade em nossa sociedade e como a combinação de estruturas leva a uma complexificação da situação da mulher negra. Nesse debate, as intelectuais negras trazem reflexão do lugar que a Assistência Social se encontra como política de proteção social e sua contradição de ser ao mesmo tempo resposta frágil às desigualdades e espaço de reprodução de violações de direitos. O estudo dessas pensadoras confirmou a hipótese inicial, de que a falta de acesso e estudo ao pensamento negro contribui para a violação de direitos à população atendida pela Política de Assistência Social pelo não reconhecimento das suas necessidades e particularidades.

In this work, an analysis of the racial and gender issue was carried out based on the thoughts of Black women in Social Assistance. This research object sought to answer the starting question, what are the consequences for SUAS's performance due to the lack of dialogue with non-white thinking and the reproduction of racist stereotypes. In this way, a bibliographical research was carried out with Black authors who debated these categories in Social Policy, in order to highlight the study of Black thinkers in the academic field. In this research, a contextualization of the racial issue and intersectionality was brought to understand how race, patriarchy and class structure inequality in our society and how the combination of structures leads to a complexification of the situation of Black women. In this debate, Black intellectuals reflect on the place that Social Assistance finds itself as a social protection policy and its contradiction of being at the same time a fragile response to inequalities and a space for the reproduction of rights violations. The study of these thinkers confirmed the initial hypothesis, that the lack of access and study of Black thought contributes to the violation of the rights of the population served by the Social Assistance Policy due to the lack of recognition of their needs and particularities.

Política educacional e controle do trabalho docente em tempos de recrudescimento da nova direita

Educational policy and control of teaching work in times of recurrence of the new right
Política educativa y control del trabajo docente en tiempos de recurrencia de la nueva derecha

Lafís Vieira Pinelli

Nome da Orientadora: Silvia Cristina Yannoulas

Nome do Curso: Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS)

Data da Defesa: 27 de fevereiro de 2024

Palavras-chave: Nova Direita. Política Educacional. Trabalho Docente. Mecanismos em de Controle. Movimentos Populares da Educação.

Keywords: New Right. Educational politics. Teaching Work. Control Mechanisms. Popular Education Movements.

Palavras chaves: Nueva Derecha. Política educativa. Trabajo Docente. Mecanismos de control. Movimientos de Educación Popular.

Esta tese de doutorado tem como objeto de estudo as recentes transformações nas formas de controle e regulação do Trabalho Docente no contexto de recrudescimento da Nova Direita (ND) nos embates em torno da determinação da Política Educacional Brasileira, que propõe a limitação da liberdade de ensino e autonomia constitucionalmente garantida. ND é definida como ideologia e amálgama entre neoconservadorismo e neoliberalismo, com base nos trabalhos de Wendy Brown (2019), Cepêda (2018) e Pereira (2016). No campo educacional a ND manifesta por meio do Movimentos Escola Sem Partido, Educação Domiciliar, Militarização das Escolas Públicas, a Reforma do Ensino Médio e a Base Nacional Comum Curricular, projeto educacionais que se sustentam em três fundamentos: controle do conteúdo sob falácia da neutralidade pedagógica;

moralização do fracasso escolar associado ao mérito e redefinição da qualidade educacional e papel da escola. O objetivo central desta pesquisa consiste em analisar o processo de recrudescimento da Nova Direita na Política Educacional brasileira com ênfase nos mecanismos de controle do trabalho docente e compreender de qual forma a categoria profissional, por meio de entidades representativas, tem compreendido e enfrentado esse fenômeno educacional. O método de análise da realidade adotado está pautado no materialismo-histórico-dialético, e os procedimentos metodológicos foram pesquisa documental e entrevista semiestruturada com apoio dos instrumentais-metodológicos Roteiro de Análise de Conteúdo e Roteiro de Entrevista Semiestruturada com tópicos livres. Adotou como hipótese de trabalho que o processo de recrudescimento da Nova Direita a partir de 2010 intensifica os mecanismos de controle do trabalho docente, radicalizando-os e recuperando novos mais coercitivos. Entre os resultados identifica-se que a Nova Direita tem afetado o trabalho docente por meio do controle curricular e de conteúdo e controle comportamental por meio da autocensura, tendo como pano de fundo a desmoralização e desprofissionalização docente. Entre as estratégias de enfrentamento identifica-se mudança de atuação das entidades que se retiram dos espaços institucionais de participação democrática e articulados com outros movimentos sociais ocupam outros espaços de resistência.

This doctoral thesis has as its object of study the recent transformations in the forms of control and regulation of Teaching Work in the context of the resurgence of the New Right (ND) in the clashes surrounding the determination of the Brazilian Educational Policy, which proposes the limitation of freedom of teaching and constitutionally guaranteed autonomy. ND is defined as an ideology and amalgam between neoconservatism and neoliberalism, based on the work of Wendy Brown (2019), Cepêda (2018) and Pereira (2016). In the educational field, ND manifests itself through the Movimento Escola Sem Partido, Home School, Militarization of Public Schools, the Reform of Secondary Education and the National Common Curricular Base, educational projects that are based on three foundations: control of content under the fallacy of neutrality pedagogical; moralization of school failure associated with merit and redefinition of educational quality and the role of the school. The central objective of this research is to analyze the process of resurgence of the New Right in Brazilian Educational Policy with an emphasis on the control mechanisms of teaching work and to understand how the

professional category, through representative entities, has understood and faced this educational phenomenon. The reality analysis method adopted is based on historical- dialectical materialism, and the methodological procedures adopted were documentary research and semi-structured interviews with the support of the methodological instruments Content Analysis Guide and Semi-structured Interview Guide with free topics. It adopted as a working hypothesis that the process of resurgence of the New Right from 2010 onwards intensifies the control mechanisms of teaching work, radicalizing them and recovering new, more coercive ones. Among the results, it is identified that Nova Direta has affected teaching work through curricular and content control and behavioral control through self-censorship, against the backdrop of teaching demoralization and deprofessionalization. Among the coping strategies, changes in the actions of entities that withdraw from institutional spaces of democratic participation and articulated with other social movements occupy other spaces of resistance.

Esta tesis doctoral tiene como objeto de estudio las transformaciones recientes en las formas de control y regulación del Trabajo Docente en el contexto del resurgimiento de la Nueva Derecha (ND) en los enfrentamientos en torno a la determinación de la Política Educativa brasileña, que propone la limitación de la libertad de enseñanza y de la autonomía garantizada constitucionalmente. La ND se define como una ideología y amalgama entre neoconservadurismo y neoliberalismo, a partir de los trabajos de Wendy Brown (2019), Cepêda (2018) y Pereira (2016). En el ámbito educativo, la ND se manifiesta a través del Movimento Escola Sem Partido, Escuela en Casa, Militarización de las Escuelas Públicas, Reforma de la Educación Secundaria y Base Curricular Común Nacional, proyectos educativos que se sustentan en tres pilares: control de contenidos bajo la falacia de neutralidad pedagógica; moralización del fracaso escolar asociado al mérito y redefinición de la calidad educativa y el papel de la escuela. El objetivo central de esta investigación es analizar el proceso de resurgimiento de la Nueva Derecha en la Política Educativa Brasileña con énfasis en los mecanismos de control del trabajo docente y comprender cómo la categoría profesional, a través de entidades representativas, ha entendido y enfrentado este fenómeno educativo. . El método de análisis de la realidad adoptado se fundamenta en el materialismo histórico-dialéctico, y los procedimientos metodológicos adoptados fueron la investigación documental y la entrevista semiestructurada con apoyo de los instrumentos metodológicos Guía de

Análisis de Contenido y Guía de Entrevista Semiestructurada con temas libres. Adoptó como hipótesis de trabajo que el proceso de resurgimiento de la Nueva Derecha a partir de 2010 intensifica los mecanismos de control del trabajo docente, radicalizándolos y recuperando otros nuevos y más coercitivos. Entre los resultados, se identifica que la Nova Direta ha afectado la labor docente a través del control curricular y de contenidos y el control comportamental a través de la autocensura, en un contexto de desmoralización y desprofesionalización docente. Entre las estrategias de afrontamiento, los cambios en el accionar de entidades que se retiran de los espacios institucionales de participación democrática y se articulan con otros movimientos sociales ocupan otros espacios de resistencia.

O envelhecimento no contexto da desestruturação da seguridade social produzida pela nova direita: efeitos da crise estrutural do capital e da sindemia da “COVID-19”

The dispute for hegemony over the conception of disability in Brazil based on the construction of the Single Disability Assessment Model between the years 2015 and 2022

Albamaría Paulino de Campos Abigailil

Nome do curso: Doutorado em Política Social (Programa de Pós Graduação em Política Social)

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Camila Potyara Pereira.

Data da Defesa: 27 de fevereiro de 2024

Palavras-chave: envelhecimento; nova direita; seguridade social; desigualdade social; sindemia; pandemia da COVID-19.

Keywords: human aging; new right; social welfare; social inequality; sindemics; COVID-19 pandemics.

Palabras claves: envejecimiento; nueva derecha; seguridad social; desigualdad social; crisis sindêmica; pandemia de COVID-19.

São objeto privilegiado desta tese “principais paradoxos e desafios ao processo de envelhecimento brasileiro representados pela insegurança social resultante dos efeitos conjugados das crises — sistêmica-estrutural do capital e sanitária pandêmica-sindêmica — sob a égide da nova direita”. Seu método de análise tem caráter histórico-estrutural, por possibilitar, dialeticamente, o trato interligado das dimensões estruturais e históricas da realidade concreta, na perspectiva materialista-histórica inaugurada por Marx e Engels. Suas referências teóricas contemplam conteúdos e conceitos cuja explicitação substancia um melhor conhecimento das contradições que permeiam o papel do Estado e das Políticas Sociais, engendradas por interesses de classes antagônicas. Em relação ao envelhecimento, três teorias são dignas de nota: Teoria Biológica e do Ciclo de Vida consubstanciada em Streher (1959), Neto (2002,2006); Teoria político-econômica do Envelhecimento de Walker (1981) e Minkler (1984); Teoria Social Crítica, pautada em fundamentos de Marx e Foucault (1924), Beauvoir (1970), Debort (2004), Haddad (2017), Teixeira (2017) e Campelo e Paiva (2012). Quanto à Nova Direita, a discussão pautou-se, principalmente, em Pereira (2016,2020), Miller (1999), Gamble (1994), Brown (2019) e Pereira-Pereira (2020); enquanto no que concerne à Política Social, Desigualdade Social e Economia Política Ecosocial, recorreu-se à Pereira-Pereira e Pereira (2020, 2021). Por fim, a reflexão sobre a Crise Sindêmica referenciou-se em: Ishibashi, Barbosa e Silva (2020); sobre a Crise estrutural do capital, em: Mézaros (2007); sobre Necropolítica, em Mbembe (2018); e sobre Fundo Público, em Salvador (2010, 2020). Com base nessa mediação analítica, demonstra-se que o Envelhecimento no Brasil e no mundo, formalmente reconhecido como conquista e direito humano, coexiste com o aprofundamento da desigualdade, do etarismo, do genocídio, da prática da necropolítica e da ameaça à democracia participativa, que atinge as pessoas idosas e as demais gerações. Experimenta-se a guinada antissocial da Política Social e do Estado Democrático de Direito para o Estado Penal a serviço do Capital portador de juros, em detrimento da atenção às necessidades humanas. Convive-se com a crise estrutural do capital, que degrada a classe trabalhadora e o meio ambiente, e com a crise humanitária sindêmica, agravada pela COVID-19, seguida da (des)estruturação da seguridade social, das contrarreformas

trabalhista e previdenciária, do ajuste fiscal permanente, do desemprego e do retorno da fome. E mais: verifica-se o excesso de legislação para performar a desigualdade e a violência estrutural, contraditando as janelas de oportunidades abertas pelos bônus demográficos em curso, os desafios da Década do Envelhecimento Saudável (2021-2030) e a Década do Desenvolvimento Sustentado (2020- 2030), que requer o IV Pilar da Seguridade Social com foco no Cuidado das Pessoas e do Meio Ambiente, a inserção formal do tema do Envelhecimento na Educação como alicerce desse processo nos níveis básico, fundamental e superior (ensino, pesquisa e extensão), além da inversão da pauta do mercado para a pauta dos direitos humanos, pela emancipação política e humana.

The paradoxes and challenges of Brazilian's human aging, expressed through social insecurity arose from crisis conjugates effects: capital structural-systemic and pandemic-syndemic sanitary crisis, under neoliberal/ neoconservative capitalist domain named new right, are the privileged goal of this thesis. Its structural-historic analysis method dialectically enables structural and historic dimensions of objective reality interconnected handling, inaugurated by Marx and Engels. Theoretical references contemplate concepts and contents whose explanation substances a better knowledge about State and Social Policies contradictions, engendered by classes' antagonistic interests. Three theories relating to human aging are noteworthy: Biological and Life Cycle Theory, substantiated in Streher (1959), and Neto (2002,2006); Human aging Politic-economic Theory, by Waler (1981) and Minkler (1984); Social Critics Theory, lined by Marx and Foucault (1924), Beauvoir (1970), Debbert (2004), Campelo e Paiva (2012) and Teixeira's (2007) fundaments. Regarding new right, the discussion was mainly based on Pereira (2016,2020), Miller (1999), Gamble (1994), Brown (2019), Pereira-Pereira (2020); while Social Policy, Social inequality, and Ecosocial Economic Politic topics resorted to Pereira- Pereira e Pereira (2020, 2021). Finally, reflections on sindemics were based on: Ishibashi, Barbosa, Silva (2020); Capital structural crisis on Mészáros (2007); Necropolitics on Mbembe (2018); and Public Fund on Salvador (2010, 2020). Based on this analytic mediation, it demonstrates that world and Brazilian human aging, formally recognized as a human achievement and right, coexists with inequality, ageism, genocide, necropolitics practices, and the threats to participatory democracy that reach the elderly and other generations of people. Nowadays we experience the Social Policy and Legal State's

antissocial shift to the Criminal- State in the service of interest-bearing capital, despite human necessities attention. Also, the capital structural crises, which causes the working class and the environment to degrade; and humanity-syndemics crises, worsened by COVID-19, followed by Social Welfare (de)structuring, labor, and previdentiary counter-reform, permanent fiscal adjustment, unemployment, and the hunger's return. It's also possible to verify the excess of legislation to perform structural violence and inequality, contradicting the opportunity Windows, opened by the ongoing demographical bonus, the challenges of the Healthy Aging Decade (2021-2023), Sustainable Development Decade (2020-2030), that requires the Social Welfare IV pillar, focused on Environment and People Care, and formal insertion on basic fundamental and higher (teaching, research, and extension) Education as a foundational element in its process, beyond inversion of market agenda to the human rights agenda, for the political and human emancipation.

Es objeto privilegiado de esta tesis paradojas y desafíos del envejecimiento humano brasileño, expresados en la inseguridad social resultante de los efectos conjugados de las crisis: sistémica- estructural del capital y sanitaria pandémica-sindémica, bajo el dominio del capitalismo neoliberal/neoconservador denominado nueva derecha. Su método de análisis tiene carácter histórico-estructural, ya que permite, dialécticamente, el tratamiento interconectado de las dimensiones estructurales e históricas de la realidad concreta, desde la perspectiva materialista- histórica inaugurada por Marx y Engels. Y sus referencias teóricas abarcan contenidos y conceptos, cuya explicitación confiere sustancia al mejor conocimiento de las contradicciones que permean el papel del Estado y de las Políticas Sociales, generadas por intereses de clases antagónicas. Con respecto al envejecimiento, tres teorías son dignas de nota: Teoría Biológica y del Ciclo de Vida consolidada en Streher (1959), Neto (2002, 2006); Teoría político- económica del Envejecimiento de Walker (1981) y Minkler (1984); Teoría Social Crítica basada en los fundamentos de Marx y Foucault (1924), Beauvoir (1970), Debert (2004), Teixeira (2017), Campelo e Paiva (2012). En cuanto a la Nueva Derecha, la discusión se centró principalmente en Pereira (2016, 2020), Miller (1999), Gamble (1994), Brown (2019), Pereira- Pereira (2020); mientras que, en lo que concierne a la Política Social, Desigualdad Social y Economía Política Ecosocial, se recurrió a Pereira-Pereira

y Pereira (2020, 2021). Finalmente, la reflexión sobre la Crisis Sindémica se referenció en: Ishibashi, Barbosa, Silva (2020); sobre la Crisis estructural del capital, en: Mészáros (2007); sobre la Necropolítica, en Mbembe (2018); y sobre el Fondo Público, en Salvador (2010, 2020). Y basándose en esta mediación analítica, se demuestra que el envejecimiento en Brasil y en el mundo, reconocido formalmente como conquista y derecho humano, convive con el agravamiento de la desigualdad, del etarismo, del genocidio, de la práctica de la necropolítica, de la amenaza a la democracia participativa que afecta a las personas ancianas y a las demás generaciones. Se experimenta el giro antisocial de la Política Social y del Estado Democrático de Derecho hacia el Estado Penal a servicio del Capital portador de interés en detrimento de la atención a las necesidades humanas. Además, se convive con la crisis estructural del capital que degrada a la clase trabajadora y al medio ambiente; y con la crisis humanitaria sindémica agravada por la covid- 19, seguida de la (des)estructuración de la seguridad social, de la contrarreforma laboral, del sistema de pensiones, del ajuste fiscal permanente, del desempleo y del regreso del hambre. Asimismo, se observa un exceso de legislación para disimular la desigualdad y la violencia estructural, contradiciendo las oportunidades abiertas por el bono demográfico en curso, los desafíos de la Década del Envejecimiento Saludable (2021-2030), la Década del Desarrollo Sostenido (2020-2030), que requiere el IV Pilar de la Seguridad Social con enfoque en el Cuidado de las Personas y el Medio Ambiente, la inserción formal en la Educación como fundamento de este proceso en los niveles básico, fundamental y superior (enseñanza, investigación y extensión), además de la inversión de la agenda del mercado hacia la agenda de los derechos humanos por la emancipación política y humana.

O programa prato cheio no Distrito Federal e a garantia do direito à alimentação adequada dos seus usuários

Ana Carolina Nunes Renault Monteiro

Nome da Orientadora: Dr^a. Liliam dos Reis Souza Santos

Nome do Curso: Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS)

Data da Defesa: 8 de fevereiro de 2024

Palavras-chave: Programa Prato Cheio; Direito Humano à Alimentação Adequada; Fome; Segurança alimentar e nutricional; Assistência social; Política social.

Keywords: Prato Cheio Program; Human Right to Adequate Food; Hunger; Food and nutritional security; Social assistance; Social policy.

A dissertação de mestrado em questão realizou uma investigação do programa social Prato Cheio no Distrito Federal, enquanto medida de segurança alimentar e nutricional vinculado à política social pública de assistência social no Distrito Federal. O trabalho além de analisar números e estatísticas, mergulhou nas nuances da problemática alimentar, discutindo os diversos tipos de fome e suas determinações, delineando a trajetória da segurança alimentar e nutricional no contexto brasileiro, bem como a sua inserção nas medidas e ações e interventivas da política social de assistência social, tecendo considerações críticas sobre como os programas, incluindo o Prato Cheio, enfrentam desafios significativos na promoção de uma segurança alimentar integral. Destacou-se a importância de compreender as diferentes faces da fome, não apenas como carência quantitativa, mas também como uma questão multifacetada que envolve aspectos qualitativos e estruturais. No âmbito da discussão sobre o capitalismo, a pesquisa revelou como a lógica do mercado influencia diretamente os resultados do programa. A privatização de serviços sociais, a mínima intervenção estatal e a orientação neoliberal impactam a eficácia do Prato Cheio, muitas vezes, comprometendo a universalidade do acesso à alimentação adequada. O estudo evidenciou que, sob o domínio dessas forças, a autonomia individual é enfatizada em detrimento de uma abordagem mais coletiva e integrada necessária para enfrentar as raízes estruturais da insegurança alimentar, oferecendo uma compreensão mais profunda das interconexões entre os diferentes tipos de fome, a trajetória da segurança alimentar, a política de assistência social e a influência do capitalismo e do Estado neoliberal, em busca de contribuir para o debate acadêmico e social sobre os desafios persistentes no alcance do direito humano à alimentação adequada em um contexto marcado por complexidades estruturais e ideológicas.

The master's thesis in question conducted an investigation into the Prato Cheio social program in the Federal District, as a measure of food and nutritional security linked to the public social assistance policy in the Federal District. The work, in addition to analyzing numbers and statistics, delved into the nuances of the food issue, discussing the various types of hunger and their determinants, outlining the trajectory of food and nutritional security in the Brazilian context, as well as its integration into the measures and interventions of the social assistance policy, weaving critical considerations on how programs, including Prato Cheio, face significant challenges in promoting comprehensive food security. The importance of understanding the different facets of hunger was highlighted, not only as quantitative deprivation but also as a multifaceted issue that involves qualitative and structural aspects. In the discussion about capitalism, the research revealed how the logic of the market directly influences the program's outcomes. The privatization of social services, minimal state intervention, and neoliberal orientation impact the effectiveness of Prato Cheio, often compromising the universality of access to adequate food. The study showed that under the dominance of these forces, individual autonomy is emphasized at the expense of a more collective and integrated approach necessary to address the structural roots of food insecurity, offering a deeper understanding of the interconnections between different types of hunger, the trajectory of food security, social assistance policy, and the influence of capitalism and the neoliberal state. The aim is to contribute to the academic and social debate on the persistent challenges in achieving the human right to adequate food in a context marked by structural and ideological complexities.

Criança com Deficiência e Assistência Social: Uma análise do Programa Criança Feliz a partir das Visitas Domiciliares.

Child with Disability and Social Assistance: An analysis of the Happy Child Program based on Home Visits.

Niño con Discapacidad y Asistencia Social: Un análisis del Programa Niño Feliz basado en Visitas Domiciliarias.

Nome da Orientadora: Prof^a. Dr^a. Hayeska Costa Barroso

Nome do Curso: Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS)

Data da Defesa: 17/04/2024

Palavras-chave: Programa Criança Feliz. Criança com Deficiência. Assistência Social.

Keywords: Happy Child Program. Child with Disability. Social Assistance.

Palavras chaves: Programa Niño Feliz. Niño con Discapacidad. Asistencia Social

Essa dissertação consiste em uma análise dos documentos institucionais, publicados pelo governo federal entre o período de 2016 a 2022, como estratégia orientadora para execução das visitas domiciliares do Programa Criança Feliz. O Programa foi criado como estratégia de apoio ao desenvolvimento infantil em consonância com o Marco Legal da Primeira Infância, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social, atendendo prioritariamente crianças de zero a seis anos na primeira infância, considerando sua família e seu contexto de vida. A pesquisa de natureza qualitativa, adota como método o levantamento bibliográfico e análise documental realizada no período de 2022 e 2023, utilizando o uso da técnica de análise de conteúdo. Buscou-se analisar em que medida o Programa Criança Feliz pode contribuir na promoção e disseminação dos direitos das crianças com deficiência, aprofundando o estudo, a partir da análise dos documentos com orientações e diretrizes do acompanhamento do PCF às crianças com deficiência e sua relação com a Política Nacional de Assistência Social, observando o processo histórico de lutas sociais dos direitos deste público e sua influência no campo das políticas públicas. A análise revelou que embora o programa seja considerado como uma estratégia inovadora da primeira infância na agenda pública, com potencial capilaridade nos territórios, ainda está limitado a abordagens centradas em conceitos normalizantes e biológicos, evidenciando a lacuna que há sobre a perspectiva do cuidado no contexto social das crianças com deficiência, de modo a percebê-las dentro de um programa de desenvolvimento infantil como forma de ampliar seus direitos materiais e sociais. Revelou-se, ainda, que não há ineditismo sobre a perspectiva do papel da assistência social, visto

que este grupo social é público integrante dos serviços já tipificados no âmbito do Sistema Único de Assistência Social, necessitando aprimorar e fortalecer o papel da assistência social na capacidade protetiva das famílias com crianças com deficiência de modo a incluir essas crianças na vida comunitária e ampliar seus direitos de acordo com orientação das normativas existentes em nível internacional e nacional.

This dissertation consists of an analysis of institutional documents published by the federal government between 2016 and 2022, as guiding strategy for the implementation of home visits of the Happy Child Program. The Program was created as a strategy to support child development in line with the Legal Framework for Early Childhood, within the scope of the Unified Social Assistance System, prioritizing children from zero to six years old in early childhood, considering their family and their life context. The research, of a qualitative nature, adopts bibliographic survey and documentary analysis method carried out between 2022 and 2023, using the content analysis technique. The aim was to analyze to what extent the Happy Child Program can contribute to the promotion and dissemination of the rights of children with disabilities, deepening the study from the analysis of documents with guidance and guidelines for the PCF's follow-up of children with disabilities and their relationship with the National Social Assistance Policy, observing the historical process of social struggles for the rights of this public and its influence on the field of public policies. The analysis revealed that although the program is considered an innovative strategy for early childhood in the public agenda, with potential reach in territories, it is still limited to approaches centered on normalizing and biological concepts, highlighting the gap regarding the perspective of care in the social context of children with disabilities, in order to perceive them within a child development program as a way to expand their material and social rights. It was also revealed that there is no novelty about the perspective of the role of social assistance, since this social group is already part of the services typified within the scope of the Unified Social Assistance System, needing to improve and strengthen the role of social assistance in the protective capacity of families with children with disabilities in order to include these children in community life and expand their rights in accordance with the guidance of existing norms at the international and national levels.

Esta disertación consiste en un análisis de documentos institucionales publicados por el gobierno federal entre 2016 y 2022, como estrategia orientadora para la implementación de visitas domiciliarias del Programa Niño Feliz. El Programa fue creado como una estrategia para apoyar el desarrollo infantil en línea con el Marco Legal de la Primera Infancia, dentro del ámbito del Sistema Único de Asistencia Social, priorizando a los niños de cero a seis años en la primera infancia, considerando a su familia y su contexto de vida. La investigación, de naturaleza cualitativa, adopta el método de investigación bibliográfica y análisis documental realizado entre 2022 y 2023, utilizando la técnica de análisis de contenido. El objetivo era analizar hasta qué punto el Programa Niño Feliz puede contribuir a la promoción y difusión de los derechos de los niños con discapacidad, profundizando en el estudio a partir del análisis de documentos con orientaciones y directrices para el seguimiento del PCF a niños con discapacidad y su relación con la Política Nacional de Asistencia Social, observando el proceso histórico de luchas sociales por los derechos de este público y su influencia en el campo de las políticas públicas. El análisis reveló que aunque el programa se considera una estrategia innovadora para la primera infancia en la agenda pública, con un alcance potencial en territorios, aún está limitado a enfoques centrados en conceptos normalizadores y biológicos, destacando la brecha con respecto a la perspectiva del cuidado en el contexto social de los niños con discapacidad, con el fin de percibirlos dentro de un programa de desarrollo infantil como una forma de ampliar sus derechos materiales y sociales. También se reveló que no hay novedad sobre la perspectiva del papel de la asistencia social, ya que este grupo social ya forma parte de los servicios tipificados en el ámbito del Sistema Único de Asistencia Social, siendo necesario mejorar y fortalecer el papel de la asistencia social en la capacidad protectora de las familias con niños con discapacidad para incluir a estos niños en la vida comunitaria y ampliar sus derechos de acuerdo con la orientación de las normas existentes a nivel internacional y nacional.

Nova direita e educação superior no Brasil: incidências, desafios e resistências

contemporâneas

*New right and higher education in Brazil:
incidences, challenges and contemporary resistance*
*Nueva derecha y educación superior en Brasil:
incidencias, desafíos y resistencias contemporâneas*

Raí Vieira Soares

Nome da Orientadora: Camila Potyara Pereira

Nome do Curso: Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS)

Data da Defesa: 29/02/2024

Palavras-chave: ideologia; nova direita; educação superior; universidade brasileira; resistências coletivas.

Keywords: ideology; new right; college education; brazilian university; collective resistance.

Palavras chaves: Nueva Derecha. Política educativa. Trabajo Docente. Mecanismos de control. Movimientos de Educación Popular.

O presente estudo trata sobre os desafios impostos pela ideologia da nova direita para a política de educação superior brasileira a partir do período pós-golpe de 2016, em particular, nos governos de Michel Temer (2016-2018) e de Jair Bolsonaro (2019-2022). Partiu-se da apreensão dos vínculos entre ideologia e educação e do entendimento da nova direita como o amálgama entre neoliberalismo e neoconservadorismo como base para identificar os desafios e as incidências sobre a educação superior na dinâmica do capitalismo dependente brasileiro. Orientado por uma perspectiva materialista histórico-dialética, a tese teve como objetivos específicos: situar a política de educação superior no contexto de transformações contemporâneas do capital e nas particularidades da formação econômico-social brasileira; problematizar como o avanço da nova direita incide na política de educação superior na realidade brasileira; e apontar as resistências coletivas de enfrentamento ao projeto neodireitista na educação e universidade públicas. Para isso, a pesquisa de natureza qualitativa se debruçou sobre pesquisa bibliográfica e documental, sendo que para a primeira foram selecionados artigos científicos publicados no período 2016-2023 e na

pesquisa documental foram analisados documentos institucionais, organizacionais, oficiais e documentos produzidos por sindicatos. A partir disso, constatou-se a existência de uma ofensiva do projeto neodireitista sobre a educação superior na qual as universidades públicas estiveram na “mira” da chamada “guerra cultural” empreendida pelos governos Temer e Bolsonaro, de forma mais explícita nesse último. O referido projeto teve três principais eixos de ação: o aprofundamento do privatismo educacional, no qual o Projeto Future-se é a principal iniciativa; o controle ideológico e intervencionismo nas universidades e institutos federais; e o ajuste fiscal e desfinanciamento da educação superior. Porém, ainda com os vários desafios, não se eliminou as resistências e lutas de sujeitos coletivos que têm como bandeiras de lutas a defesa da educação e universidades públicas com função social, presenciais, gratuitas e com financiamento estatal.

This study deals with the challenges posed by the ideology of the new right to Brazilian higher education policy from the post-2016 coup period onwards, in particular, in the governments of Michel Temer (2016-2018) and Jair Bolsonaro (2019- 2022). The starting point was the understanding of the links between ideology and education and the understanding of the new right as the amalgam between neoliberalism and neoconservatism as a basis for identifying the challenges and impacts on higher education in the dynamics of Brazilian dependent capitalism. Guided by a historical-dialectic materialist perspective, the thesis had the following specific objectives: to situate higher education policy in the context of contemporary transformations of capital and in the particularities of Brazilian economic-social formation; problematize how the advance of the new right affects higher education policy in the Brazilian reality; and point out the collective resistance to confront the neo-rightist project in public education and universities. For this, the qualitative research focused on bibliographic and documentary research, for the first, scientific articles published in the period 2016-2023 were selected and in the documentary research, institutional, organizational, official documents and documents produced by unions were analyzed. From this, it was verified the existence of an offensive by the neo-rightist project on higher education in which public universities were in the “targets” of the so-called “cultural war” undertaken by the Temer and Bolsonaro governments, more explicitly in the latter. This project had

three main axes of action: the deepening of educational privatism, in which the Future-se Project is the main initiative; in ideological control and interventionism in universities and federal institutes; and in fiscal adjustment and defunding of higher education. However, even with the various challenges, the resistance and struggles of collective subjects whose flags of struggle are the defense of education and public universities with a social function, in-person, free and with state funding, have not been eliminated.

Este estudio aborda los desafíos planteados por la ideología de la nueva derecha a la política brasileña de educación superior a partir del período posterior al golpe de 2016, en particular, en los gobiernos de Michel Temer (2016-2018) y Jair Bolsonaro (2019-2022). El punto de partida fue la comprensión de los vínculos entre ideología y educación y la comprensión de la nueva derecha como la amalgama entre neoliberalismo y neoconservadurismo como base para identificar los desafíos e impactos sobre la educación superior en la dinámica del capitalismo dependiente brasileño. Guiada por una perspectiva materialista histórico-dialéctica, la tesis tuvo los siguientes objetivos específicos: situar la política de educación superior en el contexto de las transformaciones contemporáneas del capital y en las particularidades de la formación económico-social brasileña; problematizar cómo el avance de la nueva derecha afecta la política de educación superior en la realidad brasileña; y señalar la resistencia colectiva para enfrentar el proyecto neoderechista en la educación pública y las universidades. Para ello, la investigación cualitativa se centró en la investigación bibliográfica y documental, para la primera se seleccionaron artículos científicos publicados en el período 2016-2023 y en la investigación documental se analizaron documentos institucionales, organizacionales, oficiales y producidos por gremios. A partir de esto, se constató la existencia de una ofensiva del proyecto neoderechista sobre la educación superior en la que las universidades públicas estaban en los “blancos” de la llamada “guerra cultural” emprendida por los gobiernos de Temer y Bolsonaro, más explícitamente en este último. Este proyecto tuvo tres ejes principales de acción: la profundización del privatismo educativo, en el que el Proyecto Futuro-se es la principal iniciativa; en control ideológico e intervencionismo en universidades e institutos federales; y en el ajuste fiscal y la desfinanciación de la educación superior. Sin

embargo, aún con los diversos desafíos, no se han eliminado las resistencias y luchas de sujetos colectivos cuyas banderas de lucha son la defensa de la educación y de las universidades públicas con función social, presenciales, gratuitas y con financiamiento estatal.

SER Social

TRABALHO, LUTAS SOCIAIS
E SERVIÇO SOCIAL

Brasília (DF), v. 26, nº 55, de julho a dezembro de 2024

CONSULTORES(AS) AD HOC DA SER SOCIAL / SER SOCIAL AD HOC CONSULTANTS

Adir Valdemar Garcia: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Santa Catarina, SC, Brasil.

Ailson Barbosa de Oliveira: Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, Brasil.

Ana Paula Moreira Rodriguez Leite: Instituto InterAgências, Ourense, ES, Brasil.

André Lucena: Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), Mossoró, RN, Brasil.

Andréa Pacheco de Mesquita: Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Maceió, AL, Brasil.

Bruno José Oliveira: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Camila Potyara: Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil.

Genira Andrade de Oliveira: Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Goiabeiras, Vitória, ES, Brasil.

Cibelle Dória da Bueno: Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza, CE, Brasil.

Clarissa Tenório Maranhão Raposo: Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Maceió, AL, Brasil.

Crismanda Maria Ferreira: Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, PE, Brasil.

Cristiano Costa de Carvalho: Universidade Estadual Paulista (Unesp), Franca, SP, Brasil.

Daniele Batista Brandt: Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Ebe Campinha dos Santos: Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, RJ, Brasil.

Eduardo Cunha: Universidade Federal do Cariri (UFCA), Juazeiro do Norte, CE, Brasil.

Fabiana Luiza Negri: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, SC, Brasil.

Fernando Frota Dillenburg: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Farroupilha, Porto Alegre, RS, Brasil.

Giulia Cristina: Biologia de Água Doce e Pesca Interior: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), Manaus, AM, Brasil.

Gessiane Ambrosio Nazario: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Hayeska Costa Barroso: Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil.

Heloísa Teles: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, SC, Brasil.

Isabela Ramos Ribeiro: Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil.

Ivna de Oliveira Nunes: Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Boa Esperança, Cuiabá, MT, Brasil.

Janáina Lopes do Nascimento Duarte: Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil.

João Daniel Dorneles Ramos: Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB-USP), Butantã, SP, Brasil.

Jorge Amaro de Souza Borges: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Farroupilha, Porto Alegre, RS, Brasil.

José Marcos da Silva: Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, PE, Brasil.

Júlio César Lopes de Jesus: Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Brasília, DF, Brasil.

Katia Regina de Souza Lima: Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, RJ, Brasil.

Kelyane Silva de Sousa: Universidade Estadual do Ceará (UECE), Itaperi, Fortaleza, CE, Brasil.

Kênia Augusta Figueiredo: Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil.

Laura Valle Gontijo: Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil.

Leandro Nunes: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Santa Catarina, SC, Brasil.

Lilium dos Reis Souza Santos: Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil.

Lisandro Braga: Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, PR, Brasil.

Loiva de Oliveira: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS), Porto Alegre, RS, Brasil.

Maria José Antunes da Silva: Universidade Federal de Tocantins (UFT), Palmas, Brasil.

Michelly Ferreira Monteiro Elias: Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil.

Miriam de Oliveira Inacio: Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, RN, Brasil.

Mirian Carla Oliveira Rodrigues: Escola Superior da Amazônia (ES-AMAZ), Abaetetuba, PA, Brasil.

Mônica de Castro Maia: Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, RJ, Brasil.

Mônica de Jesus César: Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Monique Soares Vieira: Universidade Federal do Pampa (Unipampa), Bagé, RS, Brasil.

Patrícia Krieger Grossi: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS), Porto Alegre, RS, Brasil.

Rayane Noronha Oliveira: Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, PB, Brasil.

Reinaldo Nobre Pontes: Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, PA, Brasil.

Robson de Oliveira: Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, PR, Brasil.

Rosildo Bomfim: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/Rio), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Rubia Geovana Smaniotto Gehlen: Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Santa Maria, RS, Brasil.

Silmere Alves Santos: Universidade Federal de Sergipe (UFS), Rosa Elze, São Cristóvão, SE, Brasil.

Soraia Veloso Cintra: Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Minas Gerais, MG, Brasil.

Tales Willyan Fornazier Moreira: Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri: Teófilo Otoni, MG, Brasil.

Tatiana Brettas Waehneltd: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Tatiana dos Anjos Magalhães: Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, RJ, Brasil.

Thaís Kristosch Imperatori: Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil.